UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO: A CONTEMPORANEIDADE CAPITALISTA

André Morato Dias Cardeal

Uberlândia, outubro de 2007

ANDRÉ MORATO DIAS CARDEAL

IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO:
A CONTEMPORANEIDADE CAPITALISTA

Dissertação submetida ao Mestrado em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Niemeyer Almeida Filho
Co-Orientador: Prof. Marcelo Dias Carcanholo

UBERLÂNDIA,
OUTUBRO DE 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C266i Cardeal, André Morato Dias, 1982-
Imperialismo, dependência e globalização : a contemporaneidade capitalista / André Morato Dias Cardeal. - 2007.
220 f. : il.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.
Co-orientador: Marcelo Dias Carcanholo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Globalização - Teses. 2. Neoliberalismo - Teses. 3. Imperialismo - Teses. 4. Capitalismo - Teses. I. Almeida Filho, Niemeyer. II. Carcanholo, Marcelo Dias. III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. IV. Título.

CDU: 339.9

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Dissertação defendida e aprovada em 06 de outubro de 2007, pela banca examinadora:

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (IE - UFU)

Orientador

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo (IE - UFF)

Membro

Prof. Dr. Edilson José Graciolli (DECIS - UFU)

Membro

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Economia

Programa de Pós-Graduação em Economia

a todos que contribuem
das mais diversas formas
para a transformação da realidade
e para emancipação do homem

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, a orientação recebida do professor Marcelo Carcanholo, a quem credito grande parte dos acertos deste trabalho, sem transferir a responsabilidade pelos eventuais erros e imprecisões. Agradeço a presteza e disposição em continuar a orientação mesmo sem obrigação formal e estando em outra universidade. Foram importantes também as disciplinas da graduação e do mestrado ministradas por este professor que foram fundamentais para minha formação.

Agradeço, ao professor Niemeyer, pela oportunidade das discussões da disciplina de Estudos Avançados do Desenvolvimento Brasileiro, pelas sugestões feitas ao projeto desta dissertação e por ter aceitado a tarefa de assumir formalmente a minha orientação.

Agradeço, ao professor Edilson, os comentários e sugestões feitas na oportunidade da minha qualificação e a disposição de mesmo estando de licença para pós-doutorado, participar da defesa desta dissertação.

Agradeço a todos os alunos do Instituto de Economia com os quais convivi mais intensamente nestes últimos dois anos pelos debates e trocas de experiências que também foram importantes para este trabalho. Em especial, os debates nas disciplinas do mestrado com Hugo, Bianca e Priscila. Agradeço também aos debates extra-sala com Marisa, Chicão e Leandro.

Foi importante também a oportunidade de participar e apresentar artigos em alguns congressos, em especial nos congressos da Sociedade Brasileira de Economia Política de 2005 e 2006 e no Colóquio Marx e Engels de 2005.

Neste último período, foi importante, inclusive para a subsistência material, a possibilidade de trabalhar no INSS, o que me possibilita conviver com ótimas pessoas.

Agradeço à minha família. Ao Lucas, meu querido irmão e meu colega de república, meus pais (Inês e Wellerson) que terão sempre participação em minha caminhada, minha tia Cris, tio Luiz e primos Francisco, Gustavo e Luiza, por estarem sempre presentes. Agradeço pela excelente convivência à minha nova família, meus sogros Seu João e Dona Magda, junto com a Flávia, o Alberto, o recém chegado Fernando e minha sobrinha Isabela.

Agradeço especialmente à Sabrina, minha esposa. A possibilidade de compartilhar um caminho vem fazendo todas as minhas experiências muito mais intensas e profundas. Obrigado por estar sempre junto comigo com seu carinho e incentivo insubstituíveis.

Por fim, agradeço a todos, que na academia e fora dela, estão constantemente lutando contra o pensamento único e em prol do desenvolvimento da humanidade em um sentido mais pleno.

O Marxismo é "*a forma revolucionária de cosmovisão, sempre em busca de novas descobertas, que nada mais detesta que a cristalização em formas de validade definitiva, e a melhor maneira de garantir seu vigor é dedicar-se à autocrítica e atentar para a História".*

(Rosa Luxemburg – *A acumulação de capital*)

"[...] *a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir*".

(Karl Marx – *Para a crítica da Economia Política*)

"isso de querer ser
exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além"

(Paulo Leminsk - *Incenso Fosse Música*)

Resumo

A contemporaneidade é marcada por transformações na estrutura do capitalismo mundial, pela expansão da integração dos mercados, por transformações na base técnica, pela existência de uma única superpotência hegemônica e, dentre outras características, também pela derrocada do que existiu e foi chamado de "socialismo real". É justamente neste contexto que proliferam, nos mais diversos matizes de pensamento, diferentes interpretações sobre esta realidade, ou seja, sobre o sistema capitalista mundial. Assim, surgem termos como globalização, mundialização e neoliberalismo que, juntamente com muitos outros, procuram dar alguma forma, possibilitar a interpretação e o entendimento desta realidade, em seus vários aspectos. Este trabalho, a partir de um referencial teórico marxista, investiga as características da economia mundial na contemporaneidade, buscando, por um lado, recuperar diversas contribuições feitas por autores que têm como referência a teoria marxista, de forma a ajudar no desenvolvimento deste importante matiz de interpretação da realidade, e por outro, a partir desta recuperação teórica, ajudar a compreender a contemporaneidade do sistema capitalista. Desta forma, são contrapostas as teses dominantes que afirmam que a atualidade seria uma nova etapa no capitalismo, a globalização. Etapa que seria marcada por uma evolução suprema, sem precedentes, com características totalmente novas, e que se expressaria através da expansão das oportunidades, da dissolução das diferenças e das nacionalidades, da negação da etapa imperialista, pois o que se pode perceber através da análise e dos dados levantados, é que ao contrário da panacéia propagandeada pelas instituições multilaterais, a economia capitalista mundial é marcada, hoje, por aprofundamento da própria lógica do capitalismo, que não é diferente da que imperava no princípio do século passado. Dessa forma, aponta-se que a globalização que imperaria hoje poderia ser entendida como a globalização das tendências imanentes ao próprio capitalismo, o que faz com que as mudanças cíclicas do capital acabem acontecendo como meios que este encontra para defender a sua taxa de rentabilidade. A hipótese levantada empiricamente e que foi perseguida também teoricamente ao longo deste trabalho foi a de que não há uma mudança radical na estrutura e na lógica dominante da economia mundial, vive-se hoje uma continuidade, na verdade um aprofundamento, da era imperialista.

Palavras-chaves
Imperialismo, Dependência, Globalização, Mundialização, Capitalismo, Neoliberalismo.

Abstract

The contemporanity is marked by transformations in the structure of the world-wide capitalism, for the expansion of the integration of the markets, for transformations in the technique, the existence of an only hegemonic country and amongst other characteristics, also for the destruction of what existed and was called “real socialism”. It is the exactly context that proliferates, in the most diverse shades of thought, different interpretations of this reality, that is, the world-wide capitalist system. Thus terms like globalization and neoliberalism appear together many others trying to give some form, make possible the interpretation and the knowledge of this reality, in its various aspects. This work, since a marxist theoretical reference, investigates the characteristics of the world-wide economy in the contemporanity, searching, recoup diverse contributions made for authors who have marxist theory as reference, for help in the development of this important shade of interpretation of the reality, and, from this theoretical recovery, help to understand the contemporanity of the capitalist system. In such a way this work opposes the dominant thesis which affirms that the present time would be a new stage in the capitalism, the globalization. Stage that would be marked by a supreme evolution, without precedents, with new characteristics, that would be expressed through the expansion of the opportunities, of the dissolution of the differences, of the nationalities, and the negation of the imperialist stage. Therefore, what can be perceived through the analysis and the raised data, is that in contrast of the panacea promoted by the multilateral institutions, world-wide capitalist economy is marked today by the deepening of the proper capitalism logic, that is not different of that which reigned in the principle of the last century. Of this form, it is pointed that the globalization that would reign today could be understood as the globalization of the inherent trends of the capitalism itself, what makes the cyclical changes of the capital happen as form that it finds to defend its profit rates. The raised empirical hypothesis which was pursued theoretically is that not have a radical change in the structure and the dominant logic of the world-wide economy, today is a continuity, in truth, a deepening of the imperialist age.

World-Keys
Imperialism, Dependence, Globalization, Capitalism, Neoliberalism.

Lista de Quadros, Tabelas e Gráficos

Quadro 1.1: **História dos regimes monetários e das taxas de câmbio** 23

Tabela 1.1: **Volume de exportações** 23

Tabela 1.2: **Relação entre o crescimento da produção e o crescimento do comércio exterior** 24

Tabela 1.3: **Crescimento médio anual do comércio de bens e serviços e do PIB** 24

Tabela 1.4: **Proporção do comércio de mercadorias em relação ao PIB em preços correntes** 26

Tabela 1.5: **Proporção do comércio de mercadorias e serviços em relação ao PIB** 27

Tabela 1.6: **Exportações e PIB Mundiais** 29

Tabela 1.7: **Participação do Comércio de Bens e Serviços e do Investimento Direto Estrangeiro em relação ao PIB** 33

Tabela 1.8: **Distribuição do Investimento Direto Externo** 35

Tabela 1.9: **50 Principais Empresas Financeiras Transnacionais** 38

Tabela 1.10: **50 Principais Empresas Transnacionais Não-Financeiras, ordenadas pelos ativos externos, 2004** 39

Tabela 1.11: **Fluxos de investimento e populações** 41

Tabela 1.12: **Distribuição do comércio mundial** 42

Tabela 1.13: **Empréstimos tomados nos mercados de capitais internacionais** 46

Tabela 1.14: **Proporção dos fluxos de capital em relação ao PIB** 47

Tabela 1.15: **Valor nominal bruto do capital investido no exterior** (US$ milhões a taxa corrente) 48

Tabela 1.16: **Principais países receptores de investimento externo** 49

Tabela 1.17: **Participação dos países pobres no investimento internacional** 50

Tabela 1.18: **Distribuição geográfica dos estoques internacionais de investimento** 51

Tabela 1.19: **Estoque de capitais estrangeiros em alguns países** 53

Tabela 1.20: **Exportação líquida de capital dos países de renda elevada** 54

Tabela 4.1: **Taxa de Desemprego** 167

Tabela 4.2: **Porcentagem dos trabalhadores ativos nos setores da Indústria e Serviços** 170

Tabela 4.3: **Produtividade do trabalho no sector industrial** 171

Tabela 4.4: **Produtividade do Trabalho** 172

Tabela 4.5: **Formação Bruta de Capital Fixo** 186

Tabela 4.6: **Crescimento médio anual da Formação Bruta de Capital Fixo** 186

Tabela 4.7: **Formação Bruta de Capital Fixo** 187

Gráfico 1.1: **Comércio de Bens e Serviços X Produto Interno Bruto** 24
Gráfico 1.2: **Comércio de bens e serviços** 27
Gráfico 1.3: **Níveis de Comércio de Bens e Serviços e da Formação Bruta de Capital Fixo** 28
Gráfico 1.4: **Investimento Direto Estrangeiro 1980-2005** 34
Gráfico 1.5: **Investimento Direto Estrangeiro, fluxos de 1970 a 2005** 34
Gráfico 1.6: **Concentração dos fluxos de IDE: participação dos cinco principais recebedores em relação ao total mundial** 36
Gráfico 1.7: **Recebimentos menos pagamentos de Royalty** 43
Gráfico 1.8: **Participação dos países pobres no fluxo de investimento internacional** 52
Gráfico 1.9: **Dívida externa total** 58
Gráfico 1.10: **Serviço total da dívida** 58
Gráfico 1.11: **Serviço total da dívida** 59
Gráfico 1.12: **Serviço total da dívida** 59

Sumário

INTRODUÇÃO **11**

1. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS MITOS **14**

1.1 – O QUE SIGNIFICA "GLOBALIZAÇÃO"? 18
1.2 – AS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA MUNDIAL 21
1.2.1 – As relações de comércio *22*
1.2.2 – A produção *30*
1.2.3 – A financeirização *44*
1.2.4 – A dívida *55*
1.3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A "GLOBALIZAÇÃO" 60

2. A TEORIA MARXISTA CLÁSSICA SOBRE O IMPERIALISMO **64**

2.1 – OS CLÁSSICOS DO IMPERIALISMO 64
2.1.1 – A contribuição de Rosa Luxemburg – 1913 ..... *67*
2.1.2 – A contribuição de Nikolai Ivanivitch Bukharin – 1915 ..... *77*
2.1.3 – A contribuição de Vladimir Ilitch Lenine – 1916 ..... *86*
2.2 – A TEORIA MARXISTA DO IMPERIALISMO 100

3 – A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA **113**

3.1 – O IMPERIALISMO NA ÉPOCA DA DEPENDÊNCIA 114
3.2 – A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA EM MARINI 126
3.3 – IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA EM THEOTÔNIO DOS SANTOS 132
3.3.1 – Antecedentes históricos e teóricos *133*
3.3.2 – Conceito e estrutura da dependência *136*
3.4 – IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA 143

4 – O IMPERIALISMO SENIL **147**

4.1 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO 148
4.1.1 – A contemporaneidade e o conceito de globalização *151*
4.1.2 – A "evolução" das forças produtivas na contemporaneidade *157*
4.2 – O IMPERIALISMO HOJE 164
4.2.1 – A superexploração, ou a ofensiva contra o trabalho *166*
4.2.2 – A dominação da especulação e a autonomização do capital financeiro *174*
4.3 – AS TENTATIVAS DE RESPOSTA DO SISTEMA CAPITALISTA 179
4.3.1 – Imperialismo, globalização e neoliberalismo *180*
4.3.2 – A queda da taxa de investimentos *184*
4.4 – A COMPLEXIDADE DA ESTRUTURA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO 187
4.4.1 – O imperialismo hegemônico *189*
4.4.2 – A funcionalidade da periferia *194*
4.5 – O CARÁTER ATUAL DO IMPERIALISMO 196

A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS **205**

BIBLIOGRAFIA **210**

Introdução

A contemporaneidade é marcada por transformações na estrutura do capitalismo mundial, pela expansão da integração dos mercados, por transformações na base técnica, pela existência de uma única superpotência hegemônica e, dentre outras características, também pela derrocada do que existiu e foi chamado de "socialismo real". É justamente neste contexto que proliferam, nos mais diversos matizes de pensamento, diferentes interpretações sobre esta realidade, ou seja, sobre o sistema capitalista mundial. Assim, surgem termos como, globalização, mundialização e neoliberalismo que, juntamente com muitos outros procuram dar alguma forma, possibilitar a interpretação e o entendimento desta realidade em seus vários aspectos.

As opiniões e a confusão (e dentre estas, tentativas de mistificação da realidade) que se gera em escala mundial tornam necessária a busca de um entendimento mais detalhado sobre estes conceitos e sobre esta realidade, pois afirma-se que a atualidade, ou a chamada globalização, não seria nada além da ratificação da natureza inexorável do capitalismo exaltada como uma "ordem natural do universo". De forma que seria o estágio último do movimento histórico finalmente imposto a todo o globo e expressaria a natureza egoísta e gananciosa da espécie humana. E, enquanto isso, outras interpretações entendem que, na verdade, a atualidade corresponderia a uma nova fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, no qual os velhos antagonismos deste sistema não seriam superados nem muito menos suprimidos, apenas mudariam as proporções em que se articulam.

Imperialismo, globalização e mundialização são termos amplamente utilizados para a caracterização e o entendimento desta realidade e, na medida em que estes conceitos são tomados sob os mais diversos pontos de vista, este debate acaba assumindo, por vezes, um caráter confuso e contraditório. É desta forma que, com relação ao entendimento das características atuais do sistema capitalista, aparece também com destaque o conceito de neoliberalismo que, assim como os demais, figura sob as mais variadas formas, às vezes como uma ideologia, outras como modelo de desenvolvimento, sinônimo de globalização, retorno ao liberalismo clássico, enfim, com os mais diversos significados.

É em relação direta com este debate que se desenvolve outro tema de suma importância, a discussão acerca da relação centro e periferia do sistema capitalista. Neste debate, misturam-se denominações como subdesenvolvimento, terceiro mundo, periferia, países dependentes, troca desigual e, mais recentemente, países em desenvolvimento. Este

conceito de países "em desenvolvimento"[1], tem grande funcionalidade, pois o seu emprego busca justamente dizer que estes países estariam caminhando para alcançar os desenvolvidos. Esta caminhada seria para uma homogeneização do sistema mundial. O entendimento deste processo e dessa diferenciação entre os países "mais" e "menos" desenvolvidos ganha diversas interpretações seja por parte das teorias mais tradicionais quanto por parte de outras, marxistas ou não, que reivindicam a denominação de teorias da dependência.

Diante deste quadro, percebe-se que se torna, no mínimo, confuso o debate sobre quais seriam as características da atual ordem do capital. A falta de precisão teórica reflete tanto divergências teóricas quanto ideológicas, esconde diferentes matizes políticos e mascara divergências reais.

A proposta deste trabalho é, utilizando um referencial teórico marxista, e em decorrência da situação acima enunciada, investigar as características da economia mundial na contemporaneidade, ou seja, identificar quais são os elementos que definem o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista. Análise que será feita através da investigação da realidade concreta dialogando com estes diversos conceitos. Esta proposta compreende, portanto, por um lado recuperar diversas contribuições feitas por autores que têm como referencia a teoria marxista, de forma a ajudar no desenvolvimento deste importante matiz de interpretação da realidade e, por outro, a partir desta recuperação teórica, ajudar a compreender a contemporaneidade do sistema capitalista.

Para que esses objetivos sejam perseguidos, este trabalho está estruturado em seis partes, além desta introdução e das considerações finais, serão desenvolvidos quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo fundamental organizar uma série de dados sobre a economia mundial, de modo que, juntamente com algumas contribuições teóricas, seja possível desconstruir a idéia de que a realidade vivenciada pela sociedade atual é o estágio máximo de evolução da humanidade, o período da homogeneização das oportunidades, como é defendido pelos "arautos da globalização".

Partindo do entendimento de que, para se compreender uma determinada realidade é necessário que se possa refletir a seu respeito e, assim, apreender teoricamente seus determinantes, o segundo e o terceiro capítulos têm como objetivo recuperar as contribuições das teorias marxistas do imperialismo e da dependência. No segundo capítulo serão retomados

[1] Há, por parte das abordagens clássicas das teorias do desenvolvimento, um entendimento de que os países atrasados ou subdesenvolvidos estariam em um estágio anterior em relação aos países centrais, de que seu desenvolvimento ainda não teria passado por todos os estágios necessários, de forma que, cumpridas determinadas exigências, aqueles teriam a possibilidade de se equiparar. Assim, o termo "em desenvolvimento" representaria um processo já em andamento de uniformização da economia mundial, de aproximação entre os níveis de desenvolvimento dos diversos países que compõe a economia mundial.

os autores marxistas do início do século XX que escrevem sobre este tema, ou como se refere corriqueiramente, os autores clássicos do imperialismo. Já no terceiro capítulo será recuperada a teoria da dependência em sua interpretação marxista, na medida em que este trabalho compartilha do ponto de vista de que estas teorias, do imperialismo e da dependência, são complementares e fundamentais para a teoria marxista em si e para a compreensão do sistema capitalista contemporâneo.

Acompanhando esta trajetória, o capítulo quatro terá como tarefa buscar nas contribuições mais recentes, elementos que, agregados aos dados colhidos acerca da realidade, possam contribuir para a caracterização atual do capitalismo. É dessa forma que será desenvolvido, juntamente com outras contribuições, o conceito de Imperialismo Senil que parte das análises clássicas para demonstrar a brutalidade e a exacerbação das contradições próprias ao capitalismo na etapa atual de seu desenvolvimento.

A título de considerações finais, serão retomadas as idéias apresentadas ao longo dos capítulos com o intuito de verificar se as teorias desenvolvidas pelos marxistas do princípio do século passado e daqueles que desenvolveram a teoria da dependência são compatíveis com as análises atuais que caracterizam o imperialismo.

Este trabalho se justifica do ponto de vista teórico e político-prático por sua contribuição para o desenvolvimento e clarificação de conceitos e trajetórias da teoria marxista, e também ao identificar as atuais características do sistema capitalista, indicar ou ajudar na formulação de alternativas à situação de deterioração e aprofundamento gradual das condições de exploração e barbárie que se intensificam.

1. A globalização e seus mitos

O objetivo deste capítulo é estudar as características da economia mundial com a intenção de entender a sua lógica e seus determinantes, para que, desta forma, possa-se questionar e buscar compreender o que seria a "globalização", termo que, hoje é, utilizado com diversos significados e com diversas pretensões. Assim, poderá se checar a validade deste conceito, sua amplitude e suas mistificações.

Como bem destacam Hirst e Thompson (1998:13), atualmente sustenta-se (pelo discurso hegemônico) que uma economia realmente global emergiu ou está em processo de emergência e que nesta as economias nacionais distintas e as estratégias internas de administração econômica nacional são cada vez mais irrelevantes. Sob esta perspectiva, a economia mundial, que internacionalizou-se em suas dinâmicas básicas, é dominada por forças de mercado incontroláveis, e tem como seus principais atores econômicos e agentes de troca verdadeiras corporações transnacionais que não devem lealdade a Estado-nação algum e se estabelecem em qualquer parte do mundo na qual a vantagem de mercado impere.

É com a utilização deste conceito que se propaga a idéia de que estamos caminhando para o bem geral, que a história está evoluindo no sentido mais positivista do termo. "Nessa perspectiva, a mundialização [ou globalização] seria um desdobramento possível, necessário e inevitável do processo de modernização inerente ao capitalismo, entendido como processo civilizatório destinado a realizar uma espécie de coroamento da história da humanidade" (IANNI, 1996:82).

De acordo com Petras e Veltmeyer (2002:08),

> El término "globalización" disfruta ahora de un inmenso renombre. Constituye una palabra clave no sólo en el discurso teórico y político predominante sino también en el lenguaje cotidiano. Tanto como descripción de unas evoluciones generalizadas en esta época y como precepto para la acción, ha logrado una hegemonía virtual y en consecuencia aparece con un aura de inevitabilidad que desarma la imaginación e impide reflexionar y operar en pro de un sistema alternativo, de otro orden social y económico más justo.

Hirst e Thompson (1998:271-272) enfatizam que virou moda afirmar que a era do Estado-nação acabou e que a governabilidade de nível nacional é ineficaz diante dos processos econômicos e sociais globalizados. As políticas nacionais e as opções políticas têm sido postas de lado pelas forças do mercado mundial, que seriam mais fortes até mesmo que os mais poderosos Estados. O capital é móvel e não tem qualquer ligação nacional, ele se instalará onde imperam as vantagens de mercado, mas o trabalhador é tanto nacionalmente

localizado quanto relativamente estático e deve adaptar suas expectativas políticas para enfrentar as novas pressões da competitividade internacional. Assim, distintos regimes nacionais de amplos direitos trabalhistas e de proteção social estão obsoletos. O mesmo ocorre com as políticas monetárias e fiscais contrárias às expectativas dos mercados globais e das empresas transnacionais. Dessa forma, o Estado-nação deixa de ser um administrador econômico efetivo, já que pode apenas fornecer aqueles serviços sociais e públicos que o capital internacional julga essenciais e com o mínimo possível de custos gerais.

O fato dos países menos desenvolvidos conseguirem benefícios tangíveis da globalização financeira é, segundo Schularick (2006), muito debatido entre economistas e formuladores de política econômica. Entretanto, a maioria de economistas concorda que os benefícios poderiam ser substanciais na medida em que, de acordo com os modelos econômicos tradicionais, a globalização financeira deveria criar oportunidades particulares para os países menos desenvolvidos. A poupança dos países ricos poderia financiar o investimento tão necessário nos países pobres, aumentando a taxa de retorno dos investimentos industriais e o crescimento econômico nestes países.

Contudo, a celebração dos benefícios provenientes da globalização financeira, de acordo com Schularick (2006), mostrou-se um tanto prematura, de forma que mesmo os estudos tradicionais entre países ("*empirical cross-country studies*") encontraram pouca relação discernível entre crescimento e abertura financeira (Rodrik, 1998; Edwards, 2001; Edison, Levine et. al., 2002, citados por Schularick, 2006). Muitos acadêmicos discutem que a globalização financeira é decepcionante e duvidam que possa trazer benefícios notáveis aos países pobres (BHAGWATI, 1998; TOBIN, 2000; AIZENMAN; PINTO; RADZIWILL, 2004; GOURINCHAS & JEANNE, 2004, citados por SCHULARICK, 2006).

A respeito das características da economia mundial na contemporaneidade, Carcanholo (2004a) apresenta o entendimento dominante: "os últimos anos do século XX têm sido apresentados como os constituidores de uma realidade diferente. Eles teriam definido um mundo sem fronteiras, onde todos os mercados estariam integrados e as relações entre os países estariam intensificadas, tanto no que diz respeito ao setor produtivo, quanto aos fluxos comerciais e financeiros". Entretanto, deve-se ressaltar que a contemporaneidade é marcada por transformações na estrutura do capitalismo mundial, pela expansão da integração dos mercados, por transformações na base técnica, pela existência de uma única superpotência hegemônica e, dentre outras características, também pela derrocada do que existiu e foi chamado de "socialismo real".

Carcanholo (2004a) destaca que esse processo tomaria forma na globalização comercial, produtiva e financeira[2]. Estas se manifestariam através da intensificação do comércio de bens e serviços entre os países, do aumento da participação das operações produtivas das empresas transnacionais por toda a economia mundial e pela intensa circulação do capital internacional.

O que se pode observar é que, assim como fazem Petras e Veltmeyer (2002:13), o termo globalização aparece, simultaneamente, como descrição e receita e, portanto, serviria como explicação (segundo estes autores de forma claramente deficiente) e como ideologia, que na atualidade domina o pensamento, a gestão legislativa e a prática política. De forma diferente, Hirst e Thompson (1998:338) enfatizam que a noção de globalização é clara e simplesmente errônea. Para estes autores a idéia de uma nova economia global, altamente internacionalizada, virtualmente incontrolável, baseada nas forças do mercado mundial estabeleceu-se de maneira muito forte. Mistura-se muito de conhecimento popular, invenção da mídia e ideologia das classes dominantes com os fenômenos reais que marcam a realidade do sistema capitalista mundial.

É importante chamar a atenção para o fato de que a globalização financeira não é um fenômeno inédito[3]. A economia mundial no começo do século XXI, tem muito em comum com a do princípio do século XX quando - nas palavras famosas de Maynard Keynes – os moradores de Londres poderiam "*aventurar sua riqueza nos recursos naturais e nas novas empresas em qualquer parte do mundo, e obter parte, sem esforço ou problemas, de seus benefícios e vantagens*" (KEYNES, 1920:10 *citado por* SCHULARICK, 2006).

A tese que buscamos comprovar é a de que não vivemos um momento de transformação radical e de tendências inéditas na história da humanidade, é a de que a globalização, da maneira como é concebida por seus defensores mais extremados, é basicamente um mito. Para isso, vamos buscar informações qualitativas e quantitativas a

---

[2] "*Este último aspecto é apresentado, de fato, como a principal característica do novo contexto internacional. Essa globalização financeira é caracterizada por Chesnais (1996) como a interação entre a eliminação dos mercados financeiros locais segmentados (desregulamentação financeira interna), a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais (liberalização financeira interna), e a integração destes nos mercados mundializados (liberalização financeira externa)*" (CARCANHOLO, 2004a). Em um artigo recente, Carcanholo e Nakatani (2006) destacam seu entendimento sobre este movimento de financeirização: "*Por detrás dessa realidade financeirizada, reina o que chamamos capital especulativo parasitário. Trata-se do mesmo conceito de capital fictício exposto por Marx no livro III d´O Capital, só que muito mais desenvolvido, em uma fase avançada do seu desenvolvimento. Enquanto o capital fictício, tal como é descrito nos textos de Marx, aparece como aspecto subordinado no interior da unidade contraditória que podemos chamar "capital" e que tem como pólo dominante o capital industrial, o capital especulativo parasitário é o capital fictício que se desenvolveu e tornou-se dominante. Essa unidade contraditória chamada capital transforma-se radicalmente devido à substituição do pólo dominante; devido à inversão de sues pólos*".

[3] "*Vários estudos já demonstraram que o grau de integração dos mercados era elevado antes da Primeira Guerra Mundial. Um nível similar da integração dos mercados provavelmente não foi alcançado outra vez até 1990*" (SCHULARICK, 2006:04).

respeito da economia mundial e de seu funcionamento.

Como suporte serão perseguidas as hipóteses de Hirst e Thompson (1998:15), com as quais estes autores sustentam que:

1. A atual economia altamente internacionalizada tem precedentes: é uma das diversas conjunturas ou estados da economia internacional que existiram desde que uma economia baseada na tecnologia industrial moderna começou a ser generalizada a partir dos anos 1860. Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é *menos* aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914;
2. Empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras. A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais;
3. A mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento. Ao contrário, o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, e o Terceiro Mundo continua marginalizado, tanto em relação aos investimentos quanto às trocas, exceto em uma pequena minoria de novos países industrializados;
4. Como admitem alguns dos defensores extremados da globalização, a economia mundial está longe de ser genuinamente 'global'. Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Tríade da Europa, Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar;
5. Portanto, essas grandes potências econômicas, o G3 têm, então, a capacidade, especialmente se coordenam a política, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas. Os mercados globais de modo algum estão, assim, fora da regulação e do controle, ainda que o alcance atual e os objetivos da governabilidade econômica sejam limitados pelos interesses divergentes das grandes potências e pelas doutrinas econômicas que prevalecem entre suas elites.

1.1 – O que significa "Globalização"?

> [...] o uso popular do conceito de globalização como uma expressão de uma mudança econômica, produzido pela dinâmica das inovações tecnológicas, sendo simultaneamente um fenômeno inevitável e desejável, é um belo exemplo de um conceito que embora impreciso, cumpre seu papel de legitimar uma interpretação do mundo. Esta idéia sugere a perda de poder dos Estados Nacionais e sugere, ainda, que isto é inevitável e bem vindo. A palavra globalização é atualmente usada com freqüência em meios de comunicação e pelos teóricos do fim da História nessa forma fatalista e superficial. Nessa abordagem, a mais difundida entre não especialistas e para o grande público, o conceito nunca é definido com objetividade, normalmente é apresentado pelas suas conseqüências, terminando muitas vezes em sentenças normativas ou em afirmações genéricas. Causas e conseqüências, intenções e resultados, expectativas e interesses são apresentados de forma indistinta nesse contexto (PRADO, 2001).

Segundo Prado (2001), o conceito globalização começou a ser empregado desde meados da década de 1980, em substituição a conceitos como internacionalização e transnacionalização. De acordo com este autor, a princípio a idéia era sustentada por setores que defendiam a maior participação de países em desenvolvimento, em especial os Latino-Americanos e Asiáticos em uma economia administrada internacionalmente. Ao fim da década de 1980 e na década de 1990, o termo globalização passou a ser empregado principalmente em dois sentidos: "*um positivo, descrevendo o processo de integração da economia mundial; e um normativo prescrevendo uma estratégia de desenvolvimento baseado na rápida integração com a economia mundial*".

Com o objetivo de perseguir um conceito ou uma definição que possa clarear o significado da palavra globalização pode-se, a princípio, dividir em quatro as linhas básicas de interpretação deste fenômeno que, segundo Prado (2001), seriam: ***i.*** globalização como uma época histórica; ***ii.*** globalização como um fenômeno sociológico de compressão do espaço e tempo; ***iii.*** globalização como hegemonia dos valores liberais; e ***iv***. globalização como fenômeno socio-econômico.

A abordagem que trata a globalização como uma época histórica é, por exemplo, notada em autores que trabalham com o conceito de "sistema mundo", como Immanuel Wallerstein (1983) e Giovanni Arrigui (1996). Ignácio Ramonet define Globalização como a característica principal do ciclo histórico em que entramos, depois da queda do muro de Berlim (1989) e do desaparecimento da União Soviética (1991), momento no qual se faz necessário redefinir conceitos fundamentais sobre os quais se apoiava o edifício político-

democrático construído no final do século XVIII, tais como Estado-nação, soberania e cidadania (PRADO, 2001).

Já a idéia de globalização como compressão do espaço e do tempo, segundo Prado (2001), foi difundida principalmente por sociólogos como David Harvey (1989) e Anthony Giddens (1990 e 2000). Neste tipo de compreensão percebe-se que a liberdade de locomoção do capital concede a burguesia internacional vantagem decisiva sobre a massa dos trabalhadores cujos movimentos são restritos. Na medida em que as empresas capitalistas calculam os custos de produção em termos do tempo necessário para fazer as coisas, o trabalho, ou os trabalhadores são submetidos à constante pressão para reduzir o tempo de realizar uma determinada tarefa. "*Portanto, esta compressão do espaço e do tempo, possível pelas transformações tecnológicas do mundo contemporâneo, daria um poder crescente para o capital globalizado, em oposição ao poder dos trabalhadores, com menor poder de ação global, e em muitos casos aprisionados na localidade*" (PRADO, 2001).

De acordo com Prado (2001), a idéia de Globalização como hegemonia dos valores liberais poderia tomar duas formas: ***i.*** o questionamento da existência do fenômeno da globalização, de forma que este conceito, neste caso, seria mera criação ideológica que procura legitimar a atual ordem internacional; ***ii.*** inversamente, o segundo enfoque considera que este fenômeno é real e observável, e que este se confundiria com a supremacia, historicamente determinada, da ordem liberal[4].

O primeiro enfoque, ou seja, o questionamento do próprio fenômeno pode ser exemplificado através da abordagem de Paul Hirst (1998:102-03), que argumenta que não há um cenário de uma economia global recém-aparecida e virtualmente ingovernável. Na abordagem deste autor, o quadro atual da economia mundial permaneceria dominado pela tríade: Europa, Japão e Estados Unidos. A argumentação deste autor mostra que o investimento direto estrangeiro estaria concentrado em um número limitado de países. Além disso, ao contrário do discurso dominante, poucas empresas seriam realmente transnacionais, isto é, de fato internacionalizadas, sendo que a grande maioria continuaria sendo empresas operando em vários países, mas cultural e economicamente vinculadas ao país sede. Este autor ainda vê com ceticismo as grandes quantias que são diariamente negociadas nos

---

[4] "*Este segundo enfoque se assemelha à idéia de globalização como uma época histórica. A diferença é que, neste caso, uma sociedade democrática, em um regime político baseado em representação parlamentar, e numa ordem econômica fundada numa economia de mercado e em uma concepção econômica liberal seria o último estágio do desenvolvimento das sociedades humanas. Neste sentido, qualquer desenvolvimento a partir da consolidadação desta ordem liberal não alteraria suas características básicas e seria, neste sentido, pós-histórico*" [ver: FUKUYAMA, 1992] (PRADO, 2001).

mercados financeiros, pois argumenta que elas representariam repetidas negociações dos mesmos capitais, em geral, sem maior relação com o comércio (PRADO, 2001).

Para exemplificar o segundo enfoque Prado (2001) refere-se ao famoso livro de Francis Fukuyama (*O Fim da História e o Último Homem*, 1992), que considera a globalização como a representação da universalização dos valores da democracia liberal e a ordem econômica baseada em princípios da economia de mercado, referindo-se, especialmente, como ideal a ser alcançado o exemplo norte-americano. De acordo com Prado (2001), esta concepção foi apresentada em uma forma ainda mais vulgarizada por Hamid Mowlana (1995), que afirmou que "a globalização trouxe mais homogeneização superficial que mudança fundamental", concluindo que ela oferece uma perspectiva de universalização da cultura americana que ele chama "secularismo comercial".

O último enfoque apresentado por Prado (2001) sobre a idéia de Globalização é o que a trata como fenômeno sócio-econômico, segundo este autor, sustentado por autores como Reinaldo Gonçalves (1999) que argumenta que a globalização poderia ser definida como a interação de três processos distintos, que têm ocorrido ao longo dos últimos 20 anos, e que afetam as dimensões financeira, produtiva-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. Estes processos seriam a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. Prado faz referência também aos economistas do Banco do Japão, Masaaki Shirakaw, Kunio Olina e Shigenori Shiratsura (1997) que, segundo ele, procuram precisar melhor o conceito de globalização, distinguindo, na área financeira, globalização de internacionalização. Para estes autores, internacionalização referir-se-ia a uma situação onde se ampliam as transações com o exterior, enquanto globalização representaria a integração progressiva de cada economia na formação de um mercado mundial.

Prado (2001) coloca-se entre os que argumentam que a globalização seria um fenômeno sócio-econômico:

> Dada as distintas interpretações sobre o conceito, e a maneira pouco precisa em que, em alguns casos, este é discutido, preferimos optar por uma definição simples e facilmente mensurável. Definimos globalização como o processo de integração de mercados domésticos, no processo de formação de um mercado mundial integrado. Em vista desta definição, incluimo-nos, portanto, entre os defensores da idéia de globalização como fenômeno sócio-econômico. Nesse sentido, pode-se dividir o fenômeno da globalização em três processos, que, no entanto, estão profundamente interligados: globalização comercial, globalização financeira e globalização produtiva.
>
> Globalização Comercial é a integração dos mercados nacionais através do comércio internacional. Definimos Globalização Financeira como integração dos mercados financeiros nacionais em um grande mercado financeiro internacional. Definimos

> Globalização Produtiva como o processo de integração das estruturas produtivas domésticas, em uma estrutura produtiva internacional.

A globalização pode ser definida e percebida de diversas formas. Este é um conceito sobre o qual não há consenso na literatura internacional. As diversas abordagens sobre este fenômeno variam daquelas que tratam a globalização simplesmente como um discurso ideológico para aquelas que percebem a emergência de uma nova era para a humanidade. O objetivo deste capítulo é, justamente, buscar elementos para que se possa clarificar o conceito do que poderia ser entendido como globalização, ou seja, compreender melhor as características da contemporaneidade.

1.2 – As características da economia mundial

A globalização é frequentemente atribuída ao período pós Segunda Guerra Mundial e, especialmente, pós década de 1960. Deste modo, o entendimento dominante é o de que, como ressaltam Hirst e Thompson (1998:39), a era pós 1960 teria sido um período, de um lado, de emergência da atividade multinacional e, por outro, de rápido crescimento do comércio internacional. Subseqüentemente, com o colapso do regime de taxa de câmbio semifixa de Bretton Woods, no período de 1971-73, a expansão dos investimentos em títulos públicos internacionais e dos empréstimos bancários cresceu de maneira acelerada enquanto os mercados de capitais rapidamente se internacionalizaram, juntando-se à complexidade das relações econômicas internacionais e proclamando a globalização genuína de uma economia mundial integrada e interdependente.

Para que se possa ter uma noção mais precisa do nível de internacionalização, ou como tratam Prado e Schularick, de globalização da economia mundial é importante comparar a situação atual com outros períodos nos quais a economia também apresentava elevados níveis de integração. Para isso, toma-se como base o importante período do final do século XIX e princípio do século XX, também conhecido como o *período clássico do imperialismo*[5], para, dessa forma, dialogar com aqueles que tratam o período atual como sem precedentes na história do capitalismo, e também discutir qual a semelhança entre estes dois períodos.

O objetivo desta seção é buscar na história da economia mundial as evidências que nos mostrem a trajetória da internacionalização. Para isso, as características da economia mundial

[5] Para uma análise mais detalhada deste assunto ver os capítulos 2 e 3 desta dissertação.

e da suposta globalização serão analiticamente divididas, para que se possa ter uma melhor idéia do conjunto.

1.2.1 – As relações de comércio

Para tratar da economia mundial é preciso observar os seus mais variados aspectos, entre eles as relações comerciais, para discutir até que medida está se vivendo um novo período e qual é a característica da economia mundial. Ao analisar este aspecto, nota-se que as atividades comerciais internacionais datam das primeiras civilizações e que já na Idade Média iniciaram-se as operações sistemáticas, além das fronteiras, levadas a cabo por instituições de natureza privada (frequentemente com apoio e proteção do Estado). Até mesmo as casas bancárias ocupavam uma posição chave na internacionalização geral da atividade comercial no início do período Renascentista. No final do século XIV, estimava-se que havia nada menos que 150 companhias bancárias italianas já operando multinacionalmente (DUNNING, 1993:97-98 *citado por* HIRST E THOMPSON, 1998:40).

Outro fato que deve se enfatizar é o surgimento, nos séculos XVII e XVIII, sob o patronato do Estado, das Companhias das Índias alemã e britânica, a Companhia Muscovy, a Companhia da África Real e a Companhia de Baía de Hudson. Estas foram as pioneiras das operações de comércio nos locais que mais tarde se tornariam as principais áreas coloniais (HIRST & THOMPSON, 1998:40-41).

Com o objetivo de analisar a integração da economia mundial em termos comerciais serão considerados dados do crescimento do volume das exportações, da proporção do comércio em relação ao PIB e a relação entre o crescimento da produção e do comércio exterior. Na medida em que a taxa de crescimento do comércio mundial se torna mais elevada do que a do PIB, percebe-se uma maior importância relativa do comércio para a economia mundial. De acordo com Prado (2001), pode-se afirmar que uma região ou economia passa por processo de globalização comercial em determinado período se o comércio exterior regional ou desta economia crescer a taxa superior ao crescimento do seu PIB.

Tabela 1.1:
Volume de exportações (1913-1984, com 1913=100)

	França	**Alemanha**	**Japão**	**Holanda**	**Reino Unido**	**Estados Unidos**
1913	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1929	147,0	91,8	257,9	171,0	81,3	158,2
1938	91,0	57,0	588,3	140,0	57,3	125,7
1950	149,9	34,8	210,1	171,2	100,0	224,6
1960	298,4	154,7	924,4	445,1	120,0	387,9
1973	922,4	514,3	5,672,7	1,632,1	241,9	912,0
1984	1.459,5	774,0	14.425,2	2.383,7	349,1	1.161,5

Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fonte: Maddison, 1987, tabela A-21, p. 694

O volume do comércio exterior mundial expandiu-se em torno de 3,4% ao ano, entre 1870 e 1913. Após 1913, o comércio foi adversamente afetado pelo crescimento de tarifas, restrições quantitativas, controles de câmbio e depois pela guerra e expandiu-se em média menos de 1% ao ano, entre 1913 e 1950. Após 1950, o comércio passou a crescer mais do que 9% ao ano até 1973. Entre 1973 e meados da década de 80, a taxa de crescimento caiu, voltando a se aproximar dos níveis do final do século XIX e expandindo-se a uma taxa de apenas 3,6% (HIRST & THOMPSON, 1998:43).

Quadro 1.1:
História dos regimes monetários e das taxas de câmbio

Regime	**Período**
1. Padrão-ouro internacional	1878-1914
2. Instabilidade entre as guerras	1918-1939
a. Flutuação	1918-1925
b. Volta ao ouro	1925-1931
c. Volta à flutuação	1931-1939
3. Padrão-dólar com taxa semifixa	1945-1971
a. Conversibilidade a ser estabelecida	1945-1958
b. Sistema próprio de Bretton Woods	1958-1971
4. Padrão-dólar com taxa flutuante	1971-1984
a. Fracasso do acordo	1971-1974
b. Volta à flutuação	1974-1984
5. SME e maior zona do marco alemão	1979-1993
6. Acordos de intervenção Plaza-Louvre	1985-1993
7. Tendência a restabelecer a flutuação global	1993-

Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fontes: compilado a partir de Eichengreen (1990 e 1994); Mckinnon (1993) e avaliações dos próprios autores

É importante observar a relação entre a produção e o comércio, sendo que o crescimento do comércio de 1853 a 1872 já era mais rápido do que o crescimento da produção mundial, enquanto de 1872 a 1911 cresceu mais ou menos de acordo com a mesma taxa. Os efeitos devastadores do período entre-guerras e da Segunda Guerra Mundial são mostrados

para as duas séries. Somente a partir de 1950 houve uma expansão consistente do comércio em relação à produção, mesmo durante o declínio cíclico após 1973 (HIRST & THOMPSON, 1998:44).

Tabela 1.2:
Relação entre o crescimento da produção e o crescimento do comércio exterior (1853-1984, % anual)

	1953-72	**1872-99**	**1899-1911**	**1913-50**	**1950-73**	**1973-84**
Crescimento médio do volume [a] comercial	4,3	3,1	3,9	0,5	9,4	3,6
Crescimento médio da produção [b]	3,7	3,3	3,6	1,9	5,3	2,1

[a] 1953-1911: Reino Unido, França e Alemanha;1913-1984: Reino Unido, Estados Unidos, França, Alemanha, Holanda e Japão. [b] 1853-1911: somente produção industrial; 1913-1984: PIB.
Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fontes: 1853-1911, Lewis, 1981, tabela 5, p. 70; 1913-1984, Maddison 1987, tabela 17, p. 670.

Tabela 1.3:
Crescimento médio anual do comércio de bens e serviços e do PIB (%)

	Economia Mundial	EUA	Zona do Euro	Japão	Ásia Oriental e Pacífico	América Latina e Caribe	China	Brasil
				1970-2003*				
Comércio	5,67	6,12	5,49	5,93	9,72	5,68	12,67	6,91
PIB	3,18	3,08	2,60	3,25	7,89	3,22	9,63	4,15
Comércio/PIB	*1,79*	*1,99*	*2,11*	*1,83*	*1,23*	*1,76*	*1,32*	*1,67*
				1970-1989*				
Comércio	5,47	5,91	5,34	7,32	7,66	4,44	9,38	7,04
PIB	3,52	3,19	2,95	4,50	7,47	3,69	9,55	5,73
Comércio/PIB	*1,56*	*1,85*	*1,81*	*1,63*	*1,03*	*1,20*	*0,98*	*1,23*
				1990-2003				
Comércio	5,97	6,42	5,71	3,95	11,64	7,44	15,26	6,73
PIB	2,69	2,91	2,10	1,46	8,07	2,54	9,69	1,90
Comércio/PIB	*2,22*	*2,21*	*2,72*	*2,70*	*1,44*	*2,93*	*1,57*	*3,55*

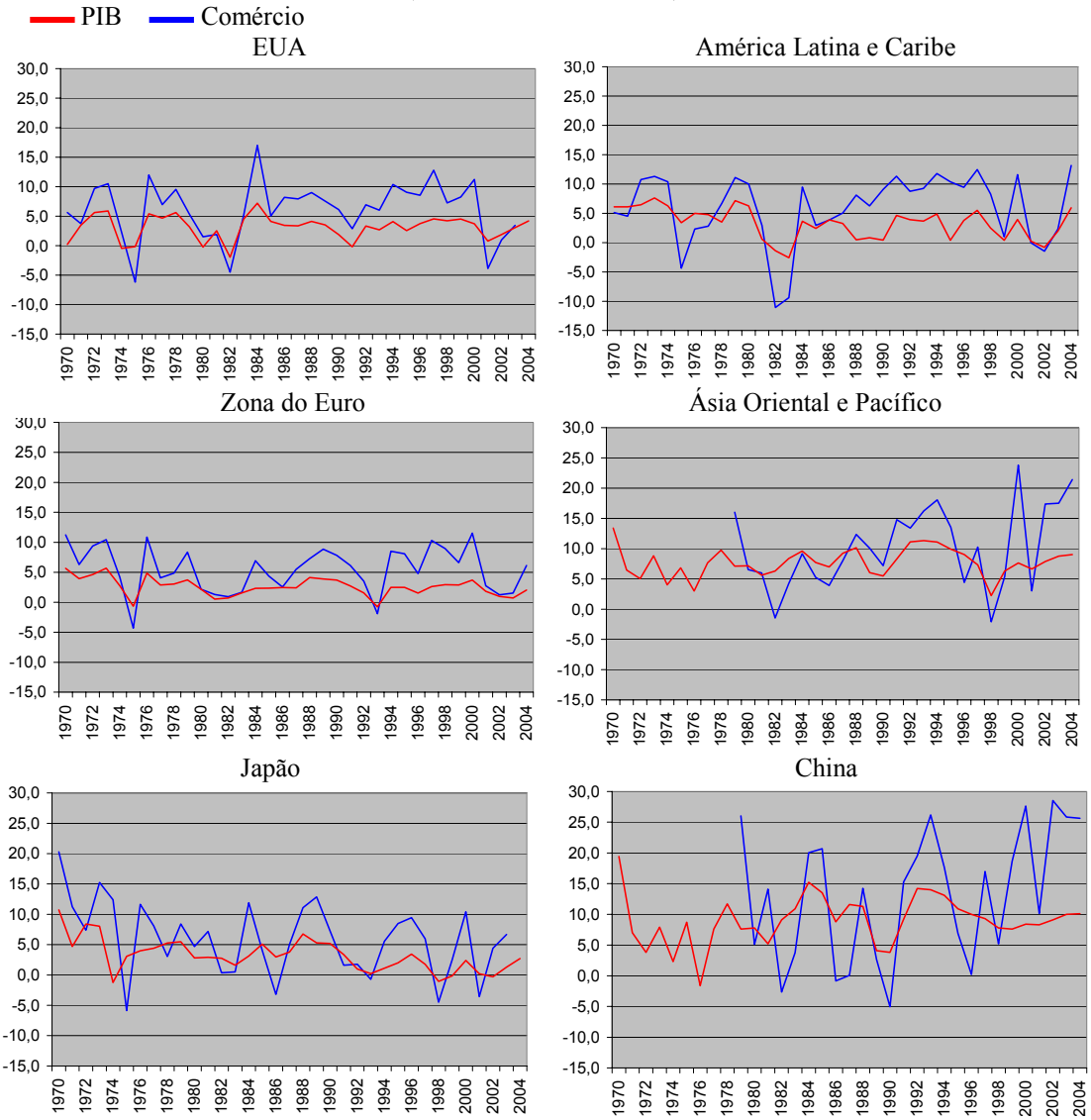
* Para Ásia Oriental e Pacífico e China, dados a partir de 1979
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial – WDI (2006)

Para os dados pós década de 1970 pode-se observar o *Gráfico 1.1,* que mostra o crescimento anual do PIB em comparação ao crescimento do comércio de bens e serviços. Pode-se perceber pela dinâmica destas duas variáveis que, elas oscilam, geralmente, na mesma direção: os anos de maior crescimento para as economias individualmente tendem também a ser anos em que há um maior crescimento do comércio. De modo geral, observa-se através destes gráficos que, mesmo com oscilações, as economias vêm apresentando, a partir da década de 1970, um crescimento do comércio maior que o crescimento do PIB. Ao se

verificar, através da *Tabela 1.3* a média anual de crescimento destas duas variáveis para os períodos de 1970 a 1989, ou de 1990 em diante, em relação a todo o período (1970-2003) vemos que não há grandes alterações no crescimento do volume de comércio. Os destaques são a China, que passa de um crescimento médio de 9,38% para 15,26% influenciando na média dos países asiáticos que passam de 7,66% para 11,65%. A América Latina como um todo contraria a trajetória do Brasil, passando de 4,44% de médias nas décadas de 1970-80 para 7,44%, enquanto o Brasil permanece praticamente constante em torno de 7%. A única grande queda percebida foi na trajetória de expansão do comércio japonês, de 7,32% nas décadas de 1970-80 para 3,95% entre 1990 e 2003.

Gráfico 1.1:

Comércio de Bens e Serviços X Produto Interno Bruto
(crescimento anual - %)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial – WDI (2006)

Deve ser questionado se o sistema internacional mudou dramaticamente desde a Segunda Guerra Mundial. Um modo de fazer isso é comparar proporções do comércio em relação ao PIB. A *Tabela 1.4* fornece estas informações. É interessante observar que, salvo diferenças dramáticas na abertura de diferentes economias ao comércio demonstradas por esses números (por exemplo, entre EUA e Holanda), a característica surpreendente é que as proporções do comércio em relação ao PIB eram, na sua maioria, consistentemente mais altas em 1913 do que em 1973, indicando uma maior abertura internacional no primeiro ano mencionado (HIRST & THOMPSON, 1998:50-51).

Tabela 1.4:
Proporção do comércio de mercadorias em relação ao PIB em preços correntes
(exportações e importações combinadas)

	1913	**1950**	**1973**
França	35,4	21,2	29,0
Alemanha	35,1	20,1	35,2
Japão	31,4	16,9	18,3
Holanda	103,6	70,2	80,1
Reino Unido	44,7	36,0	39,3
Estados Unidos	11,2	7,0	10,5

Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fonte: Maddison, 1987, extraído da tabela A-23, p. 695

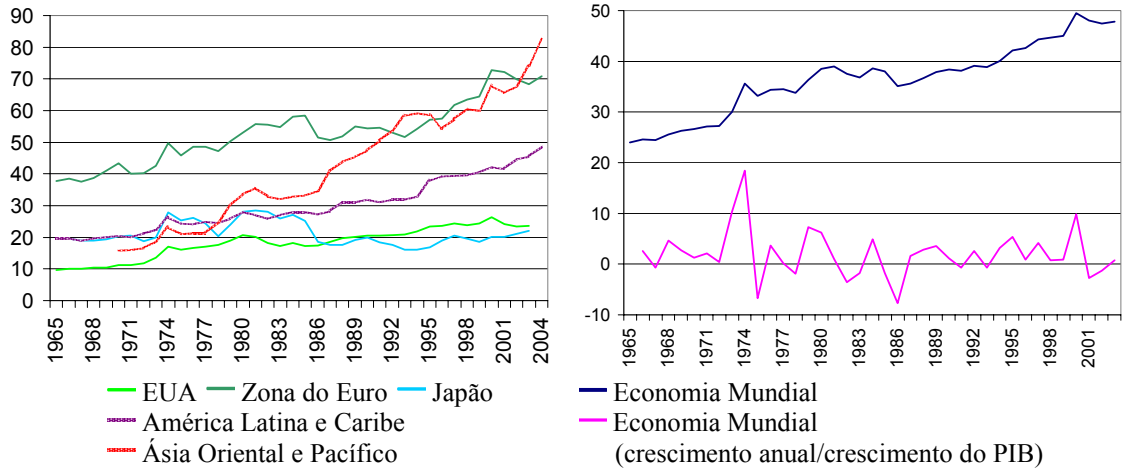
Ao analisar os períodos pós década de 1960 (ver: *Tabela 1.5* e *Gráfico 1.2*), pode-se perceber que para a economia mundial como um todo ocorre um aumento significativo da proporção do comércio em relação ao PIB, que passa de 25% no final da década para quase 50% nos anos 2000. Entretanto, esta proporção apresenta diferenças significativas entre os países; observando Estados Unidos, Japão e os países do Euro (utiliza-se estes países como uma representação dos países centrais no capitalismo contemporâneo) percebe-se situações díspares. Os EUA passam de uma participação em torno de 10% para algo em torno de 24% e o Japão passa de uma média próxima a 19% para cerca de 21%, e os países da Zona do Euro, que já detinham uma participação do comércio no PIB, de quase 40% chegam a 70%.

A situação dos países em desenvolvimento também é diversa, aqui representados pelos países da América Latina que passam de 19% para 44% e pelos asiáticos que saem de 18% e chegam a 71%. Enquanto o Japão e os EUA (depois da década de 1980) vêm praticamente mantendo uma "baixa" participação do comércio no PIB e, no caso do Japão, uma participação praticamente estagnada, a economia mundial como um todo e os demais países apresentam um crescimento considerável, com destaque para a China, que vai de 7% para mais de 50%. Outra observação que pode ser feita é que, de um modo geral, há um aumento relativo maior nesta participação a partir de 2000, o que é em parte reflexo do aumento do

comércio, mas também reflete, em alguns casos, uma diminuição no ritmo de crescimento do PIB.

Outra informação interessante é a formação bruta de capital fixo. O *Gráfico 1.2* mostra que, mesmo com o crescimento da participação do comércio de bens e serviços, com exceção das economias asiáticas, houve uma redução na parte do PIB que vem sendo destinada para a formação de novos investimentos. Isso pode ter relação com a tendência quase geral de redução nos níveis de crescimento das economias, de modo que apenas a integração comercial não seria condição para a ampliação ou manutenção nos patamares de crescimento econômico.

Gráfico 1.2:
Comércio de bens e serviços (participação em relação ao PIB - %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial – WDI (2006)

Tabela 1.5:
Proporção do comércio de mercadorias e serviços em relação ao PIB
(dólares constantes de 2000 - média anual no período)

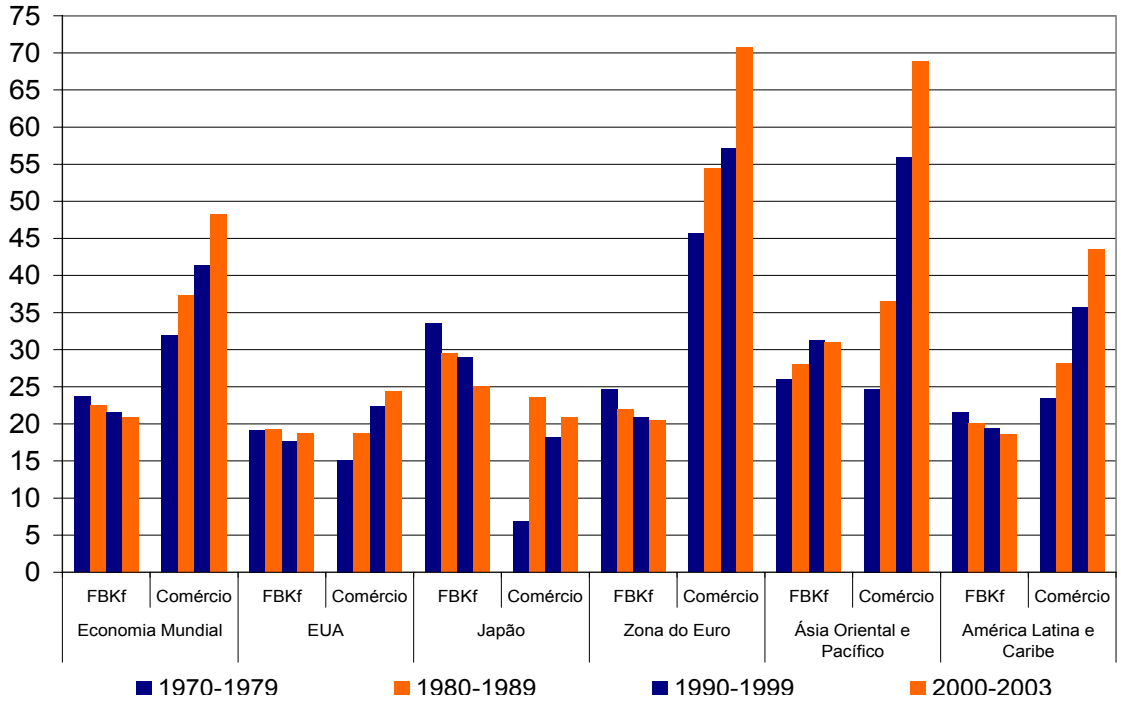
	Economia Mundial	Zona do Euro	América Latina e Caribe	Ásia Oriental e Pacífico	EUA	Japão	China	Brasil
1965-1969	25,00	38,71	19,62		10,15	19,27		12,69
1970-1974	*29,35*	*43,21*	*22,14*	*18,14*	*13,01*	*21,48*	*7,21*	*16,96*
1975-1979	34,45	48,09	24,79	23,69	17,23	24,09	11,86	16,30
1980-1984	*38,13*	*55,43*	*27,27*	*33,45*	*18,87*	*27,58*	*22,53*	*19,47*
1985-1989	36,67	53,47	29,17	39,62	18,61	19,59	30,66	16,00
1990-1994	*38,89*	*53,55*	*31,95*	*53,90*	*20,91*	*17,56*	*42,48*	*17,86*
1995-1999	43,77	60,85	39,34	58,11	23,91	18,87	39,07	18,11
2000-2004	*48,22*	*70,78*	*44,55*	*71,57*	*24,37*	*20,89*	*51,46*	*27,94*

Fonte: Elaboração própria com base nos dados e agrupamentos do Banco Mundial – WDI (2006)

Ao se tomar apenas os dados das exportações e destas em relação aos PIB's, como exemplificado na *Tabela 1.6*, pode-se perceber entre 1820 e 1913 uma significativa

internacionalização da economia em termos comerciais, ao que Prado (2001) chama de primeira onda de globalização comercial. Ao longo deste período as exportações mundiais, que representavam 1,1% do PIB mundial em 1820, alcançaram 9,3% em 1913. Observa-se que, neste período, em situações de crise econômica, como a Grande Depressão do Século XIX que ocorreu entre 1873 e 1896, o crescimento do PIB mundial (apenas 0.9% anual entre 1870 e 1900) foi mais afetado que o crescimento do comércio internacional. Já entre 1913 e 1929, período que engloba a Primeira Guerra Mundial, as hiperinflações do imediato pós-guerra na Europa e o período de recuperação da economia mundial entre 1925-1929, houve uma significativa desaceleração deste movimento de aumento da participação das exportações no PIB.

Gráfico 1.3:
Níveis de Comércio de Bens e Serviços e da Formação Bruta de Capital Fixo (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial – WDI (2006)

Como destaca Parado (2001), entre 1929 e 1950 o mundo passou por grande instabilidade política e econômica, com a Grande Depressão da década de 1930, a crise do Sistema Monetário Internacional, o fim definitivo do Padrão Ouro em 1931 e a Segunda Guerra Mundial. Neste período, esse movimento de expansão comercial que ele chama de globalização comercial, não é apenas interrompido como regride substancialmente. Em 1950, a relação exportações mundiais/PIB observada era aproximadamente a mesma de meio século atrás, isto é, de 1900. Após a Segunda Guerra Mundial, o ritmo de crescimento do comércio

internacional recupera algum fôlego, sendo que nas décadas de 1970 e 1980 houve certa desaceleração neste ritmo que parece se retomar a partir da década de 1990.

Nesta seção pode-se perceber a dinâmica da economia mundial em termos comercias. Uma primeira observação que pode ser feita é que o nível de integração comercial é altamente desigual tanto na economia mundial como um todo quanto entre os próprios países centrais e também entre os periféricos. Os países europeus apresentam, historicamente as maiores taxas de integração comercial, pois já em 1913 o Reino Unido tinha uma participação do comércio em relação ao PIB de 44,7%, enquanto os Estados Unidos possuíam uma taxa de 11,2%, que passaram em 1973 para, respectivamente, 39,3% e 10,5%. Em dados mais recentes, agora incorporando também os serviços, nota-se que entre 1970 e 1974 esta participação foi de 29,35% para a economia mundial como um todo, enquanto a participação dos países que compõem a Zona do Euro foi de 43,21%, do Japão de 21,48%, dos EUA de 13,01%, da Ásia Oriental e Pacífico de 18,14% (China, 7,21%) e da América Latina e Caribe de 22,14% (Brasil, 16,96%).

Tabela 1.6:
Exportações e PIB Mundiais

	Exportações	PIB	EXP/PIB	Cresc. Exp	Cresc. PIB
1820	7,2	635,5	1,1%		
1870	56,2	1.407,6	4,0%	4,2	1,6
1900	139,7	1.849,1	7,6%	3,1	0,9
1913	236,3	2.554,1	9,3%	4,1	2,5
1929	334,4	3.450,1	9,7%	2,2	1,9
1932	244,8	3.112,6	7,9%	-9,9	-3,3
1938	303,0	3.868,9	7,8%	3,6	3,7
1950	375,8	5.015,2	7,5%	1,8	2,2
1960	701,0	7.896,1	8,9%	6,4	4,6
1970	1.446,1	12.869,8	11,2%	7,5	5,0
1980	2.291,8	18.118,2	12,6%	4,7	3,5
1990	3.432,3	25.555,3	13,4%	4,1	3,5
1999	5491,68	30.666,4	17,9%	5,4	2,0

Exp - exportações mundiais em milhões de dólares a preços constantes de 1990; PIB - PIB mundial em milhões de dólares a preços constates de 1990; Exp/PIB - razão entre o valor das exportações e para o PIB no ano indicado; Cres EXP e Cresc PIB - Taxa Geométrica de Crescimento anual para o período que encerra-se no ano apontado, e inicia-se no ano indicado na linha anterior. Isto é, o número 4,2 para o ano de 1870 deve ser interpretado como a taxa média de crescimento anual, entre os anos de 1820 e 1870. O número de 3,1 para 1913 deve ser interpretado como a taxa média de crescimento para o período compreendido entre 1870 e 1913, e assim respectivamente. PIB e exportações mundiais de 1820 a 1990 (amostra de 56 países) a valor constante do dólar de 1990 pelo ïndice Geary-Khamis, para o ano de 1999 dados da OMC, para o índice de crescimento do comércio Internacional e do PIB para o período 1990-1999.
Fonte: Prado (2001)

O que se pode observar é que, de modo geral, houve um aumento da participação do comércio de bens e serviços, principalmente a partir da década de 1990. O que parece ocorrer

é um certo movimento cíclico, na medida em que também houve elevação destes níveis antes da Primeira Guerra Mundial, os quais sofreram os efeitos dos períodos inflacionários, de recessão, das guerras e do entre guerras, além da crise dos anos 1970. É interessante destacar que também na segunda metade da década de 1980 parece ter havido uma deterioração destes níveis apresentando-se uma redução absoluta para a economia mundial e para alguns países. Ao se tomar apenas as exportações, o patamar da sua participação em relação ao PIB alcançado em 1913 foi retomado apenas em 1970.

Outra informação que pode ser retirada destes dados é que o crescimento da integração comercial parece não estar sendo acompanhado necessariamente pelo crescimento do PIB ou mesmo do crescimento dos investimentos (neste caso medido pela formação bruta de capital fixo). De modo que, em alguns casos, o aumento da participação do comércio em relação ao PIB se deu não mais por um crescimento maior do comércio, mas por uma redução no ritmo de crescimento do PIB.

Pode-se concluir que estes dados por si só não são suficientes para se falar em fenômeno novo que tomaria conta da economia mundial como é tratada a globalização. Apesar de estar havendo, principalmente após a década de 1990, um crescimento da participação do comércio na economia mundial, este não parece ser um fenômeno novo na história do próprio capitalismo, além de que é bastante desigual para o conjunto das economias. A próxima seção deste trabalho tratará de outro aspecto que é importante para a análise da integração da economia mundial e do "fenômeno da globalização".

1.2.2 – A produção

Um aspecto importante do funcionamento da economia internacional são as relações produtivas, mas, como destaca Prado (2001), é também um de seus aspectos mais complexos e difíceis de ser tratado. Para analisar este processo, este autor define-o como o processo de integração das estruturas produtivas domésticas em uma estrutura produtiva internacional, ou a relação entre a parcela da produção internacionalizada e o PIB mundial e chama-o de "globalização produtiva".

Este aspecto da economia mundial está diretamente vinculado a questões de tecnologia, organização industrial e investimento internacional. O que Prado (2001) chama de

processo de globalização produtiva dar-se-ia: ***i.*** pelo investimento direto internacional[6] e a reinversão dos lucros desses investimentos; ***ii.*** pela difusão de padrões tecnológicos e modelos de organização industrial; e ***iii.*** pela internacionalização das estruturas de mercado e da competição empresarial.

Uma maior integração produtiva, como caracterizada por Prado (2001), só teria ocorrido depois do surgimento da moderna empresa industrial com sua estrutura fundada na existência de várias unidades operacionais distintas, com diferentes funções produtivas, no qual operam, em conjunção, atividades de distribuição e pesquisa, administradas por uma hierarquia de executivos assalariados em regime de tempo integral. Para este autor, esse tipo de empresa aparece ao fim do século XIX, formando-se entre cerca de 1880 e a Segunda Guerra Mundial, período em que algumas dessas empresas ultrapassam as fronteiras nacionais. Em grande parte, buscavam no mercado internacional o controle de recursos que não podiam ser supridos domesticamente e tinham pouca articulação internacional, a não ser os vínculos de propriedade e comerciais.

Depois da Segunda Guerra Mundial, este padrão de investimento foi rapidamente superado pela expansão das empresas transnacionais modernas na economia mundial, principalmente firmas industriais norte-americanas. Esta transformação na natureza do investimento direto internacional foi produto de um conjunto de circunstâncias tecnológicas, políticas e econômicas.

Prado (2001) destaca a importância do que ele chama de "globalização produtiva", mas, por outro lado, afirma que é necessário não superestimar o poder dessas empresas globais. Em primeiro lugar porque, embora atuando em escala mundial, não há empresas apátridas, ou seja, toda empresa está fortemente conectada a um determinado país ou pequeno conjunto de países, onde se localiza sua matriz. É nesta base que está o controle de suas ações estratégicas e na qual se encontra o seu núcleo de decisão política. Prado afirma que é dessa base que a empresa obtém apoio para suas relações com governos estrangeiros e para a projeção de seus interesses estratégicos em tratados internacionais, na medida em que são os países e não as empresas que têm assento na OMC ou no FMI. Apenas estados nacionais podem agir em organizações internacionais na defesa dos interesses de suas empresas.

> Portanto, a discussão do impacto da globalização produtiva tem de ser vista não como produto de um determinismo tecnológico, mas como o resultado de transformações históricas e mercadológicas, no contexto das relações econômicas e políticas do mundo contemporâneo (PRADO, 2001).

---

[6] "*Observe-se que o que caracteriza o investimento direto é o controle. Este pode se dar através da aquisição de uma empresa existente, pela criação de uma companhia nova, ou novos investimentos em empresas coligadas. Mas a essência dessas operações é o controle da gestão empresarial*" (PRADO, 2001).

De acordo com Hirst e Thompson (1998:87), a partir da década de 1980, em relação a estrutura da economia internacional, a mudança predominante que pode ser identificada é a maior proeminência do investimento direto externo (IDE). No período de 1945-73, o fator dominante que dirigiu a economia mundial foi o crescimento do comércio internacional; do início da década de 80 em diante, para estes autores, foi o crescimento do investimento externo direto.

Os embriões do investimento externo direto estão associados ao desenvolvimento da manufatura e à preeminências das empresas britânicas, inicialmente direcionadas para as Américas do Norte e do Sul, mas logo para a África e Austrália[7]. Apesar de não existirem dados consistentes, geralmente há consenso de que as multinacionais industriais surgiram na economia mundial após meados do século XIX e que se estabeleceram mais fortemente durante a Primeira Guerra Mundial. Os negócios internacionais cresceram fortemente na década de 1920, com o amadurecimento da corporação multinacional verdadeiramente diversificada e integrada, mas diminuiu durante a depressão dos anos 1930 e os transtornos da guerra na década de 40, reiniciando uma expansão após 1950 (HIRST & THOMPSON, 1998:41-42).

O 'longo *boom*' após a Segunda Guerra Mundial foi caracterizado por um crescimento maciço do comércio mundial e do investimento interno (e, em menor extensão, externo). A prosperidade da economia internacional baseava-se, em grande parte, nessas tendências. As exportações cresceram mais rapidamente do que a produção entre 1960 e 1990. No entanto, desde o início da década de 80 emergiu essa outra tendência e o crescimento repentino do investimento externo direto em relação às exportações. Isto não quer dizer que o próprio crescimento das exportações tenha parado em relação ao crescimento da produção, mas apenas que o crescimento das exportações foi ofuscado pela expansão do investimento externo direto. Por exemplo, entre 1983 e 1990, os fluxos de investimento externo direto expandiram-se a uma taxa média anual de 34% comparada à taxa anual de 9% para o comércio global de mercadorias (OCDE, 1992:12) (HIRST & THOMPSON, 1998:91-93).

Ao fazer a comparação das participações do investimento direto e do comércio (aqui compreendido como o comércio de bens e serviços), nota-se que a proporção do IDE vem

---

[7] "*Todavia, um dos problemas de uma classificação retrospectiva com essa é que os conceitos modernos de investimento 'direto' (envolvendo uma certa noção de controle gerencial externo), de um lado, e de investimento em 'portfolio' (envolvendo a aquisição de títulos públicos emitidos por instituições estrangeiras, de modo a obter retornos sem qualquer controle associado ou participação governamental), por outro, só foram desenvolvidos no início da década de 60, ao mesmo tempo que o próprio termo multinacional foi introduzido. O Departamento de Comércio dos Estados Unidos divulga o investimento externo direto, desde 1929, mas foi uma exceção"* (HIRST & THOMPSON, 1998:41).

crescendo mais significativamente, especialmente a partir da última década (*Tabela 1.7*). Para todos os países ou regiões selecionadas o crescimento dos investimentos foi maior que o do comércio ao se levar em conta a economia como um todo; na média, o comércio de bens e serviços mundiais se expandiu 51%, comparando-se a média anual dos anos 2000 com a média anual da década de 1970, enquanto o IDE cresceu, neste mesmo período, mais de 400%. O destaque maior foi em relação à Zona do Euro, que passou de uma participação de IDE de 0,92% do PIB na década de 1970 para uma participação de 10,35% nos anos 2000, equivalendo a um crescimento de mais de 1.000%.

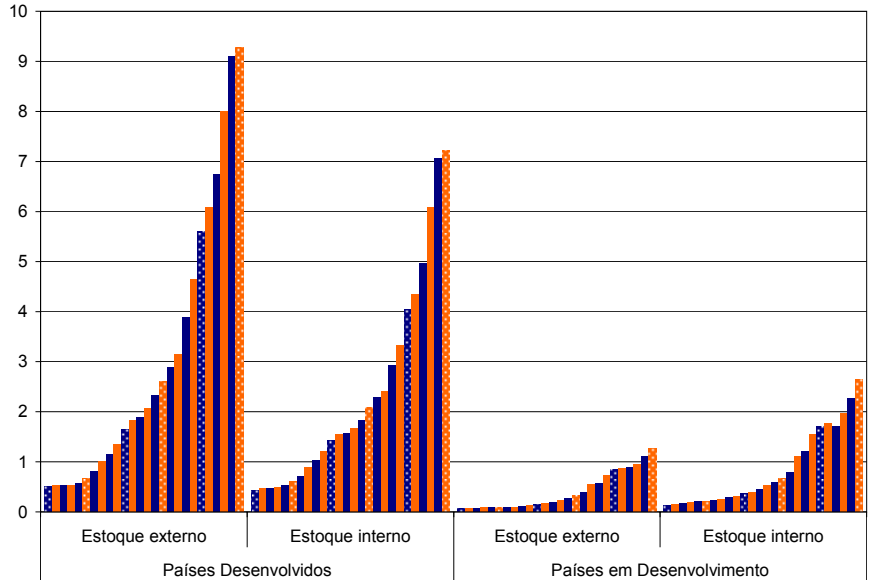
Tabela 1.7:
Participação do Comércio de Bens e Serviços e do Investimento Direto Estrangeiro* em relação ao PIB** (%)

		1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2004*	Crescimento no período**
Economia Mundial	IDE	1,01	1,29	2,90	5,13	408,1
	Comércio	*31,9*	*37,4*	*41,33*	*48,22*	*51,2*
EUA	IDE	0,83	1,20	2,37	3,04	268,1
	Comércio	*15,12*	*18,74*	*22,41*	*24,37*	*61,2*
Japão	IDE	0,26	0,68	0,70	0,92	247,4
	Comércio	*6,88*	*23,59*	*18,21*	*20,89*	*203,6*
Zona do Euro	IDE	0,92	1,30	3,96	10,35	1.026,8
	Comércio	*45,65*	*54,45*	*57,2*	*70,75*	*55,0*
Ásia Oriental e Pacífico	IDE		0,90	3,65	2,85	217,2
	Comércio	*24,67*	*36,53*	*56*	*68,86*	*88,5*
América Latina e Caribe	IDE	0,76	0,84	2,46	3,62	375,9
	Comércio	*23,46*	*28,22*	*35,65*	*43,55*	*85,6*

* Os dados de comércio de bens e serviços são até 2003.
** Crescimento (%) comparando-se o último período com o primeiro, e no caso da Ásia com o segundo.
*** Para investimento direto estrangeiro leva-se em consideração a soma das entradas e saídas líquidas.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial – WDI (2006)

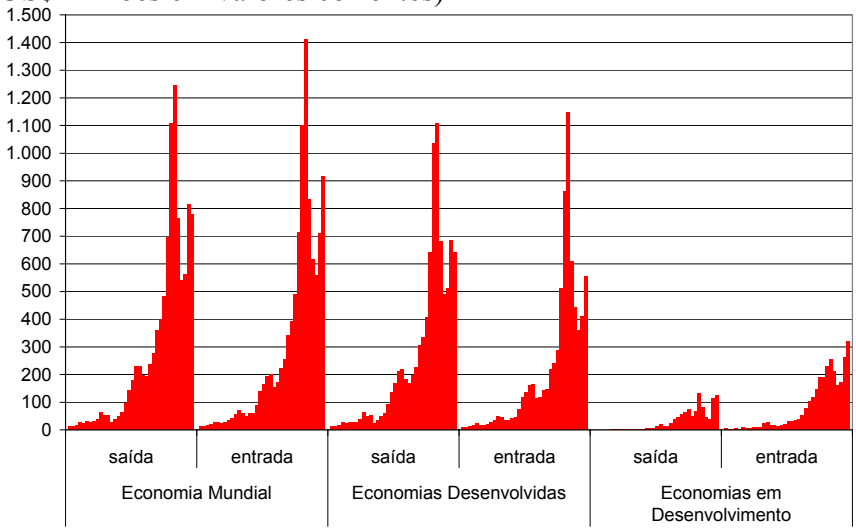
A concentração dos investimentos e do capital nas economias centrais pode ser claramente percebida ao se analisar os *Gráficos 1.3* e *1.4*. O volume de capital que enviam, recebem e detém na economia mundial é muito superior ao das economias ditas em desenvolvimento.

Gráfico 1.4:
Investimento Direto Estrangeiro 1980-2005
(US$ trilhões em valores correntes)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD – WIR 2006

Gráfico 1.5:
Investimento Direto Estrangeiro, fluxos de 1970 a 2005
(US$ Bilhões em valores correntes)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD – WIR 2006

Com relação ao IDE, verifica-se na *Tabela 1.8* e no *Gráfico 1.5* que da década de 1980 até hoje é nas economias desenvolvidas com maior participação da União Européia que estão, em média, algo em torno de 75% do total dos estoques mundiais de IDE e estes países são os proprietários de aproximadamente 87% do total do IDE. O estoque do IDE, que está nas economias ditas em desenvolvimento, era de 24,4% em 1980 e é 27,2% em 2005 tendo chegado a 30,3% em 2000 com destaque para os da Ásia e Oceania, que apresentaram os melhores resultados. Com relação ao IDE feito pelos ditos países em desenvolvimento, ao se

olhar o valor de 1980 (12,7%) e 2005 (11,9%), percebe-se que diminui suas participações, exceto os países da Ásia e Oceania, que detinham um estoque externo de IDE de 2,9% em 1980 e tem agora (2005) 8,2% do total mundial.

Tabela 1.8:
Distribuição do Investimento Direto Externo (regiões e países selecionados,1980-2005 - %)

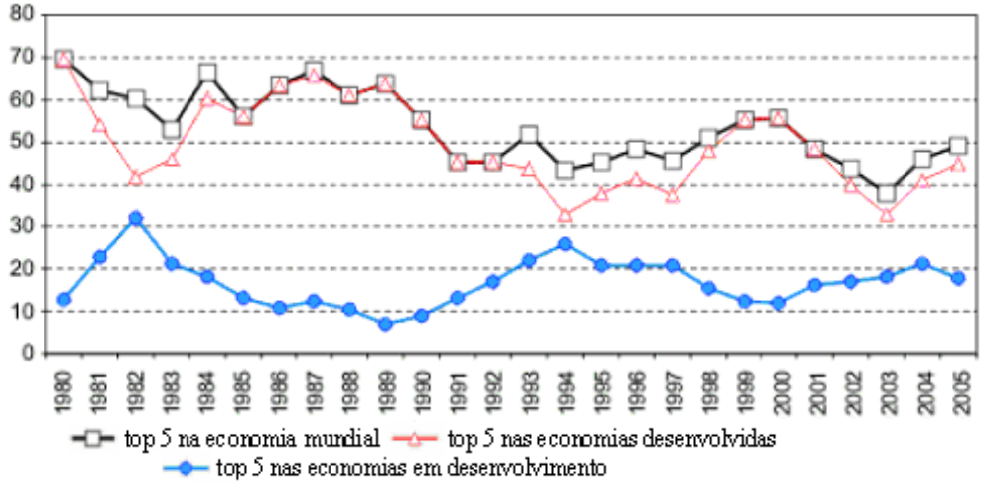
	Estoque interno				Estoque externo			
	1980	**1990**	**2000**	**2005**	**1980**	**1990**	**2000**	**2005**
Economias Desenvolvidas	75,6	79,3	68,5	70,3	87,3	81,7	86,2	86,9
União Européia	42,5	42,9	37,6	44,4	37,2	45,2	47,1	51,3
Japão	0,6	0,6	0,9	1,0	3,4	11,2	4,3	3,6
EUA	14,8	22,1	21,7	16,0	37,7	24,0	20,3	19,2
Economias em Desenvolvimento	24,4	20,7	30,3	27,2	12,7	8,3	13,5	11,9
África	6,9	3,3	2,6	2,6	1,3	1,1	0,7	0,5
América Latina e Caribe	7,1	6,6	9,3	9,3	8,5	3,4	3,3	3,2
Ásia e Oceania	10,5	10,8	18,4	15,4	2,9	3,8	9,5	8,2
Mundo	100	100	100	100	100	100	100	100
	Influxo (inflow)				Escoamento (outflow)			
	1978-1980	**1988-1990**	**1998-2000**	**2003-2005**	**1978-1980**	**1988-1990**	**1998-2000**	**2003-2005**
Economias Desenvolvidas	79,7	82,5	77,3	59,4	97,0	93,1	90,4	85,8
União Européia	39,1	40,3	46,0	40,7	44,8	50,6	64,4	54,6
Japão	0,4	0,04	0,8	0,8	4,9	19,7	2,6	4,9
EUA	23,8	31,5	24,0	12,6	39,7	13,6	15,9	15,7
Economias em Desenvolvimento	20,3	17,5	21,7	35,9	3,0	6,9	9,4	12,3
África	2,0	1,9	1,0	3,0	1,0	0,4	0,2	0,2
América Latina e Caribe	13,0	5,0	9,7	11,5	1,1	1,0	4,1	3,5
Ásia e Oceania	5,3	10,5	11,0	21,4	0,9	5,6	5,1	8,6
Mundo	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: extraído de WIR 2006 – UNCTAD

Com relação ao fluxo deste tipo de investimento, parece haver uma transferência dos países desenvolvidos para os ditos em desenvolvimento na medida em que os primeiros recebiam entre 1978 e 1980, 79,7% deste fluxo e receberam entre 2003 e 2005 59,4%, ao passo que os países em desenvolvimento receberam neste primeiro período, 20,3% e, ao final, 35,9%, novamente com destaque para Ásia e Oceania, que receberam 5,3% do fluxo mundial de IDE entre 1978 e 1980 e passaram a receber 21,4% entre 2003 e 2005. Os principais remetentes destes capitais ainda continuam sendo, de longe, os países centrais na medida que só a tríade foi responsável por 75,2% do IDE mundial entre 2003 e 2005 e estes são também os principais destinos destes capitais, na medida que receberam neste período 54,1% do IDE total. Está também nestes países quase a totalidade dos estoques destes capitais: em 2005 detinham 74,1% do total mundial.

Uma primeira observação que pode ser feita a respeito do IDE é que este é de responsabilidade principal das corporações multinacionais e que sua distribuição é social e geograficamente desigual em uma escala mundial. Este investimento é quase que exclusivamente concentrado nos estados industriais avançados e em um pequeno número de economias industriais em desenvolvimento rápido (HIRST & THOMPSON, 1998:88).

Gráfico 1.6:
Concentração dos fluxos de IDE: participação dos cinco principais recebedores em relação ao total mundial (%, 1980-2005)



Fonte: extraído de WIR 2006 – UNCTAD

É importante ter em conta que as economias podem ter se internacionalizado em um grau considerável, mas a riqueza e a produção permanecem locais e distribuídas de forma extremamente desigual. O perigo da retórica da globalização é a tendência de ignorar essas distribuições: trata o mundo como um simples mercado competitivo aberto e a situação da atividade econômica como ditada apenas por considerações comerciais (HIRST & THOMPSON, 1998:90).

Havia uma estimativa, no início da década de 90, de 37.000 multinacionais controlando mais ou menos 170.000 organizações afiliadas[8]. Destas, 24.000 (cerca de 70%) eram 'baseadas no país de origem', nos quatorze principais países desenvolvidos da OCDE, e 90% das matrizes das multinacionais estão no mundo desenvolvido (HIRST & THOMPSON, 1998:90).

Em 1992, o estoque do investimento externo direto era de 2 trilhões de dólares. As multinacionais que controlavam esse estoque eram responsáveis por vendas (internas e internacionais) de 5,5 trilhões de dólares. Isso era muito mais do que o total do comércio

[8] Estas informações referentes às corporações multinacionais, MNC's em Hirst e Thompson, ou como tratam as Nações Unidas, corporações transnacionais (TNC's) foram retiradas por estes autores principalmente de Nações Unidas (1993).

mundial, equivalente a 4 trilhões em 1992. Apenas 5% do estoque do investimento externo direto tinham suas origens em uma multinacional de país em desenvolvimento (HIRST & THOMPSON, 1998:90-91).

Cerca de 80% do comércio dos Estados Unidos eram conduzidos pelas multinacionais, o que não é atípico para os países desenvolvidos como um todo. Para o comércio total dos Estados Unidos, estimava-se que cerca de um terço era comércio *intra*-multinacional (Bonturi e Fukasaku, 1993). O comércio *intra*-multinacional – aquele conduzido dentro dos limites da empresa, envolvendo transferências além das fronteiras entre diferentes partes da organização – é difícil tanto averiguar quanto avaliar. Certamente, o investimento externo direto e o comércio das multinacionais estão muito estreitamente ligados, mas mudanças importantes estão ocorrendo e emergem diferenças entre seus padrões (HIRST & THOMPSON, 1998:91).

Há grande concentração em investimento externo direto. As 100 maiores multinacionais correspondiam a um terço do estoque total de investimento externo direto e 14% do fluxo total em 1990. Na medida em que é possível se distinguir, cerca de 60% do estoque das multinacionais eram associados à indústria, 37% aos serviços e apenas 3% ao setor primário. O crescimento no investimento externo direto do setor de serviços tem sido uma característica particular do último surto nos níveis de investimento totais (HIRST & THOMPSON, 1998:91).

Ao se tomar as principais empresas transnacionais com dados de 2004 no ramo financeiro, percebe-se que não há uma alteração deste quadro, na medida em que estas estão totalmente concentradas nos principais países do globo e detém sozinhas grande parte do IDE mundial. Observando as *Tabelas 1.9* e *1.10* nota-se que a tríade, com destaque para os EUA e alguns poucos países da Europa, controla quase a totalidade das empresas que detém os maiores volumes de ativos localizados no exterior e também das empresas financeiras.

Um dos acontecimentos mais notáveis nos últimos anos, em relação à atividade do investimento externo direto, tem sido a emergência de padrões regionais distintos de sua distribuição. Esse agrupamento regional está associado à formação de blocos comerciais, tais como o da União Européia e do chamado NAFTA. Apesar de ainda serem chamados de blocos comerciais, seria melhor descrevê-los como blocos de investimento. Uma pesquisa sobre o NAFTA, por exemplo, demonstra que ele tem a ver tanto, senão mais, com as relações de investimento entre os Estados Unidos e o México quanto com o comércio enquanto tal (HIRST & THOMPSON, 1998:98).

Apesar da defesa comum de que estamos vivendo e convergindo para uma economia totalmente interligada, uma economia global genuína, centrada nas empresas globais como

argumenta Kenichi Ohmae (1990 e 1993), a economia internacional em nada se assemelha à essa economia interligada e não parece estar convergindo para ela. A prática corrente das corporações internacionais é mais complexa e muito mais semelhante à das multinacionais. As alianças estratégicas, como as que mencionamos acima, estão criando um mercado internacional extremamente desigual, que está sendo duplicado em muitos outros setores da indústria e dos serviços (HIRST & THOMPSON, 1998:99-100).

Tabela 1.9:
50 Principais Empresas Financeiras Transnacionais
(ordenadas pelo UNCTAD Spread Index, 2004*)

1	GE Capital Services	EUA	26	Grupo BBVA	Espanha
2	Citigroup	EUA	27	Morgan Stanley	EUA
3	UBS	Suíça	28	Nordea Bank	Suécia
4	Allianz Group	Alemanha	29	Goldman Sachs	EUA
5	BNP Paribas	França	30	Barciays Bank	Reino Unido
6	Gruppo Assicurazioni Generali	Itália	31	Manulife financial Group	Canadá
7	Zurich Financial Services	Suíça	32	Aviva	Ingalterra
8	Unicredito	Itália	33	Mitsubishi Tokyo Financial Group	Japão
9	HSBC	Reino Unido	34	Commerzbank	Alemanha
10	Société Générale	França	35	Danske Bank	Dinamarca
11	Deutsche Bank	Alemanha	36	Mizuho Financial Group	Japão
12	AXA Group	França	37	Sumitomo Mitsui Financial Group	Japão
13	Credit Suisse	Suíça	38	Rabobank Nederland	Países Baixos
14	ABN AMRO	Países Baixos	39	Aegon	Países Baixos
15	Grupo Santander	Espanha	40	The Royal Bank of Scotland Group	Reino Unido
16	Bayerishe HVB Group	Alemanha	41	Dexia	Bélgica/ Luxemburgo
17	Crédit Agricole	França	42	Prudential Financial	EUA
18	Merrill Lybdh	EUA	43	Prudential Group	Reino Unido
19	AIG Group	EUA	44	Lehman Brothers	EUA
20	ING Group	Países Baixos	45	Fortis Group	Bélgica/ Países Baixos
21	JP Morgan Chase Group	EUA	46	LB-BW	Alemanha
22	Almanij	Bélgica	47	DZ Bank Group	Alemanha
23	KBC Group	Bélgica	48	Bank of America	EUA
24	Royal Bank of Canada	Canadá	49	Metlife	EUA
25	Banca Intesa	Itália	50	National Australian Bank	Austrália

* Os dados são baseados nos demonstrativos anuais das empresas.
Fonte: UNCTAD (WIR, 2006).

Tabela 1.10:
50 Principais Empresas Transnacionais Não-Financeiras, ordenadas pelos ativos externos, 2004* (milhões de dólares e número de empregos)

	Corporação	País de origem	Indústria	Ativos		Empregos	
				Externos	Totais	Externos	Totais
1	General Eletric	EUA	Eletroeletrônica	448.901	750.507	142.000	307.000
2	Vodafone Group Plc	Reino Unido	Telecom.	247.850	258.626	45.981	57.378
3	Ford Motor	EUA	Veículos	179.856	305.341	102.749	225.626
4	General Motors	EUA	Veículos	173.690	479.603	114.612	324.000
5	British Petroleum Company Plc	Reino Unido	Petróleo	154.513	193.213	85.5000	102.900
6	ExxonMobil	EUA	Petróleo	134.923	195.256	52.968	105.200
7	Royal Dutch / Shell Group	Reino Unido / P. Baixos	Petróleo	129.939	192.811	96.000	114.000
8	Toyota Motor Corporation	Japão	Veículos	122.967	233.721	94.666	265.753
9	Total	França	Petróleo	98.719	114.636	62.227	111.401
10	France Télécom	França	Telecom.	85.669	131.204	81.651	206.524
11	Volkswagen AG	Alemanha	Veículos	84.042	172.949	165.152	342.502
12	Sanofi-Aventis	França	Farmacêutica	82.612	104.548	68.776	96.439
13	Deutsche Telekon	Alemanha	Telecom.	79.654	146.834	73.808	244.645
14	RWE Group	Alemanha	Energia	78.728	127.179	42.370	97.777
15	Suez	França	Energia	74.051	85.788	100.485	160.712
16	E.on	Alemanha	Energia	72.726	155.356	32.819	72.484
17	Hutchison Whampoa	Hong Kong, China	Diversificada	67.638	84.162	150.687	180.000
18	Siemens AG	Alemanha	Eletroeletrônica	65.830	108.312	266.000	430.000
19	Nestlé SA	Suíça	Alimentos	65.396	76.965	240.406	247.000
20	Eletricite de France	França	Energia	65.365	200.093	50.543	156.152
21	Honda Motor Co	Japão	Veículos	65.036	89.483	76.763	137.827
22	Vivendi Universal	França	Diversificada	57.589	94.439	23.377	37.906
23	Chevron Texaco	EUA	Veículos	57.186	93.208	31.000	56.000
24	BMW AG	Alemanha	Veículos	55.726	91.826	70.846	105.972
25	DaimlerChrysler	EUA / Alemanha	Veículos	55.726	91.826	101.450	384.723
26	Pfizer Inc	EUA	Farmacêutica	54.055	123.850	50.287	115.000
27	ENI	Itália	Petróleo	50.212	98.553	30.186	71.497
28	Nissan Motor Co Ltd	Japão	Veículos	49.553	94.588	112.530	183.607
29	IBM	EUA	Computadores	47.928	109.183	175.832	329.001
30	ConocoPhillips	EUA	Petróleo	46.321	92.861	14.048	35.800
31	Hewlett-Packard	EUA	Computadores	45.816	76.138	93.188	151.000
32	Mitsubishi Corporation	Japão	Vendas por atacado	43.867	87.879	22.485	51.381
33	Telefonica SA	Espanha	Telecom.	43.224	86.448	78.099	173.554
34	Roche Group	Suíça	Farmacêutica	42.884	51.322	35.587	64.703
35	Telecom Italia	Itália	Telecom.	41.747	104.349	16.331	91.365
36	Anglo American	Reino Unido	Mineração	40.460	53.451	163.522	209.000

	Corporação	País de origem	Indústria	Ativos		Empregos	
				Externos	Totais	Externos	Totais
37	Fiat Spa	Itália	Veículos	39.658	77.971	87.761	160.549
38	Unilever	Reino Unido / P. Baixos	Diversificada	38.415	46.141	171.000	223.000
39	Carrefour	França	Varejo	36.415	46.141	142.129	430.695
40	Procter & Gamble	EUA	Diversificada	36.128	61.527	62.731	110.000
41	Sony Corporation	Japão	Eletroeletrônica	35.959	87.309	90.092	151.4000
42	Mitsui & Co Ltd	Japão	Atacado	35.749	72.929	17.614	38.210
43	Wal-Mart Stores	EUA	Varejo	34.525	120.223	410.000	1.710.000
44	Deutsche Post AG	Alemanha	Transporte	33.178	208.888	149.201	379.828
45	Compagnie De Saint-Gobain SA	França	Produtos Minerais não metálicos	31.952	42.071	129.034	181.228
46	Veolia Environnement	França	Água	31.946	49.396	146.249	251.584
47	Philips Eletronics	P. Baixos	Eletroeletrônica	30.330	41.848	134.814	161.586
48	Lafarge SA	França	Produtos não metálicos	30.127	33.742	52.365	77.075
49	Repsol YPF SA	Espanha	Petróleo	29.846	53.044	16.162	33.337
50	Novartis	Suíça	Farmacêutica	29.081	54.469	43.163	81.392

* Os dados são baseados nos demonstrativos anuais das empresas.
Fonte: UNCTAD (WIR, 2006)

Uma observação importante a ser feita é o fato de que 75% do estoque total acumulado e 60% do fluxo do investimento externo direto estavam localizados em simplesmente três atores, no início da década de 90. A América do Norte, a Europa e o Japão dominam tanto as origens quanto os destinos dos investimentos internacionais. No caso dos investimentos, os fluxos foram particularmente intensos entre a América do Norte e a Europa (na Área Econômica Européia). O Japão se manteve um nítido exportador de investimento externo direto, em 1990, para ambas as áreas (HIRST & THOMPSON, 1998:105-106).

Assim, enquanto as relações de investimento intra-Tríade são particularmente densas, um padrão de interligações mais discretas, mas fortes, entre cada um destes e grupos de países mais marginalizados também se torna evidente. Esses grupos de países tendem a ser regionalmente específicos e 'adjacentes' a um ou a outro membro da Tríade. Mais uma vez, isto vai contra a idéia de um campo 'neutro' ou um 'campo nivelado' no mercado global. De fato, isso confirma a relativa falta de integração dos fluxos de investimento externo direto e dos estoques, uma vez que os grupos indicam uma descontinuidade geográfica e regional nas relações entre os países. A direção da relação do investimento externo direto é entre uma ou outra força da Tríade e seus Estados 'clientes' agrupados mais do que entre esses próprios Estados clientes (HIRST & THOMPSON, 1998:106-107).

Como um 'sistema global', mas parcial em suas características realmente internacionalizadas, pode administrar, quando dois terços de sua população são totalmente excluídos dos benefícios desse sistema, ao mesmo tempo em que a prosperidade limitada que ele gera está cada vez mais concentrada entre os já empregados e ricos 14% do mundo e uns poucos Estados clientes (HIRST & THOMPSON, 1998:118)?

Através da análise da atuação das multinacionais, Hirst e Thompson (1998:cap. IV) concluem que a natureza da atividade multinacional em todas as dimensões que puderam observar é dominantemente orientada para o país de origem. As multinacionais ainda contam com sua base de origem como o centro de suas atividades econômicas, apesar de todas as especulações sobre a globalização. Estes autores afirmam que, no conjunto, as empresas internacionais ainda são predominantemente multinacionais e não transnacionais. Destacam que entre 70% e 75% do valor adicionado, no período que analisam (1987 e 1992-93) foi produzido no território de origem da multinacional.

Tabela 1.11:
Fluxos de investimento e populações (1981-91)

	População, (milhões)	1990 (%)	Fluxos de investimento, 1980-91 (%)
Total mundial	5.292.195	100	
A			
EUA e Canadá	275.865		
EC e EFTA	357.767	14	75
Japão	123.460		
B			
Dez países em desenvolvimento mais importantes em termos de fluxos [a]	1.519.380	29	16,5 (66% dos fluxos totais de países em desenvolvimento)
C			
Nove mais importantes países em desenvolvimentos mais nove principais províncias [b] chinesas do litoral	758.820	14	
A+B		43	91,5 (aprox.)
A+C		28	

[a] Cingapura, México, China, Brasil, Malásia, Hong-Kong, Argentina, Tailândia, Egito, Taiwan.
[b] Pequim, Tianjin, Hebei, Shanghai, Jiangsu, Zhejiang, Fujian, Shandong, Guangdong.
Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fontes: Worldo Population Prospects, 1990, Nações Unidas, várias tabelas: China Statistical Yerbook, 1991; Satatistical Yerbook of the Republic of China, 1991; TNCs and Integrated Intenational Production, ONU, 1993.

Tabela 1.12:
Distribuição do comércio mundial (1992- somente exportações)

	I Comércio, inclusive o intra-europeu (frações de US$ 3731 bilhões) (%)	II Comércio, exclusive o intra-europeu (frações de US$ 2843 bilhões) (%)
A		
EUA e Canadá	15,6	20,5
EU e EFTA [a]	45,2	27,9
Japão	9,1	12,0
Total	69,9	60,4
B		
Dez países em desenvolvimento mais importantes em termos dos fluxos de IED na década de 80 [b]	14,0	18,2
A+B	83,9	78,6

[a] Inclui a Suíça.
[b] Cingapura, México, China, Brasil, Malásia, Hong-Kong, Argentina, Tailândia, Egito, Taiwan.
Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fonte: 1993 International Trade Statisitcs, GATT, Genebra

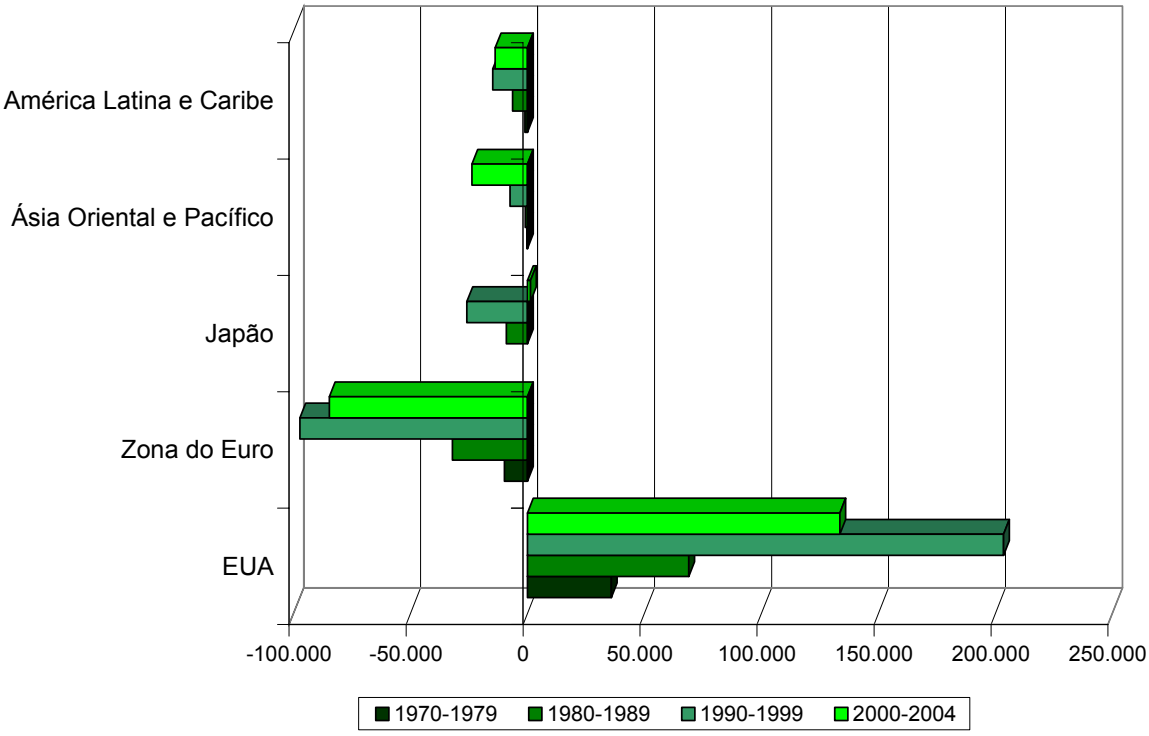
Outro ponto que pode ser observado é a migração de mão de obra. É importante destacar que não existe um mercado internacional de mão de obra, maior parte do mercado de trabalho continua a ser nacionalmente regulado. A não ser na União Européia, mesmo nos demais acordos de livre comércio, a liberdade de movimentação da mão de obra aparece extremamente circunscrita. Deve-se destacar que, durante o século XIX, o movimento maciço de trabalhadores para as fontes do capital era aceito e encorajado; hoje é rejeitado, exceto como um expediente temporário (HIRST & THOMPSON, 1998: 54-55).

Duas colocações mais gerais devem ser feitas em vista dessas observações. A primeira é que houve fases de migração internacional maciça durante muitos séculos e parece nunca ter havido uma como aquela a partir da Segunda Guerra Mundial ou de décadas mais recentes. A segunda é que, de várias maneiras, a situação entre 1815 e 1914 era muito mais aberta do que hoje. A suposta era da 'globalização' não tem visto o crescimento de um novo mercado desregulamentado e internacionalizado de migração de mão-de-obra (HIRST & THOMPSON, 1998:56).

A lógica da concentração ou da manutenção desta em detrimento de uma "genuína globalização" se faz presente também quando se propõe observar a difusão tecnológica ou a concentração do desenvolvimento tecnológico. Para se ter uma idéia deste movimento nas últimas décadas pode-se tomar, como no *Gráfico 1.6,* os recebimentos líquidos de royalties. Como observa-se neste gráfico, dos blocos e países selecionados, apenas os EUA tiveram, ao

longo destes anos, recebimentos líquidos e o Japão, que no período mais recente (2000 a 2004) apresentou um resultado levemente positivo.

Gráfico 1.7:
Recebimentos menos pagamentos de Royalty
(BoP, US$ milhões correntes*)



* Os valores apresentados para cada década são a soma dos valores anuais em dólares correntes, obtidos subtraindo-se os recebimentos menos o pagamentos de royalty. Para o Japão 1980-1989 equivale a 1977-1984; para a Ásia 1970-1979 equivale a 1975-1979.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (WDI, 2006)

Nesta parte do trabalho, é analisado o aspecto da "globalização produtiva" que é um dos pilares das afirmações de que estamos em uma era de integração mundial em um nível acentuado. Desta forma, o que se pode notar é que, especialmente a partir de 1980, começa a ter bastante importância para a economia mundial o crescimento dos investimentos externos diretos, como se pode perceber através dos dados apresentados nesta seção. Entre a década de 1970 e 2004 o investimento direto apresenta índices de crescimento bem acima dos do crescimento comercial, apesar de ainda ter uma participação no total do PIB dos países ainda reduzida comparada a participação do comércio.

Mais uma vez, uma observação que deve ser feita é que também no caso do investimento direto há uma grande concentração geográfica de seus estoques e fluxos. Ao contrário do que se poderia sugerir, eles estão concentrados principalmente entre os próprios países desenvolvidos. O estoque destes investimentos nos países periféricos fica abaixo dos 30% e entre 1980 e 2005 o estoque de investimento externo direto que os países "em

desenvolvimento" realizaram caiu de 12,7% para 11,9% do total. A participação dos países em desenvolvimento como destino destes investimentos apresentou um crescimento entre 2003 e 2005, mas chega apenas a 35% do fluxo total. Historicamente, as cinco principais economias desenvolvidas em termos de recebimento de IDE recebem em torno de 50% do total mundial destes investimentos.

Outros dois fatores observados, nesta seção, são o desenvolvimento tecnológico retratado pela remessa de royalties e a movimentação dos trabalhadores no globo. O primeiro destes fatores permanece extremamente concentrado enquanto o segundo parece continuar bastante restrito e não ter alcançado a mobilidade que já teve em outros momentos históricos.

Na medida em que as economias podem até ter alcançado determinado grau de internacionalização, a riqueza e a produção, que permanecem locais e não distribuídas de forma fortemente desigual, têm que se ter bastante ressalvas em aceitar a argumentação da "globalização", que tende a desconsiderar estes fatos e tratar a economia mundial como um simples mercado competitivo aberto e a atividade econômica como ditada apenas por considerações comerciais. Desconsiderando, desta forma, que a atividade econômica pode até ter aumentado o grau de sua internacionalização, mas continua sendo controlada e apropriada pelos países centrais do capitalismo e por suas principais empresas, que são responsáveis por grande parte do comércio e do investimento mundial, e que continuam dependendo de seus Estados nacionais, já que é através destes que interferem nos órgãos e instituições internacionais e conseguem vantagens competitivas.

Na próxima seção, será abordado o aspecto da financeirização da economia, outro fator extremamente debatido e tido como central neste momento da economia mundial capitalista.

1.2.3 – A financeirização

O aspecto financeiro da economia mundial é que se torna mais proeminente na contemporaneidade. Para Prado (2001), a crescente importância econômica e política do setor financeiro seria a expressão mais óbvia do fenômeno da globalização. A integração, ou globalização financeira, é o processo de integração dos mercados financeiros locais - tais como os mercados de empréstimos e financiamentos, de títulos públicos e privados, monetário, cambial, seguros, etc. - aos mercados internacionais. No limite, os mercados

nacionais operariam apenas como uma expressão local de um grande mercado financeiro global. Este fenômeno não trata apenas do crescimento de transações financeiras com o exterior, mas da integração dos mercados financeiros nacionais na formação de um mercado financeiro internacional.

Segundo Prado (2001), a globalização financeira seria essencialmente caracterizada pelo grande crescimento e integração de serviços financeiros em escala global. Para este autor, este movimento teria se mostrado como um processo de criação de um mercado mundial integrado de serviços financeiros, e não de capitais com grande eficiência intertemporal na alocação de recursos. Isto é, não há, como regra, um mercado financeiro internacional que disponha de uma oferta elástica de poupança, passível de ser usada para financiar crescimento acelerado de países em desenvolvimento, onde há potencial de investimento produtivo.

> Apesar da grande difusão entre profissionais de gestão financeira dos conceitos de portifólio eficiente e do CAPM (Capital Asset Pricing Model), os estudos disponíveis mostram que os investidores têm grande preferência por manter a maior parte de sua carteira de títulos nos mercados domésticos. Aliás, mesmo em países que são grandes investidores externos e estão altamente integrados no sistema financeiro internacional a maior parte da riqueza financeira em carteira é mantida domesticamente (PRADO, 2001).

A liberalização financeira da qual foi alvo a economia mundial e que teve como princípio a década de 1970, assistiu, segundo Hirst e Thompson (1998:70), a um rápido crescimento da atividade financeira internacional associado a três acontecimentos: aumento da extensão dos empréstimos internacionais, inovação financeira e conglomeração financeira.

Estes autores destacam como um movimento importante o reaparecimento dos bônus que, após o início de sua comercialização pelo Banco Mundial em 1989, provocaram uma expansão deste mercado para mais de 100 bilhões de dólares em meados de 1994. Entretanto, afirmam que a penetração de ativos estrangeiros nos mercados de investimentos institucionais internos ainda tem, relativamente, pouco peso. Particularmente, os Estados Unidos permanecem altamente não diversificados e autônomos. Enquanto o comércio global de títulos públicos e de derivativos existe, ele continua ainda apenas em uma área (América do Norte, Europa ou Pacífico Asiático).

> Um ponto importante a ser observado sobre a era atual, quando comparada ao período do padrão-ouro, é que o recente crescimento do empréstimo internacional não só tem aumentado dramaticamente o alcance dos instrumentos financeiros, mas alterado totalmente o caráter dos fluxos de capital. No final do século XIX, os empréstimos eram principalmente de natureza de longo prazo, voltados para investimentos financeiros em ativos reais. Mesmo aquela parte dos fluxos totais que compreende o investimento em ativos financeiros era fundamentalmente usada para investimento real financeiro. Isto não acontece mais. A explosão de empréstimos agregados até há muito pouco tempo fora compensada quase exclusivamente por ativos financeiros. Somente a partir de meados da

década de 80, os investimentos reais substanciais reapareceram com o crescimento do investimento direto[9] (HIRST & THOMPSON, 1998:75).

Tabela 1.13:
Empréstimos tomados nos mercados de capitais internacionais
(1976-1993 - médias anuais em US$ bilhões)

	1976-80	**1981-85**	**1986-90**	**1991**	**1992**	**1993**
Títulos públicos [a]	36,2	96,4	234,7	332,1	357,2	521,7
Empréstimos	59,4	72,0	103,1	116,0	117,9	136,7
Committed backup facilities		35,2	18,7	7,7	6,7	8,2
Uncommitted facilities [b]			70,9	80,2	127,7	152,0
Total	95,6	203,6	427,4	536,0	609,5	818,6
% de mudança no ano anterior				+23,2	+13,8	+34,3

[a] Bônus internacional e estrangeiro e, de 1986, títulos de ações internacionais.
[b] Principalmente *eurocormertial papers* e certificados de médio prazo.
Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fontes: OCDE Financial Markets Trends, n° 55, junho de 1993; n° 58, junho de 1994

Prado (2001) destaca, entre os serviços financeiros[10] que têm crescido aceleradamente nas últimas décadas, as atividades bancárias internacionais, as operações com moedas e o mercado de derivativos. Desde a crise do Petróleo em 1973, observou-se um rápido crescimento da atividade bancária com euromoeda, estimulada pela grande demanda por empréstimos dos países importadores de petróleo. O número de bancos, especialmente os norte-americanos, com filiais no exterior também cresceu rapidamente desde essa década. Em 1970 havia 79 bancos norte-americanos com 532 filiais no exterior, com ativos que somavam US$145 bilhões de dólares. Dez anos depois, este número havia aumentado para 159, o número de filiais tinha crescido para 787 e os ativos alcançavam 311 bilhões de dólares (Roberts, 1999:69 *citado por* Prado, 2001)

De acordo com Schularick (2006), a escala e o espaço da globalização financeira antes de 1914 eram verdadeiramente impressionantes. Títulos de mais de sessenta governos e ações das companhias de quase todos os continentes e setores faziam parte dos negócios europeus. Londres era, certamente, o centro financeiro do mundo mas, de certa forma, Berlim e Paris

[9] Entretanto, deve-se destacar que este crescimento dos investimentos diretos destacados por Hirst e Thompson muitas vezes continua sendo um movimento financeiro na medida em que acaba sendo utilizado em fusões e aquisições que não representam aumento no estoque de investimento real nas economias.

[10] "*Um estudo recente do Grupo dos Dez, definiu serviços financeiros como as atividades dos Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Seguro, Gestão de Ativos. A estes podemos acrescentar as atividades do mercado financeiro internacional associadas a diversificação de risco (inclusive mercados cambial e de derivativos), desenvolvimento e vendas de produtos financeiros, garantia de transações (custódias, confirmação de contratos etc). Isto é, o setor de serviços financeiros fornece serviços e produtos financeiros a consumidores, empresas e governos. Em termos econômicos eles são intermediários financeiros que fornecem várias funções de grande importância para a economia, por isto eles foram historicamente regulados e controlados pelas autoridades governamentais*" (PRADO, 2001).

rivalizaram a posição de Londres no mercado de empréstimos. As limitações em transações financeiras eram virtualmente ausentes e os fluxos financeiros entre países alcançaram níveis sem precedentes durante as três décadas do padrão ouro. Entre 1880 e 1914, a Grã Bretanha exportava, em média, entre 4% e 5% de seu PIB. Seguindo a Grã Bretanha, as outras nações européias desenvolvidas começaram a exportar o capital no último quarto do século XIX e, posteriormente, foi a vez dos Estados Unidos. Do final dos anos 1980 em diante, a liberalização do movimento de capitais espalhou-se pelo mundo. Em 1990, o mercado financeiro global estava de volta e a globalização financeira transformou-se numa palavra corriqueira.

É possível fazer uma comparação levando-se em consideração os dados do princípio do século passado. De acordo com Hirst e Thompson (1998:51-52), ao se ater às tendências de longo prazo, a evidência sugere maior abertura para os fluxos de capital no período anterior à Primeira Guerra Mundial, comparado-se com os períodos até a década de 1980. Se observarmos os fluxos de capital em relação ao PIB como na *Tabela 1.14*, veremos que, genericamente, há até uma diminuição da abertura e não um aumento para todos os países após 1975. Ao fazer uma comparação abrangente do período do padrão-ouro de 1914 com a década de 80, Turner (1991) também conclui que os desequilíbrios da conta corrente e os fluxos de capital, medidos em relação ao PNB, eram muito maiores antes de 1914 do que nos anos 80 (HIRST & THOMPSON, 1998:51-53).

Tabela 1.14:
Proporção dos fluxos de capital em relação ao PIB

	Inglaterra	**França**	**Suécia**
1905-14	6,61	-	2,01
1965-75	1,17	1,59	1,02
1982-86	1,10	0,99	1,48

Extraído de Hirst e Thompson (1998)
Fonte: Tomlinson, 1988, tabela 2, p. 4

Uma das evidências que pode ser elencada para explicar essa grande diminuição é que já nos períodos pós 1914 houve diminuição da internacionalização, devido especialmente à Primeira Guerra Mundial, e logo em seguida, à Grande Depressão dos anos 1930. Como pode-se observar através de dados extraídos do texto de Maddison (2001) e compilados na *Tabela 1.15,* ao se analisar, mesmo em valores correntes, o valor do capital investido no exterior para algumas economias, percebe-se que este diminui de montante entre 1914 e 1938, exceto para os Estados Unidos, que apresentam uma alta considerável. Estes valores e, de modo geral, a internacionalização da economia nos seus aspectos financeiros, voltam a

apresentar valores em patamares mais elevados a partir do final da década de 1980 e, em especial, das décadas de 1990 e 2000.

Tabela 1.15:
Valor nominal bruto do capital investido no exterior (US$ milhões a taxa corrente)

	Europa		Oeste		América Latina		Ásia		África		Total*	
	1914	1938	1914	1938	1914	1938	1914	1938	1914	1938	1914	1938
Reino Unido	1.129	1.139	8.254	6.562	3.682	3.888	2.873	3.169	2.373	1.848	18.311	17.335
França	5.250	1.035	386	582	1158	292	830	906	1.023	1.044	8.647	3.859
Alemanha	2.979	274	1.000	130	905	132	238	140	476		5.598	676
P. Baixos**		1.643		1.016		145		1.998		16		4.818
Outros***	3.377	1.803	632	1.143	996	920	1.913	101	779	646	7.700	4.579
EUA	709	2.386	900	4.454	1.649	3.496	246	997	13	458	3.514	11.491
Japão**		53		48		1		1.128				1.230
Total	13.444	8.331	11.173	13.935	8.390	8.774	6.100	8.439	4.664	3.712	43.770	43.988

* inclui investimentos não classificados por região.
** dados apresentados separadamente apenas para o ano de 1938.
*** em 1914 inclui Bélgica, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Suíça e Japão; em 1938 inclui 19 países europeus.
Fonte: compilado com dados extraídos de Maddison (2001)

Ao analisar os padrões do investimento global antes de 1913 e após 1990, é importante questionar quais eram os principais países receptores de fluxos internacionais de investimento em ambas as eras. Deve-se ter em conta que, dado o tamanho da economia, não é surpreendente que os EUA estejam no topo da lista. Como destaca Schularick (2006), surpreendente são as diferenças entre as listas (ver *Tabela 1.16*). Em 1914, grande parte dos principais países receptores de investimento estrangeiro eram economias menos desenvolvidas. No ano de 2001, somente uma economia menos desenvolvida pode ser encontrada entre os 12 destinatários mais importantes para os fluxos internacionais de investimento, a China. A diferença mais óbvia entre a lista atual e a anterior é a de que as economias européias não apareciam na lista histórica, mas hoje estão entre os receptores mais importantes do investimento externo.

A lista abaixo dos 12 principais receptores de investimento estrangeiro parece sugerir que os países menos desenvolvidos, em conjunto, recebem hoje uma parte menor de investimentos globais. Schularick (2006) afirma que, para definir de forma mais consistente o que seriam estes países, poder-se-ia utilizar duas classificações. Primeiramente, pode-se classificar uma economia como menos desenvolvida se seu PIB per capita for menos do que

um terço das economias avançadas. De outra forma, pode-se olhar a distribuição do investimento internacional por regiões geográficas do mundo.

Tabela 1.16:
Principais países receptores de investimento externo (US$ bilhões)

1913/14				2001			
		%	% acumulado			%	% acumulado
EUA	7,1	*15,8*	16	EUA	6277	*26,9*	27
Rússia	3,8	*8,4*	24	Inglaterra	2204	*9,4*	36
Canadá	3,7	*8,2*	32	Alemanha	1866	*8,0*	44
Argentina	3	*6,7*	39	França	1431	*6,1*	50
Áustria-Hungria	2,5	*5,6*	45	Holanda	1027	*4,4*	55
Espanha	2,5	*5,6*	50	Itália	943	*4,0*	59
Brasil	2,2	*4,9*	55	Japão	871	*3,7*	63
México	2	*4,4*	60	Bélgica/Luxemburgo	741	*3,2*	66
Índia e Sri Lanka	2	*4,4*	64	Hong Kong	608	*2,6*	68
África do Sul	1,7	*3,8*	68	Canadá	597	*2,6*	71
Austrália	1,7	*3,8*	72	China	534	*2,3*	73
China	1,6	*3,6*	75	Suíça	521	*2,2*	76
				...			
				Brasil	443	*1,9*	
				Índia	130	*0,6*	

Os dados par 2001 referem-se aos investimentos internacionais diretos e de portfólio e aos empréstimos bancários de longo prazo.
Fonte: tabela extraída de Schularick (2006). O dados de 1913/14 tem como fonte Wilkins (1989). Para 2001: investimento de portfólio retirado do IMF (2004), IDE de UNCTAD (2004), empréstimos de bancos comerciais BIS (2004). Dívida de Brasil, China e Índia calculada pelos autores através do Banco Mundial (WDI, 2004). Investimentos de carteira foram derivados do IMF (2003).

De acordo com estatísticas históricas em um total de, aproximadamente, 42 bilhões de dólares, os países com renda per capita menor que um terço das economias centrais receberam algo em torno de 20 bilhões de dólares ou aproximadamente 48% do estoque internacional total do investimento em 1913[11]. Comparativamente, no fim do século XX a situação é bem diferente – mesmo ao se levar em conta a inexatidão das estatísticas anteriores a Primeira Guerra Mundial. Em, aproximadamente, 2,9 trilhões de dólares, a parte do investimento destinada aos países com um PIB per capita menor que um terço do dos países centrais (OECD) representaram somente 12,5% do estoque global do investimento nos anos 2000 e 2001 (*Tabela 1.17*). Por padrões históricos, os países pobres são, na contemporaneidade, marginalizados no mercado financeiro global.

O quadro continua praticamente o mesmo ao se tomar a distribuição do investimento internacional por critérios geográficos. Diferentemente da situação histórica anterior, a globalização financeira atual é um processo que ocorre predominantemente entre economias

[11] De acordo com Schularick (2006), que toma como base os dados de Feis (1965 [1930]).

desenvolvidas. Enquanto os valores da América do Norte (EUA e Canadá) e Ásia (Japão inclusive) permaneceram inalteradas em 15% e 10%, respectivamente, houve grande desintegração no mercado financeiro global em três regiões menos desenvolvidas do mundo: América Latina, África e Europa Oriental. Estas regiões representavam dois quintos do estoque do investimento estrangeiro antes de 1913, mas representam menos de 10% hoje. A Europa ocidental ganhou esta parte do mercado, sendo que, em 2001, recebeu metade dos investimentos internacionais, comparado a menos de 15% na véspera da Primeira Guerra Mundial (SCHULARICK, 2006).

Tabela 1.17:
Participação dos países pobres no investimento internacional
(US$ bilhões correntes)

	estoques	que estão nos países menos desenvolvidos	participação %
	1914		
Reino Unido	19,32	7,92	41
EUA	3,5	1,48	42
França	8,88	6,10	69
Alemanha	5,82	2,74	47
Outros	4,3	~ 2,0	47
Total	41,82	20,24	48
	2001		
IDE	6845	1650	24
Empréstimos bancários de longo prazo	7175	444	13
portfolio debt	5374	308	6
portfolio equity	3942	520	6
Total	23335	2922	12,5

Fonte: Tabela extraída de Schularick (2006). Dados agregados de acordo com o PIB per capita em 1900 e 1995.

Segundo Schularick (2006), os dados da *Tabela 1.18* poderiam ser questionados. Como eles se referem a estoques, poderiam não estar captando transformações recentes na abertura das economias periféricas, como a liberalização de suas contas de capital. Entretanto, ele afirma que a participação dos países pobres nos fluxos externos diretos brutos, de débito e de capital foi em média 10% entre 1990-2002. A parte que mais cresceu foi a dos investimentos diretos. Os países de baixa renda recebiam em média aproximadamente 25% do investimento direto estrangeiro global deste período. Os fluxos de portfólio cresceram na década passada e se tornaram os principais responsáveis pela globalização financeira, mas a ascensão destas finanças não se espalhou para as regiões de baixa renda. O desenvolvimento do mercado de ações quadruplicou entre 1994 e 2002, alcançando mais do que um trilhão de

dólares por ano (BIS, 2004). Mas as inovações dos países pobres em capital estão estagnadas não em termos relativos, mas em termos absolutos (SCHULARICK, 2006).

Tabela 1.18:
Distribuição geográfica dos estoques internacionais de investimento
(% do total internacional)

	1913/14	2001	*variação (%)*
Europa Ocidental*	13,3	50,4	*37,1*
Leste e Sudeste Europeu**	13,9	1,6	*-12,3*
África	9,9	1,1	*-8,8*
Ásia (sem Japão)	9,5	8,6	*-0,9*
Japão	2,0	3,3	*1,3*
América Latina*	20,3	5,1	*-15,2*
América do Norte*	25,2	28,3	*3,1*
Austrália e Nova Zelândia	5,6	1,7	*-3,9*

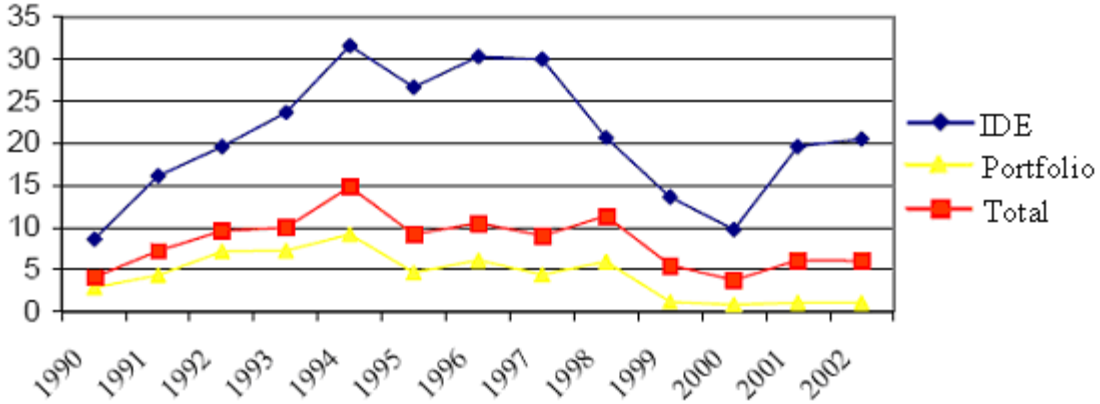
* excluindo os centros financeiros off-shore.
** inclui Turquia.
Fonte: extraído de Schularick (2006). Para os dados de 1913/14 Feis (1965) e Woodruff (1966). Para os dados de 2001: UNCTAD (2004) para o investimento direto, BIS (2004) para os empréstimos de longo prazo e IMF (2003) para o estoque dos investimentos de portfolio.

Para se afirmar se o capital estrangeiro diminuiu nos países pobres, esbarra-se no fato de que as estimativas históricas do PIB para estes países são raras e não muito confiáveis. Mas, de acordo com Schularick (2006), para algumas economias menos desenvolvidas importantes, tais dados podem ser calculados. Para que se possa ter uma noção da margem de erro aceita ao compilar tais estatísticas, pode-se observar a *Tabela 1.18*. Mas mostra-se uma tendência clara, na maioria dos países menos desenvolvidos a proporção de capital estrangeiro era mais elevada na véspera da Primeira Guerra Mundial do que no ano 2000. O declínio secular é mais óbvio na América do Sul e nas antigas colônias britânicas, tais como Índia, África do Sul e Malásia. O aumento (modesto) pode ser observado em alguns países asiáticos. Comparando a média aritmética simples em 1913 (aproximadamente 100% do PIB) e em 2000 (aproximadamente 60% do PIB), poder-se-ia concluir que, no primeiro momento, os países em desenvolvimento foram mais fortemente penetrados pelo capital estrangeiro do que a economia mundial como um todo, ao passo que os países pobres têm apresentado hoje um grau de integração financeira internacional bem abaixo do nível global.

Como ressalta Schularick (2006), de acordo com a perspectiva das economias periféricas, a principal razão para a mobilidade internacional do capital é a possibilidade de receberem fluxos líquidos importantes. Abrindo-se para o mercado de capitais globais, as economias poderiam angariar recursos para investirem e, dessa forma, livrem-se de um constrangimento ao desenvolvimento econômico. Para um aumento na taxa de investimento, o

capital deve fluir aos países em desenvolvimento em uma base líquida. Assim, é importante observar os fluxos líquidos de capital nas duas eras, contudo, o problema é que estes são difíceis de medir. Os dados detalhados dos fluxos de capital dos países menos desenvolvidos e destes países para o exterior não estão disponíveis para o que o autor chama de a primeira era da globalização. Dessa forma, Schularick estima, por um método indireto os movimentos líquidos do capital usando a balança de transações correntes das economias desenvolvidas (ajustadas para mudanças das reservas). Por definição, a balança de transações correntes ajustada iguala os fluxos líquidos de capital provenientes de uma economia.

Gráfico 1.8:
Participação dos países pobres no fluxo de investimento internacional
1990-2000 (% do fluxo global)



Fonte: Extraído de Schularick (2006). Com dados de IMF (2004) e World Bank (2004sa)

Observando as informações da *Tabela 1.19*, nota-se que o comportamento da balança de transações correntes das economias desenvolvidas suporta a idéia de importantes transferências líquidas de capital dos países ricos aos pobres na primeira era da globalização. Entre 1880 e 1913, os países desenvolvidos na amostra exportaram, na média, de 1% a 1,5% de seu PIB por ano. Embora algumas das economias avançadas tais como Austrália, Canadá e os E.U.A. tenham sido importadoras de capital na maior parte do tempo, o tamanho do superávit das outras economias desenvolvidas manteve o agregado dos países de alta renda bem positivo, conduzindo fluxos líquidos de capital substanciais ao resto do mundo, isto é, às economias menos desenvolvidas.

Estes dados voltam a confirmar a transformação da situação contemporânea em comparação com a do período clássico do imperialismo[12]. Ao se agregar a balança de transações correntes das economias avançadas, percebe-se que elas são importadoras líquidas de capital entre 1992 e 2002 (aproximadamente 0,2% de seu PIB). Entretanto, ao agregar a

[12] De acordo Schularick (2006), levando-se em conta as discrepâncias nas estatísticas do balanço de pagamentos mundial, o volume dos fluxos de capital líquidos dos países ricos aos pobres depende do método de cálculo.

balança de transações correntes dos países em desenvolvimento, os fluxos de capital líquidos dos ricos para aos pobres parecem se tornar positivos, mas, de toda forma, são bem menores que na primeira era (somente 0,2% do PIB dos países avançados). Mesmo por este método "generoso" de mensuração, é improvável que todo o erro estatístico esteja de um lado, de forma que os fluxos líquidos de capital dos países avançados foram aproximadamente duas ou três vezes mais baixos do que no primeiro período de crescimento do mercado de capitais quando as nações desenvolvidas exportaram mais de 1% de seu PIB por ano para os países pobres. Schularick afirma que, de acordo com dados de Maddison, a contribuição de países menos desenvolvidos para o PIB mundial permaneceu relativamente estável ao longo do século passado (em aproximadamente 40% do PIB mundial). Assim, mesmo em relação ao PIB dos países pobres, os fluxos de capital líquidos são muito menores hoje.

Tabela 1.19:
Estoque de capitais estrangeiros em alguns países (% do PIB)

	1913*	**1913b**	**2000**
Índia*	27	*35*	13
Rússia	33		34
Egito	134	*105*	26
África do Sul	123	*235*	57
Brasil	111	*92*	66
Chile	67	*197*	127
Argentina	129	*248*	62
Uruguai	172		75
México		*126*	42
China		*24*	41
Turquia		*98*	34
Indonésia		*51*	77
Malásia		*148*	105
Filipinas		*53*	53
Coréia do Sul		*14*	31
Tailândia		*40*	59
Média	*100*	*105*	57

* inclui Sri Lanka (Ceylon) para os dados de 1913
Fonte: extraído de Schularick (2006). A primeira coluna para o ano de 1913 foi calculada com base em dados de Woodruff (1966) com o PIB histórico de Mitchell (1992, 1993, 1995), Gregory (1982) and Obstfeld and Taylor (2003). A coluna 1913b foi baseada em Twomey (2000). As discrepancias são por vezes grandes, principalmente por utilização de estatísticas de PIB diferentes. Os dados de 2000 se referem a estoques totais de investimentos externos diretos de portfolio e em carteira. Todos os dados incluem o PIB como US$ correntes do World Bank (2004sa), exceto para os estoques de capital direto estrangeiro UNCTAD (2004).

É importante ter em conta que, ao se deparar com a situação da economia mundial, Hirst e Thompson (1998:84) afirmam que o nível de integração, interdependência, abertura, ou como quiser rotulá-lo, das economias nacionais na era presente não é novidade. Complementam ressaltando que o nível de autonomia sob o padrão-ouro até a Primeira

Guerra Mundial era muito menor para as economias avançadas do que é atualmente. "*Isto não significa minimizar o nível dessa integração, agora, ou ignorar os problemas de regulação e gerenciamento que ela acarreta, mas simplesmente registrar um certo ceticismo em relação à idéia de que entramos em uma fase radicalmente nova da internacionalização da atividade econômica*".

Tabela 1.20:
Exportação líquida de capital* dos países de renda elevada
(1890-1914 x 1990-2001 - média por período – % do PIB)

1890-1914		1990-2001		
			I	II
1890-1894	0.8	1990-1995	-0.4	0.6
1895-1899	1.4	1996-2001	-0.4	0.4
1900-1904	1.2			
1905-1909	1.4			
1910-1913	1.1			
1890-1913	1.2	*1990-2001*	-0.4	0.5

* A exportação líquida de capital iguala a balança de transações correntes menos o aumento nos estoques. Fonte: extraído de Schularick (2006). Os dados históricos englobam Reino Unido, EUA, Alemanha, França, Canadá, Austrália, Dinamarca, Noruega, Itália, Suíça, Suécia e Argentina. As discrepâncias entre os dados das colunas I e II se devem a erros nas estatísticas mundiais BoP. Os dados modernos se referem a um agregado dos 33 países de renda mais elevada de um PIB per capita de mais de US$ 8.000 em 1995. A coluna I foi calculada usando os dados de transações correntes dos países de alta renda e a II dos países de baixa renda. Com base em dados de Jones & Obstfeld (1997), Mitchell (1992, 1993, 1995), IMF (2004) e World Bank (2004sa) para o PIB.

Schularick (2006) tira três conclusões em seu artigo. Primeiramente, um aumento secular na integração financeira internacional ocorreu ao longo do século XX. Relativamente ao produto, os investimentos internacionais são consideravelmente maiores hoje do que antes. Contudo, este aumento não foi transmitido aos países em desenvolvimento. Uma perspectiva histórica de longo prazo relativa aos padrões globais do investimento mostra uma desintegração relativa das economias em desenvolvimento. Além disso, somente os investimentos recíprocos entre países ricos aumentaram de forma mais acelerada. Os importantes fluxos entre os países ricos e pobres permaneceram bem abaixo dos níveis históricos. Em 1913, os investidores britânicos tinham colocado menos de seus investimentos estrangeiros em países como a França ou a Alemanha, direcionando-os para um país como o Uruguai. Hoje, os investimentos britânicos na França são maiores do que todos os investimentos britânicos nos mercados emergentes juntos.

Uma segunda conclusão é que, já há cem anos, os investidores achavam mais atrativo investir em economias ricas do que em países pobres. Entretanto, forças diferentes parecem ter atuado nestas duas eras: naquela época o nível da riqueza de uma economia era um prognosticador muito mais fraco para a quantidade de fluxos de capital do que hoje.

Em terceiro lugar, Schularick destaca que, a liberalização financeira global nos anos 1990 não provocou transferências líquidas importantes em grande escala dos países ricos aos pobres. As balanças de transações correntes permaneceram mais ou mais menos equilibradas. Ao se levar em conta os dados históricos de investimento e da balança de pagamentos, as nações centrais construíram enormes posições unilaterais de investimento antes da Primeira Guerra Mundial. Nos dias de hoje, a parte pobre do mundo não faz parte da carteira de investimentos dos países ricos.

Com relação a movimentação financeira há um aspecto bastante interessante ao se analisar a evolução histórica do destino dos capitais internacionais (considerando-se, neste caso, investimentos internacionais diretos e de portfólio e empréstimos bancários de longo prazo). Ao contrário do que se poderia sugerir através do "discurso da globalização", o que ocorre entre 1914 e 2001 é sim uma alteração no destino dos fluxos de capital, mas estes passam a se concentrar fortemente nos países centrais do sistema capitalista e não a se espalhar pelo globo como, muitas vezes, é sugerido. Retomando os dados apresentados por Schularick (2006), verifica-se que de 1914 para 2001 os países pobres (com renda per capita menor que um terço das economias centrais) passam a receber cerca de 12% do fluxo internacional de capitais enquanto recebiam cerca de 48%.

Do crescimento que realmente ocorreu destes fluxos, a maior parte se deu, fundamentalmente, entre os próprios países centrais, contrariando mais uma vez as premissas de integração internacional e de "globalização" da economia. Na próxima parte será analisado outro aspecto que vem se tornando mais importante para a caracterização da atual fase do capitalismo, que é a dívida.

1.2.4 – A dívida

Um fator que também é muito importante a ser considerado ao analisar a economia mundial são as dívidas dos países, externas e internas. Especialmente ao se tratar dos países periféricos, os recursos provenientes do exterior têm e tiveram papéis fundamentais na constituição e na realidade atual destes países. Os recursos desembolsados para o pagamento e rolagem destas dívidas também têm grandes repercussões. Segundo Toussaint (2003), existe, na opinião pública, a idéia de que o norte ajuda o sul. Entretanto, o que existe é uma transferência maciça de sobreproduto dos assalariados e pequenos produtores dos países da

periferia para as classes dominantes destes países e dos países centrais.

No curso de doze anos seguidos (1982 a 1994), todos os países em desenvolvimento (à exceção da China) e aqueles do bloco ex-soviético foram afetados pelas crises da dívida. As políticas do ajuste estrutural foram aplicadas, progressivamente, em mais de 160 países. As políticas governamentais aplicadas em todo o planeta, à exceção de algumas raras exceções, rimam com privatizações, aumento dos impostos dos mais pobres e redução para os mais ricos, mercantilização de todas as relações sociais, aumento das desigualdades sociais, aumento da precariedade das relações de trabalho, ataques aos sistemas da segurança social baseados na solidariedade, falta de cuidados ecológicos, produtivismo selvagem, circulação livre de capitais e mercadorias, enquanto limita-se severamente a circulação dos povos (exceto entre os capitalistas), aumento do recurso à força e a agressão, dentre outras políticas e conseqüências (TOUSSAINT, 2005).

Toussaint (2005) destaca que, além das similaridades na aplicação destas políticas no sul e no norte, há não obstante uma diferença significativa. A crise da dívida dos países do sul é, principalmente, uma crise da dívida externa[13], e este é usado como o instrumento para reforçar a dominação dos países mais ricos, contando com complacência ou até cumplicidade dos governos do sul. A crise da dívida dos países do norte é, principalmente, uma crise da dívida nacional interna e é usada pelos capitalistas do norte para reforçar o uso do Estado em seu próprio benefício.

A dívida do terceiro mundo tem trabalhado simultaneamente como um instrumento poderoso da subordinação dos países do sul àqueles do norte e como um mecanismo permanente da transferência da riqueza dos produtores do sul aos capitalistas do norte, Banco Mundial, FMI, Clube de Paris, com os capitalistas do sul recebendo sua "comissão". Este mecanismo reforça outros já existentes, como a troca desigual, a transferência de pessoal qualificado e de recursos naturais.

Segundo Lorillu (2006), a dívida externa dos países em desenvolvimento (165 Estados, 86% da população mundial) alcança números astronômicos: 1,6 trilhões de dólares[14].

---

[13] Isso é reforçado pelo fato de que uma parte grande dos bancos dos países do sul foi comprada por grupos de operação bancária grandes do norte. Desta forma, os credores da dívida nacional interna são na maior parte das vezes os mesmos que aqueles da dívida nacional externa.

[14] "*En 1980, según el Banco Mundial, los países del Tercer Mundo totalizaban una deuda externa de aproximadamente 530 mil millones de dólares. Veinte años más tarde, a fines del año 2000, ésta alcanzaba alrededor de 2.050.000.000.000 dólares: cuatro veces más. En lo que concierne a los países del ex-bloque del Este, la deuda externa se multiplicó por más de 8, pasando de 57 mil millones en 1980 a más de 480 mil millones a fines del año 2000. Entre 1980 y el 2000 el Tercer Mundo reembolsó a sus acreedores algo más de 3.450.000.000.000 dólares (si se quiere calcular los reembolsos efectuados por el conjunto de la Periferia, hay que añadir más de 640 mil millones de dólares devueltos por los países del ex-bloque del Este. Total para la Periferia: alrededor de 4.100.000.000.000 dólares. World Bank, GDF, 2001). Así pues, el Tercer Mundo ha*

Apesar dela, pode-se começar a relativizar esse número porque a dívida nacional dos Estados Unidos (país que representa unicamente 4,5% da população dos países em desenvolvimento) chega a 8 trilhões de dólares. O que, segundo o autor, poderia levar a questionamentos como: que realidades estão escondidas atrás destes números?

Primeiramente, é importante ter em conta que, no sul, a dívida causa uma hemorragia de capitais que aqueles países necessitam urgentemente, o que não é realidade nos países centrais. Lorillu afirma que de 1980 até 2006 a dívida externa dos países em desenvolvimento foi multiplicada por cinco vezes. Ao contrário do que afirma o discurso oficial, a transferência de recursos é feita de forma global das cidades do sul para os credores ricos, de modo que o pagamento de juros e rolagem das dívidas destes países foram bem maiores neste período que a ajuda recebidas por eles. Segundo este autor, entre 1999 e 2004 o pagamento feito pelos países do sul foi, em média, US$ 8,1 bilhões maior do que o recebimento de novos empréstimos, sendo que as nações da África sub-sahariana dedicaram uma proporção em torno de 38% de seu orçamento ao pagamento da dívida.

É com a crise da dívida que especialmente a partir da década de 1980 entra "em cena" o Fundo Monetário Internacional, no momento em que ninguém se arriscava mais a emprestar dinheiro para as nações periféricas. Juntamente com os recursos do FMI, veio também a imposição da política a ser seguida por estas nações, que engloba, por exemplo, a eliminação maciça dos subsídios aos produtos de primeira necessidade, as privatizações, a liberalização da economia, mecanismos fiscais que têm como conseqüências a acentuação das desigualdades, redução do orçamento dos governos destinados aos objetivos sociais, desregulamentação do mercado de trabalho, dentre outras. De acordo com Lorillu (2006), é assim que "*as nações do sul perdem sua soberania econômica e política e são postas sob um regime de escravidão*".

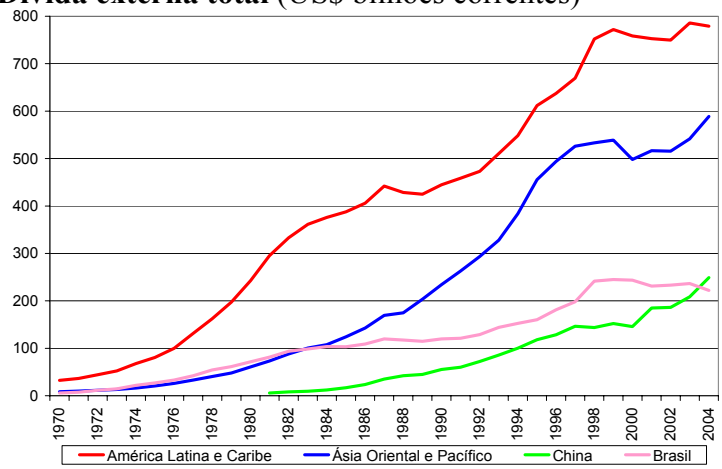
Ao mesmo tempo em que este é o receituário e, muitas vezes, as imposições feitas às nações periféricas, essas não são as regras respeitadas pelo núcleo do sistema. Algumas nações, como os EUA enfrentam déficits, as políticas protecionistas são aplicadas, atividades estratégicas são fortemente subsidiadas, mas as instituições, como o FMI, parecem ignorar este rompimento de seu receituário. Na verdade, são as nações centrais, mais especificamente os EUA, que dominam as instituições ditas multilaterais, em especial o FMI, o qual os Estados Unidos têm mais de 15% dos votos e poder de veto.

---

devuelto más de seis veces lo que debía para encontrarse cuatro veces más endeudado. Por su parte, el ex-bloque del Este ha devuelto once veces más de lo que debía en 1980 para encontrarse ocho veces más endeudado en el año 2000" (TOUSSAINT, 2004:cap. 8).

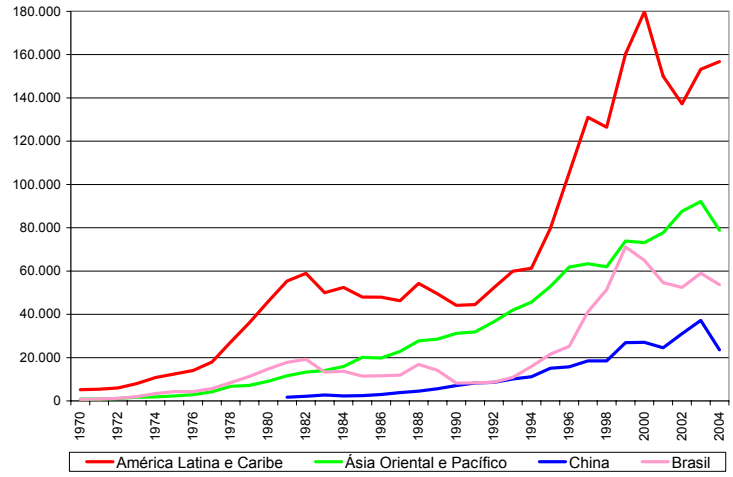
As conseqüências do déficit dos EUA são bastante diferentes das conseqüências para os países periféricos também porque é deles a moeda de aceitação mundial, significando que, a qualquer momento, podem recolher moedas de outros países. Além disso, a confiança é depositada na economia americana faz com que os atores econômicos mundiais continuem comprando títulos da dívida americana.

Gráfico 1.9:
Dívida externa total (US$ bilhões correntes)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial (GDF, 2006)

Gráfico 1.10:
Serviço total da dívida (US$ milhões)

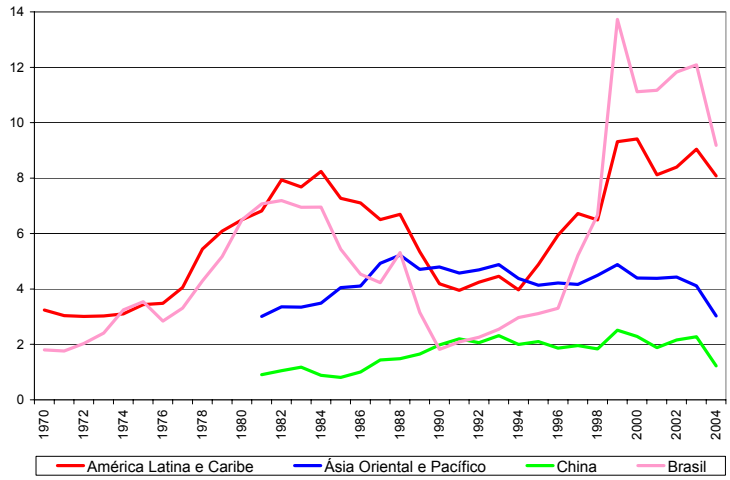


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial (GDF, 2006)

Segundo Lorillu (2006), há também um determinado número de semelhanças entre as dívidas dos países do sul e do norte, na medida em que, em ambos os casos a dívida permite uma transferência importante da riqueza da população pobre para as classes dominantes. As decisões de políticas em ambos os casos são feitas de modo que, por exemplo, haja aumento de impostos sobre mercadorias, o que acaba prejudicando muito mais as classes pobres e a diminuição de impostos sobre operações financeiras favorecendo os detentores de capital.

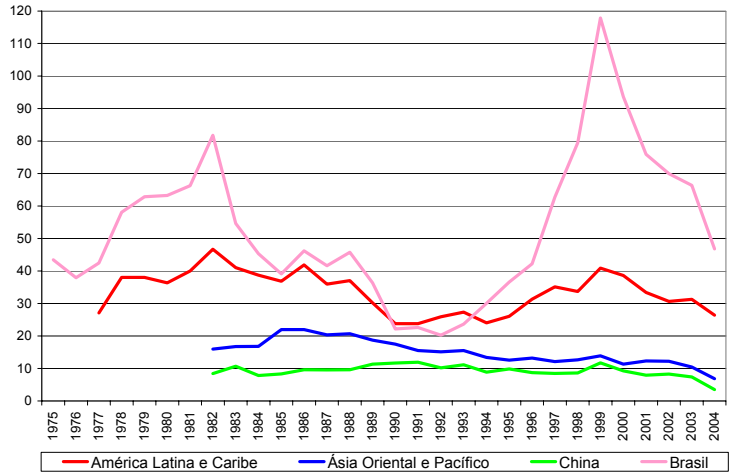
Para que se possa ter uma idéia do montante da dívida, de sua evolução absoluta e do seu serviço para os países periféricos, apresenta-se abaixo alguns destes indicadores para a China, o Brasil, a América Latina e os países da Ásia Oriental.

Gráfico 1.11:
Serviço total da dívida (% do RNB)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial (GDF, 2006)

Gráfico 1.12:
Serviço total da dívida (% das exportações de bens serviços e renda)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial (GDF, 2006)

O que se pode perceber através destes dados que mostram a questão da dívida é que crescentemente, esta vem servindo de mecanismo de dominação das nações periféricas por parte do capital internacional, principalmente através dos ditos organismos multilaterais. Mais uma vez, como é mostrado, o que parece estar ocorrendo não é uma homogeneização das nações ou, como ressalta Toussaint, uma "ajuda" no Norte para o Sul, mas o contrário, ou seja, o Sul, ou os países periféricos, remetem riqueza para o centro do capitalismo. Também, ao se analisar este aspecto da economia mundial, o conceito de globalização nas suas vertentes mais extremadas é colocado mais uma vez em cheque.

1.3 – Considerações sobre a "globalização"

Sobre a caracterização da economia mundial na atualidade Hirst e Thompson (1998:287) dizem que:

> A questão, no entanto, depende do tipo de economia internacional que existe atualmente ou está começando a existir: uma essencialmente supranacional, ou uma em que, apesar dos altos níveis de comércio e de investimento internacional, processos nacionalmente localizados e ações econômicas ainda continuam centrais. A evidência que consideramos, até então, sobre os principais aspectos dessa questão – a natureza dos mercados financeiros mundiais, o padrão de comércio internacional e o de investimento externo direto, o número e o papel das multinacionais e as perspectivas de crescimento no mundo em desenvolvimento – confirma que não há tendência alguma forte a uma economia globalizada, e que as principais nações avançadas continuam a ser dominantes. Sendo assim, devemos abandonar o modismo *prêt-à-porter* do conceito de 'globalização' e procurar modelos politicamente menos débeis.

Retomando as observações e os dados organizados ao longo deste capítulo, é possível reunir um conjunto de informações que permita tirar algumas conclusões. Para isso, deverão ser retomados os vários aspectos que caracterizariam a dita "globalização" e que foram tratados nas seções deste capítulo.

Como conclusão preliminar, pode-se dizer que a economia internacional era, de muitas maneiras, mais aberta no período pré-1914 do que tem sido, em qualquer momento, desde aquela época, inclusive a partir da década de 70. O comércio internacional e os fluxos de capital, tanto entre as próprias economias rapidamente industrializadas quanto entre estas e seus diversos territórios coloniais, eram mais importantes em relação aos níveis do PIB antes da Primeira Guerra Mundial do que, provavelmente, são hoje. Além dessa questão da migração internacional, tem-se uma economia internacional extraordinariamente desenvolvida, aberta e integrada no início do século XX. Portanto, de forma alguma o período atual é novidade (HIRST & THOMPSON, 1998:57).

É interessante observar os mecanismos internacionais que têm impacto sobre a estrutura e o crescimento na economia real, o comércio e o investimento externo direto. Os fluxos financeiros internacionais de curto prazo expandiram-se rapidamente, desde a interrupção das taxas de câmbio fixas e dos controles do capital na década de 70. Os fluxos de capital de curto prazo têm certo impacto indireto sobre o crescimento econômico, uma vez que afetam a taxa de câmbio e a taxa de juros. Mas esses fluxos de curto prazo fundamentalmente redistribuem o êxito e o fracasso em torno do sistema, e acrescentam pouco à capacidade estrutural das economias de gerarem crescimento agregado (HIRST & THOMPSON, 1998:87-88).

Outro fator que deve ser considerado é a análise da importância e do papel das empresas multinacionais. Através de análises que colocam as empresas como foco, Hirst e Thompson fazem uma tentativa preliminar de estabelecer a legitimidade deste aspecto da tese da globalização. Concluem que esta é extremamente exagerada no que diz respeito à atividade multinacional. As empresas multinacionais ainda estão muito confinadas, em termos de suas atividades empresariais como um todo, em seu território de origem; elas permanecem fortemente 'nacionalmente enraizadas' e continuam a ser mais multinacionais do que transnacionais. Isto significa que não está fora do poder dos governos nacionais regularem essas empresas.

É importante destacar, com relação ao crescimento do conjunto dos países dependentes, que os bem-sucedidos novos países industrializados asiáticos desenvolveram-se basicamente devido à formação do capital interno e devido ao investimento público, tendo o investimento externo direto um papel secundário. Por outro lado, os países latino-americanos dependeram consideravelmente de fontes de capital externas desde o final do século XIX. Se compararmos seu desempenho durante o mesmo período de crescimento acelerado dos novos países industrializados asiáticos da década de 60 à de 90, podemos ver que os países latino-americanos experimentaram flutuações violentas nos fluxos de capital e nas taxas de crescimento. No caso destes países, a pesada dependência de empréstimos externos levou à alta inflação subseqüente e a políticas deflacionárias selvagens impostas aos governos locais pelo sistema financeiro internacional. O resultado foi que o crescimento latino-americano caiu de um pico de 8% ao ano, em 1973, para menos de 2%, em 1983 e, a partir de então, tem flutuado. No mesmo período, as economias asiáticas bem sucedidas cresceram regularmente (HIRST & THOMPSON, 1998:177-179).

Na contemporaneidade, as políticas nacionais e as opções políticas têm sido abandonadas pelas forças do mercado mundial. O capital se instala onde obtenha maiores vantagens, mobilidade que não é possibilitada ao trabalhador, de forma que se propaga que os direitos trabalhistas e de proteção social são obsoletos, assim como as políticas monetárias ou fiscais que sejam contrárias às expectativas dos mercados e das empresas transnacionais. O "novo Estado-nação" pode apenas fornecer serviços sociais e públicos que o capital internacional julgue necessários e com custo mínimo.

Como destacam Hirst e Thompson (1998:271-274), para a os interesses capitalistas dos países industriais avançados, "*a retórica da globalização é uma dádiva celeste*". A globalização é, de certa forma, a negação da política, pois não se trata mais de uma questão de guerra ou paz ou de conflitos de classe, não se trata mais de uma questão de mobilização de

massa para esforços nacionais comuns de vida ou morte. Para os defensores da globalização, a política de nível nacional é mesmo menos proeminente, porque não pode alterar muito os resultados econômicos e sociais, a menos que sejam adotadas estratégias intervencionistas absurdas, que enfraqueceriam a competitividade nacional.

Reforçando as evidências que contradizem as benesses ou a própria existência em maior grau da globalização, observa-se que, cada vez mais, os pobres da Europa Oriental e do Terceiro Mundo são menos bem-vindos nos países avançados, exceto como trabalhadores convidados ou migrantes ilegais trabalhando por baixíssimos salários. As sociedades ocidentais estão despedindo trabalhadores em massa e para os trabalhadores não qualificados locais está cada vez mais difícil conseguir emprego, por isso a pressão para excluir os migrantes pobres. Na ausência de mobilidade do trabalhador, os Estados reterão poderes sobre seus povos: eles definem quem é ou não é cidadão, quem pode ou não receber assistência do governo. Neste sentido, apesar da retórica da globalização, a maior parte da população mundial vive em mundos fechados, confinados pela loteria de seu nascimento. Para o trabalhador médio ou agricultor com uma família, o Estado-nação é uma comunidade de destino. A riqueza e a renda não são globais, mas são nacional e regionalmente distribuídas entre os Estados mais pobres e mais ricos e as pequenas localidades. Para a ampla maioria dos povos, os Estados-nação não são simplesmente municipalidades ou autoridades locais, oferecendo serviços que alguém escolhe de acordo com sua relativa qualidade e custo (HIRST & THOMPSON, 1998:280-281).

É importante dialogar, também, com um dos argumentos dos *apóstolos da globalização*, o de que existiria a tendência crescente de transferência de produção e, com isso, de empregos das economias de altos salários para as de baixos salários. É certo afirmar que a tendência de certas indústrias a se localizar em, ou perder tarefas para, os países de baixos salários deve continuar a fazer pressão sobre os salários baixos e os empregos de baixa qualidade nos países avançados, mas isso não significa que a produção no setor industrial vá se transformar em movimento indiscriminado para países menores desenvolvidos. A perda de tarefas para países de baixos salários é muito menos significativa na geração de desemprego estrutural nos países avançados do que o processo contínuo de melhoria constante da produtividade, tanto na indústria quanto nos serviços na maior parte destes países (HIRST & THOMPSON, 1998:181).

Os mercados e as empresas não podem existir sem um poder público para protegê-los. Atualmente, os Estados avançados comercializam predominantemente uns com os outros e, de fato, provavelmente não vão lutar entre si. Mas a ordem mundial de livre comércio requer

força militar como respaldo e isso só os países avançados, em particular os Estados Unidos, podem oferecer. As empresas podem querer livre comércio e regimes comuns de padrões comerciais, mas só podem tê-los se os Estados trabalharem juntos para realizar a regulação internacional comum. As vantagens oferecidas pelo poder público às empresas e aos mercados não ficam só no plano nacional. Na medida em que para muitos serviços vitais aos negócios e para formas de cooperação entre empresas, as instituições de nível nacional são muito isoladas, não tendo um conhecimento local adequado e uma possibilidade efetiva de governabilidade (HIRST & THOMPSON, 1998:288-292).

Dessa forma, ao analisar a economia capitalista mundial no seu atual estágio, o que se pode perceber não é a emergência de algo totalmente novo, uma "revolução" ou uma economia que funcione de acordo com mecanismos inéditos de integração e governabilidade internacionais. A atual economia está muito distante do ideal de "globalização" defendido por seus apóstolos. Vive-se sim, principalmente a partir da década de 1990, certo movimento de aumento dos fluxos financeiros internacionais, dos fluxos de capitas e comerciais. Entretanto, esse um movimento não é inédito na história do capitalismo, ao contrário, insere-se em sua própria lógica cíclica e, além disso, possui como características não a homogeneização dos países e das oportunidades, mas sim o reforço da dominação imperialista e o fortalecimento dos países e grupos dominantes.

A economia capitalista mundial é marcada hoje por aprofundamento da própria lógica do capitalismo que não é diferente da que imperava no princípio do século passado, ou seja, a globalização que impera hoje poderia ser entendida como uma globalização das tendências já imanentes ao próprio capitalismo, pois as mudanças cíclicas do capital acabam acontecendo como meios que este encontra para defender a sua taxa de rentabilidade. O argumento deste trabalho que será perseguido ao longo dos próximos capítulos é o de que não há uma mudança radical na estrutura e na lógica dominante da economia mundial. Vive-se hoje uma continuidade, na verdade um aprofundamento, da era imperialista.

2. A teoria marxista clássica sobre o imperialismo

Para compreender uma determinada realidade é necessário que se possa refletir a seu respeito e assim apreender teoricamente seus determinantes. É justamente no momento atual em que predominam, seja no cenário nacional ou internacional, as interpretações e teorias que dizem que estamos caminhando para o auge da evolução capitalista, para a integração dos povos através da globalização, que o resgate das teorias críticas que possam desmascarar o discurso ideológico se faz ainda mais necessário.

É nessa perspectiva que a teoria marxista pode desempenhar um papel fundamental. A clarificação dos conceitos e a contribuição para o desenvolvimento de aportes teóricos a esta teoria, como são as "teorias" do imperialismo e da dependência, também é uma tarefa que reserva particular importância. O entendimento da configuração da economia capitalista mundial, de suas características e de suas determinações e da relação necessária entre os países centrais e periféricos é fundamental para que seja possível a ação transformadora dessa realidade.

Este capítulo tem por objetivo resgatar a teoria marxista, mais especificamente os seus desenvolvimentos com relação à teoria do imperialismo, na medida em que considera-se esta teoria como um valioso manancial para o entendimento da realidade. Para isto, serão retomados principalmente os clássicos do marxismo que abordam este tema: Lênin, Rosa Luxembug e Bukharin.

2.1 – Os clássicos do imperialismo

É com vistas a tentar definir um conceito sobre o que seria imperialismo que se retoma a teorização marxista clássica sobre este tema. Para que, a partir daí, seja possível analisar a eventual atualidade de tal formulação teórica, suas falhas e acertos para a aplicação no século XXI. Desse modo, pode se tornar possível inclusive a análise de eventuais alterações e precisões que precisem ser feitas em tal formulação.

Segundo Del Roio (2005), caracterizaram-se como duas as principais vertentes de interpretação crítica do imperialismo do início do século passado até a metade da I Guerra

Mundial, uma reformista e outra revolucionária. A formulação crítica reformista tende a observar a política imperialista como um desvio ou uma deformação temporária do processo civilizatório capitalista, que deveria ser corrigido, até para que se preservasse o potencial democrático, supostamente contido na ordem burguesa. A leitura reformista do imperialismo está vinculada ao debate iniciado na Alemanha, no seio do movimento socialista, em torno das idéias de Bernstein sobre a necessidade de revisão da teoria socialista marxiana por conta das importantes novidades trazidas pelo desenvolvimento capitalista recente[15].

A primeira obra marcante sobre a questão do imperialismo foi o famoso livro *Imperialismo,* de John Hobson, escrito em 1902. O livro critica as guerras imperialistas e entende o imperialismo como um desvio que surge das condições de luta por territórios e mercados. Em 1910, Rudolf Hilferding lança o seu livro *O capital financeiro*, no qual o autor percebia na formação e afirmação dos cartéis e dos trustes a particularidade do capitalismo do início do século XX, que tendia a monopolizar o mercado. Destaca importância para os bancos e sua fusão com o capital industrial e para a capacidade organizativa que adquire o Estado, na medida em que a concorrência no mercado mundial demanda o apoio e a presença constante do Estado junto ao capital, de modo que se estreitam as relações entre Estado e burguesia. Outro autor importante que tratou da questão do imperialismo foi Karl Kautisky[16], com diversos artigos escritos na metade dos anos 1910. A posição de Kautisky, que vai ser alvo de contraposição por parte principalmente de Rosa Luxemburg, Lênin e Bukharin, era a de que a guerra e o imperialismo representavam um desvio no processo civilizatório conduzido pelo capitalismo (e pela burguesia) e que poderia ser contornado dentro da ordem burguesa[17].

---

[15] Bernstein fora bastante influenciado pelo social-reformismo fabiano da Inglaterra (vertente urdida no seio do protestantismo).

[16] Pertencia à mesma corrente centrista que Hilferding no seio do movimento socialista do início do século XX.

[17] Para abordar o tema Imperialismo é importante destacar que este termo não é de origem marxista e, mesmo sendo por vezes utilizado para se referir a períodos mais antigos, segundo Pistone (1983:611), sua origem data da Inglaterra vitoriana em 1870. Pistone (1983:611-621) destaca que existem diversas correntes teóricas que se apropriaram deste termo, o utilizado das mais diversas formas. Esse autor, agrupa estas teorias em quatro correntes fundamentais: as teorias de inspiração marxista, a orientação social-democrata, a interpretação liberal e, a interpretação baseada na teoria da razão do Estado. A primeira destas teorias é o objeto deste capítulo. Pistone (1983:615) diz que a interpretação social-democrata do Imperialismo tem como elementos característicos: "*a) rejeição (comum, aliás, a todas as teorias não marxistas sobre o Imperialismo) da tese relativa ao nexo orgânico entre Imperialismo e capitalismo, de onde se deduz que só com a abolição deste sistema sócio-econômico será possível eliminar o Imperialismo e as guerras; b) convicção de que as tendências imperialistas existentes no capitalismo (aliáveis às tendências imperialistas provenientes de grupos sociais pré-capitalistas, como as castas militares, por exemplo) podem ser eliminadas, com reformas democráticas e reformas econômico-sociais*". Incluídos nesta vertente estão autores como Hobson, Hilferding e Kautsky. Deve-se destacar como um dos elementos centrais dessa teoria o fato de que "*o Imperialismo agressivo constituí, não uma **fase** necessária do capitalismo, mas uma de suas **políticas**, que pode ser substituída por outra [...] A classe operária há de ter, por conseqüência, interesse em favorecer a evolução nesse sentido, com uma política que favoreça as tendências mais pacíficas do capitalismo, que debilite o militarismo (fortalecedor das tendências imperialistas do capitalismo) e abra perspectivas a progressiva criação de vínculos federativos entre os Estados*" (PISTONE, 1983: 615). Relativamente à teoria liberal, Pistone (1983:616) afirma que "*se as doutrinas*

> Quando a vertente centrista "ortodoxa" do SPD compôs uma nova maioria com as tendências mais à direita (e que nada tinham em comum com a cultura marxista), uma nova esquerda teve origem no movimento socialista alemão. Logo em seguida, na Rússia, a vertente bolchevique tomou a decisão de promover a cisão teórica e orgânica com o reformismo menchevique. Ainda que minoritária, as esquerdas conseguiram fazer passar uma declaração do movimento socialista internacional contra a guerra que se aproximava, ameaçando a burguesia com a revolução. O problema do imperialismo ganhava uma forte premência nesse contexto, ainda mais acentuado com o espocar da guerra (DEL ROIO, 2005).

A teoria revolucionária surge então neste contexto, e é sobre ela que se dará a análise deste trabalho, centrada nas contribuições entendidas como as mais relevantes para a discussão da teoria marxista clássica do imperialismo (do início do século XX), a qual Del Roio chama de *teoria revolucionária do imperialismo*.

> El estudio del imperialismo en los clásicos del marxismo constituye una tarea imprescindible, en cuanto permite la obtención de un conjunto de categorías conceptuales y elementos teóricos necesarios en la estructuración de un nuevo marco teórico de compresión de las relaciones económicas internacionales (CAPUTO & PIZARRO, 1970:147).

Tendo como base estas considerações, serão retomadas as contribuições de Rosa Luxemburg, Bukharin e Lênin e, em seguida, será feita uma tentativa de compreensão mais geral da teoria do imperialismo, embasada nesses autores.

---

social-democratas se afastam claramente de alguns princípios basilares do marxismo ortodoxo ou revolucionário, porquanto tendem a considerar possível a correção de aspectos imperialistas do capitalismo, a teoria elaborada por Schumpeter num ensaio de 1919, representa completamente o oposto da posição marxista. [...] o Imperialismo moderno, longe de ser um produto do modo capitalista de produção, é, ao contrário, o resultado de condições políticas, culturais, psicológicas, sociais e econômicas pré-capitalistas, que o desenvolvimento capitalista não conseguiu ainda eliminar. Em resumo, o capitalismo (que, para Schumpeter, na época em que escrevia o seu ensaio, não existindo interferências políticas contrárias, devia tender naturalmente a um equilíbrio fundado na livre concorrência e no livre mercado, e não, ao invés, no monopólio e no protecionismo) é, por sua natureza, essencialmente pacífico, na medida em que lhe é intrínseca uma forte tendência à racionalização – no sentido racional dos custos e dos lucros –, que estende progressivamente a sua influência a todos os aspectos da vida social". A outra interpretação do Imperialismo seria aquela baseada na teoria da razão de Estado. Segundo Pistone (1983:617), inserem-se nesta linha a doutrina alemã do Estado-potência (com autores como Paul Rohrbach, Max Weber, Otto Hintze e Hermann Schumacher) e a corrente federalista (principalmente Lionel Robins, Lord Lothian, Luigi Einaudii, Ernesto Rossi, Altiero Spinelli, Ludwig Dehio e Marcio Albertini). "*O elemento distintivo desta orientação assenta na tese da autonomia da política externa em relação às estruturas internas dos Estados, tese que se contrapõe à do primado da política interna sobre a externa, que constituía, ao contrário, o fundamento teórico das tendências interpretativas anteriores e é elemento característico do internacionalismo. Em resumo, enquanto para estas tendências o Imperialismo deriva fundamentalmente das estruturas políticas internas e/ou econômico-sociais dos Estados, podendo, por isso, só ser superado com a transformação de tais estruturas (obviamente em diferentes direções, segundo os diversos pontos de vista), a orientação que analisamos vê no Imperialismo, em última análise, uma conseqüência da estrutura anárquica, porquanto fundada na soberania estatal absoluta, das relações internacionais. [...] A anarquia internacional estabelece entre os Estados, qualquer que seja o seu sistema econômico-social e o seu regime político, a lei da força, transformando, por isso, inexoravelmente, a diversa distribuição do poder entre os Estados em domínio dos mais fortes sobre os mais fracos e, conseqüentemente, em possibilidade de exploração econômica destes por aqueles. [...] Em tal situação o único modo de eliminar pela raiz o Imperialismo, assim como em geral as guerras, está na superação da anarquia internacional por meio de uma Constituição federal mundial, que substitua a política de potência pela defesa jurídica da independência das nações*" (PISTONE, 1983: 617).

2.1.1 – A contribuição de Rosa Luxemburg – 1913

A produção capitalista é, segundo Rosa Luxemburg (1984a:24-25), considerada no mundo inteiro e desde o início, o próprio depósito dos tesouros das forças produtivas. De modo que em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social. Para Luxemburg, a questão dos elementos materiais da acumulação do capital estaria longe de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia realizada, pois seria necessário que o capital dispusesse cada vez mais do globo terrestre todo a fim de que tivesse uma oferta qualitativa e quantitativa ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção.

Luxemburg dá destaque à existência de países e setores não capitalistas como importantes para a existência do próprio capitalismo[18]:

> [...] O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista. [...] A produção capitalista fornece meios de consumo acima das próprias necessidades (ou seja, as dos operários e as dos capitalistas), cujos compradores pertencem às camadas ou países não-capitalistas (LUXEMBURG, 1984a:19-20).

Segundo a autora, seja sob o ponto de vista da realização da mais-valia, seja sob o ponto de vista da obtenção dos elementos do capital constante, o capital comercial seria, por princípio, uma condição histórica da existência do capitalismo, comércio este que, nas condições concretas existentes, seria, por natureza, uma troca que se verificaria entre as formas de produção capitalistas e as não-capitalistas.

Para Luxemburg, o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas. Essa relação não esgota com a mera questão do mercado não excedente existente para o "produto excedente". Também é imprescindível ao capital a presença dos meios de produção e da força de trabalho por toda a parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação, ele necessitaria de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Segundo Luxemburg e em sua maioria estas riquezas se encontrariam ligadas às formas de

---

[18] "*[...] o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas. Essa relação não esgota com a mera questão do mercado não excedente existente para o 'produto excedente', como formulavam Sismondi e posteriormente os críticos da acumulação capitalista e os céticos que dela duvidavam*" (LUXEMBURG, 1984a:28).

produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resultaria a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades.

Segundo Luxemburg (1984a:28), "*em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas*". Essas formas são o meio histórico desse processo. O domínio efetivo das relações sociais não-capitalistas dos países em que se estabelecem esses ramos da produção provoca no capital a tendência de trazer à sua tutela todos esses países e sociedades, em que, além do mais, as relações primitivas permitem intervenção mais rápida e violenta da acumulação que a imaginável em condições sociais puramente capitalistas.

> [...] O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem duvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas como conceitos de Economia Social. Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumida por seus próprios produtores e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho (LUXEMBURG, 1984a:29).

Para Luxemburg, no intercâmbio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas partes determinadas do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. De outra forma, a parte da mais-valia que é destinada à capitalização teria de ser realizada "externamente". Com o desenvolvimento internacional do capital, a capitalização da mais-valia se torna, a cada instante, mais urgente e precária, a base de capital constante e variável se torna cada vez maior, seja de modo absoluto enquanto massa, bem como em relação à mais-valia. Isso explicaria o fato contraditório dos antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, competindo mais fortemente e em função de suas relações com os países não-capitalistas. Como um reflexo da lei da taxa decrescente de lucro, as condições de capitalização da mais-valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição.

> Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. As formas de produção da economia natural de nada servem, no entanto, ao capital para a realização de qualquer um destes fins. [...] a produção que se destina à satisfação das próprias necessidades é a característica determinante dessas economias. [...] O mais importante no entanto é o seguinte: em todas as formas de produção de cunho econômico-natural existe sempre algum vínculo com os meios de produção e com a mão-de-obra. Tanto a

> comunidade camponesa comunista como a propriedade agrícola feudal e outras formas congêneres estabelecem como base de sua organização econômica a sujeição dos principais meios de produção – terra e força de trabalho – ao direito e à origem. Nesse sentido, a economia natural cria dificuldades sérias às exigências do capital. Eis porque o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal (LUXEMBURG, 1984a:31-32).

Na luta contra a economia natural, o capitalismo teria os seguintes objetivos: apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como borracha, etc.; "libertar" força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; introduzir a economia mercantil; e separar a agricultura do artesanato.

A dominação capitalista se configura no cenário mundial na medida em que, primeiro, expulsa os camponeses da Inglaterra, depois de lhes arrancar a terra; a seguir, empurra-os para o oeste dos Estados Unidos; do oeste os empurra para o leste a fim de (sobre as ruínas da economia indígena) fazer deles, de novo, pequenos produtores mercantis; do leste os desloca para o norte e os arruína outra vez; as ferrovias abriram o caminho e o capital fazia o resto[19]. Destaca Luxemburg (1984a:59) que "*assim o capital lidera o movimento e também o encerra como seu carrasco*".

> [...] o capitalismo expande-se cada vez mais graças a suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade à qual se associa, procurará desalojá-la e assumir seu lugar. E à medida que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não-capitalistas ainda abertas à expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando à conquista dessas regiões de acumulação; tanto mais freqüente também se tornam, no cenário mundial, as incursões do capital, as quais acabam constituindo verdadeiras cadeias de catástrofes (de ordem econômica ou política), representadas pelas crises mundiais, pelas guerras e pelas revoluções (LUXEMBURG, 1984b:113).

Segundo Luxemburg, a hipótese de Marx, adotada no esquema de acumulação, corresponde à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e o resultado teórico final. Desse modo, o processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. O resultado da luta entre o capitalismo e a economia mercantil simples seria que, depois do capital ter

---

[19] "*[...] Os índios tiveram de ceder lugar aos fazendeiros; agora era a vez do fazendeiro ceder lugar ao capital e ser ele mesmo empurrado para o outro lado do Mississipi.* (LUXEMBURG, 1984a:54) ; *O mesmo processo, se bem que referente a um quadro histórico totalmente diferente e desenvolvido na África do Sul, nos mostra mais claramente ainda os 'métodos pacíficos' da concorrência capitalista em relação aos pequenos produtores mercantis*" (LUXEMBURG, 1984a:59-60).

substituído a economia natural pela economia mercantil simples, ele mesmo toma o lugar desta última. "*Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas*" (LUXEMBURG, 1984a:63). Como a acumulação se realizaria obrigatoriamente por absorção ela consistiria na mutilação e absorção dos meios não-capitalistas, resultando que ao mesmo tempo em que a acumulação de capital não pode existir sem as formações não capitalistas, também não permite que estas sobrevivam a seu lado[20].

> E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. ***A impossibilidade de haver acumulado significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas*** e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. ***Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital*** (LUXEMBURG, 1984a:63, grifos meus).

Rosa Luxemburg sustenta a hipótese de que o esquema marxista de reprodução ampliada não corresponde às condições da acumulação enquanto ela progride. Não seria possível mantê-la dentro do quadro estrito das relações e dependências recíprocas e fixas que existem entre os dois grandes departamentos da produção social (departamento dos meios de produção e departamento dos meios de consumo) formuladas pelo esquema. A acumulação não seria uma simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas uma relação entre o capital e o meio não-capitalista, na qual os dois grandes ramos da produção no processo de acumulação seguem, em boa parte, de forma independente e autônoma, de modo que os movimentos de ambos se cruzam a passo e se interligam. Para Luxemburg, as complicadas relações daí resultantes, as diferenças de velocidade e de orientação seguidas pelos dois departamentos no decorrer da acumulação, suas relações materiais e a correlação entre os valores e as formas de produção não-capitalistas não podem ser expressas exatamente de forma esquemática. Desse modo, o esquema marxista de acumulação seria apenas expressão teórica daquele momento em que a dominação do capital alcance a sua última barreira. Portanto, "*uma ficção teórica como sucede com o esquema de reprodução simples, que formula teoricamente o ponto de partida da produção capitalista*" (LUXEMBURG, 1984a:64), o conhecimento exato da acumulação do capital e de suas leis estaria entre essas duas dicções.

---

[20] "*Somente com a constante destruição progressiva destas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital*" (LUXEMBURG, 1984a:63).

> A Fase imperialista da acumulação de capital ou a fase da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que este processava a realização de sua mais-valia. Os métodos operacionais específicos dessa fase são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras. A primeira década do século XX caracteriza de modo todo especial o movimento mundial imperialista do capital, particularmente na Ásia e nas regiões limítrofes desta com a Europa: Rússia, Turquia, Pérsia, Índia, Japão, China, bem como o norte da África (LUXEMBURG, 1984a:65).

Do mesmo modo como foi imposta a expansão da economia mercantil sobre a economia natural e a substituição da produção mercantil simples pela produção capitalista mediante guerras, crises sociais e destruição de formações sociais inteiras, a emancipação capitalista das províncias econômicas e das colônias também se processa atualmente mediante revoluções e guerras[21].

Os empréstimos externos assumem, no período imperialista, um papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas que, segundo Luxemburg, revela claramente o que existe de contraditório na fase capitalista. Isso na medida em que são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, por outro lado, constituem para as principais nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Além disso, são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado e para criar novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente.

Pode-se entender o imperialismo como a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital[22]. Segundo Luxemburg, em comparação com o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital, esse campo que lhe resta para a expansão parece mínimo. Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes. Entretanto, quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais

---

[21] "*No processo de emancipação capitalista das províncias, a revolução é necessária para romper a forma estatal arcaica herdada, forma já existente desde os tempos da economia natural e da economia mercantil simples, e criar, em seu lugar, um mecanismo estatal moderno e adequado, compatível com os objetivos da produção capitalista. É esse o sentido das revoluções russa, turca e chinesa*" (LUXEMBURG, 1984a:64).

[22] "*[...] a acumulação não poderia ter seu lugar na Inglaterra. Esse país e seus consumidores atuais não necessitam nem de ferrovias, nem de expansão industrial alguma. Apenas o aparecimento de novas regiões de culturas pré-capitalistas poderia criar, para o capital, um círculo mais amplo de consumo e a possibilidade de uma reprodução ampliada, ou de acumulação, em outras palavras*" (LUXEMBURG, 1984a:71-72).

rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital. "*O imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de por efetivamente um ponto final em sua existência*" (LUXEMBURG, 1984a:83). Deve-se destacar que Luxemburg afirma que não necessariamente esse ponto terá de ser alcançado, mas destaca que a própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes.

Para Luxemburg, a acumulação de capital com um todo, como processo histórico concreto apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtores de mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Desse modo, a acumulação seria um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realizaria entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) se desenvolveriam exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equipamentos. Destaca-se que nesse nível a paz, a propriedade e a igualdade reinariam como formas de modo que seria necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como, por meio da acumulação, o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. Já o outro aspecto da acumulação de capital é verificado entre o capital e as formas de produção não-capitalistas, no cenário mundial. Como métodos da política colonial, reinariam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque apareceriam sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico.

> Na realidade, a violência política é apenas o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital. Este não vem à luz apenas "gotejando por todos os poros sangue e imundície", mas vai-se impondo dessa forma, preparando, em meio a convulsões cada vez mais violentas, a própria ruína (LUXEMBURG, 1984a:87).

Luxemburg destaca que as necessidades históricas que acompanham a intensificação da concorrência capitalista mundial, em busca de suas condições de acumulação, transformam, o próprio capital em campo de acumulação de primeira grandeza. Quanto mais o capital necessita recorrer ao militarismo para apropriar-se dos meios de produção e da força de trabalho dos países e das sociedades não-capitalistas, com tanto mais energia trabalha o mesmo militarismo em casa, nos países capitalistas. Tendo como resultado a busca de roubar da primeira as forças produtivas e forçar a queda do nível de vida da segunda, aumentando à

custa de ambas, violentamente, a acumulação do capital. No entanto, as condições de acumulação transformam-se, a certa altura, em condições de decadência para o próprio capital.

Há uma contradição importante no capitalismo, pois ao mesmo tempo em que ele é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente, na medida em que é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado, é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas para alimentar-se. Luxemburg afirma, portanto, que ao tender a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. Desta forma, pode-se dizer que o capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. Daí Luxemburg (1984a:98) afirma que essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que, por sua natureza, é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta.

> Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesma criou[23] (LUXEMBURG, 1984a:97-98).

Poder-se-ia caracterizar como manifestações típicas do período imperialista sob o ponto de vista de Rosa Luxemburg (1984b:114): competição entre os Estados capitalistas, visando à apropriação de colônias e ao domínio de certas áreas de interesse, encontro de novas opções para a aplicação do capital europeu, sistema de empréstimos internacionais, militarismo, medidas protecionistas alfandegárias, supervalorização do papel desempenhado

---

[23] "*Acontece, porém, que por meio desse processo o capital prepara a própria cova. Expandindo a expensas das demais formas de produção não-capitalista existentes, chega o momento em que qualquer expansão ou acumulação subseqüente do capital torna-se impossível, uma vez que a humanidade toda veio a transformar-se em duas classes únicas – capitalistas e proletários assalariados. Por outro lado, na medida que se impões essa tendência, o referido processo também acaba acentuando os contrastes entre as classes e a anarquia econômica e política internacionais de tal maneira que, muito antes mesmo de atingida a conseqüência última do desenvolvimento econômico – o domínio absoluto e indiviso da produção capitalista neste mundo –, o mesmo processo irá acarretar necessariamente a revolta do proletariado internacional contra a existência do domínio do capital*" (LUXEMBURG, 1984b:114).

pelo capital bancário e pelos cartéis na política mundial[24]. A autora conclui, em seu prólogo, que "*não resta dúvida alguma de que a explicação da raiz econômica do imperialismo deva ter por base as leis da acumulação do capital e também deva ser posta em sintonia com essas leis, visto que em seu conjunto o imperialismo não passa, empiricamente, de um método específico de acumulação*" (LUXEMBURG, 1984b:114).

Luxemburg afirma que a acumulação do capital prossegue e se expande à custa das camadas ou dos países não-capitalistas; ela os corrói e os destrói em ritmo cada vez mais acelerado, com a tendência geral e finalidade de alcançar o domínio mundial e exclusivo da produção capitalista. Assim, segundo a autora, entraria em ação o esquema de Marx. A acumulação, ou seja, a expansão subseqüente do capital tornar-se-ia impossível, o capitalismo entraria em um beco sem saída. "*Deixando de funcionar como veículo histórico para o desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo chega, dessa maneira, a atingir seu limite econômico objetivo*" (LUXEMBURG, 1984b:178). Entretanto, ao ser concebida em termos dialéticos, Luxemburg chama a atenção para o fato de que a contradição do esquema marxista de acumulação é apenas a contradição real entre a tendência de expansão ilimitada do capital e a barreira que ele cria, contra si mesmo, pela destruição de todas as outras formas de produção; é a contradição entre as poderosas forças de produção que o capital desperta no mundo inteiro por meio de seu processo de acumulação, e a estreita base que ele estabelece para si mesmo por meio das leis da acumulação.

> [...] O esquema marxista da acumulação constitui, pois, a bem dizer, em sua insolubilidade, o prognóstico perfeito do inevitável ocaso econômico do capitalismo, e tudo isso como resultado final do processo imperialista de expansão, desse processo que, segundo a hipótese de Marx, tem como meta específica concretizar a hegemonia geral e indivisa do capital (LUXEMBURG, 1984b:178).

É importante destacar que a interpretação do ocaso econômico do capitalismo é uma interpretação de alguns marxistas e não a de Marx, inclusive por compreender que as crises têm uma dinâmica cíclica. Luxemburg (1984b:178), entretanto, não se deixa levar pela simplificação da realidade, pois, lembra que este fato "*é uma ficção teórica, especialmente porque a acumulação não constitui apenas um processo econômico – constitui também um processo político*". A autora, com muita propriedade, destaca que tanto nesse caso, como também acontece historicamente em geral, é função da teoria apontar a tendência do desenvolvimento, o ponto lógico final para o qual este se dirige objetivamente. Ressalta também que é tão difícil alcançar esse ponto, como jamais chegou o mesmo a atingir as

[24] Luxemburg (1984b:114) destaca ainda que "*As conexões que esses sintomas apresentam com a fase final do desenvolvimento capitalista e a importância que eles têm para a acumulação do capital são tão aparentes que tanto os defensores do imperialismo como seus inimigos claramente os reconhecem e aceitam como tais".*

conseqüências últimas desse desenvolvimento em nenhum período histórico anterior. Mais uma vez, em seu texto, lembra que a consciência social, encarnada agora pelo proletariado socialista, tem papel fundamental para a história do capitalismo e passa a interferir, como fator ativo, no conjunto cego das forças em jogo. "*É para esse tipo de consciência que a compreensão correta da teoria de Marx revela ser, inclusive neste caso, a motivação mais gratificante e seu maior estímulo*" (LUXEMBURG, 1984b:178).

> O imperialismo hodierno não representa, como em Bauer, um simples prelúdio da expansão do capital, mas constitui a última fase de um processo histórico de desenvolvimento: é o período da concorrência geral e mundial mais acirrada dos Estados capitalistas, da luta pela conquista do que sobrou das regiões não-capitalistas ainda existentes neste mundo. A catástrofe econômica e financeira constitui, portanto, o elemento vital dessa fase final, a forma normal de ser do capital, da mesma maneira que já o fora em sua fase de formação, durante "a acumulação primitiva". Assim como a descoberta da América e das rotas primitivas para a Índia não representou apenas um esforço titânico do espírito humano e da civilização (como a descreve a saga liberal), mas se associa inseparavelmente a um genocídio igual ao praticado por Herodes, a um assassinato em massa dos povos primitivos e asiáticos, é impossível separar a fase final imperialista da expansão econômica do capital, de toda aquela série de conquistas de colônias e das guerras mundiais às quais assistimos (LUXEMBURG, 1984b:178-179).

Luxemburg ainda destaca que o que melhor caracteriza o imperialismo enquanto luta final de concorrência pela hegemonia capitalista não é apenas a energia e a versatilidade da expansão. O imperialismo levaria a catástrofe da região periférica de seu desenvolvimento de volta para seu respectivo ponto de partida. A autora é ainda mais enfática ao afirmar que depois da expansão do capital ter submetido, durante quatro séculos, a existência e a cultura de todos os povos não-capitalistas da Ásia, África, América e Austrália a convulsões ininterruptas e abandonado os mesmos à sua destruição em massa, passou agora a criar, para os próprios povos civilizados da Europa, uma série de situações catastróficas cujo resultado final só poderá significar o fim da cultura européia, ou a transição para o modo de produção socialista[25].

Retomar a teoria de Rosa Luxemburg ou a sua análise sobre o imperialismo traz elementos fundamentais para compreender a dinâmica capitalista, suas leis e contradições. Rosa mostra e destaca como um elemento fundamental, a necessidade do capitalismo de se expandir para o conjunto do globo, de expandir seus mercados para além das fronteiras dos países centrais do capitalismo, ou o que ela chama de alcançar os países ou o meio social não capitalista. Essa necessidade está ligada à dificuldade que o capitalismo encontra para realizar internamente a sua produção ou a sua mais-valia.

---

[25] "*À luz dessa concepção a posição do proletariado em face do imperialismo assume a forma de confronto com o domínio do capital. A linha tática das atitudes que ele deve assumir é dada pela alternativa histórica oferecida*" (BUKHARIN, 1984:179-180).

Para se expandir, “desenvolver”-se, o capitalismo necessita buscar estes novos mercados (os não capitalistas) para que também possam servir como estoque de mão de obra, uma fonte extra da principal força produtiva do capitalismo que é o trabalho, com o objetivo de suprir necessidades e também de ampliar o exército industrial de reserva, ou seja, rebaixar o valor da força de trabalho. Outro objetivo é a exploração de produtos naturais como produtos agrícolas e minerais, que servem como fonte de matérias primas.

Um dos principais aspectos da análise de Luxemburg é perceber a dinâmica do capitalismo ao buscar estes novos mercados, pois ao mesmo tempo em que estes são fundamentais para garantir a reprodução ampliada do sistema e, por isso, são extremamente importantes para o capitalismo, também são atacados por este, que tem como característica desestruturar as economias naturais, na medida em que impõe a sua transformação em economias mercantis.

Neste ponto Luxemburg percebe uma das principais contradições do capitalismo na sua fase imperialista: ao mesmo tempo em que, para sua expansão, necessita se apossar das nações não capitalistas, a sua própria dinâmica favorece a transformação destas nações em economias capitalistas destruindo, portanto, a base necessária para a sua expansão. Estas novas economias capitalistas que se apresentam como economias capitalistas periféricas continuam sendo exploradas pelos centros capitalistas, mesmo que por novos mecanismos, próprios do imperialismo, como o domínio econômico através da dependência destas nações para com o centro do sistema.

É através desta contradição que o capitalismo encena o que é chamado de sua fase final, o imperialismo. É neste momento que a própria dinâmica do capital o leva, como não foi possível a nenhum outro modo de produção, a patamares globais, ao domínio de todo o planeta. Mas é também neste movimento que percebe-se que é impossível a homogeneização das condições do centro capitalista para o conjunto do globo e, mais ainda, na medida em que o capitalismo domina todo o globo as condições precárias que eram características da periferia do sistema acabam também se expandindo para o centro. O que passa a se homogeneizar é a barbárie e a deterioração das conquistas sociais no conjunto dos países onde estas chegaram a ser alcançadas de forma mais ampla.

É com este conjunto de contribuições que se constitui fonte fundamental para a compreensão e constituição da teoria do imperialismo e do que vamos tratar como sendo o seu desenvolvimento, sua complementaridade, a teoria da dependência.

2.1.2 – A contribuição de Nikolai Ivanivitch Bukharin – 1915

No prefácio do livro de Bukharin, "A Economia Mundial e o Imperialismo", Lênin (1984b:09) afirma que "*o imperialismo não é apenas um dos problemas fundamentais no domínio da ciência econômica em que se estudam as transformações contemporâneas do capitalismo: pode-se mesmo dizer que é a questão essencial*". Ressalta que o valor científico da obra de Bukharin reside, particularmente, em que examina os fatos essenciais da economia mundial no tocante ao imperialismo, considerando em seu conjunto como um estágio determinado do capitalismo, em seu mais alto nível de desenvolvimento.

Lênin prossegue dizendo que houve um capitalismo relativamente "pacifico" quando, nos mais adiantados países da Europa, o feudalismo acabava de ser totalmente vencido. Naquele momento o capitalismo podia desenvolver-se de modo relativamente mais calmo e regular, sobretudo, mediante uma expansão "pacífica" sobre imensos territórios ainda não ocupados e em países ainda não-capitalistas. Entretanto, destaca que, mesmo nessa época – aproximadamente situada entre 1871 e 1914 –, o capitalismo "pacífico" criava, com a guerra externa e com a luta de classes, condições de vida muito distantes, extremamente afastadas de algo que pudesse ser entendido como uma "paz" verdadeira. Para Lênin, esse período estaria irreversivelmente superado: ele teria cedido lugar a uma época de violências intermitentes, em ritmo relativamente acelerado, uma época de catástrofes repentinas e de conflitos. Deste modo, "*o que se torna típico para as massas já não é tanto o 'pavor sem fim', mas o 'fim num contexto de pavor'*" (LÊNIN, 1984b:10).

Lênin ressalta que se deve ter em conta que essa transformação resulta unicamente do desenvolvimento imediato, à ampliação e ao prolongamento das tendências mais profundas e mais essenciais do capitalismo e da produção mercantil em geral. Neste momento, desenvolveram-se as trocas e cresceu a grande produção. O desenvolvimento das trocas e o crescimento da grande produção – alcançados, aproximadamente, no limiar do século XX – e o movimento comercial determinam a internacionalização das relações econômicas e certa internacionalização do capital; a grande concorrência cede lugar aos monopólios. O típico dessa época já não seriam empresas que se entregam a uma "livre" concorrência no interior de cada país e também entre diferentes países: são sindicatos de empresários, trustes detentores de monopólios.

> O "soberano" de hoje já é o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se emaranham tanto no interior de cada país como no plano internacional, que é

> anônimo e não tem vínculo direto com a produção, que se concentra com uma facilidade extraordinária – e que já é extremamente concentrado, visto que algumas centenas de multimilionários e de milionários detêm possivelmente, em suas mãos, a sorte atual do mundo inteiro (LÊNIN, 1984b:11).

De acordo com CAPUTO E PIZARRO (1970:170), para Bukharin o imperialismo seria uma categoria histórica concreta, cujo referencial seria a economia capitalista em seu mais alto grau de desenvolvimento. É desta forma que o imperialismo é totalmente identificado com a economia mundial. Assim, a análise do imperialismo e de seu desenvolvimento tem que ser estudada do ponto de vista global do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, portanto, torna-se importante o entendimento do que seria a "economia mundial".

No início do século passado, quando Bukharin escreve, a economia mundial já se mostrava como um fenômeno concreto bastante desenvolvido, de forma que o comércio e as relações econômicas internacionais ocorriam de forma regular e necessária no desenvolvimento do capitalismo mundial e também para os países de forma individual.

Bukharin entende a economia mundial como sendo um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes que englobam a totalidade do mundo. Nas relações de troca em nível mundial, expressa-se a divisão social do trabalho, não apenas dentro dos países, mas também em nível mundial, constituindo a divisão social do trabalho internacional. É através deste processo de divisão do trabalho que se criam diversos "tipos" de países como os industriais, os agrícolas e os semi-agríclolas.

Segundo Caputo e Pizarro (1970:171-176), a partir do estudo do desenvolvimento da economia mundial, Bukharin percebe as principais tendências: a internacionalização da vida econômica e a nacionalização do capital. Ambas as tendências se manifestando conjuntamente, mesmo tendo um caráter contraditório.

Bukharin atribui ao surpreendente desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo internacional, a extraordinária rapidez de expansão da economia mundial, no decorrer dos decênios finais do século XIX e início do século XX. Segundo ele, a prova deste movimento seria o próprio progresso técnico alcançado. Para o autor, o esboço do processo de organização que caracterizaria o desenvolvimento da indústria, nos quadros econômicos nacionais, configurar-se-ia, com relevo cada vez mais definido, no plano das relações da economia mundial. Do mesmo modo, o incremento das forças produtivas sobre a base capitalista das economias nacionais teria chegado até a formação dos cartéis e dos trustes nacionais. Para Bukharin, o crescimento das forças produtivas do capitalismo mundial acarretaria, cada vez mais imperiosamente, a necessidade de acordos de âmbito internacional

entre os grupos capitalistas nacionais desde suas formas mais elementares até a forma centralizada do truste internacional.

Neste contexto de internacionalização, Bukharin (1984:52) afirma que "*o capitalismo financeiro mundial e o domínio internacionalmente organizado dos bancos é um dos fatos imutáveis da realidade econômica*". Ressalta ainda que a internacionalização da vida econômica poderia agravar – e agravaria, no mais alto grau – o antagonismo reinante entre os diferentes grupos nacionais da burguesia. Na realidade, o que caracterizaria esse desenvolvimento da internacionalização do capitalismo é que o desenvolvimento do intercâmbio internacional não implicaria, de forma alguma, em um crescimento da "solidariedade" dos grupos que exercem esse intercâmbio. Para Bukharin, ele poderia, ao contrário, ser acompanhado pelo crescimento da mais dura concorrência e pela "guerra". Essas características seriam as mesmas ao se tratar da exportação de capital, pois, nesse domínio estar-se-ia longe de uma "comunidade de interesses", de modo que a concorrência pela posse das esferas de investimento de capital poderia tornar-se feroz[26].

Na medida em que se desenvolve a concentração capitalista, todas as peças desse sistema organizado em larga escala (cartéis, bancos, empresas do Estado) são objeto de incessante processo de integração. Bukharin destaca que a "cartelização" e a formação de empresas combinadas estabeleceriam uma comunidade de interesses entre os bancos que assegurariam seu financiamento. Destaca também que, por um lado, os bancos teriam interesse em ver o fim da concorrência entre as empresas que eles financiam e, por outro lado, qualquer acordo que fosse feito entre os bancos facilitaria a aglutinação dos grupos industriais. A dependência que se estabelecia entre as empresas e os bancos abrangia, sob o ponto de vista do autor, também as empresas do Estado, que tornar-se-iam cada vez mais dependentes dos grandes grupos industriais e financeiros, e ao mesmo tempo estes grupos também estabeleceriam certa dependência em relação a estas empresas. Para Bukharin, seria dessa forma que as diferentes esferas do processo de concentração e de organização se estimulariam mutuamente e fariam surgir forte tendência à transformação de toda a economia nacional "*numa gigantesca empresa combinada sob a égide dos magnatas das finanças e do Estado capitalista: uma economia que monopoliza o mercado mundial e torna-se condição necessária da produção organizada em sua forma superior não-capitalista*" (BUKHARIN, 1984:67).

---

[26] "*O domínio do capital financeiro pressupões o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro*" (BUKHARIN, 1984:120).

O capitalismo mundial, o sistema de produção mundial, teria adquirido um aspecto no qual, alguns corpos econômicos organizados e coerentes (grandes potências civilizadas) conviveriam com uma periferia de países retardatários ainda sob regime agrário ou semi-agrário. Bukharin destaca que o processo de organização (que, segundo ele, não seria absolutamente o objetivo, – o motivo impulsionador dos senhores capitalistas, como diziam seus ideólogos – mas sim, unicamente o resultado objetivo de suas aspirações a um lucro máximo) tende a sair do contexto nacional. É justamente dessa forma que, segundo o autor, despontariam dificuldades muito mais sérias. Ressalta-se que em primeiro lugar, seria bem mais fácil vencer a concorrência no terreno nacional do que em âmbito mundial (os acordos internacionais estabelecem-se, em geral, com apoio em monopólios nacionais já constituídos); em segundo lugar, a diversidade de estrutura econômica e, conseqüentemente, de custos de produção tornariam onerosos os acordos para os grupos nacionais avançados; e, em terceiro lugar, a própria aglutinação com o Estado e suas fronteiras constituiria um monopólio sempre crescente, que asseguraria lucros suplementares. Isso se daria de tal forma que "*os direitos alfandegários modernos são direitos dos cartéis, um meio para que adquiram lucro suplementar*" (BUKHARIN, 1984:68).

Para Bukharin, aquele período era caracterizado pela existência de uma tendência geral à defesa das "economias nacionais" por meio de barreiras alfandegárias. Afirma ainda que mesmo que em outras circunstâncias tenham sido possíveis redução dos direitos aduaneiros e concessões recíprocas nos tratados comerciais, isso não contradiria essa tendência. Para o autor estes movimentos não contrariariam a tendência geral[27], pois afirma que esta tendência não seria apenas um simples fato, mas sim conseqüência da estrutura do "novo capitalismo" que poria em destaque precisamente essa forma de política econômica. "*Surge com ela, e com ela desaparecerá*" (BUKHARIN, 1984:71).

> [...] Se antigamente, na época do livre-câmbio, era suficiente introduzir as mercadorias nos mercados exteriores – e essa operação econômica bastava para dar satisfação aos capitalistas do país exportador – *hoje os interesses do capital financeiro exigem, antes de tudo, a expansão do território nacional, isto é: ditam uma política de conquista, de pressão direta da força militar, de anexação imperialista.* É evidente, entretanto, que ali onde o antigo sistema liberal de livre-câmbio pôde, em grande parte, manter-se, em conseqüência de condições históricas particulares, e onde, por outro lado, o território nacional é suficientemente vasto, assiste-se, paralelamente à política de conquista, o surgimento de uma tendência a agrupar as partes dispersas do corpo nacional, a operar a fusão das colônias e da metrópole e a formar um "império" econômico único, envolvido por uma barreira alfandegária comum (BUKHARIN, 1984:71-72).

[27] "*São apenas exceções, paradas temporárias, um armistício numa guerra incessante*" (BUKHARIN, 1984:71).

Destarte Bukharin identifica o imperialismo como sendo o fruto dos interesses e da ideologia do capital financeiro. Ao infiltrar-se em todos os poros da economia mundial, ele cria, ao mesmo tempo, uma tendência violenta ao isolamento dos corpos nacionais e à formação, como instrumento de consolidação de seu monopólio, de um sistema econômico capaz de bastar a si mesmo. Dessa forma, "*paralelamente à internacionalização da economia e do capital, opera-se um processo de aglutinação nacional, de nacionalização do capital – processo prenhe de conseqüências"* (BUKHARIN, 1984:72).

A exportação de capital (destacando-se sua importância e suas proporções atuais) seria, pois, provocada pelas particularidades da evolução econômica dos últimos anos. Analisada sob o ponto de vista da expansão das formas de organização do capitalismo moderno, ela seria apenas a conquista e a monopolização de novas esferas de investimento de capital pelos monopólios de uma grande potência ou então – se se tomasse o processo em seu conjunto – por uma indústria nacional organizada ou ainda por um capital financeiro nacional. Para Bukharin, a exportação de capital seria o método mais cômodo de aplicação da política econômica dos grupos financeiros que, com a maior facilidade, colocariam sob sua dependência novas regiões. "*Eis por que o agravamento da concorrência entre os diversos Estados aparece, nesse quadro, com relevo particular. Também aqui a internacionalização da vida econômica conduz inexoravelmente a resolver a fio de espada as questões litigiosas*" (BUKHARIN, 1984:93).

> Desnudamos os três objetivos essenciais da política de conquista dos Estados capitalistas contemporâneos: o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias, dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital – eis a que conduziram o novo desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em capital financeiro. Ora, no fundo, essas três raízes da política do capitalismo financeiro são apenas *três aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção* (BUKHARIN, 1984:95).

Constata-se assim que o desenvolvimento do capitalismo mundial traria como resultados a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico e, principalmente, o agravamento externo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, aramados e prontos, a qualquer momento, para entrarem em conflito. Para Bukharin, não se poderia definir melhor do que o fez Hilferding (*in:* BUKHARIN, 1984) os objetivos essenciais da política moderna: *"A política do capital financeiro",* descreve ele, *"procura tríplice objetivo. Em primeiro lugar, a criação de um território econômico tão vasto quanto possível. Em segundo lugar, a defesa desse território contra a concorrência estrangeira, por meio de*

barreiras aduaneiras. E, a seguir, em terceiro lugar, sua transformação em campo de exploração para os monopólios do país".

O movimento de expansão capitalista tem como características a expansão do território econômico, que tem como resultado a apropriação de territórios econômicos pelos cartéis, entregando a estes mercados de matérias-primas e também mercado consumidor para seus produtos e destino para seus investimentos. Dessa forma, com a incorporação destes novos mercados é possível enfrentar a concorrência estrangeira, aumentar a mais-valia e colocar em movimento a "aríete do *dumping".* Todo esse mecanismo acaba por contribuir para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. "*Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo*" (BUKHARIN, 1984:98).

Bukharin destaca que tanto o imperialismo comercial como o imperialismo econômico constituiriam, a expressão de tendências idênticas. Para ele, se a barreira das tarifas alfandegárias ainda não tinha levado aquele momento a um conflito armado, a ele conduziriam (como de fato ocorreu) numa próxima fase. Não seria possível colocar de um lado os "acordos pacíficos" e de outro a "força armada", pois os acordos pacíficos com alguns países constituiriam, para Bukharin, o agravamento das relações com os demais; igualmente não seria possível falar de um caráter exclusivamente "tropical" do imperialismo "econômico". "*O destino da Bélgica, da Galícia, da América do Sul, da China, da Turquia, da Pérsia é disso melhor prova*" (BUKHARIN, 1984:98).

Dessa forma poder-se-ia dizer em concordância com a análise de Bukharin que o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial teria dado um salto gigantesco no decorrer daquelas últimas décadas. Neste período, pelo processo de luta pela concorrência, a grande produção teria sido vitoriosa, criando uma férrea organização que estenderia seu domínio à totalidade da vida econômica. A produção passaria a ser dirigida por uma oligarquia financeira, segundo o autor, entrelaçada num feixe único por meio dos bancos. Esse processo de organização da produção consolidar-se-ia nos marcos dos Estados modernos, que se transformariam em intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Assim, cada uma destas "economias nacionais" desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformar-se-ia em uma espécie de truste nacional de Estado. Por outro lado, faz-se necessário destacar que o processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial se faria acompanhar por um agravamento extremo de sua concorrência recíproca.

> A superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas; a política de exportação dos cartéis e o estreitamento dos mercados, em conseqüência da

> política colonial e aduaneira das potências capitalistas; a crescente desproporção entre a indústria, com seu extraordinário desenvolvimento, e a agricultura retardatária; enfim, o alcance imenso da exportação de capital e a dependência econômica de países inteiros para com consórcios bancários nacionais levam o antagonismo entre os interesses dos grupos nacionais do capital ao paroxismo (BUKHARIN, 1984:99).

Para Bukharin, o ideal sonhado pelo capital financeiro seria a busca pelo agrupamento na força e na potência da organização do Estado, com grande importância para a força militar deste Estado[28]. Tentar-se-ia formar uma unidade econômica e nacional que não basta a si mesma e que estenderia infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal. Existe perspicácia neste movimento, na medida em que os interesses do capital financeiro ocultariam-se sob uma fórmula ideológica elevada que, por todos os meios, procuraria se infiltrar na massa operária. Como expressou um imperialista alemão: "*É necessário assentar sua autoridade não somente sobre os pés dos soldados, mas também sobre seu espírito e sobre seu coração*" (BUKHARIN, 1984).

Na época de Bukharin preponderavam duas "pretensas teorias" do imperialismo. Segundo ele, uma via, na moderna política de conquista, uma luta de raças: "raça eslava", "raça teutônica". Segundo pertençam a tal ou qual grupo, atribuir-se-iam a essas "raças" todas as taras ou todas as virtudes. Apesar da vulgaridade, essa teoria teria encontrado terreno fértil no desenvolvimento do "sentido nacional" das classes diretamente interessadas em explorar as sobrevivências das velhas formações psicológicas no interesse da organização de um Estado do capital financeiro. Outra, também amplamente propagada, definia o imperialismo como uma política de conquista em geral. Adotado esse prisma, poder-se-ia igualmente falar do imperialismo de Alexandre da Macedônia e dos conquistadores espanhóis, de Cartago e de João III, da Roma Antiga e da América moderna, de Napoleão e de Hindenburgo. Bukharin chama a atenção que, não obstante sua simplicidade, essa "teoria" não deixaria de ser absolutamente falsa, pois, ao querer explicar "tudo", acabaria não explicando coisa alguma.

> Qualquer política das classes dominantes (política "propriamente dita", política militar, política econômica) tem uma função claramente definida. Desenvolvendo-se no terreno de um modo de produção dado, ele serve de *instrumento para a reprodução simples e ampliada de determinado tipo de relações de produção.* A política dos senhores feudais consolida e desdobra as relações feudais de produção. A política do capital comercial amplia a esfera de dominação do capitalismo comercial. A política do capitalismo financeiro reproduz, em medida ampliada, a base de produção do capital financeiro (BUKHARIN, 1984:103).

O Imperialismo é a política do capital financeiro. É o agente da estrutura financeira capitalista e subordina o mundo ao domínio do capital financeiro. Substitui as antigas relações

---

[28] "*Sendo ele próprio o principal acionista do truste capitalista nacional, o Estado nacional é sua mais alta instância organizada em escala universal. Daí, sua potência formidável, quase monstruosa*" (BUKHARIN, 1984:121).

de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de produção próprias do capital financeiro. Da mesma forma que o capitalismo constitui uma época historicamente limitada que, naquela época, para Bukharin, tinha apenas alguns decênios, também o imperialismo, política do capitalismo financeiro[29], representaria uma categoria especificamente histórica.

Para Bukharin, o caráter anárquico da sociedade capitalista decorreria do fato de que a economia social não é uma coletividade organizada que se move segundo uma vontade única, e sim um sistema de economias entrelaçadas pela troca, no qual cada um produz por sua conta e risco, sem adquirir a condição necessária para adaptar-se ao nível da demanda e à produção das demais economias individuais. Por isso, ocorreria a luta entre as economias e a concorrência capitalista, que poderia dar-se das mais diversas formas. A política imperialista é uma forma de luta por meio da concorrência, um caso particular da concorrência capitalista, é a concorrência na época do capital financeiro.

> A anexação imperialista constitui, pois, um caso particular da tendência geral capitalista à centralização do capital: uma centralização cuja amplitude deve corresponder ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais. Essa luta tem por arena a economia mundial; e por limites econômicos e políticos o truste universal, o Estado mundial único, subordinado ao capital financeiro dos vencedores que tudo assimilaram – ideal que jamais haviam sonhado os mais audaciosos espíritos das épocas passadas (BUKHARIN, 1984:112).

As forças produtivas, ao se desenvolverem em proporções gigantescas, acabariam conquistando vigorosa e continuamente novas regiões, submetendo a natureza ao domínio do homem em níveis sem precedentes. Entretanto, a sociedade moderna começaria a sufocar-se sob as tenazes capitalistas. As contradições que, no início do capitalismo estavam apenas em estado embrionário, desenvolveram-se e aumentaram a cada progresso do capitalismo e atingiram, no período imperialista, proporções incríveis. "*Ao nível de desenvolvimento em que se encontram, as forças produtivas reclamam imperiosamente novas relações de produção. O invólucro capitalista deve fatalmente romper-se em pedaços*" (BUKHARIN, 1984:160).

> Assim, de certo ponto de vista, a política do imperialismo revela-se contraditória: de um lado, a burguesia imperialista deve impulsionar ao máximo o desenvolvimento de suas relações econômicas mundiais (*dumping* dos cartéis); de outro, ela se entrincheira por trás de uma muralha alfandegária. De um lado, exporta capital; de outro, grita contra a violência estrangeira. Em síntese: internacionaliza a vida econômica e, ao mesmo tempo, procura, com todas as suas forças, enclausurá-la dentro dos marcos nacionais. Ora, não obstante todos os obstáculos, os laços internacionais desenvolvem-se incessantemente (BUKHARIN, 1984:147).

O imperialismo é tratado por Bukharin como uma fase determinada do capitalismo, como a fase de seu mais alto nível de desenvolvimento. Percebe-se através da análise deste

---

[29] "*Não confundir com o capital-dinheiro: a característica do capital financeiro consiste em ser simultaneamente capital bancário e capital industrial*" (BUKHARIN, 1984:106-107).

autor que o imperialismo é uma categoria totalmente interligada à economia mundial e sua análise tem de ser realizada do ponto de vista global do desenvolvimento capitalista.

Para Bukharin, a economia mundial se constituiria das relações de produção e troca mundiais e é a partir dela que surge uma categoria que é fundamental para a análise do sistema capitalista e do imperialismo: a divisão social internacional do trabalho. Este ponto torna-se fundamental na medida em que é através desta "divisão" que se criam e são criadas as condições para a existência de diversos tipos de países, ou seja, este processo é essencial para que o imperialismo subjugue outros países, para a constituição e manutenção da divisão do mundo em centro e periferia do sistema capitalista.

Bukharin também percebe outra questão que deve ser retomada e considerada na análise do sistema capitalista e do imperialismo, ao mesmo tempo em que a economia mundial tende a internacionalizar a vida econômica, a propriedade e o domínio do capital continuam nacionalizados. Esse movimento pode ser percebido mesmo em relação às grandes corporações que, mesmo se espalhando pelo globo, ainda mantém os laços e as relações, especialmente o controle, o desenvolvimento tecnológico e o planejamento centralizados em suas matrizes.

Outro fator que deve-se retomar da análise deste autor é a percepção de que é o próprio desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas que leva a formação dos trustes, dos aglomerados multinacionais, é esse movimento que, ao levar a internacionalização das trocas, não leva a homogeneização dos distintos grupos da burguesia, e sim a um agravamento de suas diferenças e um predomínio do facção financeira.

O imperialismo pode ser reconhecido como fruto dos interesses da ideologia do capital financeiro, na medida em que este passa a ser dominante e a dominar os outros tipos de capital, até mesmo quando se associa a eles (controlando-os). O movimento comandado pelo capital financeiro busca a expansão de suas áreas de investimento para o resto do mundo, a expansão das zonas de influência, e esse movimento tende a se expandir e a apresentar características cada vez mais violentas, chegando a dominação militar, como se pode perceber hoje com as invasões do Afeganistão e do Iraque.

Da análise de Bukharin, pode-se apreender que, neste momento, no qual contradições inerentes à própria lógica capitalista são levadas ao paroxismo, as forças produtivas são postas em uma situação em que passam a ser necessárias novas relações de produção, de caráter não capitalista.

Bukharin traz, então, diversos elementos que são fundamentais para a compreensão da realidade do início do século XX (momento que caracteriza como imperialismo), mas também

da atualidade, na medida em que a realidade continua, de modo geral, sendo caracterizada por estas relações.

2.1.3 – A contribuição de Vladimir Ilitch Lenine – 1916

De acordo com Del Roio (2000), Lênin era um crítico radical da ordem do capital no início do século XX. Tal como Rosa, reconhecia que o imperialismo era intrínseco ao capitalismo em todas as suas fases, assim também como existia já antes mesmo do capitalismo. O objetivo fundamental, para este autor, era diagnosticar a peculiaridade do imperialismo capitalista da sua época, buscando entender o processo de acumulação como totalidade sócio-histórica. Antes de mais nada, Lênin entende que o imperialismo preserva o conteúdo essencial do capitalismo da época concorrencial, confirmando as tendências gerais analisadas por Marx.

Lênin diz no prefacio as edições francesa e alemã de "*O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*":

> Encontra-se precisamente no parasitismo e na decomposição do capitalismo, inerentes à sua fase histórica superior, quer dizer, ao Imperialismo. Como demonstramos neste livrinho, o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito "generoso" e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples "corte de cupões", saqueiam todo o mundo. A exportação de capitais dá rendimentos de oito a dez mil milhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segundo as estatísticas burguesas de então. Naturalmente, agora são muito maiores.
>
> É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu "próprio" país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países "avançados", subornam-nos efetivamente, e fazem-no de mil e uma maneiras, diretadas e indiretadas, abertas e ocultas.

Lênin ressalta que no período que precedera a publicação de seu livro, as publicações econômicas, bem como as políticas, do Velho e do Novo Mundo utilizaram cada vez mais o conceito de "imperialismo" para caracterizar a época que atravessava. Destaca a obra do economista inglês J.A. Hobson. *O Imperialismo*, de 1902, no qual o autor defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses - ponto de vista que coincidia para Lênin com a posição do ex-marxista K. Kautisky -, mas fazia também uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo. Já em 1910, o marxista austríaco Rudolf Hilferding publicaria *O Capital Financeiro* que,

segundo Lênin, apesar do autor fazer certa confusão quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, sua obra constituía uma análise teórica extremamente valiosa da "fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo" (tal é o subtítulo do livro de Hilferding). Para Lênin, o que se tinha dito acerca do imperialismo durante aqueles últimos anos não havia saído deste círculo de idéias expostas, ou melhor, resumidas nestes dois trabalhos.

Segundo Caputo e Pizarro (1970:155-169), a teoria leninista do imperialismo apresentaria três grandes utilidades separáveis analiticamente, que permitem descobrir o caráter essencial desta teoria. A primeira unidade, é na qual se apresentam e discutem as transformações mais importantes ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos; a segunda unidade, é na qual se analisa o desenvolvimento das relações internacionais e o papel do capital financeiro na fase imperialista; a terceira unidade, é na qual se discute as tendências futuras do sistema capitalista em sua fase imperialista.

Seguindo esta conceituação, Caputo e Pizarro (1970) dividem analiticamente em três partes a sua análise da contribuição de Lênin para a "teoria do imperialismo": ***i.*** as mudanças nos países capitalistas desenvolvidos; ***ii.*** as relações internacionais e; ***iii.*** as tendências do sistema capitalista em sua fase imperialista.

As mudanças nos países capitalistas desenvolvidos (CAPUTO E PIZARRO, 1970:156-157): o processo de acumulação capitalista gera uma elevada concentração da produção dos bancos, dando origem aos monopólios industriais e bancários. Em um determinado nível deste processo de concentração, opera-se a integração destes setores com predomínio do setor bancário. Surge, deste predomínio, o capital financeiro como capital dominante no conjunto da economia capitalista, gerando-se assim a oligarquia financeira como grupo dominante dentro da classe capitalista.

Este processo de concentração e monopolização da produção surge das próprias leis de desenvolvimento do sistema capitalista. O fenômeno de concentração e monopolização se manifesta nos mais variados aspectos, particularmente nos que dependem de tecnologia, que é monopolizada precisamente pelas empresas mais poderosas. Este processo não ocorre apenas – como se poderia pensar – nas economias nas quais opera o livre comércio, mas também nas protecionistas, com diferenciação apenas na velocidade e na forma que se apresenta.

Para Lênin, uma característica importante do capitalismo avançado seria a verticalização das empresas de modo que, para ele, não haviam em todos os ramos da indústria grandes empresas. Entretanto, uma particularidade extremamente relevante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, ou

seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria. Desse modo unem-se fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou se aglutinam para desempenhar papéis auxiliares uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.)[30].

O monopólio, como a unidade determinante da economia capitalista, estrutura-se no final do século XIX e se consolida com mais clareza nas crises de 1900 e 1903. O surgimento do monopólio acentua as contradições do sistema, produzindo uma intensificação da exploração do capital sobre o trabalho, um desenvolvimento desproporcional dos setores e um aprofundamento das crises periódicas do sistema (que aumentam a tendência a concentração e ao monopólio).

No que se refere ao novo papel dos bancos, de simples intermediários dos pagamentos, convertem-se em monopólios onipotentes que dispõe de quase todo o capital monetário, dos meios de produção e das fontes de matérias primas. Esta transformação é um dos processos fundamentais da passagem do capitalismo para a sua nova fase imperialista, processo que se inicia em função de um aumento considerável nos depósitos e se constitui com a concentração bancária, que elimina a concorrência mais débil e a domina. A concentração chega a tal nível, que extingue suas redes a setores comerciais e industriais, mas este processo não pára, continua através da constituição dos "trusts" dos grandes bancos, com a união pessoal do banco com a indústria e sua ligação com o governo.

A concentração bancária é um importante fator no que diz respeito à passagem do capitalismo para a sua fase imperialista. Para Lênin, o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, com o seu regulador absolutamente indispensável, a Bolsa, passa à história, de modo que tomaria o seu lugar um novo capitalismo, que teria os traços evidentes de um fenômeno de transição, que representaria uma mistura da livre concorrência com o monopólio. O velho capitalismo teria caducado e o novo constituiria uma etapa de transição para algo diferente. Encontrar "princípios firmes e fins concretos" para a "conciliação" do monopólio com a livre concorrência é, naturalmente, uma tentativa voltada ao fracasso. "*O*

---

[30] "*A combinação nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas 'simples' (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à 'simples', reforça-a na luta de concorrência durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufaturados*" (HILFERDING, *in:* LÊNIN, 1984, cap. I).

século XX assinala, pois, o ponto de virada do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro" (LÊNIN, 1984, cap. II).

O domínio do capital financeiro, alicerce da oligarquia financeira que domina o conjunto da economia, mantém-se devido a vários fatores. Em primeiro lugar, graças ao sistema de "participação" que consiste na forma de, com pouco capital, ser possível controlar enormes capitais e empresas. Em segundo lugar, mediante os benefícios fabulosos que são obtidos pelos capitais usados na esfera financeira (emissão de dinheiro, empréstimos). Em terceiro lugar, nos períodos de crise este tipo de atividade é menos afetada e, mais ainda, seus benefícios são ampliados nos períodos de depressão.

Para Lênin (1984, cap. III), "*concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra*". A "gestão" dos monopólios capitalistas se transformava, inevitavelmente, nas condições gerais da produção mercantil e da propriedade privada, na dominação da oligarquia financeira. O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obteria um lucro enorme, que aumentaria sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. "*O capitalismo, que iniciou o seu desenvolvimento com o pequeno capital usurário, chega ao fim deste desenvolvimento com um capital usurário gigantesco*". Lênin alerta para o fato de que o monopólio, uma vez que havia se constituído e controlava milhares de milhões, penetrava de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra "particularidade".

As relações internacionais (CAPUTO E PIZARRO, 1970:157-162): o traço característico da época imperialista, segundo Lênin, é o aumento do comércio internacional. Devido a este intercâmbio, o monopólio inglês que havia implantado o livre comércio em seu comércio exterior, deteriorou-se no final do século XIX, resultando novas formas de organização monopólicas.

> No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme "excedente de capital" nos países avançados (LÊNIN, 1984, cap. IV).

É justamente este excedente de capital o traço característico desta etapa monopólica, que dá origem à exportação de capitais desde os centros imperialistas e separa esta fase do

imperialismo daquela da livre concorrência, na qual o movimento econômico internacional se dá fundamentalmente em termo de mercadorias.

A exportação de capital surge, então, devido à necessidade de solucionar as crescentes contradições nos países imperialistas, expressas na incapacidade do sistema econômico de investir internamente a grande acumulação de capital originada pela produção capitalista em grande escala (esta incapacidade é relativa, na média da crescente distribuição desigual destas e da miséria das massas). Estas contradições, essenciais ao desenvolvimento do sistema, somam-se aos maiores benefícios conseguidos no exterior do que internamente, devido à escassez de capital nos países atrasados, baixos salários, preços baixos das matérias primas e das terras. A estes fatores favoráveis existentes nos países atrasados, acrescenta-se o fato de que os países exportadores de capital quase sempre conseguem vantagens especiais. Além disso, a exportação de capital está condicionada ao alto grau de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo comercial, que facilitou o rápido desenvolvimento do capital social básico, a expansão dos bancos e de suas filiais no exterior. Isto possibilitou o estabelecimento da rede internacional do capital financeiro.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista, em nível mundial sobre a hegemonia do capital financeiro, reproduz a outro nível a lei do desenvolvimento desigual. De acordo com Lênin,

> O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo[31] (LÊNIN, 1984, cap. IV).
>
> A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em conseqüência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo (LÊNIN, 1984, cap. IV).

Na medida em que o capital financeiro cria a época dos monopólios, a exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias, pois os monopólios trariam consigo a utilização das "relações" para transações proveitosas substituindo a concorrência no mercado aberto. Sendo constante que, entre as cláusulas do empréstimo, imponha-se o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos do país credor, em

---

[31] Dialogando com os críticos pequeno-burgueses que defendem a "humanização" do capitalismo Lênin (1984, cap. IV) assinala que sob estas condições: "*o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados*".

especial armamentos, barcos, etc. "*Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha direta do mundo*" (LÊNIN, 1984, cap. IV).

Na época de Lênin, a forma em que se deu a exportação de capitais foi basicamente em termos de empréstimos de caráter público ou privado (bônus), destinados a inversões de utilidade pública ou a empresas exportadoras de matérias primas.

As associações de capitalistas monopolistas (cartéis, sindicatos, trusts) partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se de grande parte da produção do país. Mas como no capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo, o capitalismo "naturalmente" criou um mercado mundial. Assim, à medida que se foi aumentando a exportação de capitais e alargando as relações com o estrangeiro, com as colônias e as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, a marcha "natura1" das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais.

É um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores, um super-monopólio. É nesta época, a época do capital financeiro, que os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo. Isso faz com que tanto aqueles quanto estes sejam apenas diferentes elos da luta imperialista, travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.

Importa, então, qualificar o caráter dos acordos de repartição entre as associações monopolistas. Lênin aponta que esta repartição não é uma questão definitiva, de forma que qualquer modificação na correlação de forças pode gerar uma nova forma de divisão em benefício dos associados mais poderosos. O caráter destes acordos deve ser claramente qualificado, para que não se corra o risco de se agregar aqueles que defendem a possibilidade de paz entre as grandes potências baseada na internacionalização dos capitais das associações monopolistas (ultra-imperialismo pacífico). A respeito dessa possibilidade Lênin (1984, cap. V) assinala:

> Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky, que atraiçoou completamente a sua posição marxista de 1909, por exemplo) exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalentar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie.

Mais à frente acrescenta:

> Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para

> obterem lucros; e repartem-no "segundo o capital", "segundo a força"; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são "puramente" econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista.

Portanto, sobre a base do desenvolvimento das relações internacionais, caracterizadas pela exportação de capital, assentam-se os monopólios que partilham o mundo, constituindo cartéis internacionais, e os Estados das grandes potências estabelecem relações tendo como base esta repartição do globo. Para Lênin, a época do capitalismo contemporâneo teria essa dupla capacidade explicativa, pois, de um lado, mostraria que se estabelecem determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, estabelecem-se entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na "luta pelo território econômico".

É por isso que Lênin caracteriza a sua época como a da repartição definitiva do planeta de forma que novas divisões só poderão ser feitas em territórios já ocupados. Esta etapa constitui, dessa forma, uma fase peculiar da política colonial que Lênin liga, intimamente, à "fase última de desenvolvimento do capitalismo". Por esta razão, analisa as diferenças existentes entre esta fase e as anteriores, assim como as tendências que se manifestam nesta fase.

Em primeiro lugar, a passagem do capitalismo para uma fase monopolista está interligada à exacerbação da luta pela repartição do planeta. Em segundo lugar, a política colonial difere substancialmente em manifestações aparentemente similares.

> A política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Mas as considerações "gerais" sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo, plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais, degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou em jactâncias, tais como a de comparar "a grande Roma com a Grã-Bretanha". Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro (LÊNIN, 1984, cap. VI).

A política colonial da época de Lênin se caracterizava porque, detrás dela, está o capitalismo moderno e, em definitivo, as associações monopolistas, que adquirem sua máxima solidez quando reúnem para si todas as fontes de matérias primas, não só as de uso imediato, mas também aquelas potencialmente utilizáveis. Segundo Lênin, a superestrutura

extra-econômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a política e a ideologia deste reforçariam a tendência para as conquistas coloniais. Lembra Hilferding: "*O capital financeiro não quer a liberdade, mas a dominação*". Seria incontestável que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro se encontraria relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo. Daí resulta que a posse de colônias e o processo de expansão são mecanismos do exército do monopólio.

Em terceiro lugar, a situação atual e as perspectivas futuras são vistas por Lênin através do estudo da divisão do mundo nesta fase e do caráter futuro que adota a dependência. A respeito deste último aspecto afirma:

> Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e "cômoda" para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos (LÊNIN, 1984, cap. VI).

Mais à frente acrescenta:

> Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, indicamo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. A América do Sul, e sobretudo a Argentina - diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico -, encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa (LÊNIN, 1984, cap. VI).

A respeito da possibilidade de novas divisões entre os países dominantes Lênin cita um historiador da época:

> Referimo-nos ao historiador Driault, autor de Problemas Políticos e Sociais de Fins do Século XIX, que diz o seguinte, no capítulo sobre "As grandes potências e a partilha do mundo": "Nestes últimos anos, todos os territórios livres do globo, com excepção da China, foram ocupados pelas potências da Europa ou pela América do Norte. Produziram-se já, com base nisto, alguns conflitos e deslocações de influência, precursoras de transformações mais terríveis num futuro próximo. Porque é preciso andar depressa: as nações que não se abasteceram correm o risco de não o estarem nunca e de não tornarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). Eis porque toda a Europa e a América se viram recentemente presas da febre de expansão colonial, do 'imperialismo', que é a característica mais notável dos fins do século XIX." (LÊNIN, 1984).

As tendências do sistema capitalista em sua fase imperialista (Caputo e Pizarro, 1970:162-169): Lênin destaca que o imperialismo seria uma etapa do desenvolvimento capitalista, a etapa mais avançada. Para ele, o imperialismo teria surgido como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Entretanto, o capitalismo só teria se transformado em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau muito elevado do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo teriam começado a transformar-se na sua antítese,

quando ganharam corpo e se manifestaram os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Para Lênin, o que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

A livre concorrência seria a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral, enquanto o monopólio seria precisamente o contrário da livre concorrência. Esta é a fase na qual ela teria começado a transformar-se em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que, do seu seio, teria surgido e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. "*Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior*" (LÊNIN, 1984, cap. VII).

> Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LÊNIN, 1984, cap. VII).

Esta definição de imperialismo como a fase monopolista do capitalismo, destaca o traço qualitativamente mais significativo do fenômeno. Contudo, há elementos que se encontram detrás de tal definição. Lênin avança com relação a essa definição e destaca cinco traços que seriam fundamentais para o imperialismo: ***i.*** a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; ***ii.*** a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, do "capital financeiro", da oligarquia financeira; ***iii.*** a exportação de capitais, e não apenas de mercadorias, que adquire uma importância particularmente grande; ***iv.*** a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si e ***v.*** o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. Portanto, o imperialismo seria o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganha corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro,

adquire grande importância a exportação de capitais, começa a partilha do mundo pelos trusts internacionais e termina a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Apesar das diferenças destas cinco características, estas constituem em essência algo que é comum: refletem o surgimento e o domínio dos monopólios que, como foi dito, são uma característica qualitativa específica desta época e fazem do imperialismo uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo.

Na medida em que o monopólio se constitui como a unidade básica do sistema "todo monopólio capitalista engendra inevitavelmente uma tendência ao estancamento e a decomposição". Em primeiro lugar, a fixação dos preços que, de certa forma, faz desaparecer os estímulos ao progresso técnico e possibilita a contenção artificial da aplicação deste progresso. De acordo com Caputo e Pizarro (1970), esta tendência deve ser entendida como uma tendência relativa, visto que o próprio Lênin aponta que:

> Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultraimperialismo[32] é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a tendência para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se (LÊNIN, 1984, cap. VIII).

Em segundo lugar, junto ao processo de paralisação da inovação tecnológica, está o monopólio no controle das colônias que também contribui para a decomposição do sistema. Nos países imperialistas, o surgimento do setor rentista se vê reforçado pela exportação de capital e os fabulosos benefícios gerados por esta, o que conduz a uma crescente dissociação do setor rentista com a produção. Esta situação leva à transformação do Estado tradicional em

---

[32] Com relação à teoria do ultraimperialismo pode-se tomar como referência a análise de Mandel (1982:232-234) sobre os desdobramentos das relações entre a centralização internacional do capital e o Estado burguês, que resultariam em três possíveis estruturas internacionais do sistema político metropolitano do imperialismo. O modelo do superimperialismo, do ultra-imperialismo e o da concorrência interimperialista contínua. O superimperialismo, trata-se de um modelo no qual um único poder imperialista exerce hegemonia tal que os outros poderes imperialistas perdem toda independência real. Neste estágio, o *status* destes países cai a ponto de se igualar ao de pequenos poderes semi-coloniais. No modelo do ultra-imperialismo, a fusão internacional do capital chega a um estágio tão avançado, que desaparecem todas as diferenças críticas entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de diversas nacionalidades. A concorrência finalmente se libertaria do Estado nacional, seu ponto de partida, restando apenas a concorrência interimperialista propriamente. O Estado imperialista não "definharia", só desapareceria o seu papel de instrumento da concorrência interimperialista, ou seja, seu papel de arma central de defesa dos interesses comuns de todos os proprietários imperialistas do capital contra a ameaça de crises econômicas, contra a insurreição do proletariado nos países imperialistas, contra a revolta dos povos colonizados e contra o poder dos Estados não imperialistas. O modelo de concorrência interimperialista contínua se caracterizaria pelo fato de que, embora a fusão internacional de capital tenha sido suficiente para substituir grande número de grandes forças imperialistas dependentes por pequeno número de superpoderes imperialistas, a força contrária do desenvolvimento desigual do capital impediria a formação de uma verdadeira comunidade global de interesses capitalistas, o modelo do ultra-imperialismo. É justamente pelo fato da fusão de capital se dar a nível continental que, desse modo, a concorrência imperialista intercontinental se intensifica ainda muito mais.

um Estado rentista que, nas palavras de Lênin, seria "o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição"[33].

O fenômeno do parasitismo e a decomposição, da mesma forma que o problema tecnológico, mais do que uma tendência do sistema como um todo, constitui-se em uma tendência que se manifesta como sendo uma tendência dos países dominantes e, muito particularmente, no centro hegemônico da época – a Inglaterra.

> Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra) (LÊNIN, 1984, cap. X)

O desenvolvimento desigual dos países é a base sobre a qual se produzirão as novas divisões dos territórios já ocupados. Estas contradições no sistema capitalista são resolvidas por vias da força e é por isso que Lênin rechaça, categoricamente, a tese do ultraimperialismo pacífico postulada por Kautsky. O erro fundamental, junto com outros, é que Kautsky separa a política do imperialismo e sua economia, de forma que seria possível outra política sem mudar as bases sobre as quais esta se fundamenta.

> Do ponto de vista puramente econômico - escreve Kautsky -, não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultraimperialismo", isto é, o superimperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo, a fase da "exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente (LÊNIN, 1984, cap. VII)

Lênin responde:

> Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão se o compararmos com a Rússia. Será "concebível" que dentro de dez ou vinte anos permaneça invariável a correlação de forças entre as potências imperialistas? E absolutamente inconcebível. Por isso, as alianças "interimperialistas" ou, ultra-imperialistas,, no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistina dos padres ingleses ou do "marxista" alemão Kautsky - seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas -, só podem ser, inevitavelmente, "tréguas" entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando urna sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma

[33] Segundo Lênin, já naquele período, o rendimento dos "rentiers" seria cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais "comercial" do mundo, deixando clara a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista. O mundo teria se dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores. Seguindo o exemplo do caso da Inglaterra, que se convertia cada vez mais em Estado credor, Lênin diz que, apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais, crescia a importância relativa das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. Diz Lênin (1984, cap. VIII): "*Em minha opinião é precisamente isto que constitui a base econômica do assenso imperialista*". Lembra ainda que o credor estaria mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador.

> mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais (LÊNIN, 1984, cap. IX).

Para Kautsky, uma das características determinantes do imperialismo seria o capital industrial, a diferença em relação à posição de Lênin, que expressa a predominância do capital financeiro. Kautsky também relaciona o fenômeno do imperialismo à anexação de zonas agrárias. A crítica de Lênin é, mais uma vez, categórica e desta maneira constitui um dos elementos cruciais para a compreensão do sistema capitalista mundial.

> O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdad como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.) (LÊNIN, 1984, cap. VII).

Esta argumentação é importante para a análise atual, especialmente para explicar o interesse dos países imperialistas por investir em outros países industrializados.

O trabalho de Lênin não se preocupa de forma mais aprofundada com os efeitos do imperialismo nas estruturas econômico-sociais dos países dominados. As indicações a este respeito estão dispersas e aparecem na abordagem de outros problemas. Esta perspectiva unilateral de análise conduz Lênin (1984, cap. IV) a afirmar que, como tendência, "*a exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente*".

Outro problema importante delineado por Lênin (1984, cap. IX) é o posicionamento das distintas classes frente à política do imperialismo, em consonância com a ideologia geral destas. "*O sinal do nosso tempo é o entusiasmo "geral" pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China*".

Nesta época, surgiram vários teóricos destinados a justificar ideologicamente o imperialismo. Pode-se mencionar ao menos três enfoques diferentes com este propósito. O primeiro corresponde à ideologia do grande capital, que afirma que a política de conquistas coloniais beneficiaria toda a nação. A segunda seria uma tendência liberal, segundo a qual a política imperialista só beneficia a um pequeno grupo de grandes capitalistas, assinalando reformas para um melhor controle e distribuição destes benefícios. Em terceiro lugar, estão os

escritores adeptos ao marxismo e que se distanciaram deste, cujo exemplo principal é Kautsky, cuja posição seria assinalada por Lênin como:

> O essencial na crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se há que seguir para diante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se há que retroceder, atenuando essas contradições (LÊNIN, 1984, cap. IX).

Esta análise é essencial, pois tanto a posição liberal como a de Kautsky significam opor ao monopólio a livre concorrência por meio das reformas propostas[34]. Em resposta a esta argumentação, Lênin diz que:

> Admitamos que sim, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, poderia desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que gera o monopólio. E os monopólios nasceram já, precisamente da livre concorrência! Mesmo se os monopólios refrearam atualmente o seu desenvolvimento, isto não é, apesar de tudo, um argumento a favor da livre concorrência, que se tornou impossível depois de ter gerado os monopólios (LÊNIN, 1984, cap. IX).

E para dizer qual deve ser a atitude do proletariado frente ao imperialismo, Lênin responde com a seguinte citação de Hilferding:

> Não compete ao proletariado - diz Hilferding - opor à política capitalista mais progressiva a política passada da época do livre-câmbio e da atitude hostil para com o Estado. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro, ao imperialismo, não pode ser o livre-câmbio, mas apenas o socialismo. O objetivo da política proletária não pode ser atualmente a restauração "da livre concorrência - que se converteu agora num ideal reacionário -, mas unicamente a destruição completa da concorrência mediante a supressão do capitalismo (*in:* LÊNIN, 1984, cap. IX).

No último capítulo de seu livro, Lênin apresenta o lugar histórico do imperialismo. Devido à sua essência econômica, o imperialismo seria o capitalismo monopolista. Isto, segundo Lênin, determinaria o seu lugar histórico, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, seria a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O autor passa, então, a assinalar quatro variedades particularmente essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características daquele período.

Em primeiro lugar, o monopólio seria um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Seria formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trusts. Teria, já nos princípios do século XX,

---

[34] "*Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional - conseqüência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência -, a oposição democrática pequeno- burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX. E a ruptura com o marxismo, por parte de Kautsky e da vasta corrente internacional do kautskismo, consiste precisamente em que Kautsky, além de não se preocupar, de não saber enfrentar essa oposição pequeno- burguesa, reformista, fundamentalmente reacionária do ponto de vista econômico, se fundiu praticamente corri ela*" (LÊNIN, 1984, cap. IX).

atingido completo predomínio nos países avançados, e seus primeiros passos no sentido da cartelização teriam sido dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrara, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento do monopólio como conseqüência da concentração da produção.

Uma segunda característica seria que os monopólios agudizariam a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas[35]. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentara significativamente o poderio do grande capital e agudizara as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Outra característica seria o fato de que o monopólio surgira dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, transformariam-se em monopolistas do capital financeiro. Lênin destaca que teriam sido três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas que realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário, e concentraram em suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituiriam a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira teria uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa, sem exceção e tal seria a manifestação mais evidente deste monopólio.

A quarta característica lembrada por Lênin é que o monopólio nascera da política colonial. Aos numerosos "velhos" motivos da política colonial, o capital financeiro teria acrescentado a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas "esferas de influência", isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, dentre outros, além de, finalmente, pelo território econômico em geral[36].

O capitalismo monopólico, em todas as suas manifestações, intensificou as contradições do capitalismo; de acordo com Lênin (1984, cap. X), "*esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial*". Estas características levam Lênin a afirmar que a época do capital monopolista é a etapa superior e a última do capitalismo, em que as contradições são de tal envergadura que é inevitável a decomposição deste sistema. Dessa

---

[35] Naquele momento, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista que era a hulheira e a siderúrgica.

[36] "*Quando as colônias das potências européias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela 'livre conquista', poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo*" (LÊNIN, 1984, cap. X).

forma, qualifica o imperialismo como um capitalismo em transição, ou melhor, como um capitalismo agonizante[37]. De acordo com Lênin, isto ocorre desta forma porque se evidencia uma socialização da produção em que:

> [...] percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não corresponde já ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida (LÊNIN, 1984, cap. X).

A superação do imperialismo vai depender, essencialmete, da atitude da classe trabalhadora, mas como os benefícios do imperialismo são tão fabulosos, existe a possibilidade de subornar setores da classe trabalhadora, criando-se a solidariedade de classes incrementadas pelo caráter nacional que assume a luta entre os países imperialistas[38]. Este fenômeno era bem evidente na época de Lênin, daí que se apreende que a superação do imperialismo pode ser um período bastante extenso. A solidariedade de classes se manifesta com tal gravidade nesta época que conduz à falência do movimento internacional e, portanto, à possibilidade de uma permanência mais prolongada do imperialismo.

A partir desta análise da essência econômica do imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. Entrelaçar-se-iam[39] acidentalmente a posse de ações, as relações entre os proprietários particulares, mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que estão em processo de constante mudança.

2.2 – A teoria marxista do imperialismo

Para a busca de uma teoria marxista do imperialismo, é importante ter em conta que em "O Capital" encontra-se um estudo profundo da estrutura econômica do modo de

---

[37] "*Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição*" (LÊNIN, 1984, cap. X).

[38] Lênin dá bastante ênfase para a questão da capacidade que a burguesia conquista de cooptação do proletariado ou de setores deste proletariado no período imperialista. Com isso, chama a atenção que a luta contra o imperialismo só poderia ser vitoriosa ao estar ligada a luta também contra o oportunismo.

[39] Esta palavra significa para Lênin "*unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo que se está desenvolvendo diante de nós; mostra que o observador conta as árvores e não vê o bosque, que copia servilmente o exterior, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação*" (LÊNIN, 1984e, cap. X).

produção capitalista em sua fase competitiva, que é a base para a análise e compreensão dos níveis superestruturais, e também para o estudo da fase monopólica do capitalismo e, portanto, para o fenômeno do imperialismo. Daí, pode-se buscar os clássicos do imperialismo marxista e vislumbrar em que sentido esta teoria representa uma unidade teórica e metodológica com o pensamento de Marx.

Segundo Caputo e Pizarro (1970:151-154), as análises clássicas do imperialismo tomam como base algumas teses presentes em Marx, que são fundamentais para o desenvolvimento desta teoria. Estas seriam:

A limitação histórica do sistema capitalista. A teoria marxiana afirma que o sistema capitalista se desenvolve sobre determinadas bases, que já levam consigo a sua necessária negação, a sua transformação eminente em uma sociedade superior.

De acordo com Marx (1996, tomo II:381),

> O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebentado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

O rompimento do sistema capitalista, apresentado por Marx como uma tendência histórica, só pode se concretizar quando o monopólio atinge um caráter dominante na economia e torna mais explícitas as contradições inerentes ao capitalismo. É justamente na fase imperialista em que estas contradições se apresentam em seu modo mais desenvolvido, sendo este o motivo que faz com que os clássicos do imperialismo dediquem especial atenção a esta tese. Isso se explicita, por exemplo, no próprio título do trabalho de Lênin, "Imperialismo: fase superior do capitalismo".

O monopólio e a fase imperialista. O capitalismo apresentaria fases necessárias de desenvolvimento. O processo de acumulação dentro do sistema capitalista, baseado na exploração do trabalho assalariado pelo capital, sofre uma série de mudanças com o próprio desenvolvimento do sistema e mesmo que não transforme sua essência, gera uma intensificação do domínio do capital sobre o trabalho. Essas mudanças alteram qualitativamente as relações de produção quando se passa de um sistema que tem como base a livre concorrência para um sistema que se sustenta no monopólio. Este processo, apresentado teoricamente por Marx, concretiza-se de forma plena na época dos clássicos do imperialismo, que analisam as mudanças sofridas pelo sistema e que dão forma a uma nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista: a fase imperialista.

Tendência à concentração e centralização. Marx conclui que a acumulação carrega consigo a tendência à concentração e centralização crescente do capital. Os clássicos do imperialismo estudam o nível alcançado por estes processos nas economias industriais, demonstrando que este fenômeno alcança tal nível de desenvolvimento que marca muito profundamente o conjunto das economias, adquirindo o monopólio um domínio generalizado sobre elas. Na análise de Bukharin, estes dois importantes processos que se desenvolvem no seio dos países capitalistas industriais são definidos como sendo a concentração, o crescimento do capital pela valorização da mais-valia produzida por este mesmo capital, e a centralização, reunião de diversos capitais individuais em um só[40].

A concentração e a centralização geradas pelo monopólio agravam fortemente as contradições próprias do processo de acumulação nos centros industriais do capitalismo.

Concentração, centralização e internacionalização do capital. É importante destacar a importância que é atribuída, por Marx, aos mercados exteriores no período da acumulação originária. A importância dos mercados exteriores se acentua com o processo de monopolização, na medida em que o desenvolvimento desigual do sistema faz com que os diversos ramos industriais que servem como mercado uns dos outros, desenvolvam-se em ritmo diferenciado, crescem mais uns que outros, de modo que as indústrias mais desenvolvidas acabam buscando o mercado exterior.

A expansão dos mercados exteriores, mais especificamente a exportação de capitais, constitui-se como um fenômeno da etapa monopólica, que adquire importância vital para a compreensão do processo de acumulação nesta fase.

Relações de classe e imperialismo. Marx e Engels tratam também do efeito das relações de classe nos países capitalistas industriais, produto da ação imperialista. Neste aspecto, seria importante observar as conseqüências do domínio colonial e do sobre-lucro que este gera sobre a atitude política das camadas de operários mais bem pagas da Inglaterra. Este fenômeno tem importância especial e constitui o que chama-se de aristocracia operária. Estas camadas mais bem pagas da classe operária teriam um comportamento que refletiria uma segmentação de classe, pois uma determinada fatia da classe operária parecia estar auferindo vantagens com a exploração imperialista dos países periféricos, e como é destacado e analisado por Lênin, este é um elemento próprio do desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista.

---

[40] A concentração e a centralização possuem várias fases de desenvolvimento, de forma que ambos processos atuam constantemente um sobre o outro. Uma forte concentração de capitais acelera a absorção das empresas mais débeis e inversamente, a centralização aumenta a acumulação do capital individual e, em conseqüência, acentua o processo de concentração.

Prosseguindo nesta análise, um dos pontos que pode ser considerado é a crítica de Rosa Luxemburg ao esquema de reprodução ampliada de Marx, que acaba tendo problemas quanto aos níveis de abstração. Rosa apresenta o que ela chama de uma falha no esquema de reprodução de Marx, fruto da impossibilidade de realização de toda a riqueza produzida no interior da economia capitalista e da forte interdependência de um setor da economia para com o outro no que diz respeito à realização da mais-valia. Entretanto, deve-se ter em conta que o nível de análise e de construção do esquema de reprodução em Marx é o nível abstrato, no qual todos os esquemas podem funcionar de forma perfeita, o que não ocorre na realidade, ou seja, o esquema de Marx não é diretamente aplicável na realidade.

Dessa forma, pode-se entender a análise de Rosa Luxemburg como um desenvolvimento que não pôde ser feito por Marx (tendo em vista que publicou em vida apenas o primeiro livro de O Capital) dos esquemas de reprodução ou, mais especificamente, da contradição extra a que estes são postos ao se confrontarem com a realidade concreta. Assim, Caputo e Pizarro (1970:201-203) afirmam que a análise de Rosa Luxemburg representa uma incomparável continuação da análise de Marx enquanto visualiza com claridade as contradições e limitações que se apresentam na realidade concreta do sistema capitalista para a acumulação e realização da mais-valia.

Com relação à análise leninista sobre o imperialismo, Caputo e Pizarro (1970:203) destacam a sua grande importância, que está na ligação precisa entre a teoria e a conjuntura política concreta da época. A este respeito, nenhum dos autores clássicos do imperialismo, nem mesmo Rosa Luxemburg, com seu profundo trabalho teórico sobre o esquema de reprodução, foi capaz de ligar de forma concreta a estrutura econômica do imperialismo e seus aspectos políticos. Rosa Luxemburg mostra como resultado do processo de acumulação, a necessidade do imperialismo e, conseqüentemente, uma dimensão política particular (colonização, indústria de armamento, etc.). Mas estes autores sugerem que, com isso, ela funda somente a teoria do todo, a teoria geral do imperialismo moderno, não faz com que esta teoria se adéqüe às exigências concretas da realidade presente.

É importante recuperar o entendimento do imperialismo como uma época histórica, o que é tratado principalmente por Lênin e Bukharin, de forma que seria a época de desenvolvimento mais elevada alcançada pelo capitalismo, a sua fase monopolista.

Segundo Caputo e Pizarro (1970:207-208), a compreensão do imperialismo como uma categoria histórica levou os clássicos a estudar esta situação em sua totalidade e a compreender certas manifestações aparentes como resultado de determinadas mudanças no conjunto do sistema, em que as mudanças econômicas seriam as mais determinantes. A

análise do imperialismo nos clássicos não está limitada às formas de manifestação deste fenômeno na superestrutura (política e ideológica), mas procuram o mais essencial, as bases em que esta superestrutura é sustentada. O estudo destas bases se refere à compreensão concreta do capitalismo nesta época e ao estudo das mudanças mais essenciais que ocorreram especialmente em nível econômico e determinam a emergência do imperialismo. A mudança mais importante é a passagem da livre concorrência para o caráter dominante que adquirem os monopólios.

Ao tomarem o imperialismo como uma categoria histórica, Lênin e Bukharin rejeitam concepções como as que compreendem o imperialismo como uma categoria geral que caberia em situações históricas diferentes. Este tipo de análise se preocupa apenas com as manifestações do imperialismo, e não com os seus elementos explicativos. Outra crítica é para os que identificam o imperialismo somente como uma política de expressão ou a manifestação externa, de modo que os benefícios da política imperialista beneficiariam o conjunto dos países imperialistas. Os marxistas clássicos mostram que, na medida em que a mudança externa ocorre conjuntamente com transformações internas, os benefícios exteriores não beneficiam o conjunto da nação, mas apenas os capitalistas monopolistas que realizam a política imperial. Outro enfoque duramente criticado é o que, ao se separar o político do econômico, abre-se margem para a possibilidade de transformações na estrutura política, ou seja, no "imperialismo" sem mudanças na estrutura econômica. É certamente desta concepção que surge a justificação teórica da possibilidade do ultraimperialismo pacífico no nível mundial.

Da mesma forma que os clássicos identificaram o imperialismo com uma categoria histórica, eles entenderam este fenômeno como uma nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista. O que, segundo Caputo e Pizarro (1970:209), traz outro elemento metodológico que faz do estudo marxista do imperialismo uma unidade enquanto método utilizado para compreendê-lo.

> Esta perspectiva metodológica nos muestra que el capitalismo recorre fases sucesivas en su desarrollo, que están determinadas por cambios cualitativos en la estructura económica del sistema y que hace que las contradicciones de éste se agraven o se desarrollen nuevas contradicciones. Esta idea de fases de desarrollo del sistema es producto necesario de las leyes del propio sistema y constituye el punto unificador del imperialismo clásico en el marxismo. El significado más específico de esta idea es que, en el desarrollo del sistema capitalista, existe una discontinuidad dentro de un continuo, ya que existen cambios cualitativos en la estructura económica del sistema que dan origen a la fase imperialista, en que la esencia del modo de producción capitalista se conserva (CAPUTO & PIZARRO, 1970:209).

É importante perceber que cada uma das mudanças características da era imperialista reflete o surgimento, predomínio e expansão dos monopólios. Faz-se necessário destacar que o monopólio não é tratado apenas como uma mudança na estrutura econômica, mas compreende diversos aspectos, como o monopólio na exportação de capital, uma situação monopólica na divisão do planeta, na exploração de matérias primas, dentre outras. O domínio monopólico em cada um e no conjunto destes processos representa o processo de transição para a fase imperialista.

Caputo e Pizarro (1970:209-210) chamam a atenção para o fato de que ao se afirmar que o imperialismo e o monopólio nascem da negação da livre concorrência, pode-se depreender o entendimento equivocado de que sobre o monopólio esta tenha deixado de existir. O que ocorre no monopólio é que os grandes capitalistas dominam os médios e os pequenos. A existência apenas de monopólios levara a um imperialismo puro, e de acordo com o próprio Lênin (*in:* CAPUTO & PIZARRO, 1970:210), jamais existiu, não existe e nem irá existir neste sistema um imperialismo puro. Isto não seria mais que uma falsa generalização de tudo o que se havia dito acerca dos consórcios, cartéis, trustes e do capitalismo financeiro, apresentando este como uma formação que não tem como base o antigo capitalismo.

A base sobre a qual surge o capitalismo monopolista é o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, mesmo que modificado pela presença de monopólios, mas esta base não é aniquilada.

Deve-se ter em conta que o entendimento da etapa imperialista como de domínio absoluto dos monopólios e o desaparecimento total da concorrência, como apontam Caputo e Pizarro, acabou levando Bukharin a considerar a tendência a formação de "imperialismo puro" nos países industriais. Isso já se apresenta em seu livro clássico, na medida em que aborda a tendência à formação de um "trust nacional único" devido à crescente "nacionalização" do capital. Tais posições foram duramente rechaçadas por Lênin, que argumenta sobre a base de que o monopólio jamais eliminará a concorrência de forma total. Afirmar que a forma econômica dominante passa a ser o monopólio significa que determinadas empresas estão em condição de se impor sobre as demais e não que estas serão as únicas.

Caputo e Pizarro (1970:213-215) chamam a atenção para o fato de que este processo de monopolização da sociedade capitalista industrial não surge de forma espontânea, para responder de forma transitória a determinadas situações que atrapalham o desenvolvimento continuo do comércio. Isto é importante para mostrar as diferenças do caráter de algumas

estruturas monopólicas na época do capitalismo comercial e a estrutura monopólica que surge do próprio desenvolvimento da formação social capitalista.

O processo capitalista revela que faz parte de sua natureza adquirir, em uma determinada fase de seu desenvolvimento, um caráter monopólico arraigado profundamente à sua estrutura, de forma não circunstancial e que tende a se aprofundar. Este processo se sustenta na concentração e na centralização econômica. Concentração que se dá através de uma capitalização crescente da mais-valia gerada pelo sistema e centralização que expressa uma tendência à concentração dos capitais em poucas empresas, mediante mecanismos de fusão e aquisição das firmas mais fracas.

O fenômeno da centralização pode ser observado, por exemplo, no setor bancário, no qual, através dos depósitos, os bancos passam a controlar uma quantidade importante de capitais individuais que passam a ser administrados por estas unidades financeiras. A centralização é, para os clássicos, a forma mais distintiva de concentração monopólica e é a mais característica de sua época, assumindo basicamente duas formas similares, quando a assimilação está se referindo à mesma unidade tecnológica. Pode-se produzir uma assimilação de outras empresas em caráter vertical, ou seja, integrando desde a matéria prima até a elaboração do produto, ou em caráter horizontal, integrando outras empresas competitivas.

Para além da integração de unidades similares tecnologicamente, os clássicos apontam o fenômeno da conglomeração. Este fenômeno se dá seja através da aquisição de diferentes empresas por um mesmo grupo industrial, seja através da capitalização da própria mais-valia da empresa usando-a para expandir as suas atividades para outros ramos industriais.

Especialmente para Lênin e Bukharin, que retomam teses de Hilferding, o alto grau de concentração e centralização monopólico conduz ao domínio do capital financeiro, constituindo-se este como o motor de desenvolvimento do sistema. Para os clássicos, este capital surge da concentração da produção, dos monopólios, da fusão dos bancos com a indústria, na qual o capital bancário é sempre o predominante.

É sobre a hegemonia do capital financeiro que se destaca um grupo dentro da classe capitalista, que se constitui como a oligarquia financeira, cuja fonte de poder emana do capital financeiro. Essa oligarquia está interessada na exploração do capital em sua forma financeira, usuraria e não na produção. É aqui que surge o caráter parasitário do capitalismo.

Caputo e Pizarro (1970:218) resumem esta questão: o capital financeiro e a oligarquia financeira, na época dos clássicos, eram o nível mais alto que conduzia o processo de acumulação. Este, constituindo-se sobre a fusão do capital industrial e bancário, que apresentam alta concentração e monopolização, dá origem ao capital e à oligarquia financeira.

Nesta fusão, predominam o capital e os interesses bancários, o que faz com que, de forma crescente, o capital industrial fique dependente do capital bancário, é uma separação crescente do setor rentista do setor produtivo. Tudo isso leva o sistema, em seu conjunto, a ser conduzido pela lógica do capital financeiro e, assim seja caracterizado como capitalismo parasitário.

Para os clássicos e principalmente para Lênin, um dos problemas causados pelo surgimento dos monopólios é que, na medida em que os preços são mais controlados pela própria empresa, acaba-se diminuindo o incentivo à concorrência e, com isto, a inovação tecnológica. Este é um dos fatores que contribui para o estancamento e decomposição do sistema em seu conjunto.

É importante ressaltar que estes elementos apontados pelos clássicos se apresentam como tendências, de forma que, como ressalta o próprio Lênin, existem elementos que as contrariam. Mesmo com os monopólios, ainda existe internamente a concorrência, e também a concorrência entre monopólios no mercado mundial. Não é possível para os monopólios a fixação completa de preços, visto que existem as circunstâncias do próprio mercado, além do fato de que os lucros não dependem apenas dos preços, mas também dos custos, o que incentiva, de certa forma, o desenvolvimento tecnológico.

> Los efectos del menor desarrollo tecnológico, en la época de dominio de los monopolios, provocan así, para el conjunto de la economía, una tendencia al estancamiento y descomposición del sistema que es relativa, más aún entendiendo, como lo entiende Lenin, que el estancamiento tecnológico es uno de los tantos elementos que conforman esa característica del imperialismo. Lo cierto es que, para Lenin, todas las manifestaciones monopólicas, como por ejemplo la posesión de colonias, configuran la tendencia a la descomposición. Como dijimos, la relatividad de esta tendencia para el conjunto del sistema habría que entenderla en el sentido que el crecimiento es menor porque existen monopolios. Lenin es enfático al decir "sería un error creer que esta tendencia a la descomposición descarta el rápido crecimiento del capitalismo"… En su conjunto, el capitalismo crece con una rapidez incomparablemente mayor que antes". A continuación Lenin plantea que, en ciertas ramas industriales y en ciertos países, se da con mayor fuerza esta descomposición. Estos países serían aquéllos en que capital ocupa las posiciones más firmes y, en la época del autor, concretamente Inglaterra (CAPUTO & PIZARRO, 1970:220).

Um elemento que é importante ter em conta é o caráter privado das inovações tecnológicas. De forma diferente das teorias que supõem a racionalidade econômica das empresas e livre disponibilidade da tecnologia, não há um desenvolvimento equilibrado dos diferentes setores e países.

> Entendiendo la tecnología como un producto social, de carácter privado, los clásicos del imperialismo muestran que, en la etapa del dominio monopólico, quedando limitado cada vez más a un número reducido de las grandes empresas. La investigación se desarrolla en el interior de las empresas y todo el avance tecnológico se lo liga directamente práctico. El carácter monopólico acentúa la diversidad de la acumulación, lo

> que provoca una agudización del desarrollo desigual y combinado entre los sectores económicos y entre los países (CAPUTO & PIZARRO, 1970:221).

É neste contexto que se observa a forma com que o desenvolvimento do capitalismo leva a um desenvolvimento das relações econômicas internacionais, de modo que, no período imperialista, estas assumem importância fundamental. Os clássicos destacam a importância que assume, no período imperialista, a exportação de capitais, que detém nesta fase um caráter necessário e regular para o funcionamento e desenvolvimento do sistema. Um novo caráter da fase imperialista é justamente a preponderância da exportação de capitais sobre a de mercadorias.

As exportações de capitais são determinadas por diversos fatores. Dentre eles o grande volume de produção e acumulação que se desenvolve nos países industrializados, fruto do domínio dos monopólios que tem grandes lucros, aumentam a acumulação, provocando também diminuição da demanda efetiva. Isso resulta na impossibilidade de realização interna da mais-valia. Juntamente com esta "necessidade" de expansão para o exterior, esta é favorecida pela possibilidade de maiores taxas de lucro nos países atrasados.

Além destes elementos, ainda existem as vantagens oferecidas pelos países receptores destes capitais, como isenções tributárias, exploração de recursos naturais, tratados de comércio, dentre outras. Bukharin destaca também a exportação de capitais como um meio de superar as barreias protecionistas impostas pelos países sobre a exportação de mercadorias.

Dentre as formas de exportação de capital, os clássicos dão grande importância ao financiamento, constituído fundamentalmente por empréstimos públicos e privados destinados, essencialmente, para indústrias extrativas e agrário-exportadoras. Mas estes autores também apontam como forma de exportação de capitais a participação direta em empresas estrangeiras ou da instalação de filiais no exterior. Os clássicos dão especial atenção às exportações de capitais destinadas aos países atrasados. Entretanto, deixam claro que estas também são importantes entre os próprios países imperialistas, gerando entre estes movimentos de capitais.

> Los clásicos señalan, que las contradicciones entre los países imperialistas se agudizan fuertemente a consecuencia de la eliminación de las posibilidades de inversión y por la disminución del número de territorios atrasados que, aun determinado nivel de desarrollo de la economía mundial, son dominados absolutamente por los países imperialitas. Tenemos, por otra parte, la agudización de las contradicciones entre los países imperialistas y los países dominados, las que se manifiestan muy claramente por la necesidad de protección que requieren las entradas de capital y su funcionamiento ulterior. Esto hace que la política imperialista tenga un carácter esencialmente opresivo (expansión cohesionada) (CAPUTO & PIZARRO, 1970:225).

A exportação de capitais se constitui como uma válvula de escape e possibilita um incremento da demanda de bens industriais pelos países atrasados, criando condições novas de acumulação. No entanto, os mercados externos vão se limitando, na medida em que a atividade no exterior, que não é filantrópica, gera transferência crescente de excedente dos países atrasados para os centrais, caminhando para o problema de realização do excedente.

De acordo com Caputo e Pizarro (1970:233-234), com o desenvolvimento do capitalismo e das trocas mundiais, desenvolve-se também a divisão internacional social do trabalho, que não é apenas a divisão entre as distintas unidades produtivas na produção de bens destinados ao comércio, diferentemente da divisão de trabalho dentro de uma empresa. Esta divisão do trabalho depende das condições naturais (posse de recursos) e sociais (cultura, estrutura econômica, grau de desenvolvimento das forças produtivas). Com o desenvolvimento da economia mundial, cada vez mais as condições sociais assumem papel dominante em relação às naturais. A desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas cria diversas esferas, diversos tipos econômicos entre os países do sistema, ampliando a divisão internacional social do trabalho.

Bukharin afirma que este desenvolvimento da divisão social do trabalho, em nível internacional, reproduz na economia mundial a divisão interna aos países de setor agrícola e setor industrial em países agrários e industriais. Dessa forma há uma interdependência entre os países que passa a ser condição necessária de funcionamento e desenvolvimento do sistema.

Para Caputo e Pizarro (1970:234-235), a utilização desta categoria de "divisão internacional social do trabalho" é fundamental na medida em que permite entender a passagem do natural ao social, no nível de desenvolvimento dos países capitalistas, o caráter necessário da divisão do trabalho e permite caracterizar as relações econômicas internacionais em sua verdadeira essência, ou seja, caracterizá-las enquanto relações de exploração e desiguais, posto que a divisão internacional do trabalho, em nível mundial, está condicionada ao desenvolvimento dos países industriais. Além disso, o comércio internacional de bens com estruturas de custos distintas, tendo como base preços regulados mundialmente, permite aos países levar parte da produtividade do trabalho dos países atrasados aos industrializados[41].

> El análisis del imperialismo de los clásicos marxistas explicita el proceso de transformación del sistema capitalista en un sistema capitalista mundial. Es decir, se

[41] "*Ciertamente este enfoque es radicalmente distinto al principio de las ventajas comparativas, costos comparativos, abundancia o escasez relativa de factores, etc. Estos principios de la teoría ortodoxa del comercio internacional, que constituyen base de sustentación de toda su teoría, ponen el centro de la cuestión en los factores naturales como los condicionantes fundamentales de la estructuración de las relaciones económicas internacionales*" (CAPUTO & PIZARRO, 1970:235).

> constituye la economía mundial como un fenómeno concreto, producto necesario del desarrollo del sistema. Ello significa que las relaciones de intercambio a nivel internacional adquieren un carácter necesario y permanente (no son un fenómeno accidental como en épocas anteriores). De aquí que, el desarrollo de los distintos países esté íntimamente ligado a las tendencias que presenta la economía mundial en su conjunto (CAPUTO & PIZARRO, 1970:232).

Os clássicos do imperialismo destacam uma série de tendências do desenvolvimento da economia mundial[42]. Caputo e Pizarro (1970:235-237) destacam as que, mais tarde, serviriam de base para a formação da teoria da dependência.

Em nível mundial, reproduz-se os processos e contradições que se manifestam nas economias nacionais, de modo que as organizações monopólicas nacionais se transformam em organizações monopólicas internacionais sobre a base da exportação de capitais. A monopolização internacional leva a um alto grau de integração dos países que formam a economia mundial, o que Bukharin chama de tendência à internacionalização da vida econômica. Entretanto, esta tendência não é pacífica nem linear. Não é pacífica na medida em que se constitui através da luta intensa entre os monopólios e os países industriais e contêm, em conseqüência, as contradições essenciais que se dão no interior das economias nacionais. Não é linear posto que as formas de organização monopólica internacional se dão com base nos elementos essencialmente voláteis. Primeiro, os acordos entre os monopólios dos países industriais tem um caráter transitório, pois dependem das forças relativas dos participantes. Em segundo lugar, o processo de internacionalização como prolongação das economias industriais no resto do mundo é liderado por um país dominante. Portanto, a acentuação das tendências ao parasitismo, decomposição e estancamento nos países líderes, determina o caráter hegemônico de um ou outro país e, justamente o caráter transitório destes.

---

[42] "*El capital imperialista genera, según los clásicos, un desarrollo extraordinario de las fuerzas productivas, a causa de la introducción de relaciones de producción capitalista; introducción que se expresa en el desarrollo del "trabajo libre", de la economía de mercancías, control de las materias primas de parte del gran capital, etc. Estos factores se manifiestan, particularmente en el análisis de Rosa Luxemburg, en la destrucción del modo de producción capitalista. Por un lado, la destrucción de las formas capitalistas de producción se limita a algunos sectores de la vida económica y no tiene un carácter generalizado y, por otro lado, antes que un desarrollo extraordinario de las fuerzas productivas, se da un desarrollo condicionado a los centros imperialistas. Los limitados alcances de esta tesis clásica se deben, fundamentalmente, a la perspectiva unilateral de análisis y, por otro lado, al hecho que los países precapitalistas se encontraban a un nivel de desarrollo que no permitía una compresión acabada de los procesos que ellos se generaban. (...) Hoy día, las vinculaciones entre los centros imperialistas y los países subdesarrollados (mediante la exportación de capitales) logran una clara estructuración, bajo la cual los capitales extranjeros generan un desarrollo, pero un desarrollo de carácter dependiente. Esto se debe a que el rompimiento de las estructuras anteriores y la incorporación de las nuevas relaciones conforman una estructura dependiente, cuyo desarrollo está condicionado por los marcos generales del sistema. Es decir, si bien, en términos absolutos hay un desarrollo, en términos relativos, respectos de los países dominantes, este desarrollo es negativo, permitiendo así un desarrollo desigual, cada vez mayor entre países dominantes y países dependientes. Este fenómeno de desarrollo desigual posibilita el funcionamiento del sistema y está dentro de la lógica de desarrollo del mismo*" (CAPUTO & PIZARRO, 1970:226).

Ao mesmo tempo em que se desenvolve esta tendência à internacionalização, desenvolve-se uma tendência contrária, mas que atua conjuntamente, que é a de nacionalização do capital. Ela é o processo de coesão interna dos países para encarar a concorrência internacional. Entre estas duas tendências é predominante a tendência à internacionalização que, segundo os clássicos, é altamente geradora de conflitos, na medida em que a expansão caminha cada vez mais para territórios já ocupados, dando origem às guerras imperialistas.

Outra tendência assinalada pelos clássicos é o desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial. O desenvolvimento dos países se dá em diferentes níveis, como resultado das tendências mais gerais da economia mundial. Observa-se na economia mundial grande quantidade de países atrasados, semi-agrários e uns poucos países industriais, nos quais também se encontram diferentes níveis e ritmos de desenvolvimento.

> Las tendencias de la economía mundial descritas por los clásicos del imperialismo, especialmente por Bukharin, que se expresan en lo que hemos denominado expansión cohesionada, asume, a partir de post-guerra, una gran intensidad. Estos se retoma, hoy día, en el enfoque de la teoría de la dependencia para el análisis del proceso de integración mundial capitalista, bajo hegemonía norteamericana (CAPUTO & PIZARRO, 1970:237).

Os clássicos do imperialismo contribuem com a ênfase que colocam na necessidade de compreender o sistema a partir da economia mundial capitalista, em que cada um dos países é parte integrante. Destacam o papel e o caráter que assume o monopólio como elemento governante da economia capitalista. Entendem o comércio mundial com base na divisão internacional social do trabalho, o que permite estudar as relações de comércio em seu caráter desigual.

De outra forma, Caputo e Pizarro (1970:238) mostram que, para os clássicos, a natureza e a característica mais distintiva do sistema capitalista de sua época é poder afirmar que a expansão do sistema capitalista mundial se explica, fundamentalmente, pelas transformações ocorridas nas economias dominantes. Neste sentido, abre-se uma rica discussão acerca do tipo de capital dominante, pois seus interesses definem a perspectiva geral de ação do sistema. Por outra parte, o auge do domínio monopólico no centro e o crescimento do excedente que os monopólios geram, agrava o problema de realização e leva a uma necessidade crescente da expansão imperialista.

Em relação às teses sobre o caráter que assumem as relações econômicas internacionais, o grande desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e o monopólio do comércio exterior expressam o agravamento da troca desigual, o que permite compreender uma das principais formas de extração de excedente nos países dependentes. A exportação de

capital como a forma mais importante das relações econômicas internacionais e o caráter altamente monopólico desta é marcante para a análise do sistema capitalista mundial, que tem ampla projeção na análise do processo de integração do sistema. Não existe só uma interdependência de tipo comercial entre os países, mas se dá uma integração sobre a base das exportações de capital dos países dominantes, que penetra o interior das economias do sistema.

Além das teses sobre a exportação de capital, existem outros elementos, como os incentivos que motivam a exportação de capital, as formas que esta assume, o destino geográfico e setorial, etc., que abrem uma rica discussão em torno do desenvolvimento do sistema capitalista e, particularmente, a respeito do fenômeno da dependência.

Por último, destacam-se as tendências visualizadas por estes autores a respeito do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Dessa forma, a tendência ao desenvolvimento desigual e combinado é o fato de que, cada vez mais, ocorre um grande desenvolvimento de um pequeno número de países e um grupo cada vez maior de países subdesenvolvidos.

> Creemos, en consecuencia, que los elementos teóricos-metodológicos entregados por la teoría clásica del imperialismo constituyen base importante para el análisis y construcción conceptual de una nueva perspectiva teórica que, a partir de los sucesivos cambios que se han producido en el sistema capitalista mundial y poniendo el acento en la perspectiva de los países dependientes, permita analizar, en su verdadera dimensión, el fenómeno del subdesarrollo y de las relaciones económicas internacionales (CAPUTO & PIZARRO, 1970:239).

É, portanto, a partir das contribuições teóricas feitas pelos autores marxistas do princípio do século passado, que se dedicaram a análise da forma como se manifestava o sistema capitalista (caracterizada por estes autores como imperialismo), que se abre uma importante referência teórica para o desenvolvimento geral da teoria marxista e, em particular, para o entendimento das formas de manifestação e das tendências do sistema capitalista. Estas análises servirão de referência neste trabalho para o desenvolvimento dos dois próximos capítulos, que se referem, respectivamente, à Teoria Marxista da Dependência e à forma contemporânea que assume o imperialismo, caracterizada como Imperialismo Senil.

3 – A Teoria Marxista da Dependência

Surgiram na América Latina, como resultado do desenvolvimento da teoria do imperialismo, estudos que buscavam compreender a situação dos países periféricos e as suas particularidades no conjunto do sistema mundial, que determinavam a sua condição dependente e subordinada. É dessa forma que emerge o que ficou conhecido como teoria da dependência, mais especificamente a Teoria Marxista da Dependência (TMD)[43].

O surgimento da teoria da dependência se dá fundamentalmente a partir da década de 1960, num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Segundo Theotônio (DOS SANTOS, 2000:26), trata-se de "*um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas*".

Tendo como base Blomström e Hettne (1990), Amaral (2005) recupera as idéias centrais defendidas pela Teoria da Dependência, as quais passariam por quatro pontos específicos, tendo congruência com a concepção de desenvolvimento adotada por Marx.[44] O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; o segundo contempla a idéia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto se refere ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

A partir desta referência mais geral, serão recuperadas neste trabalho algumas contribuições, especialmente de Marini (1973) e Dos Santos (1970 e 1978), como o objetivo de entender este conceito e buscar a sua melhor definição, além de buscar compreender a economia mundial na época de elaboração da teoria da dependência, ou seja, perceber quais características e leis de funcionamento do sistema capitalista mundial dão base para a

---

[43] Pode-se consultar o trabalho de Amaral (2006) para um melhor entendimento acerca do surgimento da teoria da dependência, do seu diálogo com a teoria do desenvolvimento, e as suas vertentes não marxistas.

[44] Marx não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado. Sua visão de desenvolvimento passa pela idéia de processualidade, no sentido de que novos elementos vão surgindo na totalidade do sistema e modificando o modo em que este último opera.

constituição nos países periféricos de estruturas, que teriam uma lógica de funcionamento particular e ao mesmo tempo articulada com o conjunto do sistema capitalista. Dessa forma, pode-se compreender a fundamentação teórica e o momento histórico em que surge esta teoria e de que forma ela surge como fruto do desenvolvimento da teoria do imperialismo.

3.1 – O imperialismo na época da dependência

Nesta parte do trabalho, será feita uma caracterização do período imperialista como era percebido na época da emergência da teoria da dependência, com base especialmente no trabalho de Dos Santos (1978). Este autor caracteriza o sistema capitalista mundial da seguinte forma:

> (…) éste no es un sistema de relaciones entre naciones libres y autónomas. Las relaciones son más que nada de explotación y dominación. De un lado, exportación de capital; de otro, remesas de ganancias. De un lado, acreedores; de otro, deudores. De un lado, dominio tecnológico; de otro, subyugación tecnológica. De un lado, excedentes crecientes; de otro, excedentes exportados. De un lado, salarios más altos y expansión del mercado interno; de otro, salarios más bajos y limitación de este mercado. De un lado, acumulación de los efectos del desarrollo tecnológico, producción del conocimiento, etcétera; de otro, subyugación de ellos. En todos los planos – económico, político, social y cultural – se establece una relación cuyos efectos sobre las respectivas estructuras sociales tienen que ser antagónicos. Se producen así dos formaciones sociales distintas en el interior de un mismo sistema económico, con base en la dominación de un mismo modo de producción (DOS SANTOS, 1978:47).

Neste contexto (pós-segunda guerra), no qual se caracteriza o imperialismo, ou a situação da economia mundial capitalista, Dos Santos (1978:49-50) dá ênfase à posição ocupada pelos Estados Unidos (EUA) que, para este autor, é determinada por três grandes fatores. O primeiro é de ordem estrutural. O caráter anárquico que se deriva da base concorrencial do capitalismo a induz a resolver pela força esta competição, o que conduz inevitavelmente à concentração, à centralização e ao monopólio, tanto em nível nacional quanto internacional. Mas o monopólio não elimina a concorrência completamente, mas cria novas formas que forçam a uma luta contínua para manter a hegemonia. Tal luta assume formas contraditórias em seu desenvolvimento. A tendência geral deste processo é a integração sobre a imposição de um centro hegemônico, mas tal tendência não pode se completar, porque esta integração desenvolve novos níveis de contradição que levam a novos enfrentamentos e, conseqüentemente, a desintegrações parciais ou a desintegração total, que força a uma nova centralização, etc.

É uma lei do capitalismo que seu desenvolvimento se dê sob a forma de uma contradição aguda entre suas tendências para a integração imposta pelo processo de concentração, centralização e monopolização, e suas tendências desintegradoras, impostas pela concorrência, a anarquia da produção e suas contradições de classe. Essa lei é uma expressão específica da contradição geral entre o caráter cada vez mais social da produção para atender as necessidades de maiores lucros e das limitações impostas ao processo produtivo pelo caráter privado da apropriação que é inerente ao capitalismo como sistema.

Para Dos Santos (1978:16), o imperialismo contemporâneo é definido como um novo estágio do capitalismo iniciado depois da segunda guerra mundial, que é caracterizado pela elevada integração do sistema capitalista mundial fundada no amplo desenvolvimento da concentração, da conglomeração, da centralização e internacionalização do grande capital monopolista, que é cristalizado nas corporações multinacionais, célula desse processo, e no aumento e aprofundamento da ligação entre o monopólio e o Estado. É com o objetivo de compreender o estágio do imperialismo da época em que surgiu a teoria da dependência, que se recupera parte do estudo das contradições que travam esta integração capitalista e que a levam necessariamente a um período de desintegração.

Um ponto fundamental a ser considerado, abordado na análise de Dos Santos (1978), é que o imperialismo não consegue resolver a contradição entre a base nacional de sua expansão (existência de um mercado e um Estado nacional fortes em que se apóia tecnológica, econômica, financeira, política e militarmente para realizar a expansão internacional do capital) e sua crescente internacionalização (que supõe o livre movimento de capitais, de mercadorias e de recursos financeiros). Essa contradição se manifesta em um aumento do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, o que estimula o parasitismo do centro dominante e dinamiza outros pólos de crescimento dos interesses nacionais imperialistas, seja entre blocos de países ou nas zonas periféricas.

Esta situação não conduz a um maior desenvolvimento econômico das zonas periféricas e dependentes que são, para o capital internacional, uma base para a extração de lucros elevados, para a colocação de seus produtos a preços elevados e para obtenção de matérias primas e produtos agrícolas a preços baixos. Segundo Dos Santos, conseqüentemente aumentam as contradições entre os interesses que lutam pelo crescimento econômico do mundo dependente e pelos interesses dominantes dos centros imperialistas e se facilita o desenvolvimento das tendências revolucionárias, que vêem, somente na passagem ao socialismo, a maneira capaz de assegurar o desenvolvimento e de quebrar a dominação imperialista e as estruturas dependentes que mantém a situação da exploração e da miséria.

A célula dessa economia internacional é um tipo novo de empresa, que transplanta para a escala mundial as poderosas técnicas da apropriação, administração e controle privados dos resultados da concentração tecnológica e econômica, da monopolização, da centralização, da conglomeração e da intervenção do Estado. Este tipo novo tipo de empresa supera os antigos trustes e cartéis que tiveram uma relação de complementaridade comercial com suas atividades no exterior, desenvolvidas com base na troca entre a exportação de manufaturas dos centros industriais e da importação de produtos agrícolas e de matérias primas dos países subdesenvolvidos. As corporações multinacionais modernas não somente aumentaram significativamente o papel dos negócios internacionais no conjunto de suas atividades, mas também se dedicaram a produzir para o mercado interno dos países que recebem seus investimentos.

Dos Santos (1978:18) destaca que esta nova fase do grande capital apoiado nas corporações multinacionais conduz a uma nova divisão internacional do trabalho, que supõe um aumento da industrialização das matérias primas e dos produtos de menor avanço tecnológico e sua exportação aos centros dominantes, particularmente para os Estados Unidos, que se especializa na exportação dos bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e de capitais, elevando a maiores níveis o parasitismo típico das potências imperialistas.

Este autor argumenta que, enquanto o capitalismo conseguia manter uma taxa de crescimento elevada durante a parte ascendente do ciclo do período pós segunda guerra, as justificações ideológicas desta irracionalidade pareciam "cientificas" e condizentes com os fatos. Ao mesmo tempo, a oposição política ao grande capital foi em parte neutralizada pelas conquistas econômicas e sociais dos trabalhadores que provinham, em parte, do aumento de receita a distribuir e, em parte, do aumento do poder de negociação baseado no relativo pleno emprego. A capacidade de aumentar a renda dos trabalhadores e incorporar dinamicamente novos setores da pequena burguesia à atividade econômica fez com que, ideologicamente, a oposição dos trabalhadores tendesse ao reformismo e aumentasse suas esperanças no sistema. A ideologia pequeno-burguesa impregnou de seu idealismo o movimento popular. O caso norte-americano é exemplar. Após os avanços sindicais, políticos e ideológicos dos anos 30 e 40, o movimento operário norte-americano é cooptado pelo anticomunismo e a frente popular que manteve a segunda fase do *New Deal*, desfazendo-se a frente antifascista.

Dos Santos (1978:20) afirma que ao estudar profundamente o grande ciclo do período pós-guerra, pode-se isolar teoricamente suas causas particulares e, conseqüentemente, indicar seus limites. A incorporação ao ciclo produtivo das mudanças tecnológicas operadas durante a guerra na indústria eletrônica, petroquímica e na energia atômica, o aumento dos gastos do

Estado, particularmente o estímulo à indústria de guerra a ao gasto militar e educacional, a reconstrução européia e japonesa e a industrialização de vastas regiões do terceiro mundo, as mudanças da produtividade da agricultura com o aumento do consumo de bens industriais (fertilizantes, pesticidas, etc.) configuram um conjunto de inversões incorporadas, primeiramente nos Estados Unidos e, em seguida, estendidas ao plano internacional.

Todas essas novas características chegam a seu limite na década dos 60: o processo da reconstrução internacional se completa com o fim da reconstrução européia e japonesa e da chamada substituição "fácil" de importações nos países mais industrializados do terceiro mundo; a indústria de guerra entra em crise ao incorporar saltos tecnológicos cuja aplicação exige um novo estágio de acumulação e a revolução científico-técnica em processo exige uma importante renovação do parque industrial instalado, com a introdução maciça da automatização, o aumento do consumo público em escalas gigantescas e as mudanças no plano internacional. Aparece a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho e novas regras financeiras que assegurem a liquidez de um sistema financeiro que cresceu com base em um endividamento dos países dependentes que, segundo Dos Santos, seria impagável sem quebras e moratórias.

Enquanto isso, ressalta Dos Santos (1978:21), havia dados da economia norte-americana que revelavam um aumento da margem do desemprego permanente ou estrutural no conjunto do capitalismo e a inflação constante que cresceu na década dos 60 revelava os limites da intervenção do Estado e do conseqüente déficit fiscal, do manejo deficitário do dólar, das despesas militares imperialistas e de um comércio mundial fundado em um endividamento aventureiro.

Assim como os clássicos do imperialismo, Dos Santos (1978:26-27) afirma que, historicamente, desde a antiguidade existiram formações sociais imperialistas e coloniais, mas é somente na época moderna que essa relação assume um caráter mundial em conseqüência da integração obtida pela economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial de mercadorias integrado, força do trabalho e capitais e, de outro, uma concentração elevada da tecnologia, da produção e dos capitais em um centro hegemônico e um conjunto de países dominantes. A questão da dominação imperialista de um lado e da superação da condição dependente de outro se transforma em um problema mundial. O desenvolvimento do capitalismo como o capitalismo monopólico imperialista torna-se, dialeticamente, um impulso à expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, um limite para esse desenvolvimento, pois a expansão do capitalismo não produz, em conseqüência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, mas a

oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado em sua capacidade de desenvolvimento, incapaz de resolver mesmo aqueles problemas elementares da sobrevivência humana que foram superados em parte dos países dominantes.

Dos Santos (1978:27), ao tratar da diferença entre os países no contexto da economia capitalista mundial, reconhece que esta é uma questão bastante antiga, mas que ainda merece um estudo mais aprofundado. Ressalta também que existem basicamente duas maneiras de entender essa situação. Uma destas supõe que a situação dos países dependentes é uma conseqüência do seu atraso em ingressar no capitalismo. A outra, a qual será abordada neste trabalho, vê o subdesenvolvimento como conseqüência de uma situação histórica da submissão econômica e política, fruto do caráter desigual e combinado do capitalismo. A primeira tem origem de classe vinculada à burguesia, e para esta o subdesenvolvimento seria sinônimo de ausência de desenvolvimento, da subsistência de relações pré-capitalistas, feudais e semi-feudais. A ênfase teórica trata, essencialmente, das condições do desenvolvimento econômico, da "decolagem" que assegure uma escalada ascendente de acumulação ao capitalismo.

As crises capitalistas dos países dependentes têm, para Dos Santos (1978:32-33), duas grandes fontes de origem. Há uma oscilação cíclica do setor exportador, que está ligada essencialmente ao movimento da economia mundial e a sua relação com a estrutura produtiva interna. De outra forma, a oscilação cíclica da acumulação capitalista interna assume uma forma mais declarada no período pós-guerra, principalmente naqueles países que conseguiram instalar minimamente uma indústria de base e pesada. Theotônio destaca, de forma geral, as características dessas crises.

A crise do setor exportador tem uma característica secular, na medida em que o controle monopólico do comércio mundial e a substituição de produtos naturais por sintéticos configuram uma situação de termos de troca negativos para as matérias primas e os produtos agrícolas. Também, a deficiência crônica da balança comercial e a dependência da importação de maquinarias e matérias primas industrializadas para o desenvolvimento industrial dependente aumentam conjuntamente com o crescimento da industrialização e da maneira mais dramática, forçando-lhes a aceitar as circunstâncias impostas por parte dos investimentos estrangeiros. Ao mesmo tempo, estes investimentos elevam a níveis gigantescos as remessas de lucros e, conseqüentemente, o déficit da balança de pagamentos. Para financiar este déficit recorre-se cada vez mais ao financiamento internacional cujos elevados serviços formam uma parte crescente e fundamental do déficit da balança de pagamentos.

Ao déficit crônico e crescente da balança de pagamentos que dão forma aos termos de uma crise secular ou estrutural, somam-se as oscilações do comércio mundial e dos movimentos financeiros, que podem arruinar setores produtivos inteiros nos países dependentes e que, por outro lado, provocam diminuições nas importações que, em muitos casos, podem estimular a produção interna substitutiva. Tais oscilações, quando supõem um caráter longo, como o período de 1929 a 1939, causando a diminuição do comércio, desinversões e outros efeitos similares, criam condições novas para a luta das classes dos países dependentes: aceleram o anti-imperialismo, bloqueiam as opções do desenvolvimento econômico interno, levantam novas exigências do investimento estatal, acentuam as crises sociais e a luta política.

Dos Santos (1978:33) ressalta que as crises daquela época, originadas pelo setor capitalista industrial, ligam-se a essas oscilações gerais, mas têm sua dinâmica interna, determinada pelas leis gerais da acumulação capitalista e suas manifestações específicas em países de baixa produtividade geral, mercados internos muito concentrados ao lado das massas pauperizadas, companhias industriais dominadas pelo capital internacional, mão de obra barata com fortes desníveis internos, existência de um vasto sub-proletariado (exército industrial de reserva). Em tais circunstâncias, as oscilações tendem a ser menos drásticas do que nos países dominantes. A ausência de um setor importante de bens de capital faz com que as crises, quando chegam neste setor, se exportem para o exterior pela via da diminuição das importações ou do aumento do financiamento externo.

Para Dos Santos, com esses elementos é possível esboçar as opções políticas que se abrem aos países dependentes. A intensificação da entrada de investimentos estrangeiros no setor industrial restringiu, a termos mínimos, as bases materiais de uma burguesia nacional e, conseqüentemente, de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional e autônomo. Em seu lugar, emerge um padrão de crescimento que se resume na formação de um mercado de renda elevada capaz de absorver produtos sofisticados da nova tecnologia, e na extensão do sub-proletariado em conseqüência das tendências tecnológicas excludentes de mão de obra. Por seu caráter limitado, que se choca com a necessária restrição do mercado interno, esse crescimento procura uma saída no mercado internacional na base de uma nova divisão internacional do trabalho fundada na exportação intensiva de mão de obra, de acordo com os padrões internacionais definidos pelo desenvolvimento da revolução científico-técnica.

> Estas ambiciones políticas están condenadas a largo plazo al fracaso pues no es posible un desarrollo capitalista que se oponga de manera sistemática a las tendencias de la economía mundial capitalista a someterse al gran capital y de las economías nacionales a concentrarse bajo el dominio del monopolio. El capitalismo de Estado tiene que

> ajustarse necesariamente a los intereses del monopolio y "racionalizar" su funcionamiento en el sentido de aumentar la tasa general de ganancia (DOS SANTOS, 1978:34).

Os elementos financeiros, militares, políticos e culturais não poderiam perpetuar um sistema de relações integradas como as presentes neste período pós-guerra. Tais elementos criam as circunstâncias que permitem esta permanência, mas não a determinam. A fim de encontrá-las é necessário ir à infra-estrutura do sistema e procurar a célula desse processo mundial. Para Dos Santos (1978:52), esta formação celular é encontrada na nova unidade produtiva, administrativa, financeira (e em parte política e cultural) do sistema, que é a empresa monopolista de caráter visivelmente internacional que se habituou chamar (por razões ideológicas) de corporações multinacionais ou transnacionais.

A transformação do capitalismo competitivo em monopolista ocorreu no fim do século XIX e foi descrita por diversos autores marxistas como Bukharin, por Lênin, Rosa Luxemburg e Hilferding e por alguns não marxistas, como Hobson. Para Dos Santos (1978:52), o que diferencia o caráter das relações monopolistas daquela época e do período de emergência da teoria da dependência são, essencialmente, dois fatores.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que as relações monopolistas se tornaram dominantes dentro dos capitalismos nacionais, eliminando em boa medida as empresas concorrenciais não só nos países dominantes, mas na maior parte dos países dependentes.

Em segundo lugar, as relações monopolistas foram reforçadas enormemente no plano internacional, entrelaçando quase todos os países capitalistas em uma enorme rede financeira, comercial e administrativa. Mais importante ainda: em parte, essas relações passaram a ser intra-empresariais, ou seja, as corporações modernas se expandiram de tal forma no mundo que se tornaram um marco dentro do qual se realiza grande parte das relações econômicas internacionais.

Dos Santos (1978:53) ressalta que essas mudanças têm um efeito qualitativo no sistema. Transformam o germe de uma economia internacional monopólica na realização total dessa economia, transformando leis previamente não dominantes em dominantes. Para este autor, tal mudança exige uma revisão analítica do caráter do imperialismo contemporâneo que possibilite estabelecer uma nova hierarquia de leis e fatores determinantes do funcionamento do sistema capitalista mundial.

Outro fator que é abordado por Dos Santos são as características da empresa monopolista moderna. Esta é corporativa e necessita se estender ilimitadamente no interior ou não de um grupo econômico, frente ao qual mantém uma independência relativa. As decisões fundamentais de financiamento, de expansão, dentre outras, são realizadas com determinada

autonomia, o que se justifica não apenas por seu tamanho mas, principalmente, pelo imenso volume dos excedentes financeiros que tem em nível nacional e internacional. Seus altos lucros levam à necessidade de, a qualquer custo, encontrar novas frentes para inversão. Sua direção se transforma em um centro de decisões financeiras, transferindo as decisões industrialistas para níveis intermediários. Tal tendência se manifesta nas corporações conglomeradas que começavam a aparecer neste período e que operam em um número imenso de setores econômicos, sem nenhuma vinculação tecnológica entre eles. Ao lado do processo da conglomeração, que reflete a conversão das corporações em centros financeiros em busca de aplicação de seus excedentes, assim como do financiamento interno, está o processo da expansão mundial de suas inversões.

Dos Santos (1978:54) destaca que já naquele período,

> los resultados concretos son realmente impresionantes. Aproximadamente 180 empresas norteamericanas detentan hoy día el control de cerca del 80% de las inversiones externas de este país. Sumadas a un grupo reducido de empresas europeas y japonesas (cerca de 100) estas llamadas "corporaciones multinacionales" producen hoy día casi 1/6 del producto bruto internacional.[45]

De acordo com Dos Santos, estes resultados permitem caracterizar a corporação multinacional como a célula do processo da integração monopólica mundial. Ela seria o centro de decisão administrativa, econômica e política, que conduz a uma gigantesca concentração econômica e a centralização financeira e administrativa, a uma união estreita e contraditória entre as empresas e os Estados, à integração dos mercados de todos os países capitalistas, a um crescimento enorme do comércio mundial.

"*Toda formación social concreta es la expresión cristalizada de fuerzas que la trascienden y que necesariamente se encuentran en conflicto con aquellas que la mantienen*" (DOS SANTOS, 1978:56). As escolas científicas ligadas às classes dominantes insistiram no estudo dos fatores que levam à manutenção de determinada estrutura. Tais escolas concentraram seus esforços na descrição das limitações da ordem existente que levam a sua decomposição. A dialética é, por sua natureza, o método revolucionário, porque toma como princípio a necessidade de estudar o universo como um processo de mudança permanente. E ao tomar o universo como mudança concreta ou como história natural e humana, descobre como princípio deste movimento o caráter universal de suas contradições de modo que, segundo Dos Santos, todo objeto é constituído por elementos contraditórios que, com relação aos outros seres ou objetos, estão em um processo de luta constante.

---

[45] Como pode ser observado nos dados tratados no primeiro capítulo desta dissertação e nas observações feitas no capítulo quatro.

Para Dos Santos, o imperialismo contemporâneo seria um momento específico do desenvolvimento do modo de produção do capitalista. Assim, expressa de forma específica as contradições deste modo de produção. Estas contradições assumem, neste contexto, um arranjo específico que faz do imperialismo contemporâneo um objeto de análise individualizável das formas anteriores do capitalismo.

Existiria no sistema capitalista internacional uma correlação estreita entre diversos processos contraditórios que aparecem isolados. Este é o caso da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, a concentração da produção e a distribuição em favor das grandes empresas e do enfraquecimento e destruição histórica das pequenas; a centralização administrativa e financeira e a imposição dos monopólios sobre as empresas pequenas; o fortalecimento do poder estatal e de sua intervenção na economia, acentuando o poder dos Estados mais fortes, o desenvolvimento do comércio mundial e do movimento de capitais de maneira desigual e a centralização a nível internacional, sob a forma de imposição hegemônica da nação economicamente mais forte sobre as nações mais fracas e dependentes, assim como suas burguesias condenadas à submissão.

A economia mundial capitalista expressa, assim, esse conjunto de tendências que são contraditórias entre si e que desenvolvem fortes antagonismos entre as forças que a compõem. Todas expressam no nível internacional, a contradição principal do modo de produção capitalista, no qual, o desenvolvimento das forças produtivas leva a uma socialização crescente da produção, que entra em contradição com o caráter privado da apropriação dos meios de produção. Segundo Dos Santos (1978:57), é daí que provêm a anarquia essencial do sistema capitalista, sempre "resolvida" de maneira provisória, o que faz com que apareça, mais tarde, a mesma contradição sob novas formas.

Um dos pólos da principal contradição das relações capitalistas internacionais é o pólo nacional. A dominação internacional de uma nação sobre outra passava, naquele momento histórico, pelo fortalecimento da relação entre um Estado Nacional forte e as empresas monopolistas que controlam o mercado do país dominante. Outro pólo de contradição nasce da expansão externa dos poderes nacionais em uma época de desenvolvimento do imperialismo, no qual as relações internacionais alcançaram um elevado grau de desenvolvimento. Os processos de concentração e de centralização ultrapassaram há bastante tempo os limites nacionais. Já no final do século XIX foi criado um mercado mundial de bens de capital e até mesmo de mão de obra. O específico desta expansão naquele momento em que nascia a teoria da dependência era, segundo Dos Santos, o fato de que os investimentos

que são o eixo das relações internacionais se orientavam para a produção ligada aos mercados internos dos países receptores.

> En suma, dentro de este sistema capitalista mundial, el subdesarrollo de los países dependientes tiende a acentuarse históricamente, llevando a una reproducción ampliada (con crecimiento económico, por lo tanto) que no asume esta forma porque son objeto de una constante superexplotación que les impide dar saltos dialécticos significativos sin caer inmediatamente en una etapa superior de superexplotación. El paso de la etapa fundamentalmente exportadora hacia la producción industrial fue marcado por agudas crisis que no lograron resolver, sin embargo, el carácter dependiente de la economía. El sistema se recompuso en una forma nueva en la cual el capital extranjero asumió el liderazgo de las inversiones industriales. Pero, en muy podo tiempo, las facilidades del crecimiento económico en condiciones monopólicas que garantizan una alta lucratividad, han permitido al capital internacional extraer cifras astronómicas bajo la forma de ganancias, sobreprecios, regalías, servicios técnicos y un sinnúmero de otros medios de extraer ganancias (DOS SANTOS, 1978:62).

Deve-se destacar que já àquela época, Dos Santos chamava a atenção para o fato de que a dita "ajuda" internacional não é mais do que um instrumento de dominação e de controle político e, também, de financiamento do comércio exterior e dos movimentos de capital. O povo norte-americano financia, desta forma, os interesses privados de suas empresas, estendendo o déficit crescente do Estado, estimulando o déficit da balança de pagamentos norte-americana e a inflação para encher os bolsos dos acionistas das grandes empresas. Acaba se acentuando não só o caráter desigual e combinado do desenvolvimento, mas também as contradições entre os interesses do Estado norte-americano enquanto expressão dos interesses nacionais e sua função de servir aos interesses de grupos privados bem definidos.

Assim, clarifica-se a terceira forma de manifestação da principal contradição do imperialismo desta época: os Estados Nacionais dos centros dominantes (e também dos países periféricos) são a base da acumulação e da reprodução do capitalismo no nível local e sua expansão internacional e representam, ao mesmo tempo, um forte limite para a liberdade total de operação das corporações multinacionais.

> Así como el monopolio no elimina la competencia, sino que la desarrolla en formas nuevas, y así como las situaciones reales son más precisamente oligopólicas que monopólicas, el multinacionalismo de las empresas no significa la superación de su base nacional de operación y expansión (DOS SANTOS, 1978:74).

A política desenvolvimentista, que procurava estimular a entrada de capital estrangeiro no setor industrial, a melhoria dos preços dos produtos exportados, os empréstimos internacionais e as "ajudas" econômicas, compunham um conjunto de medidas complementares que agiam no sentido de consolidar, no plano internacional, uma unidade de interesses entre as burguesias dos países dependentes e dos dominantes, expressa na divisão

do trabalho entre exportadores de matérias primas e de produtos agrícolas e exportadores de maquinarias, equipamentos e de matérias primas industrializadas.

Para a manutenção dessa divisão do trabalho é condição que os setores produtores de maquinaria não se desenvolvam nos países dependentes. Entretanto, para Dos Santos (1978:103), a própria lógica do desenvolvimento econômico capitalista contraria tais limites e se contrapõe aos interesses imediatos do grande capital.

Segundo Dos Santos (1978:104), a terceira etapa da história do investimento no exterior é caracterizada pelo investimento no setor manufatureiro, com o objetivo de exportar. No caso dessas novas inversões, segundo este autor, é necessário distinguir dois tipos. Um que se dirige aos países que Dos Santos chama de "*empório*", ou seja, que seriam entrepostos comerciais, países que agem simplesmente como intermediários e que se limitam a complementar uma fase final da produção dos produtos. Este, para Dos Santos, era o caso de Coréia do Sul, Hong-Kong, norte de México e da China nacionalista, onde se instalaram empresas "*maquiladoras*" dedicadas à complementação final de produtos cujas peças provêm de outros países, particularmente dos Estados Unidos. O objetivo é aproveitar a mão de obra barata para certos trabalhos finais, que têm características semi-artesanais e exigem muita mão-de-obra com algum grau de especialização artesanal. Nestes casos, compensam-se os gastos com transporte, além de aproveitar vantagens fiscais e outras facilidades oferecidas por estes países.

Outro tipo de inversões manufatureiras destinadas à exportação são aquelas que buscam aproveitar as matérias primas nacionais, industrializando-as antes de exportá-las. Tais inversões se encontram limitadas pela velha política imperialista, que procurou assegurar essa industrialização nos países dominantes. Nos Estados Unidos, há impedimentos graves, porque o governo norte-americano, por pressão de determinados setores industriais, impõe dificuldades muito grandes à importação de produtos industrializados por meio de política fiscal.

Dos Santos (1978:105-106) destaca que existem grandes possibilidades de expansão destas inversões sob o patrocínio de instituições internacionais, como a UNCTAD, que as apresentam como a grande alternativa para restaurar condições de intercâmbio favoráveis aos países subdesenvolvidos. Entretanto, a industrialização de matérias primas, embora possa acarretar alguma melhoria imediata, não representa nenhuma solução para os problemas do subdesenvolvimento, muito menos na medida em que são feitos por companhias estrangeiras

que se apropriam dos excessos criados por esta atividade e os enviam ao estrangeiro na forma de super-lucros[46].

Com a oposição do setor nacional da grande burguesia de importantes setores da pequena e média burguesia, do movimento operário e com as dificuldades imediatas criadas pela balança de pagamentos, a grande burguesia internacional tem à frente um período mais ou menos grande para resolver as contradições que cria ao passar por uma nova divisão internacional do trabalho, que permitiria a salvação do sistema capitalista por um determinado período histórico.

Dos Santos afirma que o triunfo deste modelo de desenvolvimento significará a acentuação e aprofundamento do processo da concentração e de monopolização da economia, a níveis que superariam em muito nossa imaginação. Desta forma, aprofunda-se a crise da pequena burguesia, de suas últimas formas de poder local e regional, acentuando-se os conflitos inter-regionais dentro dos países capitalistas, assim também como suas expressões nacionais e regionais. Junto com a crise destes setores, aparece o empobrecimento e a marginalização de milhões de trabalhadores agrícolas e urbanos que sobreviviam à custa da conservação das empresas menores. Nos países dependentes, essas contradições aparecem sob formas ainda mais acentuadas.

Concentração e monopolização crescentes em escala internacional, exploração do mercado dos Estados Unidos e demais países desenvolvidos, desde bases produtivas situadas nos centros de mão-de-obra barata, ressurgimento do comércio mundial com base em uma nova divisão internacional do trabalho, crise política em conseqüência dos fortes interesses que deverão ser contrariados neste processo, formação de um bloco fascista e de um bloco anti-monopólico e antiimperialista de caráter socialista, com a conseqüente radicalização da situação política, acirramento da luta internacional e inter-regional para facilitar ou impedir este processo de concentração, monopolização e internacionalização: estas são as tendências que se desenvolvem dentro da nova economia mundial capitalista, da qual a companhia multinacional é a célula.

> De esa manera, la nueva división internacional del trabajo, en vez de salvar al capitalismo de su crisis final, profundiza esta crisis y lleva la expresión celular a ella, la empresa multinacional, a reflejar en su interior, en su programación, en su estrategia y en

[46] "*La situación actual es muy complicada, pues los dirigentes sindicales reaccionan en contra del aumento de las importaciones de Estados Unidos, realizadas en detrimento de la producción local y que conducen, innegablemente, al desempleo de gran parte de la población obrera norteamericana. Llevados por su gremialismo, los obreros norteamericanos tienden a formar un frente con los sectores más conservadores, en vez de levantar una bandera independiente de carácter socialista que permitiese superar verdaderamente esas contradicciones*" (DOS SANTOS, 1978:107).

> sus formas de organización, las contradicciones que el capitalismo no logra resolver (DOS SANTOS, 1978:109).

Para Dos Santos (1978:109-110), a empresa que emerge neste novo contexto tem características que começaram a transparecer naquele momento. Em primeiro lugar, é necessário considerar que começa a agir, estrategicamente, cada vez menos em função de interesses nacionais e cada vez mais em função de seus interesses gerais. Em segundo, no conjunto de sua estratégia de crescimento, os aspectos especulativos e financeiros começam a assumir um papel progressivamente predominante. Em terceiro lugar, a empresa se transforma gradualmente em um órgão de controle financeiro geral e de investimento em vez de um órgão de controle do processo produtivo e se separa progressivamente a atividade produtiva da atividade de direção geral da empresa. Em quarto lugar, essas novas circunstâncias se refletem em um crescimento anárquico dos produtos que elaboram e das atividades que desempenham, levando-as a um processo de saturação no nível internacional, que não faz mais do que estender o processo de saturação que se realiza em ritmo acelerado nos Estados Unidos.

Após esta introdução, que tem por objetivo compreender de que forma o imperialismo se apresenta na época que eclode a teoria da dependência, é necessário reaver as contribuições que dão base para a construção deste corpo teórico. As duas próximas partes deste trabalho tratarão de recuperar as análises de Marini e Dos Santos que, do ponto de vista deste trabalho, são a referência teórica principal para a constituição da Teoria Marxista da Dependência.

3.2 – A Dialética da Dependência em Marini

A tarefa proposta pelo ensaio de Marini é a de realizar uma análise da condição de dependência latino-americana[47] partindo de um referencial teórico marxista.[48] Marini se refere aos países latino-americanos não em um paralelo anacrônico com os países capitalistas avançados, mas como portadores de um "capitalismo *sui generis*" (particular). Por isso, o autor considera que o método marxista, no intuito de explicar as formas específicas de atuação

[47] Apesar de Marini abordar mais especificamente a América Latina, a sua análise, de modo particular, e a teoria da dependência de modo mais geral, tem relevância fundamental para analisar o conjunto dos países periféricos que, a exemplo da América Latina, também se constituem em mecanismos de inserção subordinada no mercado mundial e na lógica de funcionamento da economia mundial capitalista.

[48] Que o próprio Marini classifica como marxista ortodoxo: "*O rigor conceitual e metodológico: a isto se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo*" (MARINI, 1973:02).

das leis capitalistas nos países dependentes, deve ser capaz de,

> [por um lado, aplicar as categorias marxistas] à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior, [e que, por outro lado,] essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem que ponderá-las, sem que isto implique em nenhum caso romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. (MARINI, 1973:02)

Marini recupera a trajetória histórica de constituição da América Latina como economia capitalista, entendendo que ela se desenvolve, já desde o século XVI, em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional.[49] Assim, Marini lembra que coincidem os momentos da Revolução Industrial, na Inglaterra, e dos processos de independência política dos países latino-americanos, que neste momento passam a gravitar em torno da metrópole inglesa – estabelecendo primordialmente com esta suas relações econômicas (com destaque inicial ao fluxo de mercadorias e, posteriormente, também ao fluxo de capitais). Para o autor, essa relação estabeleceu as bases para que, já no início do século XX, estivesse configurada a condição de dependência da América Latina.

As bases dessa condição de dependência são identificadas na formação de uma determinada divisão internacional do trabalho, divisão essa que acaba por condicionar todo o desenvolvimento posterior da região dependente. Desse modo, a dependência poderia ser entendida como

> [...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A conseqüência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas (MARINI, 1973:03).

Entendidos a concepção de dependência utilizada e o momento histórico concreto de sua conformação, o argumento central do autor é que essa relação de dependência determina a inserção latino-americana na divisão internacional do trabalho – de início exclusivamente como primário-exportadora – e, com as devidas mediações, estabelece também a forma como se dão as relações de produção nas economias dependentes.

---

[49] "[...] *Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais, têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas*" (MARINI, 1973:2-3).

Do ponto de vista da história, é importante notar o papel essencial e dependente que desempenha a América Latina na consolidação do capitalismo mundial, enquanto produtor de gêneros alimentares e matérias-primas. Como bem recorda Marini, é de suma importância para que se solidifique no capitalismo grande disponibilidade de mão-de-obra apta à atividade industrial – o que, conseqüentemente, supõe uma especialização das economias que estavam a se industrializar permitida por sua capacidade de importação de gêneros agrícolas a preços baixos. Note-se que, mais do que um simples requerimento físico da industrialização européia, a entrada da América Latina no mercado mundial tem a importância de permitir uma mudança qualitativa no modo de acumulação das economias centrais, na medida em que permite o deslocamento de eixo nas relações de produção, da produção (preponderante) da mais-valia absoluta à relativa. Segundo Marini (1973:07), o efeito da inserção internacional da América Latina (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial) é o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Há que se observar uma conseqüência ulterior da entrada latino-americana no mercado mundial no que tange à *lei de tendência à queda da taxa de lucro*. A América Latina e as economias dependentes de modo geral desempenhariam a função de contra-tendência a essa lei, de modo que, segundo Marini (1973:07), "*é mediante o aumento da massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional como a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão*", assim como o *comércio exterior* aparece, em Marx, como um fator capaz de contrariar a tendência à queda da taxa de lucro na medida em que diminui o capital constante, por meio da queda nos preços das matérias-primas, e variável, em virtude da queda nos preços de bens-salário.

Para o autor, as bases econômicas para a existência de termos de troca desfavoráveis repousavam em dois fatores: em uma mão se tinha que no intercâmbio, especialmente, mas não exclusivamente, entre as nações industriais, a balança tendia sempre aos países que possuíssem maior produtividade do trabalho. Tendia, portanto – em semelhança ao que ocorre na disputa entre capitais diversos –, em favor dos países que possuíam menores preços de produção e podiam vender suas mercadorias a preços de mercado. Em outra mão, os países industriais possuíam um relativo monopólio na venda de suas mercadorias para as nações não

industriais, o que lhes permitia vender suas mercadorias a preços que excedessem seus valores. Essas circunstâncias atuariam, "*configurando assim uma troca desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que esta cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade*" (MARINI, 1973:10).

Em conseqüência da troca desigual, da existência de mecanismos que atuam no sentido de transferir renda produzida nacionalmente para os países centrais, as economias periféricas são obrigadas a reagir, tendo que dar respostas, "criando" mecanismos de "proteção", ou seja, meios de se manter no mercado mundial. A resposta dada a essa perda de valor produzido por parte dos países dependentes acaba sendo uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, na tentativa de buscar o desenvolvimento por meio de uma superexploração da força de trabalho. A intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para a sua subsistência são as formas encontradas pelas economias periféricas para se sustentarem no sistema capitalista.

> [...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 1973:12)

A partir do momento em que a resposta dada pelas economias desfavorecidas pela troca desigual é a superexploração do trabalho, ou seja, a constituição de um modo de produção que tem como base uma maior exploração do trabalhador e o desenvolvimento de sua capacidade produtiva concretiza-se uma alternativa que, ao invés de se contrapor a este modelo de exploração das economias subdesenvolvidas, acaba fortalecendo-o. Isso ocorre na medida em que as nações dependentes buscam compensar a perda de recursos gerada no comércio internacional através da ampliação da exploração do trabalhador.

É importante lembrar que uma das contradições fundamentais do modo de produção

capitalista se dá em torno do duplo papel assumido pela classe trabalhadora nesse modo de produção – que se encontra em conflito com capital durante o processo de produção, mas não durante a circulação (quando a classe trabalhadora se torna consumidora e de fundamental importância para a realização das mercadorias). Posta essa contradição, é necessário para compreender, nessa perspectiva, a reprodução do capital na América Latina, em face da superexploração do trabalho, perceber a cisão que ali se operou entre os processos de produção e circulação do capital.

> Na economia exportadora latino-americana [...] Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em conseqüência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. [...] A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, 1973:16-17)

A formação econômica dependente, que caracteriza as economias periféricas, acaba fazendo com que, ao girar em torno do mercado mundial e dos centros do capitalismo, não tenham constituído de forma consolidada seus mercados internos, perpetuando o modelo colonial. A América Latina ingressa na etapa da industrialização a partir das bases criadas pela economia de exportação, de modo que aprofunda a contradição própria de seu ciclo do capital e seus efeitos sobre a exploração do trabalho. O resultado disso é o não desenvolvimento de bases tecnológicas e, por conseqüência, o não surgimento das indústrias mais produtivas e também a necessidade da manutenção da superexploração do trabalho.

Outro ponto importante a se recuperar na teoria de Marini é que ele observa que a estrutura social das economias dependentes, baseadas na superexploração do trabalho, acaba por formar nessas economias duas *esferas de circulação*: a classe trabalhadora, que tem seu consumo baseado em seus comprimidos níveis salariais constituiria a, assim chamada, esfera baixa da circulação, ao passo que as classes cujo consumo adviria da mais-valia não acumulada formariam a esfera alta da circulação. A partir daí, o que se deve notar é que, nos momentos da industrialização latino-americana, esta se fundou, obviamente e por razão dessa separação, na alta esfera de circulação.

Este esquema terá alguma funcionalidade, pois dado que o baixo nível tecnológico faz com que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários, o capitalista

industrial valer-se-á do excedente de mão-de-obra criado pela economia exportadora e agravado por sua crise (crise que obriga o setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar os salários no sentido descendente. [50] Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e pela prolongação da jornada de trabalho, acelerará a concentração de capital no setor industrial.

> Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em conseqüência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas *a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia*, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores (MARINI, 1973:21). [51]

Marini busca entender o processo de industrialização latino-americana à luz das mudanças do capitalismo mundial (especialmente no pós-guerra), em que pesava o grande volume de capital concentrado por algumas empresas, fazendo nascer uma nova divisão internacional do trabalho. Caberia à América Latina o papel de receptora da matriz industrial já obsoleta nos países centrais – fato esse que, por sua vez, contribuía também para a manutenção da superexploração do trabalho,

> [...] incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. [...] Nesta medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia traduzir-se em maiores lucros através da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque *a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto de mais-valia – que da taxa de mais-valia*. (MARINI,

---

[50] Relacionar o exército industrial de reserva com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provocar impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial.

[51] Isso por não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. De modo que dispensa o industrial de preocupar-se em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia através da maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. E, em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça a custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário.

1973:24)

Marini percebe que se impõe, novamente, o afastamento entre ambas as esferas de circulação, uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. Ao não poder estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários e orientando-se antes para a compressão salarial, o que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias de luxo. Isso colocará a necessidade de expansão para o exterior, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital para centrar parcialmente a circulação *sobre o mercado mundial*.

> A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressureição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 1973:25)

A cada fase do desenvolvimento capitalista, recoloca-se a condição de dependência. O que ocorre é que as economias inseridas neste sistema totalizante, em que convivem, necessariamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento, acabam optando pela via de ir até o fim na política própria do imperialismo, ou seja, aprofundar ainda mais as tendências que já se apresentam nas próprias metrópoles. Portanto, o que se constata é uma ofensiva sobre os trabalhadores, manifesta de maneira ainda mais perversa nos países periféricos, ofensiva esta que se aplica "com o objetivo de buscar o desenvolvimento".

3.3 – Imperialismo e Dependência em Theotônio Dos Santos

Após esta breve recuperação da contribuição de Marini, para que se possa compreender o corpo teórico que dá origem à Teoria Marxista da Dependência, será retomada também a contribuição de Dos Santos[52]. Em um primeiro momento, serão abordados os

[52] É importante destacar que este trabalho busca na obra de Theotônio dos Santos suas contribuições relativas apenas à Teoria da Dependência. Devido à intenção e ao escopo deste trabalho não são apresentadas discussões relativas à Teoria do Sistema-Mundo, teoria que tem papel relevante nas discussões contemporâneas e a qual passou a se dedicar Theotônio, como pode ser observado por uma citação feita por esse autor sobre essa teoria: "*Arrighi faz parte do grupo de cientistas sociais que, desde os anos 70, vem trabalhando sistematicamente numa*

antecedentes históricos e teóricos que fariam parte da trajetória que deu origem a esta teoria e logo após se buscará compreender a *estrutura da dependência* e uma melhor clarificação de seu significado.

3.3.1 – Antecedentes históricos e teóricos

Dos Santos (1978:336), ao tratar dos antecedentes da dependência e mais especificamente do passado colonial, afirma que, ao se transferir o foco de análise para o mundo colonial, pode-se perceber o quão equivocado é concluir por uma relação direta entre o domínio do capital comercial na América Latina colonial e a instalação de um modo de produção capitalista. Para este autor, seria possível explicar grande parte do subdesenvolvimento pelo predomínio e pelo desenvolvimento do capital comercial na colônia, fator que limitou a criação de um modo de produção capitalista. Isso não significa que existiram modos "feudais" de produção na América Latina, pois não se tratava da criação de uma sociedade feudal fechada sobre si mesma.

Dos Santos (1978:337-338) chama a atenção para o fato de que Marx e Engels determinaram, precedendo Hilferding e Lênin, embora de maneira esquemática, a importância do capital financeiro e do monopólio industrial, assim como suas conseqüências externas. No volume III de *O Capital*, mostra que o capital financeiro determina: *i.* o caráter cada vez mais centralizado e monopólico da produção em conseqüência do desenvolvimento capitalista; *ii.* a formação das sociedades anônimas e dos trusts, a importância crescente do Estado e a concentração do capital no comércio, nos bancos e na agricultura; *iii.* a formação de uma oligarquia financeira que administra o capital alheio em seu benefício; *iv.* a importância destes fatores para o investimento estrangeiro e para a acentuação da colonização externa. Marx e Engels estudam estes elementos do capitalismo monopolista como uma fase necessária do desenvolvimento máximo do capitalismo e como uma fase de transição ao socialismo. Mostram, conseqüentemente, o caráter contraditório deste processo de concentração que, ao

---

reinterpretação da história da economia, da sociologia e da antropologia a partir da noção de sistema mundial. Esta categoria de análise arranca de Braudel - na sua recém-traduzida História da Civilização Material *- e é trabalhada sistematicamente por lmmanuel Wallerstein no conjunto de livros que vem escrevendo sobre* O Moderno Sistema Mundial. *Gunder Frank, Samir Amin e outros autores, entre os quais me inscrevo, deram um grande desenvolvimento a este enfoque teórico quase desconhecido no Brasil*" (DOS SANTOS, 1997).

mesmo tempo em que destrói as bases da produção individual, aumenta o controle de uma minoria sobre a economia.

É justamente ao tratar deste processo contraditório que leva à monopolização da produção, que compõe a própria dinâmica de evolução do capitalismo que Marx (1853), em seu texto clássico sobre a dominação imperialista na Índia, afirma que, mesmo o desenvolvimento causado pela dominação britânica neste país sendo importante para o próprio processo evolutivo, não chegará às massas de trabalhadores, levadas à miséria. Afirma que o desenvolvimento das forças produtivas não é o bastante; é necessário que os povos se apoderem dele, não obstante a penetração capitalista na Índia, por pior que seja, estabeleça as bases materiais para isto.

Seguindo-se a Marx, Dos Santos (1978:442) destaca a contribuição de Lênin em seu texto clássico sobre o imperialismo. Neste livro de Lênin demonstrou que o desenvolvimento do monopólio e do capital financeiro, com seus corolários militaristas (guerra mundial e colonialismo), correspondia a uma nova etapa na formação social capitalista. Lênin estabeleceu também as leis gerais que governaram este estágio: o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista internacional e nacionalmente, o parasitismo e a decomposição do sistema, o papel determinando da exportação de capital, a importância da luta por mercados e por fontes de matéria-prima, e a forma específica que assumia a competição entre os trustes na etapa monopolista.

Após a publicação do livro de Lênin e após a revolução de 1917, começaram, no interior da III Internacional, uma série de debates acerca do papel dos países periféricos para a revolução, na medida em que as expectativas anteriores eram as de que a revolução socialista deveria acontecer primeiro nos países mais desenvolvidos e a realidade história era que esta proliferava na periferia e não no centro do sistema. Do conjunto destes debates, como destaca Dos Santos (1978:343), foram criadas algumas tipologias de diferentes tipos de países periféricos, na medida em que tivessem alcançado algum desenvolvimento de sua indústria. Entretanto, segundo este autor, é muito pouco o que se pode aproveitar desse tipo de tipologia para estabelecer os problemas fundamentais da análise do atraso da dependência.

Dos Santos (1978:343-344) afirma que as principais contribuições que lograram contribuir no desenvolvimento das teorias do subdesenvolvimento e da dependência foram as dos teóricos dos países que viviam estas realidades. Dentre eles, Dos Santos destaca Tse-tung (1968), que contribui decisivamente ***i.*** ao estabelecer a existência de uma burguesia compradora aliada ao imperialismo e a classe proprietária de terras, “verdadeiros apêndices da burguesia internacional” identificados junto com o imperialismo como os principais inimigos

da revolução chinesa. ***ii***. Tse-tung contribui também ao anunciar a inevitável bancarrota da burguesia média e nacional entre uma ala pró imperialista e uma ala que "inclina para a esquerda", rejeitando, assim, a possibilidade de um desenvolvimento nacional sob a liderança da burguesia nacional.

> Para estas clases no hay posibilidad alguna de permanecer "independientes". Por eso, la idea concebida por la burguesía media china de una revolución "independiente" en la que esta clase desempeñaría el papel principal, no es más que una ilusión (TSE-TUNG, 1968:11).

iii. Este autor assinala, também, três grandes correntes no interior da pequena burguesia sobre forte influência do processo revolucionário. ***iv.*** Destaca a existência de um semi-proletariado dentro do qual se inclui um setor de camponeses semi-proletariados, os camponeses pobres, os pequenos artesãos, os dependentes do comércio, os vendedores ambulantes, toda essa imensa gama de subemprego que tão terrivelmente caracteriza as sociedades dependentes. ***v.*** Ao ressaltar as características revolucionárias de um proletariado industrial novo e relativamente pequeno, mas muito concentrado e combativo, e a importância do proletariado rural, que se soma aos camponeses pobres como principais aliados do proletariado industrial. ***vi.*** Não deixa de destacar o papel do que seria o lupenproletariado, que seria capaz de lutar com grande coragem, mas inclinado à ações destruidoras, que poderiam se transformar em uma força revolucionária se conduzida de maneira correta. ***vii.*** Contribui, também, ao analisar em termos muito concretos e dialéticos a estrutura de classes chinesa, as forças da revolução e da contra-revolução e os setores intermediários. Logra, também, definir com muita precisão o caráter da revolução e do regime político e socioeconômico que deviam implantar na China as forças revolucionárias[53].

Outra contribuição que é destacada por Dos Santos (1978:345) é a de Paul Baran[54], em uma época na qual ocorria a consolidação da independência da Índia no marco de um anti-imperialismo cada vez mais moderado e de um desenvolvimento de relações de produção capitalista nos marcos do capital internacional e do imperialismo. Baran conheceu também o fracasso da experiência da revolução democrática boliviana e da Guatemala. Mesmo neste

---

[53] "*La revolución china en su primera etapa (subdividida en múltiples fases) es, por su carácter social, una revolución democrático-burguesa de nuevo tipo, y no es todavía una revolución socialista proletaria; sin embargo, hace ya mucho tiempo que forma parte de la revolución mundial socialista proletaria, y, más aún, constituye actualmente una parte muy importante de ella y es una gran aliada suya. La primera etapa o primer paso de esta revolución, de ningún modo es ni puede ser el establecimiento de una sociedad capitalista bajo la dictadura de la burguesía china, sino el establecimiento de una sociedad de nueva democracia bajo la dictadura conjunta de todas las clases revolucionarias del país dirigida por el proletariado; con ello culminará la primera etapa. Entonces, será el momento de llevar la revolución a su segunda etapa: el establecimiento en China de una sociedad socialista*" (TSE-TUNG, 1968b:361).

[54] Ver: BARAN,1984.

contexto, esse autor estudou, com detalhe, a nova etapa do imperialismo internacional sobre a hegemonia norte-americana e o avanço do monopólio internacional.

Outro autor tratado por Dos Santos (1978:346-354) é um discípulo de Baran, André Gunder Frank[55]. Dos Santos afirma que concorda com Frank na medida em que prova que é o desenvolvimento do capitalismo comercial mundial que explica as economias dependentes, e não o feudalismo, quando demonstra que a dependência é a chave de explicação do subdesenvolvimento, quando estabelece a ligação entre o sistema colonial e o nacional. Entretanto, Dos Santos afirma que não se pode aceitar sua teoria do subdesenvolvimento e o método com que trabalha, que seria incompatível com uma análise de classes e conduziria a uma visão não dialética.

Recuperando de forma crítica as contribuições de Frank, Dos Santos (1978:352) afirma que, apesar da apropriação do excedente econômico dos países ser um elemento importante do atraso, é necessário explicar esta apropriação e seus resultados pela estrutura da economia dependente. É necessário analisar, em um primeiro momento, a estrutura exportadora sem levar em consideração a expropriação do excedente pela metrópole, porque estes países continuam a ser subdesenvolvidos, mesmo que não haja tal expropriação. Estes continuam a ser subdesenvolvidos devido à dependência da importação de produtos manufaturados, pela não criação de um mercado interno, pelo predomínio do capital comercial.

Dos Santos (1978:353-354) ressalta que:

> La estructura de la dependencia tiende que ser planteada como un condicionamiento de nuestra realidad. Condicionamiento muy importante, por que señala el carácter mismo de nuestra estructura económico-social, que siempre fue dependiente; estructura que ha variado con el desarrollo de nuestras sociedades y de los centros metropolitanos. La categoría de dependencia es aún más fundamental para explicar las contradicciones específicas de nuestro capitalismo; contradicciones que son cada vez más profundas mientras más se desarrollan las relaciones de producción capitalistas en nuestras sociedades.

3.3.2 – Conceito e estrutura da dependência

Com relação às interpretações sobre a dependência, Dos Santos (1978:365) mostra que o ponto de vista dos trabalhadores sobre o fenômeno da dependência aproveita parte da crítica

[55] Ver: FRANK, 1970, 1976 e 1980.

burguesa e pequeno-burguesa à dominação econômica, mas busca aprofundar essa crítica ao mostrar o papel determinante da exportação de capital na economia internacional, ao indicar que as perdas comerciais não são a causa fundamental da dependência, mas a estrutura econômica e social dos países dominados, ao demonstrar a cumplicidade de setores fundamentais da burguesia e da pequena burguesia com o imperialismo, mostrando, em resumo, que a dependência, o atraso e o subdesenvolvimento não podem superar-se dentro do regime de produção capitalista.

A crítica marxista ao conceito burguês de dependência não pode ocorrer sob o ponto de vista do isolamento frente à realidade nacional mas, dialeticamente, corretamente estabelecendo a relação entre o interno e o externo, entre o nacional e o internacional, entre o anti-imperialismo e o anti-capitalismo, entre a análise das relações econômicas internacionais e a de classes e entre as tendências históricas gerais e o imediato. Segundo Dos Santos (1978:365), tem-se assim os elementos suficientes para afirmar a necessidade de fazer um discurso teórico sobre o fenômeno da dependência como forma necessária da aproximação ao estudo da realidade dos países que são objeto de exploração capitalista em escala internacional.

> Si entendemos por teoría un discurso abstracto sistemático y coherente sobre la leyes de funcionamiento y desarrollo de un fenómeno concreto, podemos decir que, a partir del libro de Lênin sobre *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, tenemos un cuerpo teórico fundamental para analizar el imperialismo, con la ventaja de haber logrado mantener, en un periodo de 60 años aproximadamente de su aplicación, un alto grado de corrección y coherencia (DOS SANTOS, 1978:365-366).

Dos Santos, afirma que com o passar do tempo e a continuidade do debate internacional sobre as razões do subdesenvolvimento, seu caráter e suas manifestações estes foram constituindo uma problemática que nos permite definir os elementos da dependência e as áreas temáticas de investigação sobre este assunto. Para Dos Santos, naquele momento, em primeiro lugar, tornava-se imprescindível ligar o estudo da dependência ao do imperialismo e da economia internacional que o gera. Nesse estudo, haveria um interesse particular em definir o estágio do desenvolvimento do capitalismo, suas formas de atuação e as contradições que provoca. Tornava-se cada vez mais clara a necessidade de precisar a forma do movimento atual do imperialismo e, em particular, o rol dos ciclos econômicos e suas diversas conjunturas na dinâmica dos países dependentes.

Nesse processo de investigação e contribuição para o desenvolvimento das teorias da dependência e do imperialismo, Dos Santos (1978:367) afirma que no plano teórico, é

necessário desconstruir os erros que estão no trabalho de Emmanuel[56] sobre a troca desigual, que fundamenta nos baixos salários a origem da troca desigual e responsabiliza o proletariado dos países dominantes pela miséria de seus companheiros subdesenvolvidos. Da mesma forma, apoiando-se na afirmação de Marx (1996, op. cit. *In:* DOS SANTOS, 1978:353) de que "*la verdadera ciencia de la economía política comieza allí donde el estudio teórico se desplaza del proceso de circulacion al proceso de producion*", seria necessário contradizer as teorias de Prebish[57] sobre a necessária perda nos termos de troca entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos em conseqüência da estrutura de consumo dos primeiros. Para Dos Santos, é necessário combater qualquer tendência em explicar o subdesenvolvimento e a dependência através dos mecanismos de comércio.

Conseqüentemente, Dos Santos afirma que é necessário assegurar a correção entre a passagem do plano das relações econômicas internacionais a um terceiro nível de análise, que estabeleceria as ligações destas relações internacionais dependentes com a estrutura econômico-social interna dos países dependentes.

> La perspectiva obrera y revolucionaria en los países dependientes no debe ser vista pues como una simple aplicación del marxismo considerado como una teoría general y formal a las condiciones de los países dependientes. Tal enfoque nos llevaría al formalismo intelectualista en lo ideológico y a un europeísmo en lo político. De cualquier forma nos separaría de una visión científica de la realidad y del sentir de las masas (DOS SANTOS, 1978:368).

Para Dos Santos (1978:368-369), a elaboração de um pensamento científico e revolucionário nestas condições somente pode ocorrer com o encontro vivo e dialético entre a crítica da visão e do programa nacionalista-burguês, pequeno-burguês e influenciado em parte pelo proletariado (uso da retórica dialética e do conceito de classes, concessões ao proletariado organizado, etc.) que forma um ecletismo ideológico (crítica que tem que ser feita no sentido dialético: "*superar una realidad es tomar sus polos negativos y afirmarlos en una nueva unidad de contrarios*") e o instrumental conceitual do marxismo como ciência geral da história. Somente assim poderá afirmar-se um pensamento revolucionário com o uso dialético das categorias do marxismo.

Para Dos Santos (1978:301), compreender a dependência como uma condição que configura determinado tipo de estruturas internas, significa tomar o desenvolvimento como um fenômeno histórico mundial, como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema do capitalista. Essa perspectiva implica na necessidade de integrar, em uma só história, as perspectivas da expansão capitalista nos países hoje desenvolvidos e os resultados

---

[56] Ver: EMMANUEL, 1981.
[57] Ver: PREBISCH, 1950.

nos países por eles afetados. Não se trata de tomar estes resultados como simples "efeitos" do desenvolvimento capitalista, mas sim compreendê-los como sua parte integrante e determinante.

Dos Santos (1978:301-302) afirma que, da mesma forma que o estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem ao imperialismo e ao colonialismo, o estudo do desenvolvimento capitalista nos países dependentes deve dar origem a teoria da dependência. Assim, entende que a limitação da teoria do imperialismo é não ter abordado também do ponto de vista dos países dependentes o desenvolvimento do capitalismo. Nem Lênin, Bukharin ou Rosa Luxemburg, os principais autores marxistas da teoria do imperialismo, nem os poucos autores não marxistas, como Hobson, que trataram desse assunto focalizaram o imperialismo do ponto da vista dos países dependentes. Embora a dependência deva ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, tem sua própria realidade que constituem leis específicas dentro do processo global e que age sobre este de maneira específica. Dos Santos ressalta que compreender a dependência, conceituando e estudando seus mecanismos e suas leis históricas, significa não só ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para sua melhoria e reformulação.

É em conseqüência desta forma de análise que Dos Santos (1978:302) afirma que Lênin cometeu alguns equívocos ao interpretar de forma excessivamente genérica certas tendências de sua época. Lênin esperava que a evolução das relações imperialistas conduzisse a um parasitismo nas economias centrais e a sua conseqüente estagnação e, por outro lado, acreditava que os capitais invertidos no exterior pelos centros imperialistas levariam ao crescimento econômico dos países atrasados. Em sua análise do desenvolvimento desigual e combinado, Lênin não separou claramente os efeitos dos investimentos externos nos países já independentes economicamente, como os Estados Unidos e a Austrália, daqueles investimentos em países essencialmente exportadores de mão-de-obra barata.

Dos Santos chama a atenção para o fato de que, se do ponto de vista lógico, a partir das tendências encontradas em seu tempo, isso tendia a acontecer, é preciso descobrir porque não aconteceu no caso dos países dependentes que mantiveram uma posição de profundo atraso em relação aos países imperialistas e não conseguiram romper a barreira do subdesenvolvimento e da dependência. Em primeiro lugar, Lênin não estudou os efeitos da exportação de capital nas economias dos países atrasados. Se tivesse dado atenção mais específica a este assunto, teria visto que o capital se invertia na modernização da velha estrutura colonial exportadora e, conseqüentemente, aliava-se aos fatores que mantinham o atraso destes países. Dos Santos ressalta que essa inversão não se tratava de uma inversão

capitalista em geral, mas era o investimento imperialista em um país dependente. Esse capital viria reforçar os interesses da oligarquia comercial exportadora, embora abrisse realmente um novo estágio da dependência nesses países.

A dependência não permite que se analise o subdesenvolvimento como o fenômeno de determinadas estruturas atrasadas, entretanto não capitalistas. O conceito de dependência permite superar este ponto da vista que se origina em uma visão a-histórica do problema, então o subdesenvolvimento é um produto de uma situação mundial que se explica pela expansão do capitalismo no mundo.

Dos Santos (1978:303-304) ao analisar a formação das sociedades coloniais, concorda com a visão de Andre Gunder Frank, de que não é possível falar de feudalismo clássico nas economias e nas sociedades que se organizam para a exportação. É justamente porque essas economias viviam para exportar e não criaram, por essa razão, um mercado interno (já que grande parte de sua receita provinha da exportação e, conseqüentemente, servia como mercado para a produção externa de manufaturas e não da nacional), que não se constituíram como economias capitalistas mercantis manufatureiras como parte da Europa daquela época, mas em economias servis, que se desenvolviam dentro de uma estrutura colonial exportadora. O regime exportador favorecia a existência de uma economia natural ou de auto-consumo ao lado da exportadora, e não criava efeitos indiretos importantes, particularmente no setor manufatureiro, não permitia nem estimulava o desenvolvimento total das relações capitalistas de produção, apoiando-se, ao contrário, em formas servis ou escravistas de trabalho.

É nesse processo que, depois de passadas as limitações do período colonial, segundo Dos Santos (1978:304), a América Latina foi conduzida a um capitalismo dependente baseado no setor exportador. O regime colonial exportador dá os parâmetros da América Latina "liberada", não apenas porque se apropria de grande parte do excedente, mas fundamental porque essas estruturas econômico-sociais eram dependentes e as revoluções libertadoras não conseguiram transformar as bases de tais estruturas. Dos Santos (1978:304-305) procura deixar claro que "*el subdesarrollo no es un estadio atrasado y anterior al capitalismo, sino una consecuencia de él y una forma particular de su desarrollo: al capitalismo dependiente*".

Com o objetivo de buscar compreender o que seria a dependência, de buscar uma definição mais precisa, Dos Santos (1978:305) destaca que em primeiro lugar ela dever ser caracterizada como uma *situação condicionante*.

A dependência é uma situação em que um determinado grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de uma interdependência entre duas ou mais economias e entre estas e o

comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir e se auto-impulsionar, enquanto outros países (os dependentes) somente podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode agir positivamente ou negativamente em seu desenvolvimento imediato. Em todo o caso, a situação da dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os coloca de forma atrasada e sob a exploração dos países dominantes.

Segundo Dos Santos (1978:305-306), a dependência está fundada em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita esse mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzidas pelos centros de dominação mundial. Até que possa se transformar em uma economia auto-sustentável ou independente continuará na posição de simples complemento necessário de um sistema internacional que ela não pode determinar.

Além de uma situação condicionante, para Dos Santos (1978:307), a dependência condiciona certa estrutura interna que a define em função das possibilidades estruturais das distintas economias nacionais, de modo que também é *condicionada* por essas estruturas. Neste sentido, pode-se dizer que as economias nacionais, embora não condicionem as relações de dependência em general, delimitam quais possibilidades de expansão, ou melhor, redefinem-nas no nível de seu funcionamento concreto, ou seja, esse segundo aspecto da dependência mostra que há uma dupla condicionalidade entre a estrutura mais geral da dependência, que tem relação com o funcionamento mais geral do capitalismo que influencia na formação das estruturas internas das economias nacionais e, por outro lado, destas próprias estruturas internas que, por sua vez, também influenciam nas próprias características da dependência e nas possibilidades destes países.

> Si la situación de dependencia es la que configura una situación interna a la cual está estructuralmente ligada, no es posible romperla aislando al país de las influencias exteriores, pues esto simplemente provocaría el caos de un estructura interna que es dependiente por esencia. La única solución para romperla sería, pues, cambiar estas estructuras internas, lo que conduce necesariamente, al mismo tiempo, al enfrentamiento con esta estructura internacional (DOS SANTOS, 1978:309).

De forma sucinta, Dos Santos (1978:310) define as formas históricas da dependência como estando condicionadas às formas básicas da economia mundial, que têm suas próprias leis de desenvolvimento, ao tipo de relações econômicas dominantes nos centros capitalistas e ao modo como se expandem para o exterior, e aos tipos de relações econômicas existentes no interior dos países, que se articularam na condição de dependentes em decorrência das relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista. O autor destaca, de forma sumária, a existência de três formas de dependência:

- *A dependência colonial, comercial-exportadora*, em que o capital comercial e financeiro, aliado do Estado colonialista, domina as relações econômicas das economias européias e coloniais através do monopólio do comércio, juntamente com o monopólio colonial das terras, das minas e da mão-de-obra (servil ou escrava) nos países coloniais;
- *A dependência financeiro-industrial,* que se consolida no final do século XIX, caracteriza-se pelo domínio do grande capital nos centros hegemônicos e sua expansão para o exterior para investir na produção de matérias primas e produtos agrícolas consumidos nos centros hegemônicos. Nos países dependentes, origina uma estrutura produtiva dedicada à exportação desses produtos, o que Lênin dominou de "economias de exportação", produzindo o que a Cepal chamou de "desenvolvimento para fora"[58];
- *A dependência tecnológico-industrial,* no período pós-guerra, consolidou-se como um novo tipo de dependência caracterizada, basicamente, pelo domínio tecnológico-industrial das empresas transnacionais que passam a investir nas indústrias destinadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos.

Dos Santos (1978:310-311) continua sua análise afirmando que, ao se analisar o processo de constituição da economia mundial, que integra as chamadas economias nacionais em um mercado mundial de mercadorias, de capitais e inclusive de força do trabalho, percebe-se que as relações que se produzem neste mercado são desiguais e combinadas.

Desiguais porque o desenvolvimento das partes do sistema ocorre à custa de outras partes. As relações comerciais são baseadas em um controle monopólico do mercado, que leva a uma transferência de excedentes gerados nos países dependentes para os países dominantes, formas de empréstimo e exportação de capital que propiciam receber juros e lucros, aumentando o excedente interno e aprofundando o controle das economias destes países. No comércio, para os países dependentes, essas relações aparecem como exportação dos juros e dos lucros que levam partes do excedente gerado em seu interior e conduzem a uma perda de controle de seus recursos produtivos.

Para que essas relações desvantajosas possam se sustentar, os países dependentes têm que gerar lucros extraordinários, não por ter uma tecnologia mais elevada, mas por contar com uma mão-de-obra superexplorada, a qual se transforma numa limitação para o desenvolvimento de seu mercado interno, assim como para o desenvolvimento de suas capacidades técnicas e culturais e para a saúde moral e física de seus povos.

---

[58] Ver: CEPAL, 1968.

Trata-se de desenvolvimento combinado, porque é a combinação destas desigualdades e da transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes aos mais avançado e dominantes que explica essa desigualdade, aprofunda-a e transforma-a em um elemento necessário e estrutural desta economia mundial.

> Para comprender el sistema de producción dependiente y las formaciones socioeconómicas que se conforma, es necesario, pues, verlo como parte de un sistema de relaciones económicas mundiales basado en el control monopólico del gran capital, en la dominación de unos centros económicos y financieros sobre otros, en el monopolio de una tecnología altamente compleja, todo lo cual condiciona un desarrollo desigual y combinado a nivel internacional y nacional (DOS SANTOS, 1978:319).

Ao tratar do mecanismo da dependência, Dos Santos (1978:329-330) sintetiza: o comércio mundial baseado na expropriação por meio de preços e serviços monopólicos dos países produtores de bens primários favorece a entrada do capital internacional, que passa a explorar a mão-de-obra local sem mudar substancialmente as condições do mercado interno. Também possibilita novos investimentos, o que resulta em uma remessa gigantesca dos resultados desta exploração direta. Tal remessa violenta de excedentes retira dos trabalhadores dos países dependentes para os centros econômicos mundiais e produz um déficit cambial que só pode ser coberto com um endividamento crescente que, segundo Dos Santos, não é pagável a não ser que se faça uma paralisação do comércio mundial. Esta situação torna-se progressivamente insustentável, acentua os confrontos em escala mundial e no interior destes países cuja estrutura interna (das classes, política e cultural) está profundamente condicionada por essa situação. Os mecanismos de expropriação e de exploração direta não só provocam uma crise da economia internacional, mas refletem-se nos países dependentes através da superexploração dos trabalhadores na busca de mercados vizinhos para se explorar, na crescente monopolização, na ditadura, na tortura, na fome e na miséria. Todos estes fenômenos são parte de um mesmo drama e são a origem de constantes rebeliões. São origem, também, de boa parte da crise dos países colonizadores.

> Un mundo que tiene en al explotación de hombre por el hombre su fundamento material no puede dejar de ser un mundo de barbarie institucional y moral (DOS SANTOS, 1978:330).

3.4 – Imperialismo e Dependência

Ao se retomar as teorias marxistas do Imperialismo e da Dependência pode se perceber que estas são compatíveis e complementares. A teoria da dependência pode ser

compreendida como um desenvolvimento da teoria do imperialismo, o que faz com que estejam interligadas e que, conjuntamente, possam constituir uma unidade para análise da economia capitalista como um todo.

De acordo com Caputo e Pizarro (1970:148), o estudo do imperialismo fornece inúmeros elementos significativos e sua recuperação abriria uma nova perspectiva teórico-metodológica para a compreensão da realidade da América Latina[59]. Nesse sentido, oferece-se um ângulo diferente do oferecido pela "teoria do desenvolvimento", que é certamente a "teoria da dependência" que, de acordo com esses autores, enfrenta o subdesenvolvimento a partir de uma totalidade que compreende toda a economia mundial, o centro hegemônico do sistema, as estruturas dependentes e as relações econômicas entre o centro e os países dependentes.

Entender o fenômeno do imperialismo a partir da economia mundial agrega um rico elemento teórico que, retomado pela teoria da dependência, permite enfrentar o estudo particular dos países periféricos também na perspectiva mundial. Para Caputo e Pizarro (1970:148), embora os clássicos assumam a perspectiva dos centros imperialistas, não é menos certo que as mudanças apontadas por eles nas economias capitalistas centrais e o caráter das relações econômicas internacionais forneçam um conjunto de elementos teóricos de suma importância, entre estes se destacariam: o fenômeno da divisão internacional do trabalho como base de compreensão da "troca desigual", a exportação de capital como o elemento mais relevante apontado pelos clássicos e que adquire, hoje em dia, importância particular operando modificações nas estruturas dependentes, etc, o monopólio dos países centrais, sua manifestação e conseqüências nos países dependentes e seu efeito para as relações econômicas internacionais, e o problema da realização do excedente que adquire, atualmente, papel de destaque nas economias imperialistas com o desenvolvimento da grande sociedade anônima, sendo a expansão para o exterior um dos fenômenos mais característicos das economias centrais.

Agregando-se a esses elementos a Teoria Marxista da Dependência, entende que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são fases de uma mesma trajetória, ou seja, subdesenvolvimento não é a ausência do desenvolvimento, mas sim um elemento estrutural e fundante do próprio desenvolvimento, ligado a este tanto pelo antagonismo quanto pela

[59] Poder-se-ia generalizar não só para a América Latina, mas especificamente para os países periféricos e, de modo geral, para a compreensão do conjunto da realidade capitalista. Esses argumentos serão desenvolvidos no próximo capítulo e nas considerações finais deste trabalho.

complementaridade[60]. A "responsabilidade" pela existência de desenvolvimento e subdesenvolvimento é da própria lógica de acumulação do capital.

A restrição ao crescimento, a fragilidade financeira, a vulnerabilidade externa e o perfil concentrado de renda e riqueza seriam características de uma economia periférica, com caráter estrutural determinado pela própria condição de dependência.

> Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência frente a choques externos (vulnerabilidade externa), e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracterizaria o subdesenvolvimento dessas economias[61] (CARCANHOLO, 2004b).

Como aponta Carcanholo (2004b), o conceito de dependência implica uma situação em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a quem está subordinada, de forma que a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais. Como foi desenvolvido ao longo deste capítulo, o que se pode observar é que essa condição representa uma subordinação externa com manifestações internas nos "arranjos" social, político e ideológico.

A partir do momento que se entende, como é proposto pela TMD, desenvolvimento e o subdesenvolvimento como um par dialético, tem-se os dois fenômenos como qualitativamente diversos marcados pelo antagonismo e a complementaridade. "*Antagonismo justamente por se tratarem de situações distintas dentro da lógica de acumulação capitalista mundial, mas complementares por serem necessariamente elementos constitutivos dessa lógica*" (CARCANHOLO, 2004b).

Carcanholo (2004b) propõe-se a sintetizar o que chama de condicionantes histórico-estruturais da dependência que, para ele, de um ponto de vista esquemático poderiam ser identificados da seguinte forma: ***i.*** a troca desigual, que é um verdadeiro processo de transferência de valores (redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes, geralmente primários ou com baixo valor agregado em comparação aos preços dos produtos industriais ou com maior valor agregado importados dos países centrais); ***ii.*** A expropriação dos países dependentes via remessa de excedentes os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, operada pela simples razão dos primeiros importarem capital dos últimos; ***iii.*** e o último que Carcanholo aponta como sendo a

---

[60] "*Antagonismo justamente por se tratarem de situações distintas dentro da lógica de acumulação capitalista mundial, mas complementares por serem necessariamente elementos constitutivos dessa lógica"* (CARCANHOLO, 2004: 9).

[61] "*A nomenclatura para essa situação varia de acordo com as circunstâncias/conjunturas político-econômicas de cada momento. As economias nessa situação já foram chamadas de subdesenvolvidas, em vias de desenvolvimento, periféricas, "mercados emergentes", dentre outros neologismos*" (CARCANHOLO, 2004b).

instabilidade dos mercados financeiros internacionais, o que geralmente implica altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e coloca-os a mercê do ciclo de liquidez internacional.

A principal conseqüência proveniente destes condicionantes seria a forte saída de recursos que leva, segundo Carcanholo (2004b), a recorrentes problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. Dessa forma, as economias dependentes são "obrigadas" a aumentar a produção de excedente como forma de manterem-se na economia mundial capitalista, pois assim, mesmo tendo parte de seu excedente apropriado externamente, ainda poderiam sustentar, de alguma forma, uma dinâmica de acumulação interna. Esse processo de elevação da produção de valor ocorre na economia periférica através da superexploração da força de trabalho[62].

A partir do momento em que, ao invés de bloquear os mecanismos de transferência de valor da periferia para o centro, a dinâmica da dependência se reproduz através da superexploração da força de trabalho, a continuidade do crescimento destes países recoloca, de forma ampliada, os seus condicionantes restritivos. "*A condição de dependência é estrutural (própria da lógica de acumulação mundial) e tende a se aprofundar, justamente porque esses condicionantes são reforçados por essa própria lógica*" (CARCANHOLO, 2004b).

> O importante a reter é que, dados os condicionantes histórico-estruturais da dependência, reforçados pela própria dinâmica de acumulação mundial, a resposta periférica para o desenvolvimento capitalista está baseada na superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, na distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como no aprofundamento dos problemas sociais (CARCANHOLO, 2004b).

Para o entendimento da realidade do capitalismo de hoje, faz-se necessário tomar os elementos elencados na teoria da dependência. O processo de superexploração da força de trabalho, que opera na periferia do sistema, "garante", duplamente, a reprodução do capital e do capitalismo, na medida em que esse excedente é apropriado, em parte, internamente, fazendo com que, mesmo de forma bastante deficiente, o capitalismo possa se "desenvolver" nestes países e, em parte, externamente, dando um sobre-fôlego para os países centrais do sistema capitalista ao ajudar a contrariar a tendência de queda da taxa de lucro. Entender essa lógica de funcionamento é ainda mais importante no momento atual no qual, ela é parte fundamental da ofensiva capitalista que busca se defender do aprofundamento de sua crise.

---

[62] "[...] *acréscimo da proporção excedente / gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho*" (CARCANHOLO, 2004b). Mecanismo que na contemporaneidade, como será discutido no próximo capítulo e nas considerações finais, tem características exportadas para o conjunto da economia mundial.

4 – O Imperialismo Senil

O objetivo deste capítulo é, a partir da recuperação teórica das teorias do imperialismo e da dependência, juntamente com a observação feita acerca da economia mundial (tarefas realizadas nos capítulos anteriores), realizar uma análise crítica do capitalismo contemporâneo, incorporando aos elementos já estudados, as teorias marxistas do imperialismo e da dependência, novas contribuições teóricas para que se possa verificar quais são as características dominantes da economia mundial hoje.

Os capítulos precedentes deste trabalho tiveram como objetivo debater a idéia de que estamos vivendo em uma era nova da etapa imperialista, na qual as relações dominantes e parte da própria lógica sistêmica tenham se alterado. Um momento histórico no qual um grande desenvolvimento (no sentido mais positivista) tenha levado o capitalismo a globalizar as oportunidades, por meio das quais as "vantagens" desse modo de produção estariam se espalhando pelo globo.

No primeiro capítulo, foram apresentadas informações empíricas que mostram que, de diversas formas, o capitalismo de hoje, em alguns aspectos, é menos globalizado que no princípio do século passado e que os países e sua influência ainda são determinantes, da mesma forma que as "vantagens" não vêm se globalizando, mas sim se concentrando cada vez mais no núcleo orgânico do capitalismo.

No segundo capítulo, foram recuperadas contribuições dos autores marxistas clássicos, que foram os principais desenvolvedores da teoria do imperialismo, que mostram que, já há cerca de cem anos, o capitalismo avançava à sua etapa mais elevada de desenvolvimento, com hegemonia do capital financeiro e dos monopólios. Utilizando-se contribuições destes autores, foram destacados importantes elementos para a compreensão da economia mundial, percebendo-se que esta e cada uma de suas partes devem ser analisadas levando-se em consideração o todo, na medida em que o desenvolvimento capitalista se dá de forma global, e como apontado por estes autores, de forma desigual e combinada, em que a expansão do sistema capitalista mundial se explica, fundamentalmente, pelas transformações ocorridas nas economias dominantes.

De forma complementar, no terceiro capítulo, foi recuperada a teoria marxista da dependência, entendida como um desenvolvimento da teoria do imperialismo que tem como objetivo principal estudar o subdesenvolvimento ou o desenvolvimento dos países da periferia

do sistema capitalista. É através dos elementos apresentados por essa teoria que se pode perceber que, ao contrário do que se propagandeia, o subdesenvolvimento não é a ausência ou a insuficiência de desenvolvimento, mas é sua parte integrante e necessária, de forma que as condições ou as "vantagens" do capitalismo não podem ser globalizadas, pois a diferença, a precarização e a exploração de uns sobre outros, são parte da própria lógica capitalista.

A partir dessas observações, deve-se ter em conta que a realidade de hoje não é a mesma da de cem anos atrás, pelo menos em sua aparência ou na intensidade das manifestações, pois as características do capitalismo sofreram modificações. Dessa forma, é necessário dialogar com as características do capitalismo de hoje, o que será feito nas próximas seções deste capítulo, nos quais serão agregados novos elementos para a análise da economia mundial e do modo de produção capitalista. Isso a partir da apreensão crítica de contribuições teóricas de alguns autores contemporâneos, em especial aqueles que têm como referencial a teoria marxista e, como objeto, o capitalismo de hoje.

4.1 – Algumas características do capitalismo contemporâneo

Como aponta Carcanholo (2004b), "*é impossível entender a lógica contemporânea de acumulação de capital em escala mundial sem observar a crise do capitalismo nos últimos 30 anos, assim como as respostas encontradas por ele na tentativa de recompor as condições de uma acumulação ampliada*". Depois de vários anos de "prosperidade" (durante a "era de ouro" do capitalismo ou o período do *Welfare State*), a economia mundial, o capitalismo, volta a sofrer a partir do final dos anos 1960 com uma crise generalizada.

Antunes (2000:29-30) relaciona elementos da crise do capitalismo a partir dos anos 1970, os quais, segundo Carcanholo, compreendem características, formas de manifestação da crise, respostas do capital a essa crise e elementos explicativos de seu aparecimento que seriam: forte redução das taxas de lucro, em virtude da elevação do preço da força de trabalho (custo salarial), conquista obtida no período do *Welfare State*[63], esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, hipertrofia da esfera financeira, aumento da concentração de capitais (fusões e aquisições), o que tende a aumentar a pressão sobre a taxa

[63] Neste ponto, Carcanholo (2004b) destaca que se deve agregar à tendência capitalista a elevação da produtividade, devido à concorrência, que se transforma, nos termos de Marx, em uma crescente composição orgânica do capital, que força a redução da taxa de lucro (MARX, 1985, vol. IV, capítulos 13 e 14).

de lucro, crise do *Welfare State* e, em específico, crise fiscal do Estado, privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos e dos mercados.

Essa crise que se apresenta de maneira mais clara a partir dos anos 1970, mas que se inicia já no final dos anos 1960, é, assim como demais crises cíclicas do capitalismo, resultado de suas próprias contradições. É reflexo da queda da taxa de lucro e expressa a contradição entre a produção e a realização desta produção[64]. O que ocorre a partir desse momento é que o capitalismo busca, de todas as formas, recompor suas condições de rentabilidade.

Como características específicas dessa crise, Carcanholo (2004b) destaca que, por um lado, a inflação manteve-se e acentuou-se, mesmo com a recessão e, por outro, a recuperação dentro da crise cíclica não se deu mais dentro dos moldes tradicionais, de forma específica, o desemprego não parou de aumentar, mantendo seu caráter crônico, fazendo com que se manifeste uma forte redução do investimento aliada a um aumento da inflação e do desemprego.

Para Balanco (1999), os anos 70 mostraram que a tendência à queda da taxa geral de lucro se confirmava drasticamente e, a partir daí, desdobra-se um período marcado por crises recorrentes, instabilidade, incerteza e estagnação, no qual, para este autor, o perfil cíclico da dinâmica capitalista sofreria sérias modificações, não mais demarcando explicitamente a trajetória clássica da alternação das fases expansionistas por fases recessivas. Dessa forma, ocorreria que, no início da década de 80, a dinâmica capitalista passaria a ser marcada pela busca de melhores condições competitivas e a solução colocada em perspectiva foi a de reverter a queda das taxas de lucro por meio de um intenso processo de desvalorização da força de trabalho.

Assim, Balanco (1999) afirma que "a receita" teria sido: desregulamentação dos mercados de trabalho, minimização dos mecanismos de proteção social, intensa reestruturação produtiva, especialização produtiva flexível, adoção de novas formas de organização das empresas, privatização de empresas estatais e, como importante função estratégica, a liberalização dos fluxos de comércio exterior. O "resultado" que proveio desse processo teria sido: desindustrialização e crescimento espetacular do desemprego na Europa com conseqüências semelhantes para algumas regiões periféricas (como a América Latina), enquanto em outras, como o foi o caso dos Tigres

---

[64] "*[...] as mesmas leis de funcionamento do modo de produção capitalista levam a uma produção ilimitada de mercadorias, no impulso de acumulação ampliada, a um consumo (demanda) abundante, na medida em que sua expansão leva consigo à dos mercados, e à constituição de barreiras à realização do valor produzido. Essas barreiras impedem que a maior demanda consiga realizar o crescente valor produzido. O que constrói essas barreiras e, portanto, se constitui na causa das crises é a contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista*" (CARCANHOLO, 2004b). De forma complementar, para melhor entendimento das crises no sistema capitalista pode-se consultar Carcanholo (1997).

Asiáticos, surgiria o que o autor chamou de uma nova industrialização ou a reconstrução do exército de reserva de trabalhadores nos países centrais e utilização deste mesmo exército historicamente presente nos países atrasados com o objetivo de estabelecer a queda do valor do trabalho.

Essa é, segundo Cise (2006:149), uma situação de crise que vai orientar progressivamente o capital financeiro e os governos para uma política de reestruturação maciça em escala planetária de setores inteiros da indústria, e uma redução maciça do valor da força de trabalho. Segundo ele, tal redução dá-se não apenas em termos relativos (sua parte no conjunto dos valores produzidos), mas em termos absolutos (seu nível real) pela redução e pela destruição do conjunto das conquistas da classe operária (a componente "histórica" do valor da força de trabalho). Há uma migração de capitais para as regiões do planeta com os custos do trabalho menos elevados sobre a base de uma desregulamentação total do mercado de capitais e a modificação do papel dos bancos.

É importante destacar, como faz Cise (2006:149-150), que é nesse contexto que vão emergir, outra vez, as teorias neoclássicas, "*não porque tinham alguma pertinência, mas porque constituíam uma justificação de melhor qualidade à virada operada e às políticas praticadas na sua seqüência que as teorias keynesianas*". Em especial, a redução do valor da força de trabalho e, sobretudo, de sua componente histórica necessitava de um corte fundamental das conquistas operárias arrancadas nos marcos dos Estados-Nação. O que é atacado na intervenção do Estado são os serviços públicos, a saúde, a escola, as regulamentações, sobretudo os códigos de trabalho, as conquistas arrancadas pela luta de classes e que são contrárias à existência de um Estado com prerrogativas estritamente limitadas à preservação do funcionamento do mercado.

Seguindo essa perspectiva, Carcanholo (2004b) afirma que a resposta encontrada pelo capital teria um duplo aspecto. Primeiro, a recomposição da lucratividade visando a retomada dos investimentos, que se daria de três formas: redução dos custos salariais, redução da tributação sobre os investimentos, ou melhor, sobre os rendimentos que podem financiar investimentos, os lucros e, adicionalmente, destaca que se implementou um processo de reestruturação produtiva baseado na aceleração da rotação do capital. Para tentar responder o outro aspecto da crise, a superprodução de capital, o capital buscaria novas formas de valorização por meio dos processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças, a financeirização, a busca da apropriação financeira cada vez menos baseada no processo direto de produção de mercadorias, é a tentativa de resposta do capital a esse outro aspecto de sua própria crise.

Tomando dados de Dumenil & Levy, Carcanholo (2004b) chama a atenção para o papel de destaque que toma a transferência de recursos da periferia para o centro do capitalismo através da dívida (o que se acentua com a crise da dívida externa dos países periféricos) e das remessas de lucros e dividendos das multinacionais, o que, segundo dados apresentados por estes autores (Dumenil & Levy, 2004:24), corresponderia no ano 2000, "*a renda financeira que os EUA retiraram de suas relações com o resto do mundo foi superior ao conjunto dos lucros de suas próprias sociedades em território americano*". Enquanto isso, a expansão dos mercados necessária ao imperialismo se daria através dos acordos de "livre comércio".

É a partir desse cenário que se deve partir para tomar as características da economia mundial que podem possibilitar defini-la como continuidade das tendências já presentes na época clássica do imperialismo e dos desdobramentos apontados pela Teoria Marxista da Dependência, agregados aos novos elementos que se apresentam na contemporaneidade.

4.1.1 – A contemporaneidade e o conceito de globalização

Para a análise das características da atualidade, faz-se necessário dialogar com os termos "globalização" (ou "mundialização"), o que já é feito, de certa forma, no primeiro capítulo deste trabalho. Seguindo Gluckstein (1999:10), pode-se dizer que o termo mundialização mistura realidade e mistificação. É realidade na medida em que pode significar, para esse autor, o direito imprescritível que se concede ao capital financeiro de eliminar tudo o que poderia impedir o seu objetivo de superexploração, de modo particular, as regulamentações sociais em vigor e os marcos nacionais que garantem a existência dessas conquistas.

O termo mundialização esconde também uma mistificação. Apregoa-se que a mundialização seria uma fase nova da história da humanidade, de modo que a mundialização ou a globalização se converteria em uma categoria "em si", que viria substituir as características em vigor até agora. Dessa forma, o conceito de mundialização viria a substituir o de capitalismo ou o de exploração. A mistificação consistiria em pretender que a mundialização corresponda a uma nova fase de desenvolvimento da economia mundial, em que, supostamente, desapareceriam as "velhas diferenças superadas" entre as classes sociais.

> ¡Se acabó la lucha de clases! Por lo demás, ¿acaso se puede seguir hablando de clase obrera? ¿No se sitúa el verdadero antagonismo entre Norte e Sur, entre "privilegiados" y "precarios", etc.? En este fin del siglo XX hablan así no sólo los eternos partidarios de "la economía de marcado", sino también, y sobre todo, los "nuevos conversos".
> Hablan así y, en nombre de este horizonte "históricamente insuperable", se convierten en instrumentos de la desreglamentación-mundialización-destrucción a todos los niveles.
> En realidad, destruir la fuerza de trabajo y las garantías democráticas y sociales que aquélla conquistó, destruir las bases materiales mismas sobre la que descansa el sistema de propiedad privada de los medios de producción, ¿a qué responde esto, sino a la más encarnizada lucha de clases?
> Ahí reside la mistificación: jamás, sin duda alguna, la lucha de clases ha sido el motor del proceso histórico hasta tal punto. Puede incluso decirse que la mundialización es la expresión más elevada del enfrentamiento entre clases sociales con intereses contradictorios (GLUCKSTEIN, 1999:10).

Afirmar que não se está vivendo uma nova fase não significa dizer que nada tenha mudado desde que Marx "descobriu" a mais-valia, como afirma Gluckstein (1999:14), pois não estamos em 1862 e várias coisas mudaram. O autor aponta que, esquematicamente, os marxistas distinguem duas fases:

1. A fase do capitalismo ascendente, que se desenvolve, em linhas gerais, até o começo do século XX. Durante essa fase, o capitalismo se fundamenta no desenvolvimento das forças produtivas. As crises que o atingem e os condicionamentos sociais que o impõem a luta de classes são respondidos com a conquista de novos mercados, a expansão da produtividade, o desenvolvimento das forças produtivas. Portadora de desenvolvimento econômico, a classe capitalista é também capaz de integrar e até promover, na medida em que se adéqüe, a seus interesses, os processos políticos que constituem a democracia burguesa, nos quais a classe trabalhadora, mediante sua luta como classe, constitui suas próprias instituições.
2. E, posteriormente, a fase do imperialismo, cuja aparição se marca com o estalar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O mercado mundial já está constituído. A conquista dos mercados só pode se dar com uma forte luta inter-imperialista. Cada vez mais, os lucros provenientes da mais-valia só podem se realizar mediante a ofensiva contra a classe trabalhadora através do rebaixamento do valor da força de trabalho.

Gluckstein (1999:14-15) ressalta que a diferença entre o "capitalismo ascendente" e o "capitalismo podre" se reflete nos processos da luta de classes. No capitalismo ascendente, o desenvolvimento das reformas se insere no auge das forças produtivas e na conquista do mercado mundial. No sentido inverso, com o imperialismo, o mercado mundial está limitado.

A luta pelos mercados se traduz na generalização das guerras de rapina e na tendência a liquidar todas as conquistas arrancadas com a luta de classes.

Como caracterização específica, Balanco (1999) aponta que, já por volta dos anos 70, o sistema econômico mundial podia ser visto como uma moldura de relações econômicas capitalistas eivada de desigualdade, "*qualificado não mais como um conjunto de nações capitalistas e pré-capitalistas, mas, sim, como um sistema composto por nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas*". Para esse autor, os anos 70 poderiam ser tomados como o marco que levaria à globalização[65] que denotaria o mundo atual. Este seria um novo processo de ampliação de integração das economias nacionais ao mercado mundial por iniciativa de algumas nações de capitalismo avançado, que toma como condutor a grande empresa e retoma, no plano doutrinário, o livre-câmbio como pré-requisito para uma escalada de desvalorização do trabalho.

> Efetuado este enquadramento teórico, vê-se que, como já fazem alguns, as respostas desmistificadoras do pensamento dominante podem ser elaboradas com maior facilidade. De forma que, ao contrário das preocupações que atingem outros autores críticos do neoliberalismo, entende-se aqui ser possível adotar sem maiores obstáculos o conceito de *globalização* como uma categoria de análise do capitalismo perfeitamente legítima. Contudo, invertendo-se os sinais, chega-se a duas conclusões decisivas: em primeiro lugar, a globalização é um fenômeno tão antigo quanto o próprio capitalismo. Em segundo lugar, seus resultados, em geral, como expressão do processo de desenvolvimento desse modo de produção, não apontam para a emancipação da humanidade do jugo da dominação de classe e nem criam condições para a supressão do reino da necessidade**.** Se a realidade em que vivemos indicasse o contrário, isto equivaleria a concluir-se que o capitalismo estaria no limiar de apresentar-se como o sistema capaz de oferecer à humanidade condições de bem-estar material, harmonia e justiça social, pautadas em expressões econômicas e sociais democraticamente extensivas (BALANCO, 1999).

Dessa forma, segundo Balanco (1999), em contraposição ao discurso dominante, a crise contemporânea do capitalismo acontece em meio a um quadro no qual a atuação das leis de movimento do capital se depara com enormes dificuldades em desativar a tendência de neutralização da clássica dinâmica cíclica do capitalismo. É nesse sentido, que o autor afirma que, ao se partir do pressuposto de que a globalização *per se* corresponde a uma *lei* estrutural do capitalismo voltada para a viabilização dos elementos contrariantes da queda da taxa de lucro, seria possível caracterizar o atual processo de transformação como uma reação que se assemelha a um movimento histórico particular sob a forma de uma contra-tendência. Balanco afirma que no íntimo desse processo de transformação localiza-se ainda o objetivo primordial de desvalorização da força de trabalho para fazer frente às enormes dificuldades de valorização do capital na atualidade.

Para se tomar o conceito de globalização, como propõe Balanco, é importante

---

[65] Ao observar as tendências que marcam o capitalismo desde o seu nascimento, mais essencialmente desde sua consolidação Balanco (1999), propõe a utilização do termo globalização, mas sobre outra perspectiva. Encara a globalização como um elemento estrutural do capitalismo, que se faz presente desde quando a chamada fase da acumulação primitiva é deixada para trás e o capitalismo, *stricto sensu*, ingressa na era de seu auto-desenvolvimento.

considerar a forma como é corriqueiramente definida a globalização ou mundialização. Gluckstein (1999:98) diz que a "mundialização" é um pseudônimo cômodo por sua aparente neutralidade, que designa o período em que o imperialismo se propõe a suprimir todas as regulamentações que se colocam como obstáculos à exploração ilimitada, à pilhagem e à destruição de forças produtivas. Com isso, introduz-se um fator de desestabilização, na medida em que a "regulamentação" imposta pelas conquistas sociais, arrancadas com a luta de classes, foi também um fator que forçou o capitalismo a regulamentar a sua produção e a desenvolvê-la. A ofensiva de desregulamentação contra a classe operária se insere, portanto, como um segmento de uma ofensiva de desregulamentação de todos os fatores de produção. "*En ese sentido, la mundialización equivale a una política generalizada de desreglamentación, de explotación generalizada, de saqueo, de especulación y de destrucción*".

Utilizar o termo "mundialização" (ou como é mais comum no Brasil globalização) confere ao processo uma conotação neutra, ou mesmo positiva, por trás da idéia de mundialização haveria quase um perfume de internacionalização. Na realidade, existe, de certa forma por razões e condições históricas, na época atual, uma tendência a acabar com as regulamentações nacionais que dificultam o poder efetivo do imperialismo dominante.

Nesse sentido, há um processo de mundialização, mas, de mundialização da dominação sem limites do capital, o que não quer dizer sem contradições. Isso se intensifica, mas não contrapõe o fato de que o capitalismo não esperou o final do século XX para se constituir em relação ao mercado mundial.

Ao analisar a atual fase do capitalismo, devem ser retomadas as análises clássicas do imperialismo, na medida em que estes traços, que Lênin estabelece como característicos do imperialismo, permanecem presentes na atual situação mundial. Com uma precisão que deve ser analisada, na qual se esboçava uma "tendência" de imperialismo, hoje essa tendência, longe de ter se transformado em uma transição para um modo econômico superior, desenvolveu-se de diversas formas no sentido de putrefação e de decomposição.

Na atualidade, a concentração dos capitais e da produção atingem um patamar surpreendente. Hoje, as grandes corporações multinacionais, em adição aos mecanismos clássicos de exportação de mercadorias e capitais[66], retiram mais-valia diretamente dos países

[66] Com relação a essas características é importante chamar a atenção para o fato que com relação às exportações de capitais, sobretudo os fluxos de investimento direto estrangeiro, que estes se concentram em grande medida entre os próprios países do centro capitalista. Desse modo, o que "resta" para a periferia é um aprofundamento da "exportação" de capitais financeiros especulativos (que, logicamente, não são exclusivos da periferia), e juntamente com esse movimento, o aprofundamento da remessa de mais-valia produzida nesses países para o

periféricos. Esse processo se dá em patamares em que o capital, necessitando estar cada vez mais concentrado, opera processos de fusões, aquisições e expulsão de empresas menores, mas também de outras grandes corporações. Nesse momento histórico, esse processo de concentração ocorre em todos os estamentos do capital, de forma que não é movido simplesmente por uma fusão do capital bancário com o capital industrial, mas por uma configuração que envolve praticamente todas as fases do ciclo do capital.

Ao analisarmos o modelo clássico do imperialismo, observamos que uma de suas principais características é a competição entre *trustes* capitalistas de Estado, ou seja, uma concorrência em nível internacional, por zonas de influência, por regiões para a obtenção de superlucros. Entretanto, o que passa a ocorrer a partir da terceira revolução tecnológica é que essa competição entre trustes capitalistas de Estado começa a dar lugar para uma gigantesca centralização internacional do capital, chegando ao ponto da empresa transnacional tornar-se a forma determinante do grande capital.

Pode-se observar as fusões e aquisições dos últimos anos que empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis. Atrás do eufemismo do "mercado", encontram-se formas cada vez mais concentradas de capital industrial e financeiro detendo um poder econômico sempre maior, que inclui uma capacidade muito forte de "*colocar em xeque o mercado*", e burlar os mecanismos da troca "*normal*".

Essa concentração chega a um tal nível que um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que são reconhecidos como sociedades transnacionais, enquanto o outro terço tem a forma de trocas que são feitas dentro da estrutura destes mesmos grupos. Trocas estas que são referidas enquanto "intragrupos", entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal. Tais trocas não são 'livres', mas altamente planejadas. Elas não se efetuam no "mercado", mas no espaço privado interno dos grupos e são faturadas a "preços de transferência" internos, fixados sobretudo de modo a escapar, o quanto for possível, dos mecanismos de taxação das economias nacionais (CHESNAIS, 2001:07).

Reforçando a via de aprofundamento do imperialismo, um elemento importante é, ao mesmo tempo, a retomada e a modificação da característica clássica de partilha do globo. Hoje, esta partilha ocorre através do domínio financeiro e político (aqui referindo-se ao emprego de determinadas políticas). Nesse processo, são atores centrais as Instituições Multilaterais, especialmente o FMI e o Banco Mundial, e através destas instituições e dos

---

centro capitalista, inclusive com importância de destaque para o papel cumprido pelas dívidas destes países.

países imperialistas a defesa das políticas de liberalização financeira e comercial (acordos financeiros e áreas de livre-comércio). Porem, o que vem ocorrendo também é a retomada de ocupações diretas, como as diversas guerras promovidas pelo imperialismo americano sobre o pretexto de defender os interesses gerais da humanidade. Assim, ocorreram a ocupação do Afeganistão, a ocupação do Iraque, do Haiti e diversas intervenções militares, que já são responsáveis por mais de um milhão de mortes apenas no Iraque (VERMELHO, 2007).

A tendência à decomposição e ao parasitismo está, na época do imperialismo clássico, intimamente vinculada ao predomínio da oligarquia financeira. Esta amplia, hoje, o seu parasitismo em uma economia mundial na qual, como afirma Chesnais (1998), existem Estados que se transformaram em verdadeiras nações-rentistas. Os mecanismos de controle financeiro que se propagam dão uma nova "dinâmica" para as transferências de recursos da periferia para o centro.

O capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro "puro", que são as formas mais concentradas do capital, acabam beneficiando-se de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta. Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Entretanto, hoje não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação capitalista. Como diz Chesnais, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis[67] que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado.

O que se pode perceber é que os desdobramentos desse sistema resultam em uma série de contradições. Como nos mostra Mészáros, nas tentativas internas ao próprio sistema capitalista experimentadas ao longo do século XX, e agora também no século XXI, que tentam controlar tendências internas ao próprio sistema, atuando inclusive no sentido de fortalecimento do Estado, seja nas suas vias de Estado intervencionista do tipo keynesiano ou soviético, o capital não conseguiu dar resposta às suas contradições e limitações produzindo resultados bem sucedidos, mas apenas sucessos limitados espacial e temporalmente. O que

[67] Estas instituições financeiras são compreendidas como os bancos e, sobretudo, as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os fundos de pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de clientes dispersos (os *mutual funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo (CHESNAIS, 2001:08).

ocorre é que a relativa melhora nas condições de vida se aplicou apenas às burguesias dos países centrais e de maneira mais limitada à classe trabalhadora destes países, mas mesmo estes efeitos estão sendo, em parte, revertidos[68], como podemos perceber no ataque generalizado que vem ocorrendo sobre os direitos trabalhistas conquistados nesses períodos.

O que já era realidade para o imperialismo na época de sua constituição é, ainda mais hoje, em uma situação marcada pelo predomínio dos fatores de destruição das forças produtivas: por uma parte, um mercado mundial encolhido em torno das exigências do imperialismo dominante (o imperialismo americano), por outra parte, as oposições, as desigualdades, as contradições se expressam em escalas sem precedentes no mercado mundial, dominado pelos "mercados financeiros".

Não se estaria, dessa forma, diante de uma mundialização abstrata, como se pretende. A dominação dos mercados financeiros não é outra coisa que não a expressão última da dominação do sistema social capitalista. É a sobrevivência do sistema capitalista, da relação de exploração que se esconde sobre o nome de capital. São as conseqüências trágicas para toda a humanidade da sobrevivência do regime de propriedade privada dos meios de produção na época do imperialismo. É dessa forma que se tem uma história que ainda se encontra "aberta", na qual seguem vigorando os dois lados da alternativa de transição para a decomposição (a barbárie) ou transição para um modo de produção "superior" (o socialismo).

4.1.2 – A "evolução" das forças produtivas na contemporaneidade

Para se tomar a economia mundial contemporânea como conseqüência e continuidade do imperialismo clássico, é necessário ter como objeto de análise a questão das forças produtivas. Para isso, como destaca Bloch (1981), deve-se ter em conta que a noção marxista

---

[68] "*A absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irreprimível expansão — o segredo do irresistível avanço do capital — trouxe consigo, também, uma intransponível limitação histórica. Não apenas para a específica forma sócio-histórica do capitalismo burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do sistema do capital em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social, teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas conseqüências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável. O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado intervencionista de tipo soviético, juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a 'hibridização' do sistema do capital, comparado à sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro), mas não soluções estruturais viáveis*" (MÉSZÁROS, 2000:9).

de forças produtivas engloba o homem como força produtiva principal.

As forças produtivas da humanidade expressam o grau de dominação da humanidade sobre a natureza, "*a aptidão que adquiriu para obrigar a natureza a satisfazer suas necessidades*" (Gérard Bloch, op cit *in*: GLUCKSTEIN, 1999:88). Dessa forma, as forças produtivas incluem tudo o que permite ao homem produzir: os meios de produção (ferramentas, máquinas...), os recursos naturais, a riqueza acumulada e, acima de tudo, o próprio homem. É o homem na medida em que é o homem a força produtiva da qual derivam todas as demais[69].

Bloch (1981) mostra que uma das principais contradições do regime capitalista é que, neste regime, a transformação da ciência em força produtiva imediata, longe de liberar os trabalhadores, agrava sempre mais a sua escravidão. Ao mesmo tempo, o regime capitalista nega-se a si mesmo: sua razão de ser está na produção de valores de troca, medidos em tempo de trabalho, e ele não cessa de reduzir a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção de uma quantidade dada de mercadoria. Seu motor é a produção de mais-valia; unicamente o trabalho vivo atual que produz mais-valia e, entretanto, a parte dentre as forças produtivas, da imensa acumulação de meios de produção, máquinas, autômatos, que é produto de um trabalho passado, é o que cresce ininterruptamente.

Dessa forma, o capitalismo manifesta uma contradição. Reproduz-se crescentemente de um modo que dificulta a sua reprodução no período posterior. Como destacam Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, o próprio desenvolvimento das forças produtivas, ou o aprofundamento deste desenvolvimento (ocorrendo em moldes capitalistas) exaspera as contradições deste sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, pois tende a restringir as fontes de mais-valia, processo que a burguesia tenta contrariar pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas e pela busca de novos mercados (novas fontes de realização e apropriação de mais-valia). Essa dinâmica reforça a característica das crises cíclicas e tende a aprofundar esses movimentos.

> As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tomaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia

[69] "*El hombre solo, sin intermediario divino, con sus manos y su cerebro, es capaz de comprender y domesticar la naturaleza. El hombre con sus conocimientos, su capacidad de acción, las ciencias y técnicas que ha acumulado, luchando por superar el hambre, el frío, la enfermedad. El hombre productivo, que busca aumentar las riquezas materiales e intelectuales, que reduce el tiempo de trabajo necesario utilizando instrumentos y medios de trabajo cada vez más perfeccionados, producto también de su trabajo, con el fin de satisfacer las necesidades humanas*" (GLUCKSTEIN, 1999:88).

> vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las. As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia (MARX & ENGELS, 1998).

Neste ponto, é importante ressaltar que as forças produtivas são sempre produto do trabalho dos indivíduos, de forma que estes são indivíduos sociais, "um animal social". As forças produtivas não existem, em si, como uma soma de instrumentos e conhecimentos. Elas existem no marco das relações de produção, isso é, de relações entre os homens, de grupos de homens, de classes. Não há como analisá-las separadamente.

> (…) podemos decir que el desarrollo de las fuerzas productivas se concreta en estas tres variables características del trabajo humano: grado de cualificación, de colectivización y empleo del trabajo humano (DOUJON, 1990).

Gluckstein (1999:91) seguindo a Doujon (1990) afirma que certamente as forças produtivas incluem outros elementos, como os meios de produção, os recursos naturais e a riqueza acumulada, mas cada um destes elementos remete à relação entre os homens e o resto da natureza. Os meios de produção resultam diretamente do grau de qualificação e de coletivização (portanto, do desenvolvimento dos conhecimentos), e expressam todos, por conseqüência, as características do trabalho humano. Os recursos naturais são constituídos pela parte da natureza na qual se aplica o trabalho dos homens, e cuja única variável é o conhecimento que os homens têm da existência desses recursos e sua capacidade de se apropriar destes. Quanto à riqueza acumulada, esta é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, isso é, das características do trabalho humano.

Para tratar essa questão das forças produtivas, parte-se do entendimento que nem todo trabalho humano equivale a pôr em ação as forças produtivas. Gluckstein (1999:88) afirma que um trabalho que não responda à finalidade de satisfazer as necessidades humanas e que, longe de favorecer o desenvolvimento das forças produtivas, desencadearia forças destrutivas, sendo inútil, um desperdício de tempo e de forças. Para exemplificar, toma o caso da indústria de armamentos. No passado, houve períodos históricos nos quais a indústria de armamentos, ligada ao desenvolvimento de guerras destinadas a conquistar mercados e desenvolver as forças produtivas, inseria-se no desenvolvimento geral das forças produtivas. Na época do capitalismo ascendente, a Guerra de Secessão dos Estados Unidos marcava a vontade do capitalismo industrial do Norte de eliminar as relações escravistas pré-capitalistas do Sul, a fim de transformar os Estados Unidos na grande potência industrial capaz de dar um impulso considerável no desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, Gluckstein afirma que, sem introduzir nenhum juízo moral, tem-se que constatar que, na época do capitalismo

ascendente, essa indústria estava ligada à tendência geral de desenvolvimento das forças produtivas.

Entretanto, é necessário assinalar que, hoje, a situação é completamente diferente. A indústria de armamentos é um fator primordial de destruição das forças produtivas. As guerras do século XX têm sido guerras de destruição com as quais os diferentes decidem suas relações mediante a destruição de populações inteiras e de suas bases econômicas. As supostas "guerras humanitárias" são também destrutivas e servem de cobertura a operações de desestruturação e saque de países inteiros a cargo das tropas "civilizadoras" das grandes potências imperialistas. Outra forma de destruição das forças produtivas, engendrada pela indústria de armamento, é o fato de que, utilizada como propulsor da economia, desvia em benefício próprio grande parte dos orçamentos das nações, alimentando o endividamento que, por sua vez, desemboca na destruição massiva dos serviços públicos e das economias nacionais.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo destrói as forças produtivas[70], como faz com indústrias inteiras durante os processos de abertura comercial e financeira, com o meio ambiente e com o trabalho humano, esse sistema apresenta como tendência conduzir, sob a sua lógica, a "evolução" dessas forças[71]. Isso ocorre patrocinando o desenvolvimento da maquinaria com a intenção de aumentar incessantemente a produtividade do trabalho, visando a ampliação da expropriação de mais-valia. Esse movimento leva a separar a atividade, a ferramenta do trabalho, o que foi percebido por Marx:

> A maquina já não tem nada em comum com o instrumento do trabalhador individual. Distingue-se por completo da ferramenta que transmite a atividade do trabalhador ao objeto. De fato, a atividade manifesta-se muito mais como pertence da máquina, ficando o operário a vigiar a ação transmitida pela máquina à matérias-primas, e a protegê-la das avarias [...] A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é em todos os sentidos determinada pelo movimento de conjunto da máquinas; o inverso não é verdadeiro [...] Assim, o processo de produção deixa de ser um processo de trabalho, no sentido em que o trabalho constituiria a sua unidade dominante [...] O conjunto do processo de produção já não está, então, subordinado à habilidade do operário; tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência [...] A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo [...] (MARX, 1978:218-221).

A forma das relações de produção entre os homens e as relações sociais que os ligam uns aos outros condicionam o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade. No

---

[70] Uma observação importante a ser feita na contemporaneidade é que, se o desenvolvimento das forças produtivas supõe a relação do homem com a natureza, se dominar a natureza vem a se obter desta, no mais amplo sentido, o que permite satisfazer as necessidades humanas, então deverá se admitir que a destruição do meio ambiente também faça parte da destruição das forças produtivas.

[71] Pelo menos de parte destas.

sistema capitalista, ocorre esse desenvolvimento extremamente intenso da "aplicação tecnológica da ciência" que, por sua vez, leva a uma formação social que, ao se assentar na abolição do trabalho alienado[72], abriria as possibilidades para o livre desenvolvimento das individualidades (MORAES NETO, 2005:125).

Moraes Neto (2005:124) destaca que na situação atual, as relações de produção capitalistas expressam que, como já havia anunciado Marx, a noção de que o desenvolvimento do regime do capital levaria inexoravelmente à contradição entre forças produtivas e relações de produção, ou seja, a um confronto entre o "brilhantismo" do capital quanto ao desenvolvimento das forças produtivas e a mediocridade do capitalismo enquanto forma social. Como destacam Marx e Engels (1924), "*sob a propriedade privada, estas forças produtivas recebem um desenvolvimento apenas unilateral, tornam-se forças destrutivas para a maioria, e uma grande quantidade destas forças não podem sequer ser aplicadas na propriedade privada*". Em contradição com as possibilidades abertas, o desenvolvimento das forças produtivas anunciaria uma situação na qual:

> [...] o trabalhador não mais introduz o objeto natural – transformado em ferramenta – como intermediário entre si e o material; nesta altura introduz o processo natural – que transforma em um processo industrial – como intermediário entre si e toda a natureza, da qual se tornou dominador. [...] Com esta transformação, não é o tempo de trabalho utilizado nem o trabalho imediato efetuado pelo homem, que surgem como o fundamento principal da produção de riqueza; é, sim, a apropriação da sua força produtiva geral, do seu entendimento da natureza e da sua faculdade de dominar, desde que se constitui em corpo social; numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção e da riqueza. O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre o que assenta a riqueza atual surge como uma base miserável relativamente à base nova, criada e desenvolvida pela própria grande indústria (MARX, 1978:228).

Chega-se em um momento do capitalismo em que o ser humano, em decorrência da evolução das forças produtivas patrocinada por este sistema, teria a possibilidade de *ir além*. O que só é impedido pelo próprio sistema, pela contradição entre a sua tendência de desenvolver as forças produtivas e seu caráter social destrutivo.

> [...] Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital, todavia, impulsiona o trabalho mais além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, tão multilateral em sua produção como em seu consumo, e cujo trabalho, em conseqüência, tampouco se apresenta como trabalho, senão como desenvolvimento pleno da atividade direta, porque uma necessidade produzida historicamente substitui a natural. Por esta razão o capital é produtivo; quer dizer é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças

[72] Moraes Neto (2005) faz uma discussão a esse respeito, na qual aponta que o capitalismo atual é novamente expressão das tendências apontada por Marx, na medida em que a era da microeletrônica superou a era do taylorismo-fordismo. Ou seja, a época de aumento da alienação através do capitalismo está sendo superada, e recoloca-se o processo de transformação dos elementos materiais necessários à vida de forma generalizada, numa "aplicação tecnológica da ciência".

> produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital (MARX, 1978:119-120).

As forças produtivas da humanidade só se percebem através do prisma das relações de produção capitalistas. No sistema capitalista, a produção dirigida pelos capitalistas não tem como fim satisfazer as necessidades humanas, mas produzir mais-valia, trabalho não pago[73]. De acordo com Gluckstein (1999:92), em uma sociedade capitalista as forças produtivas do trabalho, aparecem, geralmente sob a forma contraditória de forças produtivas do capital. Fala-se de produtividade, de competitividade, de crescimento econômico, e tudo isso não se refere ao desenvolvimento da satisfação das necessidades sociais, mas ao crescimento da capacidade competitiva dos capitalistas, baseada na exploração do trabalho.

Gluckstein (1999:93) destaca que em sua fase progressista, o sistema capitalista que caminhou até a construção do mercado mundial, o capitalismo, mesmo com a dureza da exploração dos assalariados e a opressão aos povos coloniais, contribuía, estendia os mercados e desenvolvia a produção de capital. Predominava a utilização dos lucros para aumentar o capital produtivo com novos equipamentos mais desenvolvidos. Isso movia o crescimento do emprego, da produção e dos novos mercados geográficos e setoriais. Assim, no transcorrer do século XIX, desenvolveram-se consideravelmente as indústrias de máquinas e equipamentos, dos transportes, de energia, de bens de consumo, dentre outras[74].

Passado este primeiro momento, ocorre que, progressivamente, as formas que adotaram para conseguir a valorização do capital se contrapõem cada vez mais à satisfação das necessidades sociais. Mesmo com a evolução das forças produtivas (especialmente através da microeletrônica[75]), a fase imperialista atual tem também como características os monopólios, a indústria de armamentos, as guerras, o parasitismo e a especulação que desempenham papel cada vez mais proeminente na produção de mais-valia e sua realização no mercado, tendo desastrosas conseqüências para a humanidade, pois contribuem para a acentuação da deterioração destas forças. Muitas das "*novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da riqueza material*" (TROTSKI, 1936), seja

---

[73] "[...] *No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estádio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) — e, em conexão com isto, é produzida uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta e que, excluída da sociedade [...] as condições, no seio das quais podem ser aplicadas determinadas forças de produção, são as condições do domínio de uma determinada classe da sociedade*" (MARX & ENGELS, 1924).

[74] É necessário destacar que esse movimento de extrema evolução das forças produtivas, que acompanha a ascensão do capitalismo está assim como esse próprio sistema repleto de contradições, esta expansão se deu às custas da destruição e exploração massiva dos trabalhadores. O desenvolvimento das forças produtivas, mesmo nessa fase, tem aspectos que contribuem para a humanidade de forma mais geral, mas tem sua lógica já centrada nos interesses próprios do capital.

[75] Ver: MORAES NETO, 2005.

porque são voluntariamente ignorados e permanecem nos cofres dos bancos e das multinacionais, seja porque os investimentos necessários para que passem ao estágio industrial não seriam rentáveis para os capitalistas, seja, enfim, porque sua utilização destrói ou contribui para a destruição de milhões de postos de trabalho que não são substituídos.

O domínio da oligarquia, dos interesses vinculados às finanças, ao capital especulativo, aos fundos de pensão e investimentos, reforça a contradição que existe no desenvolvimento das forças produtivas. Como resposta à crise vivida pelo capital, a partir do final da década de 1960, o capitalismo empreende algumas modificações na dinâmica mundial em comparação a época do *Welfare State*.

Para contrariar a redução da taxa de mais-valia, o capital encontra como alternativas a ampliação da abertura comercial e da desregulamentação financeira, isso juntamente com uma pressão pela redução do "custo do trabalho". Nesse processo, com a abertura comercial ocorre uma grande destruição de forças produtivas, pois parte dos próprios parques industriais dos países periféricos foram destruídos. Outra fonte de destruição dessas forças é o aumento da precarização do trabalho, que tenta retirar dos trabalhadores as conquistas que obtiveram na época de ouro do capitalismo. A desregulamentação financeira favorece os fluxos especulativos em detrimento dos investimentos produtivos, o que mais uma vez fortalece a tendência de queda da taxa de lucro (na medida em que a acumulação capitalista vem ocorrendo sobre bases fictícias[76]). Este é mais um elemento que pressiona pela deterioração das forças produtivas.

A dinâmica internacional pós-abertura demonstra que vem ocorrendo uma tendência a que se transfira parte das produções das multinacionais dos países centrais para os periféricos. Ao contrário de ser uma homogeneização do capitalismo, esse processo vem se mostrando como um dos mecanismos de "redução do custo do trabalho", ou seja, o capital se transfere para um determinado lugar, onde os custos são menores, tendo como resultado o aumento do desemprego e, também, da desregulamentação no centro. A periferia, mesmo tendo países onde aumenta a produção e o emprego, não consegue contrariar a tendência que se apresenta de forma generalizada. Como características de mediocridade enquanto modo social de produção, as fortes taxas de crescimento dos índices especulativos e do produto interno bruto em uma dezena de países "emergentes", não podem transformar em um desenvolvimento com futuro promissor, a miséria, a droga, as guerras e a decomposição que, desde o ponto de vista do "desenvolvimento humano", são características da época atual.

---

[76] Esse aspecto será explorado em outra seção deste capítulo.

De um lado, a riqueza e, de outro, a imensa miséria são produtos de um mesmo processo, em que os lucros realizados na exploração dos países "endividados", nas desregulamentações e reestruturações, nos diversos tipos de tráficos buscam condições de valorização nas zonas de baixos salários e quase totalmente desregulamentadas e nos campos especulativos. As conseqüências da crise financeira da Ásia, que começa em 1997 e se estendem pelo mundo inteiro em 1998, mostraram na Coréia e Indonésia o caráter mais que efêmero de um "país do milagre econômico" e, por isso, a fragilidade de uma economia de um capitalismo em decomposição[77]. Interessante observar que esse sistema parece se apresentar mais forte do que nunca. Contribuem para isso a deterioração dos grandes partidos de esquerda e dos sindicatos em escala mundial, dando continuidade ao refluxo pelo qual passam os movimentos sociais nessa época do imperialismo contemporâneo.

O momento atual de "evolução" das forças produtivas deixa aberta as alternativas à barbárie ou a transformação deste sistema em um modo de produção superior. A barbárie se constrói através do fortalecimento da lógica especulativa, contrária aos interesses de desenvolvimento das forças produtivas, no aprofundamento da destruição do próprio planeta com os "ataques" ao meio-ambiente e as ditas "guerras humanitárias" e, especialmente, com uma pressão contra o próprio trabalhador, que é destruído diretamente por essas guerras, pelo aumento do desemprego e, também, pela deterioração das condições de trabalho (retrocedendo-se historicamente). A possibilidade de evolução para um modo de produção superior continua aberta e se fortalece através da superação da fase taylorista-fordista. Abre-se, com a microeletrônica, possibilidades inimagináveis de desenvolvimento das forças produtivas, o que só pode se tornar um desenvolvimento de tais forças em benefício da humanidade, do desenvolvimento humano e não apenas de uma classe ou fração desta classe, se isso puder ocorrer com o trabalho livre da alienação e da exploração.

4.2 – O Imperialismo hoje

Nascido a princípios do século XX, o imperialismo, fase superior do capitalismo, dominou-o do princípio ao fim. Mas, desde o momento em que está constituído o mercado

[77] "*Según la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), la crisis asiática ha costado ya 24 millones de puestos de trabajo en el Sudeste asiático. En dos años, de 1996 a 1998, el paro se ha duplicado oficialmente en Hong Kong, en China y en Filipinas, y triplicado en Indonesia, en Corea do Norte y en Malasia*" (GLUCKSTEIN, 1999:96).

mundial e a livre concorrência dá lugar aos monopólios, surge uma situação contraditória. De um lado, a produção, no marco dos monopólios, está amplamente socializada, pode ser racionalizada, permite a produção massiva de modo quase ilimitado, é técnica e economicamente capaz de satisfazer as necessidades vitais da humanidade. Por outro lado, dado que a propriedade dos meios de produção segue sendo privada, fazendo com que a apropriação (o consumo) seja também privada, o capitalismo encontra obstáculos para o desenvolvimento da humanidade e para o seu próprio desenvolvimento enquanto sistema de produção.

Ainda não se verificou, a proclamação feita por Lênin, de fase final do capitalismo, anunciando que estavam postas as condições para a transformação daquele modo de produção, que traz as tendências destrutivas do capitalismo de forma mais claras. Isso foi observado apenas de forma inicial e rapidamente abortada através da revolução russa e através das demais experiências dos países que realizaram revoluções socialistas, que também não se aprofundaram, como é caso, por exemplo, da Chinesa e de Cubana. Essas experiências não alcançaram expressão mundial, não puderam contrapor o capitalismo como modo de produção e socialização dominante, e não avançaram até as últimas conseqüências a coletivização da produção e a desalienação do trabalho.

Um conjunto de fatores subjetivos e objetivos inerentes à própria luta de classes e ao estágio do desenvolvimento da economia mundial, do capitalismo tiveram papel fundamental para que não se operasse a transição para a revolução socialista[78]. Em outro sentido, a "transição" para a barbárie que conduz a sobrevivência do regime de propriedade privada dos meios de produção também não pôde ir ás últimas conseqüências, devido à resistência, fruto da luta da classe trabalhadora em escala internacional.

A resistência contra a barbárie se choca com o obstáculo que é a própria classe trabalhadora. O temor da revolução que tornava possível a extensão do regime da propriedade coletiva fez com que a classe capitalista se visse "obrigada", depois da Primeira Guerra

---

[78] "*El obstáculo interpuesto por el 'socialchovinismo' tuvo, después de Octubre de 1917, un papel particularmente reaccionario. Poniéndose al servicio del imperialismo para derrotar la revolución proletaria en Alemania, llegando incluso al asesinato de los mejores combatientes de la clase obrera alemana (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo), los dirigentes de la II Internacional asumieron una aplastante responsabilidad histórica en el aislamiento de la Revolución Rusa y su no extensión a una parte, al menos, de los países capitalistas desarrollados (y, en particular, el fracaso de la revolución alemana, en 1919-1923). Aislada, la joven Unión Soviética experimentó entonces, de manera simultánea, un incontestable desarrollo de las fuerzas productivas y en proceso de degeneración, que desembocó en la constitución de una casta burocrática contrarrevolucionaria: el aparato del estalinismo. (...) Señalemos que a partir de este época, el 'obstáculo' del socialchovinismo va emparejado con el 'obstáculo' del estalinismo, infinitamente más eficaz en el papel de barrera contra la revolución socialista, por envolverse en la bandera usurpada da la Revolución de Octubre*" (GLUCKSTEIN, 1999:115).

Mundial, logo nos anos 1930 e depois da Segunda Guerra Mundial, a fazer importantes concessões à classe trabalhadora (em particular todas as conquistas arrancadas na Europa).

Pode-se dizer que, a partir do século XX, existem dois traços dominantes na economia mundial: a "transição para o socialismo"[79] e a "transição para a barbárie", da qual pode-se ter uma imagem concentrada nas duas guerras mundiais, nos horrores do regime nazista, na atualidade da fome, nas desertificações massivas, nas guerras "humanitárias" e em outros fenômenos de decomposição. A característica dessa dupla transição é que, ainda hoje, ela segue inacabada por ambos os lados.

Essa realidade extraordinariamente complexa, pela qual passa a humanidade, impede que se dê uma definição acabada, completa ou definitiva, pois esse é um processo inacabado e contraditório. Propõe-se, neste trabalho, a adoção do conceito "imperialismo senil", imperialismo que se situa justamente na continuidade da análise clássica e em sua expressão de forma ainda mais plena na situação atual.

4.2.1 – A superexploração, ou a ofensiva contra o trabalho

O sistema capitalista, o modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção se apresenta na contemporaneidade como um sistema que se utiliza da destruição da sua mais importante força produtiva (o trabalho) para buscar se valorizar. Isso, por si só, não seria novidade, pois a ofensiva contra o trabalho caracteriza toda a história desse regime. O que ocorre na contemporaneidade é que a "necessidade" de superexploração da forma de trabalho atinge níveis ainda mais elevados. O imperialismo, como elemento de sua resposta a crise que adentrou a partir do fim da década de 1960, reforça seu vigor e retrocede ao passado buscando desestruturar as conquistas da classe operária ao longo "de sua era de ouro". Reforça essa superexploração onde já era característica (a periferia) e a exporta para o centro. Isso ocorre ao mesmo tempo em que parte da humanidade, como a África, fica totalmente à margem, à mercê de todo o "desenvolvimento" da humanidade promovido pelo capitalismo.

Hoje, o capitalismo "progride" agravando todos os mecanismos de sua decomposição. A tabela abaixo está longe de ser um espelho fiel da realidade, na medida em que abrange apenas estatísticas oficiais, sem considerar o desemprego não computado e a precarização do

[79] Que teve como principal expressão a revolução russa, mas que também teve expressões, mais, ou menos avançadas, em outros países.

trabalho, mas demonstra o elevado nível em que se encontram as taxas de desemprego mesmo nos países do centro do capitalismo.

Tabela 4.1:
Taxa de Desemprego (% da força de trabalho)

	OCDE	Zona do Euro	França	Alemanha	EUA	Japão
1971-1980	-	-	4,2*	2,6*	6,4*	1,8*
1981-1990	7,2	10,88	9,3	7,1*	7,3	2,6
1991-2000	7,1	10,5	11,2	8,1	5,7	3,3
2001-2003	6,33	8,33	9,33	8,66	5,66	5

*dados retirados de Gluckstein, 1999:148
Fonte : Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial – WDI (2006)

Mesmo que esteja havendo criação de empregos industriais e de serviços em certos países "emergentes", deve ser observado que, em primeiro lugar, essa criação, assim como acontece com os investimentos, não consegue "compensar" a destruição dos antigos postos de trabalho nos países industrializados. Mesmo que não haja um grande aumento no nível de desemprego, isso ocorre ao preço de uma extrema desvalorização da força de trabalho.

Como parte de suas características essenciais, o imperialismo só existe para se apropriar do lucro surgido da mais-valia, que provêm exclusivamente da exploração do trabalho assalariado. Este não pode, por conseqüência, eliminar a classe trabalhadora, sob o risco de desaparecer. No entanto, a necessidade de valorização do capital o conduz permanentemente na tentativa de reduzir, qualitativamente e quantitativamente, o lugar social da principal força produtiva: o trabalho humano[80].

As sucessivas crises que vêm ocorrendo destroem milhões de postos de trabalho nos países que são mais afetados. Juntamente com essa destruição de postos de trabalho é necessário ter em conta que grande parte dos empregos que vem sendo gerados nos países "emergentes" são, em grande medida, fruto do movimento geral do capital, de desvalorização da força de trabalho. Assim, a "liberalização dos mercados", fruto dos acordos multilaterais (GATT, OMC), "patrocina" as exportações de produtos com custos de produção mais baixos até os países imperialistas, os quais se aproveitam dessas exportações para promover mais movimentos de reestruturação. De modo geral, a taxa de emprego assalariado tende a se contrair.

Outra discussão que cabe neste ponto é a predominância do processo de desindustrialização, empreendida pelo capital financeiro que reforça a sua lógica e desloca da

[80] Não qualquer tipo de trabalho, mas trabalho produtivo, ou aquele que produz mais-valia. Essa discussão é bastante controversa dentre os marxistas, de modo que a opção feita neste trabalho; a de não explorar esse tema e tomar como referência a discussão apresentada por Carcanholo (2007).

esfera produtiva para a especulativa uma grande magnitude de capitais. O que é importante observar é que tenta se ocultar a amplitude desse fenômeno, ou ao menos atenuar o seu alcance, opondo-se como uma lei quase natural o aumento da proporção dos "serviços" na produção (e da proporção dos empregos que se alocam neste setor). Em contrapartida, tem-se a perda de postos de trabalho na indústria, como se estes trabalhos fossem equivalentes e como se este setor estivesse absorvendo tudo o que se destrói do outro.

Um primeiro aspecto a se observar é a heterogeneidade do setor de serviços. Destro desta categoria, estariam juntos serviços de natureza social e inclusive objeto de conquista pela classe operária, como educação e saúde, e que estariam ligados à própria preservação da classe trabalhadora enquanto classe e a composição do valor da força de trabalho, e outros diretamente ligados às necessidades de produção e circulação das mercadorias (como: ferrovias, transportes públicos, energia, correios, dentre outros), que, em parte, a luta de classes conseguiu generalizar para o conjunto da população.

Além destes, existiriam aqueles setores constituídos pela necessidade de capital das empresas relacionados, em sua origem, com as necessidades de inversões cada vez maiores na produção. Neste setor estes estão os bancos, mecanismos de crédito e seguradoras. Há também os que nascem da externalização de antigos departamentos de empresas produtivas, como informática, contabilidade, pesquisa e assessoria, geralmente "terceirizados" para reduzir os custos com força de trabalho. Existem também os serviços de pequeno porte para a população, como comércios e barbearias.

Com relação à discussão sobre a geração de mais-valia, é importante ter em conta que o que define se um capital é produtivo (nos termos de Marx, industrial) ou não, não é o valor de uso produzido. O importante para a categoria capital industrial, ou seja, para definir se um capital é ou não produtivo não é o valor de uso da mercadoria produzida, mas o fato de que o ciclo do capital se apresenta em distintas formas, uma após a outra, e, necessariamente, produz mais-valia a partir da apropriação do resultado do consumo do valor de uso da força de trabalho em troca do pagamento equivalente ao valor da mesma força de trabalho. Não importa o que se produz, mas a relação social que se estabelece (entre capital e trabalho) na produção do que quer que seja. Poder-se-ia dizer que muito do que toma-se como serviços seria dentro da categoria de Marx, capital industrial produtivo, gerador de mais-valia. O fato de Marx ter chamado isso de capital industrial (de fato, a terminologia pode não ser a melhor) não pode ser confundido com indústria (em contraposição a serviços ou agricultura).

Portanto este é um setor extremamente heterogêneo. Ao mesmo tempo em que não se pode afirmar de forma generalizada que seja um setor no qual não há a produção de mais-

valia, há determinadas atividades desse setor nas quais isso é verdade. O que é importante ter em conta é que o setor de serviços e, portanto, os empregos deste setor são dependentes do setor gerador de mais-valia. A desindustrialização leva a uma crise do setor terciário devido à diminuição das vendas, por uma parte, e a busca de uma maior utilização de novas tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho, por outro. A contração dos mercados traz consigo mais concorrência que, por sua vez, dá lugar a mais reestruturações e modernizações, que provocam aumento do desemprego e da precarização.

Nesse ponto, faz-se referência novamente ao trabalho de Carcanholo (2007), que aponta alguns serviços como sendo produtivos a partir do momento em que a apropriação da riqueza global é praticamente toda feita de forma capitalista, de forma que se poderia "quase" equiparar a forma ao conteúdo do trabalho produtivo.

> E então, a categoria de trabalho produtivo, agora, determina-se pelo seu conteúdo e não mais pela forma, mas isso justamente pelo fato de que a forma subordinou totalmente ou quase totalmente o conteúdo, e a dialética não foi violada. [...] Isso significa que o que interessa, no capitalismo concreto, não é somente a produção de mais-valia, mas ela e a do resto do excedente-valor apropriado pelo capital. Com isso, a categoria de trabalho produtivo se amplia. Não interessa tampouco, para a determinação do trabalho produtivo o destino do produto desse trabalho, se o consumo produtivo, improdutivo ou suntuário. Dessa maneira, além do que é normalmente considerado produtivo, também consideramos o trabalho de camponeses e artesãos, professores e profissionais da saúde, contabilistas e gestores ou administradores (em parte), profissionais do serviço doméstico. [...] De fora da categoria ficariam os trabalhos e atividades relacionadas rigorosamente ao comércio, e a atividades do tipo como as seguintes: propaganda e publicidade, segurança, manutenção da ordem, da propriedade e da 'justiça', funcionamento do aparato político, elaboração e transmissão ideológicas, atividades militares etc. (CARCANHOLO, 2007:23-24).

A realidade dos últimos anos é a grande desindustrialização da economia, na medida em que cai bastante a proporção da força de trabalho alocada na indústria, o que é, apenas em parte, absorvido pelo setor de serviços. Inclusive na medida em que há também crise de desemprego em alguns segmentos do setor de serviços, pois este setor não está "livre" do aumento de produtividade. Na tabela abaixo, é mostrado a evolução da participação dos setores industrial e de serviço para alguns países, na qual pode ser verificada a transferência generalizada de trabalhadores para o setor de serviços em detrimento do setor industrial.

Nesse movimento de destruição dos postos de trabalho industriais, o que deve-se observar é que ocorre também a destruição de postos de trabalhos no setor de serviços. Este setor não está "livre" da busca pelo aumento de produtividade, da precarização dos postos de trabalho e da tentativa de rebaixar ainda mais o "custo do trabalho". É assim que se mostra a outra face da ofensiva contra o trabalho, que é justamente a sua precarização, de forma que a sobrevivência do regime da propriedade privada dos meios de produção aparece marcada por

uma tendência sistemática de destruir o estatuto do trabalho assalariado, tanto as conquistas dos trabalhadores dos países centrais do capitalismo, onde foram mais significativas (principalmente nos países europeus), quanto as poucas conquistas existentes nos países periféricos.

Tabela 4.2:
Porcentagem dos trabalhadores ativos nos setores da Indústria (Ind.) **e Serviços** (Serv.)

		1960	1970	1980	1985	1990	1995	2002
Países de Renda Elevada	Ind.	-	-	33,5	31	29,8	28,6	25,7
	Serv.	-	-	*57,8*	*61,3*	*64*	*66,4*	*70,3*
EUA	Ind.	35,3*	34,3*	30,5	28	26,2	24	21,6
	Serv.	-	-	*65,9*	*68,8*	*70,9*	*73,1*	*75,9*
França	Ind.	38,4*	39,7*	35,9	32	29,9*	23,4*	-
	Serv.	-	-	*55,4*	*60,4*	-	-	-
Reino Unido	Ind.	47,7*	44,7*	37,6	34,8	32,3	27,4	24,1
	Serv.	-	-	*59,7*	*62,3*	*64,8*	*70*	*74,4*
Itália	Ind.	33,9*	39,5*	37,9	33,6	32,3	34,1	32,1
	Serv.	-	-	*47,8*	*55,2*	*58,8*	*59,2*	*62,8*
Japão	Ind.	28,5*	35,7*	35,3	34,9	34,1	33,6	29,7
	Serv.	-	-	*54*	*56*	*58,2*	*60,4*	*64,8*
China	Ind.	-	-	18,2	-	18,9	21	17,7
	Serv.	-	-	*11,7*	-	*9,9*	*12,2*	*16,1*
Brasil	Ind.	-	-	-	22,1	22,7	19,6	21,6
	Serv.	-	-	-	*49,3*	*54,5*	*54,3*	*58,4*

*dados retirados de Gluckstein, 1999:155
Fonte : Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial – WDI (2006)

O movimento imperialista toma forma de dois modos diferentes. Primeiro, através da destruição dos postos de trabalho e, ao mesmo tempo, com o ataque ao marco jurídico que regulamenta o trabalho assalariado. As leis trabalhistas, os acordos coletivos, todo o tipo de regulamentações são colocadas em xeque em todos os continentes, submetidas ao desmantelamento.

A crescente dominação dos processos especulativos sobre os produtivos faz com que os capitalistas só consigam investimentos no terreno da produção se o rendimento das inversões for comparável ao das aplicações especulativas. Como já era observado por Marx, o capital sempre espera a mesma lucratividade das esferas em que investe, isso em uma época em que predominavam os investimentos produtivos sobre os especulativos. Hoje, com a gigantesca abundância dos capitais que não encontram como se empregar na produção, prolifera a especulação, e isso tem como resultado uma grande pressão para equiparar a rentabilidade do capital na produção com sua rentabilidade na especulação. É nesse

movimento da busca na produção por taxas de rentabilidade equiparáveis às "conseguidas"[81] na especulação que o capital, mais uma vez, atua procurando rebaixar o valor da força de trabalho e ampliar a produtividade buscando reduzir a utilização desta força.

O crescimento da produtividade que realmente ocorre, não só conduz a um aumento da massa de produtos para a subsistência de que dispõe o trabalhador, mas também vem acompanhado de um movimento inverso: hoje, os aumentos de produtividade tendem a diminuir o salário real e, conseqüentemente, a massa de produtos para a subsistência de que dispõe o trabalhador. Esse mecanismo tende a ocorrer na medida em que o aumento da produtividade conjugado com o processo de abertura e desregulamentação da economia mundial favorece a formação e ampliação de um exército industrial de reserva, que contém o crescimento dos salários mesmo com o aumento da demanda por força de trabalho. A produtividade do trabalho não parou de crescer. Entretanto, esses aumentos de produtividade se fazem cada vez mais lentos e exigem inversões cada vez maiores.

Tabela 4.3:
Produtividade do trabalho no sector industrial (% da variação anual)

	1960 - 1973	**1973 - 1979**	**1978 – 1996**
EUA	2,6	0,3	0,8
Japão	8,4	2,8	2,2
Alemanha	4,5	3,1	1,1
França	5,3	2,9	2,2
Itália	6,4	2,8	2,1
Inglaterra	4,1	1,6	1,8
Canadá	2,9	1,5	1
Coréia do Sul	-	6,6	5,6
UE	5,1	2,6	1,8

Fonte: Dados extraídos de Gluckstein 1999:168

Outros dados que podem ser observados são os referentes às horas trabalhadas e ao PIB por hora trabalhada. Essa primeira informação mostra, como pode ser visto na tabela abaixo, uma queda absoluta no número de horas trabalhadas, enquanto o PIB produzido em função das horas trabalhadas cresce para quase todos os países a taxas decrescentes.

Nesse momento, começa a operar um fenômeno característico da contemporaneidade: a apropriação por parte dos capitalistas da mais-valia relativa[82]. Para o entendimento desse

[81] Isso quando parte destes capitais não entra em crise e "simplesmente" desaparece.

[82] Marx diferencia a obtenção de mais-valia em duas formas, absoluta e relativa. "*A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. [...] O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho*

processo, deve-se perceber que há diferentes formas, com diferentes conseqüências de se extrair a mais-valia relativa.

Tabela 4.4:
Produtividade do Trabalho (média da variação anual)

		1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2005
G7	Horas Trabalhadas	0,4	0,9	0,5	-0,1
	PIB por Hora	*2,9*	*2,2*	*2*	*2*
EUA	Horas Trabalhadas	1,6	1,7	1,6	-0,1
	PIB por Hora	*1,6*	*1,5*	*1,7*	*2,5*
Reino Unido	Horas Trabalhadas	-0,8	0,7	-0,1	0,5
	PIB por Hora	*2,7*	*1,9*	*2,5*	*1,9*
Japão	Horas Trabalhadas	0,2	0,5	-0,9	-0,9
	PIB por Hora	*4,2*	*3,4*	*2,2*	*2,2*
Itália	Horas Trabalhadas	-0,3	0,3	-0,1	0,1
	PIB por Hora	*4*	*2,1*	*1,6*	*0*
Alemanha	Horas Trabalhadas	-0,9	0	-0,3	-0,7
	PIB por Hora	*3,7*	*2,3*	*2,4*	*1,3*
França	Horas Trabalhadas	-0,4	-0,5	0	0
	PIB por Hora	*3,7*	*3,1*	*2*	*1,5*

Fonte: Elaboração própria com dados da OCDE (OECD.Stat)

Marx (1996, seção IV), ao apresentar a mais-valia relativa, mostra que a sua obtenção passa pela redução do valor da força de trabalho, fazendo com que a parte produzida pelo trabalhador que é convertida em salário se reduza, aumentando, então, a expropriação de mais-valia por parte do capitalista. A esse respeito, é importante fazer a observação que a queda do valor da força de trabalho não implica necessariamente em uma redução do salário real. O que ocorre é uma redução do valor da força de trabalho e, em razão do crescimento da produtividade no setor bens-salário, tem-se como resultado uma redução nos salários. Dessa forma, é possível que ocorra a ampliação da mais-valia ao mesmo tempo em que a força de trabalho consegue comprar exatamente a mesma quantidade de mercadorias que antes, ou seja, com o mesmo salário real. Junto a esse processo, Marx afirma que poderia ocorrer também a redução do pagamento feito ao trabalhador sem a respectiva redução da força de trabalho, de modo que a reprodução desta força só pudesse se dar de forma defeituosa.

Ao longo de parte de século XX, sob condições históricas específicas, o imperialismo foi obrigado a ceder importantes conquistas à classe trabalhadora que, ao incorporar novos valores "morais e históricos" modificou a definição do valor da força de trabalho. Todas essas conquistas incorporadas à definição do valor da força de trabalho foram, ademais, um fator que contribuiu para a recuperação da produção.

---

durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista" (MARX, vol. I, 1996:431-437).

O aumento do valor da força de trabalho teve a conseqüência de aumentar o volume do poder de consumo das massas e, portanto, deu impulso à produção. Isso foi possível mesmo com o crescimento da produtividade de maneira generalizada na economia (incluindo-se o setor de bens salários, o que poderia implicar uma redução nominal de salários e a manutenção do salário real e do poder de compra das massas), pois esse aumento da produtividade ocorreu em um momento de ascensão das lutas da classe trabalhadora que, com a possibilidade da revolução, conseguiu pressionar, elevar o valor histórico de sua força de trabalho. Esse fator, que se combinou de maneira contraditória com o papel desempenhado pela economia de armamentos como impulsionador da economia, foi um componente substancial dos chamados "trinta gloriosos".

Hoje tem-se como características do imperialismo a existência de: desvalorização em termos reais do valor dos salários, redução do poder aquisitivo operada pela desestruturação das instituições sociais como a saúde, educação e seguridade social públicas, a precarização da classe trabalhadora por meio do ataque ao valor da força de trabalho (ataque aos acordos coletivos e as regulamentações trabalhistas), desregulamentação das relações de trabalho no sentido de possibilitar o trabalho parcial sem vínculo, ou com duração limitada, uma lógica de tributação que atinge mais os trabalhadores (especialmente através de impostos sobre o consumo). Aumenta, dessa forma, a quantidade de assalariados pobres que, mesmo trabalhando, não conseguem viver sob condições mínimas.

A crescente "necessidade" do capital de aumentar suas fontes de mais-valia conjugada com as limitações que atingem a expansão do mercado mundial[83], faz com que a obtenção de mais-valia pelo mecanismo de sub-valorização do trabalho (mesmo sob o ponto de vista da lógica capitalista) adquira crescente importância. Esse processo busca não apenas rebaixar o valor da força de trabalho mediante o aumento da produtividade, mas também reduzi-lo de maneira absoluta, diminuindo a capacidade de consumo dos trabalhadores, ameaçando toda a humanidade trabalhadora ao reproduzir sua força de trabalho cada dia em condições mais "defeituosas".

Ao invés de se converterem em capital produtivo adicional, com ampliação da geração de empregos, os lucros, hoje, são obtidos em um processo inverso. A destruição de capital

---

[83] A questão territorial continua tendo grande importância na atualidade, de forma que ainda é pauta das ações dos principais países imperialista, em especial dos Estados Unidos. "*A gestão do território pode ter múltiplas variações: a ocupação direta por meio de invasões, como as do Afeganistão e do Iraque; a imposição de normas de políticas através de tratados específicos ou de regras gerais impostas por organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio); o controle dos recursos através de investimentos transnacionais, etc. Os mecanismos podem variar, mas o controle de territórios é imprescindível para assegurar a supremacia e a submissão*" (CECEÑA, 2004:123).

produtivo e de empregos constitui a forma de concorrência em que as empresas mais "flexíveis", as mais "enxutas", com maior produtividade, recebem uma parte crescente da mais-valia social, mediante a eliminação ou a dominação (no caso das subcontratações) de outras empresas. É dessa forma que uma das características da contemporaneidade é justamente a exacerbação da superexploração do trabalho e as contradições que advém desse mecanismo.

4.2.2 – A dominação da especulação e a autonomização do capital financeiro

A predominância dos mercados financeiros é uma das características dominantes do capitalismo imperialista nos dias de hoje. É importante observar que a noção de mercados financeiros resulta do modo em que o capitalismo vem tentando, historicamente, superar sua própria anarquia mediante a organização da produção. Os monopólios (cartéis, trustes, grandes grupos, hoje multinacionais ou transnacionais) substituíram as empresas individuais, de forma que o capital bancário se uniu ao capital industrial e já na época clássica do imperialismo a vida econômica se via dominada pela oligarquia financeira.

Mas nesse processo em que o capitalismo vai substituindo, separadamente em cada Estado, os procedimentos anárquicos de sua produção por processos mais organizados, acentuam-se na economia mundial as contradições da concorrência e a anarquia. A luta entre os grandes imperialismos conduziu a grandes guerras mundiais, sejam as guerras de conquista e saque ou as "humanitárias" que se apresentam nos dias de hoje.

Para discutir a predominância deste tipo de capital, pode-se recorrer a Caputo e Pizarro (1970:241-300) que, na tentativa de compreender o capitalismo pós-guerra, selecionam alguns aspectos que segundo eles seriam vitais para esta tarefa. Dentre estes aspectos, dão especial importância à forma de capital que seria a dominante na economia. Os autores tomam esse aspecto como central devido à necessidade que se tem de discutir com as análises que afirmam que o capital corporativo tomou o lugar do capital financeiro como o principal articulador e direcionador da economia mundial, em especial devido à sua capacidade de autofinanciamento.

Para discutir com essa afirmação, defendem que é necessário questionar onde se encontra o centro de decisão fundamental da economia capitalista monopólica. Destacam que "*si existe le predominio del capital corporativo, el centro de decisión estará en el interior*

mismo de la empresa; en cambio, si persiste la tesis clásica, el poder de decisión se encontrará fuera de la empresa, en los 'grupos de interés' que forman parte de la oligarquía financiera" (CAPUTO & PIZARRO, 1970:243).

O predomínio do capital financeiro[84] significa que as decisões são tomadas fora da empresa, produzindo uma separação da propriedade do capital e da produção que dá, à oligarquia financeira, um caráter parasita, que se estende ao conjunto do sistema. Na economia mundial de hoje, o papel dos bancos é cada vez mais importante. Segundo esses autores, se a gerência e a administração dos capitais têm um caráter técnico, a coordenação entre essas atividades é financeira. Além disso, mesmo que os bancos possuam apenas parte do capital total dos depósitos, dos fundos de terceiros, o conhecimento das empresas e dos mercados é que lhes dão muito mais poder.

Sobre os bancos se acumulou um emaranhado de instituições financeiras como as seguradoras, bancos de investimentos, fundos de pensão, dentre outras, que fortalecem o poder do capital financeiro. É através destes mecanismos e em função deles que grande parte das decisões são tomadas e os capitais são movimentados.

Da época clássica para a atualidade, modifica-se o mecanismo do mercado financeiro, mesmo que ele ainda continue desempenhando o papel do princípio do século passado, em que os acionistas ou investidores exigiam das empresas a maior rentabilidade possível, e a não subordinação desta rentabilidade em relação à produção e comercialização, buscando ampliar cada vez mais os dividendos. Esse é o rentismo parasitário descrito por Lênin e que ainda opera na economia mundial.

Atualmente, mesmo esse mecanismo ainda sendo essencial como meio de se apropriar da mais-valia, ele já não é mais suficiente. Na contemporaneidade, os acionistas, os investidores, por conta da massa gigantesca de capital que dispõem e da dificuldade cada vez maior de rentabilizá-los na esfera da produção, não podem contentar-se com esse sistema clássico de inversão em ações e da rentabilidade destas ações. Hoje, os "investidores" são, em primeiro lugar, grupos industriais e financeiros, as multinacionais, os bancos, os fundos de investimento (*mutual funds*) e os fundos de pensão. Não podem contentar-se em comprar ações e esperar o final do período para o pagamento dos dividendos. Esses capitais necessitam buscar, sem cessar, métodos de rentabilizar suas carteiras de títulos na especulação, sob a

---

[84] "*(...) detrás del capital financiero, están 'los grupos financieros' como el sector dominante de la clase dominante. Estos 'grupos financieros' constituyen la forma superior de estructuración de las distintas formas de asume el capital, pero con el predominio del capital bancario*" (CAPUTO & PIZARRO, 1970:244). Para um aprofundamento deste tema pode-se consultar: CARCANHOLO, 1999 e CARCANHOLO & NAKATANI, 1999.

pena de se desvalorizarem.

Dessa forma, as ações, junto com sua função de título de propriedade que dá direito a uma parte de seus lucros, possuem outra função: a de capital fictício. Os dividendos enriquecem os acionistas, mas também contribuem para fazer subir o preço das ações, juntamente com o jogo da oferta e da demanda e as especulações quanto a lucros ou prejuízos futuros; esse é o mercado especulativo.

O observador da atualidade tem a sensação de assistir a uma dominação absoluta da Bolsa em escala mundial. Não só uma dominação absoluta, mas uma dominação indiscutível do ponto de vista de suas taxas de crescimento[85]. Os índices de expansão do mercado especulativo, em escala mundial, estão entre os indicadores econômicos de trajetória mais vertiginosa. Esse mecanismo é alimentado pela crescente dificuldade dos capitais para se valorizar no terreno da produção, que conduz a um processo em que parcelas de mais-valia são crescentemente apropriadas através da especulação. Esse movimento é tão intenso que, hoje, aparentemente, o capital encontra na especulação suas principais fontes de valorização[86].

No capitalismo de hoje, a economia mundial vivencia um crescimento acelerado da especulação enquanto a produção real vivencia processos de desindustrialização. Nesse mecanismo, os especuladores não se vêem limitados pelo volume maior ou menor de seus capitais próprios, pois encontram meios de aumentar seus lucros com dinheiro emprestado. Assim, constitui-se a pirâmide invertida da especulação. A acumulação financeira especulativa se desenvolve sobre a base da tendência à desacumulação do capital produtivo, de modo que, para cada unidade de capital produtivo, existe uma proporção muito maior de capital especulativo.

Esse processo reforça a contradição que advém do fato de que a especulação não produz mais-valia, e sim a produção. A especulação está limitada à massa de mais-valia produzida. Não é possível se apropriar do que não existe, por isso, os mercados financeiros só existem enquanto existir, também, a produção de mercadorias, mas ao mesmo tempo tendem a asfixiar esta produção. Esse movimento especulativo, o qual busca uma valorização direta, sem passar pela fase de produção, desenvolve-se sobre a base, esta sim real, das reestruturações, das desregulamentações e das políticas destinadas a reduzir o preço da força de trabalho.

---

[85] Neste ponto, cabe observar várias crises sofridas nas bolsas de diversos países a partir da segunda metade da década de 1990. As crises da Ásia, dos mercados emergentes, de países da América Latina, da Bolsa de Tecnologia Americana, dentre outras crises.

[86] Ver também: CARCANHOLO & NAKATANI, 2006.

Ocorre que o sistema capitalista especulador, ao se deparar com os inconvenientes da produção capitalista em si, tenta se aproveitar de suas vantagens através da apropriação do trabalho extra, evitando as angústias da valorização direta do capital na produção. Entretanto, a imensa magnitude de capitais empregadas nas esferas especulativas só pode se materializar na medida em que, em contrapartida, para pagar gigantescos lucros especulativos e parasitários, sejam transferidas riquezas, valores novos efetivamente produzidos no terreno da produção para o da especulação. Mas, quanto mais o capital se destina para a especulação, mais se agrava a dificuldade de se obter rendimentos nos capitais investidos na produção, o que expressa a dificuldade crescente de se realizar mais-valia no mercado mundial na época imperialista.

É dessa forma que o imperialismo se separa cada vez mais das condições próprias da produção e a dominação dos "mercados financeiros" se traduz em uma espiral destrutiva da economia mundial, que corresponde à imposição de políticas e conseqüências destrutivas para o conjunto das populações do planeta.

Seguindo-se a essa análise, pode-se também perceber a forma como se dá a dinâmica imperialista sob um ponto de vista teórico e esquemático da forma como é tratado em Carcanholo (2004b), que explora as contradições do capital financeiro e sua autonomização, entendendo-o como capital fictício.

Esse autor destaca que esta forma de capital pode ser entendida como um desdobramento, de forma que se torna mais complexo, do capital portador de juros desenvolvido por Marx. Carcanholo (2004b) afirma que o desenvolvimento da autonomização das formas do capital, e a separação entre o capital-propriedade e o capital-função permitem o aparecimento do que Marx chamou de mercadoria-capital[87].

Como afirma Carcanholo, o que ocorre é que o desenvolvimento desse processo faz com que todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros apareça como o resultado da propriedade de um capital portador de juros. Assim, o indivíduo que empresta o dinheiro o percebe como capital, pois consegue que ele se valorize em determinado período, o

---

[87] "*É possível, a partir disso, que o capitalista-proprietário abdique de utilizar seu capital-dinheiro dentro como meio para inserir-se no processo de produção de mercadorias e empreste seus recursos para outro capitalista que pretenda fazê-lo. Esse capital-função entrará no processo de circulação do capital, comprando meios de produção e contratando força de trabalho, produzindo mercadorias com um valor acrescido, um excedente ou mais-valia, e vendendo estas mercadorias. A partir do resultado obtido, com a realização da mais-valia, este capital-função poderá pagar o seu empréstimo, acrescido dos juros (remuneração do capital-propriedade, ou seja, do capital portador de juros), e mesmo assim poderá apropriar-se de um lucro. Juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital-função*" (CARCANHOLO, 2004b). Carcanholo toma com referência Marx (1996, livro III, capítulo 21), que desenvolve essas categorias dentro da temática do capital portador de juros. Para o tema do capital fictício toma como referência principal os capítulos 25, 27, e 29.

que é chamado de *capitalização*. A "c*apitalização seria assim a formação do capital fictício. A partir de um determinado rendimento que, aplicando-se à taxa de juros vigente, forma um montante de recursos (capital), independentemente do fato desse capital existir ou não (MARX, vol. V, 1996:05)*" (CARCANHOLO, 2004b).

Só que do ponto de vista da totalidade da economia, esse capital é ilusório ou fictício, pois tem como base a participação de títulos de crédito em rendimentos futuros, que podem nem se realizar e, de forma agravante, esse mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, tendo como base a mesma taxa de juros e em um mesmo montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação, ou seja, realizar-se no mercado. O caráter autônomo que assume a circulação do capital fictício é explicitado no momento em que a cotação dos papéis (ações) supera o valor do capital industrial em que foi transformado o capital-dinheiro, e oscila com independência desse capital industrial em movimentos puramente especulativos (CARCANHOLO, 2004b).

> Assim, do ponto de vista individual trata-se de capital para seu proprietário, mas do ponto de vista do capital global é fictício. Entretanto, o caráter fictício desse capital não lhe retira influência sobre a acumulação de capital; sua lógica interfere na dinâmica da acumulação. Essa interferência é, como a própria dinâmica capitalista, contraditória, dialética. A dialética do capital fictício está relacionada a sua (dis)funcionalidade para o processo de acumulação de capital (CARCANHOLO, 2004b).

Com respeito a esse processo de autonomização, é importante observar, como faz Carcanholo (2004b), que ele apresenta uma funcionalidade para o processo de acumulação de capital. Na medida em que o capital é centralizado pelo capital bancário (incluindo-se instituições financeiras não bancárias), isso permite que grandes atividades produtivas, que de outra forma teriam que esperar muito tempo para serem implementadas, possam entrar em operação. Esse processo também tem sua funcionalidade na medida em que libera maior montante de capital para o processo produtivo, que se despreocupa de outras funções[88].

A funcionalidade é, portanto, permitir maior acumulação global de capital e redução do seu tempo de rotação aumentando a taxa de lucro por período. Esse processo compõe, dessa maneira, uma das respostas dadas pelo capitalismo para sua crise[89]. Entretanto, como

---

[88] "[...] *essa forma autonomizada promove a liberação de capital para o processo produtivo, uma vez que recursos que seriam gastos para a compra de meios de produção e força de trabalho, assim como para cobranças de mercadorias vendidas e ainda não pagas, não precisam mais se ocupar dessas funções, permitindo ao capital produtivo individual ocupar-se apenas do processo produtivo. O capital comercial autonomizado permite o mesmo no que se refere à comercialização das mercadorias produzidas. Aliás, o capital portador de juros e o capital fictício, enquanto operados pelo capital bancário, podem ser entendidos como desdobramentos dialéticos do capital de comércio de dinheiro*" (CARCANHOLO, 2004b).

[89] "*O período recente da expansão americana só foi possível através da transferência de mais-valia produzida em todo o mundo e pela gigantesca expansão do capital fictício, o que mascarou a pressão decrescente da taxa de lucro*" (NAKATANI, 2002:01).

aponta Carcanholo (2004b), o capital fictício não produz apenas benesses para a dinâmica de acumulação de capital.

Carcanholo (2004b) destaca que na medida em que do ponto de vista individual não entra no processo produtivo, este não pode produzir, por si só, mais-valia, ele apenas facilita o financiamento do capital produtivo. A lógica deste capital é a apropriação de excedente e não a sua produção, fazendo com que a lógica da apropriação de mais-valia seja expandida em detrimento da produção do excedente. Assim, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. Isso faz com que o resultado final seja a redução da taxa de lucro e o aprofundamento da crise[90].

4.3 – As tentativas de resposta do sistema capitalista

> "[...] é verdade que, dos anos 60 para cá, o mundo mudou e mudou muito. Surpreendente? Mas não afirmávamos categoricamente, desde então, ou desde antes ainda, que o mundo não era estático? Na verdade, surpresos só podem estar aqueles que, acreditando que tudo muda, pensavam que a mudança fosse sempre em direção ao bem, à frente, ao alto. Eles acreditavam não na mão invisível, mas na mão todo-poderosa que nos conduziria inevitável e placidamente ao paraíso. Eles sim, hoje, estão surpresos e por isso optam pelo cinismo ou renunciam a pensar e portanto a viver; vegetam, por mais que cercados de prazeres materiais" (CARCANHOLO, 1996).

É fundamental destacar, assim como faz Carcanholo (2004b), que os anos 90 foram marcados por reformas que não garantiram a retomada do crescimento, mas amplificaram a trajetória de estagnação, instabilidade e crise. Por outro lado, ainda se aprofundou o grau de dependência das economias periféricas que tiveram a competitividade de seus produtos reduzida em relação aos produtos importados, implicando em deterioração dos termos de troca ao se elevar a dependência das economias em relação ao fluxo internacional de capitais e diminuir a capacidade de resistência dessas economias a choques externos dentro de um sistema financeiro internacional instável. Carcanholo (2004b) destaca:

> As respostas do capitalismo para tentar recuperar-se da crise nos últimos 30 anos impuseram aos países da periferia da economia mundial um acirramento da dependência. A única possibilidade de desenvolvimento capitalista periférico parte da superexploração da força de trabalho como forma de elevar as taxas internas de mais-valia. Dependendo

[90] "*Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfuncionalidade do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital*" (CARCANHOLO, 2004b).

> da forma como for apropriada essa maior massa de mais-valia, o capitalismo periférico pode assumir uma dinâmica de acumulação travada ou "virtuosa".

É sob esta mesma ótica que Souza e Cardeal (2006) destacam como esse movimento de acentuação da lógica própria do capital não só reforça seu efeito perverso na periferia, mas também transborda suas fronteiras e se acentua, permitindo a percepção de seus efeitos também no centro do sistema do capital. É nesse momento que se intensifica a defesa da desregulamentação do mercado de trabalho, especialmente nas economias periféricas.

O mínimo de legislação trabalhista que chegou a existir é posto como algo que prejudicaria a rentabilidade e a competitividade das empresas (o "custo do trabalho"). O movimento de rebaixamento de salários, garantias e condições de trabalho sempre foi bem mais acentuado na periferia capitalista que, historicamente, apresenta uma média salarial bem rebaixada se comparada aos países centrais, além de nunca ter chegado perto das conquistas dos trabalhadores daqueles países.

Contudo, essa tendência dos países subdesenvolvidos passa também a ser "exportada" para os países centrais. Nos Estados Unidos, por exemplo, vêm ocorrendo ondas de demissão em massa nas montadoras de automóveis e na Europa há (por parte dos países em particular, e também da própria União Européia de modo geral) um movimento de ofensiva às proteções sociais, como aos regimes de previdência, desencadeando ondas de greves nestes países.

Dando continuidade e reforçando as características já apontadas nas seções anteriores, o imperialismo de hoje ainda tem como características a redução nas taxas de investimento e uma modificação no papel da política monetária.

4.3.1 – Imperialismo, globalização e neoliberalismo

A partir das análises já feitas ao longo deste trabalho, pode-se, agora, retornar ao fato de que, ao se analisar a economia mundial na contemporaneidade, é certo se deparar com afirmações que tomam como equivalentes mundialização (ou globalização) e neoliberalismo. Isso poderia levar um observador menos avisado a pensar que o capitalismo contemporâneo tenha readquirido características progressistas do capitalismo e do liberalismo do século XIX.

Entretanto, o fato é que o imperialismo estabeleceu os mecanismos de desregulamentação para tentar se adaptar às condições da produção e de realização da mais-valia às necessidades de rentabilidade do capital financeiro, em uma situação de deterioração

do mercado mundial. Cada vez mais o imperialismo age em proveito próprio, em função da lógica da oligarquia financeira.

Os altos níveis dos juros básicos dos bancos centrais causam uma profunda mudança nas condições de formação da rentabilidade do capital. O imperialismo não busca "somente" comprimir os salários, mas também novas condições globais de rentabilidade. O aumento da taxa de juros é a "arma" para criar "o exército de desempregados" que o imperialismo necessita para desregulamentar a situação dos trabalhadores, para selecionar os investimentos mais lucrativos, para destruir, a milhares, as empresas menores e os artesanatos cujas atividades não têm o nível de rentabilidade que o imperialismo requer para a valorização do capital, para destruir tudo o que julga improdutivo (os serviços públicos, os sistemas de educação e saúde, a ordenação territorial), colocando em xeque o marco nacional de existência dos Estados. É uma arma, também, para reestruturar o interior das empresas, eliminar os setores "improdutivos", desqualificar o trabalho assalariado, precarizar, rebaixar o "custo do trabalho".

A atual ofensiva de decomposição e reestruturação do marco estatal se soma à ofensiva lançada pelo capital norte-americano para tentar superar sua crise de rentabilidade. Para cumprir esse propósito, forja-se uma ideologia (que também engloba um conjunto de políticas) – que é chamada por alguns de "neoliberal" – na qual a idéia central é a de que a organização da sociedade se baseia no direito dos investidores. Seria uma sociedade de "produtores" e "consumidores" que substituirá a sociedade baseada nos princípios da democracia representativa, cujas atividades e membros estariam diretamente subordinados aos capitalistas e suas necessidades (expressas através de formas de organização cada vez mais mafiosas), na qual os trabalhadores aceitariam pacatos as condições de trabalho e os salários, o desemprego e a precarização, determinados pelas empresas. Seria uma sociedade em que as funções como a educação, a religião, a cultura e os esportes estariam privatizadas e convertidas em novos mercados, sem responsabilidade e subvenções públicas.

O desmantelamento de cada mercado nacional se dá através da regionalização[91] ou da mundialização[92], e esses movimentos resultam na desestruturação de parte do aparato social e econômico que unifica os sistemas institucionais dos Estados burgueses. Os juros são o instrumento das intervenções do imperialismo a fim de modificar, da forma como possa, a

---

[91] Hoje proliferam, mesmo dentre ditas correntes de esquerda, discussões que tomam o desenvolvimento, o enfretamento das condições de pobreza, que defendem que as possibilidades de modificação estrutural estariam não no marco mundial, ou mesmo nacional, e sim relegadas às micro-regiões. Estas são algumas das chamadas teorias do desenvolvimento regional.

[92] Aqui no sentido de transferir as decisões para as instituições multilaterais, o que na prática vêm se mostrando como transferir estas decisões para os interesses da oligarquia financeira.

repartição da riqueza produzida em benefício do capital. Qualquer indício de alta de salários é respondido rapidamente e, se possível, invalidado mediante uma alta dos juros por parte dos bancos centrais e dos mercados, a fim de obrigar as empresas a "controlar" os salários, na medida em que correm o risco de perder seus recursos financeiros e entrar em um processo de desaparecimento. Os bancos centrais e os mercados financeiros, mediante o manejo dos juros, buscam impor uma coação global, que expressa o nível geral das necessidades do imperialismo, ao que se deve adicionar as condições particulares da luta de classes em cada empresa.

O capital financeiro impõe uma verdadeira seleção entre os capitais. Estabelecem-se requisitos mínimos de rentabilidade que para, serem atingidos, é necessário um aumento crescente da produtividade do trabalho. Daí, pode-se perceber um processo permanente de eliminação dos capitais menos rentáveis, o que não resolve nada de forma duradoura, mas esboça algumas perspectivas de recuperação das taxas de rentabilidade sobre as quais se desenvolvem enormes "bolhas" especulativas. Essa busca pela rentabilidade dá certo fôlego ao capitalismo, que corre o risco de ser novamente colocado em xeque através de uma "escassez" de mais-valia. Durante o século XIX os excessos da acumulação de capital favoreciam (anteriormente à crise de superprodução) a aceleração especulativa. Atualmente, a explosão da especulação traduz a tendência a desacumulação de capital produtivo.

> As teorias neoliberais, esta "novilíngua" levantada por uma centúria de economistas como Hayek e Milton Friedman, não estão na origem da ofensiva que conhecemos há mais de 30 anos contra o valor da força de trabalho. Eles deram um caução ideológico ao movimento. O ponto de partida destas políticas deve-se procurar nas contradições mortais do sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção e da decomposição que causa à humanidade (CISE, 2006:151).

Ao contrário do que parece sugerir o termo neoliberalismo, na atualidade o que se tem não é menos intervenção dos Estados e das instituições multilaterais no "livre jogo do mercado". Cada dia cresce mais o papel das políticas do FMI, do Banco Mundial, da União Européia, e de outras instituições sobre os mercados nacionais, "abrindo" e "liberalizando" as economias, fazendo com que, inclusive áreas antes protegidas pelos setores públicos nacionais, sejam privatizadas, apropriadas pelas multinacionais. O que se pode perceber, também, é que o Estado Nacional, principalmente para as nações imperialistas, desempenha ainda papéis de extrema relevância para a defesa de suas economias, grandes multinacionais e instituições financeiras. Segundo Chesnais:

> Sem a ajuda ativa dos Estados, os grupos industriais transnacionais e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi

> dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas[93]. A apresentação política dessas novas medidas exigiu a alteração do termo "reforma", palavra hoje despojada de seu sentido original. Foi preciso igualmente que tratados muitos importantes fossem elaborados e ratificados – para citar apenas os mais marcantes, o tratado de Maastricht, o "consenso de Washington", o acordo do livre-comércio norte-americano, o tratado de Marrakech de 1994 instituindo a Organização Mundial do Comércio (CHESNAIS, 2001:11).

Efetivamente, trata-se da política do mais forte: em nome da livre concorrência colocam-se desiguais como iguais. As desregulamentações, as privatizações e os acordos "multilaterais" têm como objetivo dar plenos poderes às multinacionais e rebaixar os custos de produção, e dentre estes, o que os capitalistas consideram o mais compressível, o custo do trabalho.

> Enquanto a globalização segue seu curso, os países centrais procuram reorganizar-se para uma nova partilha econômica do mundo, semelhante ao que ocorreu por ocasião da segunda grande mudança no capitalismo. [...] Não se trata mais de ocupar os países e transformá-los em colônias como no passado, mas de dominá-los mediante os próprios instrumentos criados pelos países centrais, como o FMI e o Banco Mundial. [...] a desregulamentação da economia, as privatizações e a ofensiva contra direitos e garantias dos trabalhadores são propagandeados como reformas estruturais, o corte nos gastos públicos, o aperto no crédito e a retirada do Estado da economia, são vistos como ajustes estruturais e a própria palavra liberdade, tão cara às forças de esquerda, especialmente da América Latina, é manipulada para servir aos interesses do capital. Até mesmo invasões militares de países soberanos, como ocorreu recentemente com a Iugoslávia, são realizadas em nome dos direitos humanos e da democracia (COSTA, 2000).

Na atualidade, o aumento da mais-valia é buscado através da rentabilização dos capitais, o que implica em uma eliminação constante de capitais obsoletos, tecnológica e produtivamente "superados" (inclusive pela substituição por novos produtos, como ocorre com a informática), implicando também em um processo permanente de reestruturação e recomposição dos capitais.

É esse processo que garante as condições da gigantesca acumulação de capitais especulativos. Esse incremento de lucratividade não tem como origem uma reprodução do crescimento do capital[94]. O livre-comércio, a flexibilidade, e as privatizações não respondem apenas à aplicação de uma doutrina, mas às "necessidades" fundamentais do capital de superexplorar a classe trabalhadora, de desestruturar os Estados (suas regulamentações), para que possa ter liberdade de explorar, expropriar mais-valia das mais diversas formas possíveis.

Acarretaria em um grande erro tomar o discurso (a aparência) como a realidade (as medidas tomadas). Oficialmente, o discurso da mudança de trajetória do capitalismo toma como base: menos Estado, menos inflação; prioridade para as empresas, aos lucros e aos

---

[93] "*(...) la utilización de recursos extraeconómicos* [la presión diplomática y militar] *se deriva precisamente de que hay por detrás una base económica que la hace posible*" (MARINI, 1973:31). Rodapé meu.

[94] O que será tratado na próxima seção deste trabalho.

acionistas; prioridade aos consumidores; livre concorrência e mercado. Entretanto, o que ocorre é a continuidade da interferência dos Estados, sob a perspectiva dos interesses especulativos, mesmo que isso implique na defesa da desregulamentação das instituições e estruturas do próprio Estado. Outro fator, que é a concorrência, dá-se com a capacidade de cada economia nacional, sob a pressão dos mercados financeiros, de proporcionar às multinacionais maiores vantagens, em um mercado cada vez mais aberto, à especulação e aos interesses imperialistas. Guerra de preços e de fragmentos de mercados, demissões em massa, debilidade de investimentos (que é um componente importante da atividade econômica global), falência e desaparecimentos de milhares de micro e pequenas empresas, de artesãos e autônomos são os efeitos das políticas monetárias restritivas, recomendadas e aplicadas pelo imperialismo na luta contra a inflação, através da elevação das taxas de juros e dos processos de abertura comercial e financeira.

As características dessa "política" são as exigências feitas pelos organismos multilaterais do capitalismo financeiro: flexibilidade da mão-de-obra, baixos custos do trabalho, custos sociais mínimos, mínimo de impostos aos capitais (mas máximo aos assalariados, especialmente os impostos indiretos sobre o consumo), mínimo de gastos públicos, ausência de barreiras alfandegárias e taxas sobre as transações, privatização dos serviços públicos, estabilidade de preços, a não imposição de restrições ambientais, dentre outras. Para que a política, em especial a política monetária, possa ser crescentemente uma arma a serviço exclusivo do capital, e na fase atual, do capital financeiro, torna-se funcional que o imperialismo tenha como missão desestruturar os Estados Nacionais. Assim, dentre outras medidas, a propaganda imperial difunde a "necessidade" de independência dos bancos centrais.

Cada vez mais despojados das funções e das instituições constituídas na fase ascendente do capital e das instituições impostas através da luta de classes, os Estados são, de forma crescente, reestruturados como instrumentos subsidiários das instituições do capital ao serviço dos mercados financeiros. Estes acabam não se opondo apenas à classe trabalhadora, mas também a determinados setores do capital "produtivo".

4.3.2 – A queda da taxa de investimentos

O que pode ser percebido nessas últimas décadas marcadas pela especulação é um crescimento gigantesco dos capitais produtivos que são "engolidos" por este movimento. Ao observarmos um indicador importante que trata da parte dos capitais que é destinada à produção (ao investimento) e à formação bruta de capital fixo, pode-se perceber que há uma tendência à queda do investimento ao longo das últimas décadas, o que pode ser verificado através do *Gráfico 1.3* (capítulo 1). A proporção da formação bruta de capital fixo em relação ao PIB mundial decresce de 23% em 1970 para 20,4% em 2003. Ao se observar a zona do Euro esse indicador decresce de 26,1% em 1971 para 19,8% em 2004; os números do Japão são ainda mais drásticos de 26% em 1970 a formação bruta de capital fixo abaixa para 23,9% em 2003[95].

Os dados da economia mundial parecem sugerir esse movimento como uma tendência atual do capitalismo. Isso não significa que todas as empresas, de todos os países, em todos os setores, ao mesmo tempo, renunciem em investir. Esse movimento é uma tendência e é próprio do capitalismo (em todas as suas fases) que se expressem, de diversas formas, tendências contraditórias (tendências e contra-tendências), entre setores industriais e entre regiões do mundo e países.

Para se analisar as informações e as tendências da economia mundial, é importante se ter em conta que, grande parte da produção se encontra nos países centrais, em contrapartida com a minoria de população. Para ilustrar este fato, podem-se tomar os dados de 2003, ano em que 77% do Produto Interno Bruto (US$ 35.562 bi) e 74% da formação bruta de capital fixo (US$ 5.645 bi) estavam nos países de OCDE, enquanto estes países detinham apenas 14% da população mundial (0,92 bi) [96]. Daí, depreende-se que, quando globalmente os países da OCDE perdem 1% de sua formação bruta de capital fixo, é necessário que o conjunto dos demais países cresça três vezes mais para recuperar essa perda.

Através da tabela abaixo, percebe-se que a taxa de investimento diminui nos países de renda elevada (que representam 74% da inversão em capital fixo mundial) e aumenta nos países de renda baixa e média. Entretanto, mesmo com a China e a Índia contrariando a tendência mais geral dos países de rendas baixa e média, apresentam uma redução na taxa média anual de crescimento de suas inversões em capital fixo. Ou seja, enquanto alguns países periféricos apresentaram um crescimento mais elevado de seus investimentos, outros

[95] Dados retirados do Banco Mundial - WDI (2006).

[96] Dados em valores correntes, retirados do Banco Mundial - WDI (2006). Como um efeito comparativo, que permite perceber que continua havendo centralização da riqueza nos países centrais, observa-se que estas proporções não são muito diferentes dos valores de 1970 onde 76% do Produto Nacional Bruto (US$ 2.208 bi), e 77% da formação bruta de capital fixo (US$ 501 bi) estavam nos países de OCDE enquanto estes países detinham apenas 19,8% da população mundial (0,73 bi).

tiveram quedas, de modo que, conjuntamente, o resultado foi um aumento de 3% na proporção dos investimentos em capital fixo em relação ao PIB, enquanto o crescimento dessas inversões diminuiu seu ritmo anual de crescimento. Os dados para alguns países periféricos importantes podem ser vistos na tabela seguinte.

Tabela 4.5:
Formação Bruta de Capital Fixo

	US$ bi	**% do PIB**		**Crescimento médio anual**	
		2003	***1970***	***1990 - 2003***	***1970 - 1990***
Países de Baixa Renda	2.36	22	14	5,78	4,28
Países de Baixa e Média Renda	7.145	23	20	3,91	4,09
Países de Renda Elevada	29.693	20	24	2,4	3,5
China	619	38	24	13,66	9,28
Índia	137	23	14	6,8	5,19

Fonte: Elaboração própria com base em dados e agrupamentos do Banco Mundial - WDI (2006).

Tabela 4.6:
Crescimento médio anual da Formação Bruta de Capital Fixo

	1970-1980	**1980-1990**	**1990-2000**	**2000-2003**
Corea do Sul	12,84	10,5	7,04	5,65
Hong Kong	13,08	5,59	5,89	2,5
Indonesia	-	9,78	5,04	7,24
Brasil	9,97	-0,53	1,58	0,02
México	8,81	1,41	7,14	1,36
Venezuela	6,19	-4,83	11,15	-9,6
África do Sul	5,79	0,44	1,78	5,11

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial - WDI (2006).

A partir dessas observações, pode-se traçar um quadro da situação global. Na *tabela 4.7*, foram levantados os valores das inversões em capital fixo para o ano de 2003 e foi feita uma simulação de quanto seriam estes valores se a porcentagem do PIB destinada à formação bruta de capital fixo, em cada um destes grupos, fosse a mesma de 1970, para que pudesse ser comparado o volume da perda mundial com a diminuição desse investimento por parte dos países centrais, em contrapartida com o seu crescimento em parte dos periféricos, em especial a China.

Entretanto, com 37,4% da população mundial, juntas China e Índia realizaram apenas 9,95% da inversão em capital fixo no ano de 2003, de modo que o resultado global é uma queda gigantesca no nível de investimento (como pode ser visto na tabela abaixo). Mesmo se forem descontados os "ganhos" dos países periféricos (inclusas China e Índia), o resultado global é uma "redução" desses investimentos em nível global, que equivale a quase totalidade de todos os países do mundo, excetuando-se os classificados pelo Banco Mundial como sendo

de "renda elevada", ou uma perda de quase nove vezes toda a formação bruta de capital fixo da China.

Tabela 4.7:
Formação Bruta de Capital Fixo - Situação Mundial (US$ bi)

	I. 2003	II. Valor se % sobre o PIB fosse a mesma de 1970	I - II
Países de Baixa e Média Renda*	6.389	5.555	833
Índia	137	83	54
China	619	390	228
		Subtotal:	*1.115*
Países de Renda Elevada	29.693	35.631	-5.939
Total	**36.838**	**42.393**	**-5.526**

* retirada a parte correspondente a Índia e China
Fonte: Elaboração própria com base em dados e agrupamentos do Banco Mundial - WDI (2006).

O que acontece é que apenas reduzido grupo de países se beneficia em virtude da constante movimentação de capitais em busca de maior lucratividade. Aponta-se uma tendência à redução das taxas de investimento produtivo, o que se percebe através da queda da relação entre a *formação bruta de capital fixo* e o PIB, principalmente nos países do centro capitalista. O imperialismo é marcado, hoje, por uma tendência à desacumulação produtiva. Mesmo que se propagandeie o desenvolvimento de um novo capitalismo "emergente", com "aroma" chinês, coreano ou de outros lugares, o efeito destes países para o conjunto da economia não pode contrariar a lógica do sistema, pois apenas atenua temporariamente suas conseqüências.

4.4 – A complexidade da estrutura do capitalismo contemporâneo

A contemporaneidade nos apresenta um modo de produção hegemônico em escala mundial, o sistema marcado pela propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo. Sistema este que ainda busca respostas para a sua condição inerente de crises cíclicas, como já foi observado ao longo deste trabalho. A tentativa de "solucionar" a crise que se manifestou a partir do final da década de 1960 caracteriza a contemporaneidade.

Entretanto, como se pode perceber, o único "sucesso" alcançado foi permitir a retomada das taxas de lucratividade do capital, pois como destacam vários autores, em

consonância com as leis de desenvolvimento desse sistema percebidas por Marx, o que se verifica é um aprofundamento da tendência à barbárie.

A realidade de nações ricas explorando nações pobres presente no imperialismo do início do século passado ainda existe. Os países periféricos ainda são importantes para sustentar os "desenvolvidos", entretanto, muitas das tendências e características que naquela época eram quase que exclusivas da periferia agora estão presentes, também, no centro[97].

É nesse contexto que implodem, em todo planeta, revoltas, manifestações, em especial na América Latina, onde a população vem, de certa forma, conseguindo impor algumas conquistas, vitórias sobre a burguesia nacional e internacional. É dessa forma que, por exemplo, vem se estatizando os hidrocarbonetos na Bolívia, intensificando-se o caráter público do controle do petróleo e a reforma agrária na Venezuela, e ocorrendo greves estudantis no Chile. É também dentro desse movimento que se insere o movimento que conseguiu, na França e na Holanda, através de plebiscito popular, a não adesão à Constituição Européia, e ao movimento na França que impediu a aplicação da lei do primeiro emprego[98].

Ao se observar a economia mundial da forma como vem se apresentando, o que se percebe é que o capitalismo (imperialismo) se manifesta sob formas cada vez mais complexas. As tendências e contradições inerentes ao sistema capitalista, e que já se apresentavam com novos contornos e maior intensidade na época em que escrevem os autores clássicos do imperialismo, apresentam-se em um sistema e uma economia mundial ainda mais complexos. A evolução das comunicações, da informática, da tecnologia de forma mais geral, possibilitam a expansão do capitalismo de formas que eram tidas como impossíveis no princípio do século passado.

Como aponta Ceceña (2004:112-113), o mundo contemporâneo tem dado demonstrações reiteradas da sua enorme complexidade. Essa autora afirma que as invasões do Afeganistão e do Iraque seriam sinais eloqüentes da força que representam valores não-mensuráveis como a cultura, a memória histórica, a religião e até o clima, para definir comportamentos coletivos. Segundo a autora, a força da economia e a superioridade tecnológico-militar não seriam suficientes para garantir resultados em empreendimentos dessas dimensões, mesmo sendo estas as principais ferramentas de dominação. Guerra e hegemonia não se garantem apenas econômica e tecnologicamente.

> Se por hegemonia entendemos a capacidade de universalizar a própria concepção do mundo – segundo Gramsci – é evidente que a aceitação da liderança deve sustentar-se no

[97] Intensificam-se as pressões contra os trabalhadores e suas conquistas nos países do centro do capitalismo (os imperialistas), também nestes países, intensifica-se a superexploração do trabalho.
[98] Lei que modificava as regras do mercado de trabalho, tentando possibilitar a demissão sem justa causa.

> convencimento de que, pelo menos, não há alternativa possível a ela. [...] A construção da hegemonia está mediada por uma materialidade que é a essência objetiva das relações de poder e de dominação (CECEÑA, 2004:113).

Dessa forma, a dominação econômica e cultural atinge patamares inéditos e as inter-relações, seja entre os países do centro capitalista, seja destes com a periferia, são marcados por novos elementos. Faz-se necessário, então, ter atenção especial para aspectos como a hegemonia americana e o papel das periferias.

4.4.1 – O imperialismo hegemônico

Uma característica importante da dominação imperialista é a discussão sobre a potência hegemônica. Ao mesmo tempo em que a dominação dos EUA durante o decorrer do século XX parece ser absoluta, há aqueles que indicam, por exemplo, a União Européia como sendo um bloco capaz de contrariar tal hegemonia.

A análise feita por Lênin, a princípios do século passado, demonstrava seis principais países no palco central da economia mundial. Três de capitalismo mais jovem e em ascensão (EUA, Alemanha e Japão), dois dos velhos países capitalistas (Inglaterra e França) se desenvolvendo mais lentamente e um país mais atrasado economicamente, em que o capitalismo moderno ainda estaria envolto por uma rede de relações pré-capitalistas (Rússia).

Olhando-se a história pode-se perceber que na Rússia, uma combinação de fatores alimentou um desenvolvimento desigual e combinado, que teve como fruto o processo revolucionário de 1917[99]. Os "velhos países capitalistas" continuam envelhecendo do ponto de vista capitalista, chegando a serem imperialismos secundários, submetidos às exigências do imperialismo americano. Os "jovens Estados capitalistas" se enfrentaram nos dois terríveis conflitos mundiais, através dos quais os Estados Unidos asseguraram sua supremacia, rompendo toda a ameaça séria de concorrência.

O advento da fase imperialista não significa que se unifiquem os ritmos de desenvolvimento dos diferentes países. É justamente o contrário. A dominação dos *trusts* reforça as diferenças entre os ritmos de desenvolvimento dos diversos elementos da economia

[99] A Rússia enfrentou depois trágicas conseqüências do isolamento da revolução, em um país economicamente mais "atrasado". Hoje, após a "restauração" capitalista, este país enfrenta as conseqüências da hegemonia financeira e é reflexo da senilidade do sistema, tendo a sua antiga burocracia estatal transformado-se em verdadeira máfia.

mundial, ao mesmo tempo em que se insere a tendência geral de uma hiper-concentração monopolista.

A dominação dos países indicados por Lênin continua. A tríade (EUA, Japão, UE) controla grande maioria das principais empresas mundiais, sejam estas financeiras ou não, detém a maior parte dos estoques internacionais de investimento e do volume de negócios realizados[100].

Para uma tentativa de interpretação, Mandel (1982:232-234) apresenta três possíveis desdobramentos para as relações entre a centralização internacional do capital e o Estado burguês, que, por sua vez, resultariam em três possíveis estruturas internacionais do sistema político metropolitano do imperialismo. O modelo do superimperialismo, do ultra-imperialismo e o da concorrência interimperialista contínua.

A primeira delas, o superimperialismo, trata-se de um modelo no qual um único poder imperialista exerce hegemonia tal que os outros poderes imperialistas perdem toda independência real. Nesse estágio, o *status* desses países cai a ponto de se igualar ao de pequenos poderes semicoloniais. Para Mandel (1982:233), a longo prazo, esse processo não pode apoiar-se apenas na supremacia militar do poder superimperialista – um predomínio que só poderia ser exercido pelo imperialismo norte-americano –, mas "*deve voltar-se para a propriedade e o controle diretos das regiões produtivas e das concentrações de capital mais importantes, dos bancos e de outras instituições financeiras de outros lugares*". Sem esse controle direto, ou seja, sem o poder imediato de dispor de capital, não há garantias que assegurem o fato de que, a longo prazo, a lei do desenvolvimento desigual não se altere outra vez a tal ponto que a relação de forças econômicas entre os principais Estados capitalistas, prejudique a supremacia militar do maior poder imperialista.

Outra possibilidade seria o modelo do ultra-imperialismo. Nesse modelo, a fusão internacional do capital chega a um estágio tão avançado, que desaparecem todas as diferenças críticas entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de diversas nacionalidades. Nesse estágio,

> [...] todos os capitalistas importantes espalharam a propriedade de seu capital, a produção e a realização de mais-valia, bem como a acumulação de capital (novos investimentos) de forma tão eqüitativa pelos vários países e pelas várias partes do mundo que se tornam completamente indiferentes à conjuntura particular, o processo particular da luta de classes e às peculiaridades "nacionais" do desenvolvimento político de qualquer país (MANDEL, 1982:234).

[100] Pode-se verificar alguns destes dados no primeiro capitulo deste trabalho.

Nessa eventualidade, a concorrência finalmente se libertaria do Estado nacional, seu ponto de partida, restando apenas a concorrência interimperialista propriamente. É claro para Mandel que, neste caso, o Estado imperialista não "definharia", só desapareceria o seu papel de instrumento da concorrência interimperialista, ou seja, seu papel de arma central de defesa dos interesses comuns de todos os proprietários imperialistas do capital. Seja contra a ameaça de crises econômicas, contra a insurreição do proletariado nos países imperialistas, contra a revolta dos povos colonizados e contra o poder dos Estados não imperialistas. Apenas esse Estado não seria mais um Estado nacional imperialista, mas um "Estado mundial" supranacional imperialista.

Por último, Mandel refere-se a um modelo de concorrência interimperialista contínua, sob novas formas históricas. Para Mandel, esse modelo se caracterizaria pelo fato de que, embora a fusão internacional de capital tenha sido suficiente para substituir grande número de grandes forças imperialistas dependentes por pequeno número de superpoderes imperialistas, a força contrária do desenvolvimento desigual do capital impediria a formação de uma verdadeira comunidade global de interesses capitalistas, o modelo do ultra-imperialismo. É justamente pelo fato da fusão de capital se dar a nível continental que, desse modo, a concorrência imperialista intercontinental se intensifica ainda muito mais.

> A novidade da moderna concorrência intercapitalista, em comparação com o imperialismo clássico que Lênin analisou, consiste em primeiro lugar no fato de que apenas três forças mundiais se confrontam na economia imperialista internacional, quais sejam, o imperialismo norte-americano (que controla grande parte do Canadá e da Austrália [hoje também do México e outras regiões]) o imperialismo japonês e o imperialismo europeu ocidental (MANDEL, 1982:234).

Para Mandel, seria o desenvolvimento posterior do imperialismo japonês, seja em direção à independência, seja em direção à fusão com grandes empresas norte-americanas, que provavelmente decidiria essa concorrência. Em segundo lugar, há o fato de que, na atual conjuntura sócio-política de todo o mundo, que é basicamente desfavorável ao capital, as guerras mundiais interimperialistas tornam-se extremamente improváveis, se não impossíveis. Entretanto, isso não exclui, na verdade, as guerras locais interimperialistas (por procuração), as novas guerras coloniais de pilhagem, nem as guerras anti-revolucionárias contra os movimentos de libertação nacional.

Com relação a essas tendências de constituição de um modelo de sociedade capitalista, a hipótese apontada por Mandel como a mais viável é algo que se aproximaria de um "*modelo de concorrência interimperialista contínua*". Isso se justificaria ao se analisar que em nível mundial, a concorrência EUA-Japão-Europa Ocidental (UE), e mais fortemente EUA-UE,

vem se intensificando e ainda mais evidentemente com a consolidação da União Européia, inclusive com moeda e Banco Central único.

Entretanto, o que se percebe hoje é uma potência com capacidade de hegemonia que se mostra como única na história, que concentra substancialmente o poder de decisão dos ditos organismos multilaterais. Ocorre que, ao invés de existir um enfraquecimento da hegemonia do Estado Nacional americano, essa vem se transformando, de tal forma que esse Estado exerce seu poder através dos órgãos multilaterais quando é conveniente[101], e quando não o é, ele os desrespeita.

> Em linhas gerais, observa-se claramente que o novo papel das instituições "supranacionais" viabiliza a instrumentalização do novo processo integrativo do capital dos espaços mundiais, conformando um processo de centralização capitalista acelerada, ampliando a concentração do poder econômico e político num espaço restrito, qual seja, o Estado-nação norte-americano. Desta forma, o Leviatã não está se enfraquecendo; o que existe, na verdade, é a subsunção, via coerção, do Leviatã estatal americano sobre os demais Estados nacionais. As agências "supranacionais" vêm funcionalizando, com relevante destaque, a nova configuração de poder interestatal de reforçamento do poder americano (BALANCO, et al, 2004:15).

Pode-se verificar que, apesar do fortalecimento da Europa do Euro, e mesmo do surgimento da China como candidata a potência mundial, são os Estados Unidos que ocupam a cadeira de grande potência imperialista na atual conjuntura mundial. Essa hegemonia não é exatamente equivalente ao que Mandel chama de modelo do superimperialismo, mas se afasta, de certa forma, também do que ele chamou de "*modelo de concorrência interimperialista contínua*", de maneira que poderia ser classificada como sendo algo intermediário a estas duas análises, todavia mais próximo do modelo de superimperialismo[102].

Ocorre, hoje, uma preponderância dos Estados Unidos. É através de todos os acordos e das instituições internacionais, mas também através da manipulação das moedas, que o imperialismo americano dita suas leis em escala internacional. Com a quebra do padrão

---

[101] "*Os governos de todos os países onde o capital financeiro é desenvolvido estão comprometidos com os Estados Unidos. Todas as iniciativas que eles tomaram no FMI, no Banco Mundial, na OCDE, no GATT e, mais tarde, na Organização Mundial do Comércio, foram apoiadas e revezadas na Europa pelo Reino Unido e setores importantes da Comissão Européia. Ultimamente, não é deles que veio o projeto da 'Rodada do Milênio' na OMC, mas da União Européia. Foram, antes de tudo, setores antagônicos da sociedade americana que atacaram frontalmente Seattle. A mundialização contemporânea não é 'americana'. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida*" (CHESNAIS, 2001:15-16).

[102] Esta análise se diferencia um pouco da análise efetuada por outros autores que por sua vez estaria mais próxima da análise do próprio Mandel. "*A formação da União Européia e o fortalecimento da China mostram que o sistema internacional está transitando para uma nova ordem, com vários centros de poder. O espaço econômico da União Européia rivaliza em tamanho com o dos Estados Unidos, e o euro ameaça a disputar, no mundo, a primazia com o dólar. As economias do Leste da Ásia, por sua vez, crescem muito rapidamente e formam uma área cada vez mais integrada, com o Estado chinês cumprindo um papel regional cada vez mais relevante. Nos três principais continentes – a América do Norte, a Europa e a Ásia – surgem megaestados regionais, comandando grandes economias, com larga base territorial e populacional*" (BENJAMIN & RIBEIRO, 2004:14).

ouro[103], os Estados Unidos constituíram o privilégio exorbitante de controlar os parâmetros da economia de todos os países, em escala mundial, em função das necessidades do capital financeiro americano.

Ao obrigar os imperialismos competidores a implementar as políticas destrutivas (chamadas de anti-inflacionistas) e abandonar as políticas protecionistas, o imperialismo americano força, cada vez mais, os Estados a se submeterem ao mercado financeiro. As instituições multilaterais intervêm como instrumento das necessidades do imperialismo americano para obrigar os Estados a privatizar, reduzir impostos e captar recursos nos mercados financeiros.

Na realidade, o capital financeiro não busca apenas reestruturar a produção para que esta tenha maior rentabilidade. Antes de tudo, busca favorecer, com a livre circulação de capitais, a dominação do capitalismo norte-americano sobre os demais capitalismos através do crescente controle das fontes de mais-valia. Pretende, assim, ampliar o campo da especulação para a massa crescente de capitais, que, cada vez mais, encontram menos possibilidades de se valorizarem em investimentos produtivos.

Hoje, a própria situação do imperialismo americano concentra todas as contradições do regime de propriedade privada dos meios de produção[104]. O capital financeiro só pode manter sua dominação com a condição, por uma parte, de fortalecer todos os mecanismos artificiais que impulsionam a economia, em particular mediante a dívida externa norte-americana amplamente financiada pelos capitalismos competidores e pela própria classe trabalhadora norte-americana e, por outra parte, com a condição de impor medidas de desregulamentação que buscam penetrar, a todo custo, nos mercados estrangeiros, substituir o capitalismo financeiro competidor dos outros países, deslocando, dessa forma, o mercado mundial (o que tende a repercutir na economia norte-americana, que só pode se "libertar" acentuando a pressão sobre os demais países e sobre a classe trabalhadora interna).

Perceber que os setores da classe capitalista norte-americana concentram as contradições da sobrevivência do regime da propriedade privada dos meios de produção implica perceber, também, que mais do que nunca não se pode falar de um superimperialismo capaz de superar e regular as contradições de minam a própria sobrevivência do regime baseado na expropriação da mais-valia. Não há superimperialismo, apenas o capitalismo mais

---

[103] Transformação da moeda americana em equivalente geral, dando a esse país o poder de ser o "Banco Central do Mundo".

[104] Para Ceceña (2004:126) "*apesar da potencialidade de algumas regiões do mundo, como a asiática (China e Índia principalmente), a européia ou a muçulmana, a reestruturação e a definição das estratégias dos Estados Unidos parecem indicar que o seu declínio como país hegemônico terá de coincidir com o do sistema em seu conjunto*".

poderoso, imerso em um processo de desagregação. Não há possibilidade de assentar o seu domínio sobre a base da estabilização da economia mundial, nem mesmo da norte-americana. No próprio seio do capital financeiro, há interesses conflitantes e há setores que lutam entre si. Todos enfrentam a contradição fundamental do regime de propriedade privada dos meios de produção, que, para sobreviver, deve golpear a classe trabalhadora destruindo a própria fonte geradora de mais-valia. Processo que também se intensifica através das crises de superprodução. Mesmo para o imperialismo mais poderoso, essa contradição está presente e coloca em xeque a prosperidade deste sistema.

Seguindo a interpretação já realizada por Caputo e Pizarro em 1970 (CAPUTO & PIZARRO, 1970:301-302), pode-se concluir a esse respeito que, ainda hoje, o que caracteriza o sistema capitalista mundial é uma situação de predomínio dos Estados Unidos de tal magnitude que este país não tem nenhum competidor significativo. Entretanto, isso não significa que se esteja vivendo um período de superimperialismo de uma grande potência, pois isso não contemplaria uma série de contradições essenciais que se tornam mais agudas com o desenvolvimento do capitalismo.

Esses autores destacam que o que se tem é um processo de integração do sistema capitalista mundial sobre a hegemonia norte-americana, que, longe de arrefecer as contradições, torna-as maiores ao mesmo tempo em que cria novas contradições. A contradição entre a socialização da produção e o caráter privado da apropriação se manifesta no interior e no exterior dos Estados Unidos, e as contradições entre as burguesias dos países imperialistas só se tornam menores quando o interesse é defender o sistema diante de uma alternativa revolucionária.

4.4.2 – A funcionalidade da periferia

Entender a economia capitalista mundial inclui a necessidade de reservar especial atenção às economias periféricas. Partindo da análise feita no terceiro capítulo deste trabalho, esses países se inserem na dinâmica capitalista mundial, munidos de funcionalidade própria e ocupando um lugar fundamental para o "funcionamento" do sistema.

Caputo e Pizarro (1970:233) afirmam que a estruturação da economia mundial permite retomar alguns aspectos teóricos e metodológicos dos clássicos para enfrentar a problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para isso, deve-se entender desenvolvimento e

subdesenvolvimento dentro de uma economia mundial cujas tendências centrais de desenvolvimento condicionam e limitam as possibilidades de desenvolvimento das economias dependentes. Mecanismo que os autores advertem estar radicalmente em choque com a teoria ortodoxa do comércio internacional, que não reconhece a constituição de uma economia mundial como fenômeno concreto e entende os países como unidades econômicas independentes que estabelecem relações de comércio apenas se forem convenientes, podendo optar por não participar das relações econômicas internacionais.

> El enfoque marxista entiende el surgimiento de las economía mundial como resultado del desarrollo del capitalismo en algunos países de sistema, en que el desarrollo de las fuerzas productivas y el desarrollo sectorial generan la necesidad de expansión económica fuera de las fronteras capitalistas que configura los marcos posibles de desarrollo de los países que forman parte de ella (CAPUTO & PIZARRO, 1970:233).

A funcionalidade da periferia assume especial relevância ao se tomar a afirmação de que, como aponta Carcanholo (2004b), quanto maior o excedente gerado via aumento da taxa de mais-valia (obtido através da ampliação da superexploração da força de trabalho), maiores são as condições de acumulação acelerada do capital.

Esse autor destaca, entretanto, que quando a lógica de apropriação de excedente se amplia sob a lógica do capital fictício (ou seja, sob a lógica de "quem" não contribui diretamente na produção desse excedente), a mais-valia passa a ser apropriada cada vez mais em termos financeiros do que produtivos. Quanto maior a remuneração financeira em comparação à produtiva, maior é o incentivo à transferência de recursos (de capitais) para a esfera financeira/especulativa, fazendo com que mais capitais operem segundo a lógica do capital fictício. "*Isso deprime ainda mais a taxa de lucro do capital produtivo, uma vez que se tem menor produção de excedente, definindo um círculo vicioso de acumulação de capital travada*" (CARCANHOLO, 2004b).

Enquanto o capitalismo apresenta indícios de crescimento, a funcionalidade do capital fictício pode ser percebida de outra forma. A sua disfuncionalidade aprofunda a tendência aos momentos de crise e a intensidade destas.

> Essa dialética do desenvolvimento periférico permite entender, por exemplo, o que ocorreu na economia da América Latina durante os anos 90. Nos poucos períodos em que o capital fictício foi funcional à acumulação de capital, acelerando sua rotação e financiando investimentos produtivos, as economias apresentaram um leve crescimento. Entretanto, durante a maior parte do período, a região apresentou uma dinâmica de acumulação de capital travada, de forma que a elevação da taxa de mais-valia por intermédio da superexploração da força de trabalho não se transformou em maior ritmo de acumulação de capital, porque a apropriação financeira pelo capital fictício reduziu as taxas de lucro do capital produtivo, principal incentivo para a acumulação de capital (CARCANHOLO, 2004b).

Perceber essa fragilidade das economias periféricas é importante, especialmente em um momento em que assumem importância crescente para o conjunto do sistema capitalista, que busca dar resposta à sua crise ampliando suas taxas de rentabilidade. Essa dinâmica de necessidade de maior exploração da força de trabalho para garantir a existência de excedente é exportada para o centro do sistema, não porque como nas economias periféricas esse excedente seja apropriado externamente, mas como uma resposta à diminuição desse excedente vivenciada no momento de crise capitalista que tem como expressão o decrescimento da taxa de lucro. Esse processo apresenta a tendência a se aprofundar em especial em um momento em que a lógica da autonomização do capital fictício se prolifera e juntamente com essa lógica, proliferam também as suas disfuncionalidades.

Os países imperialistas acabam buscando a ampliação do montante de mais-valia para se apropriarem, internamente, através da ampliação da exploração do trabalho e, externamente, através da ampliação da parcela de mais-valia que apropriam das economias periféricas por meio dos diversos mecanismos descritos no capítulo três. Cabe destacar o papel das áreas de "livre comércio" que buscam ampliar as fontes de apropriação de mais-valia, de forma ampliada, pois além de terem o objetivo de ampliação de mercado, atuam, inclusive, pressionando por uma ampliação da superexploração da força de trabalho nas periferias através da desregulamentação das conquistas da classe trabalhadora desses países.

O imperialismo mostra sua característica destrutiva, em especial em relação ao trabalho humano, o que, em escala global, tem caráter ainda mais perverso. As conquistas da classe trabalhadora não alcançaram as proporções que alcançaram nos países centrais do capitalismo. Sofrem, também, as conseqüências desse regime as periferias que continuam propagando o mecanismo de desenvolvimento truncado, que é e deve ser limitado para permitir maior desenvolvimento nos centros do capital.

4.5 – O caráter atual do imperialismo

A sistematização feita nos primeiros três capítulos e ao longo deste capítulo, tenta dar conta de importantes aspectos da realidade concreta, que se manifesta através do sistema capitalista dos dias de hoje, ou como foi qualificado: imperialismo. Não qualquer imperialismo, mas um imperialismo que aguçou suas características destrutivas e deixou as possibilidades de revolução ou caminho constante rumo à barbárie em aberto, de forma que a

proposta desta parte do trabalho é buscar mais alguns elementos para enriquecer a caracterização desse sistema.

A partir daí, pode-se tomar o entendimento de Boron (2004), que afirma que existiria um consenso geral de que o sistema imperialista mundial teria entrado em uma nova fase de sua evolução[105]. Entretanto, rapidamente os noticiários e os representantes ideológicos do sistema buscaram um nome que tenha a característica de ressaltar suas maravilhas aparentes e cuidadosamente esconder sua essência: globalização.

Boron (2004) ressalta que vem ocorrendo uma grande concentração de riqueza, da tecnologia e dos mercados em benefício das grandes corporações transnacionais americanas[106]. Na era atual, acentuam-se a importância das ações militares, a concentração econômica e a crescente tirania dos mercados financeiros cujo dinamismo e implacável voracidade são responsáveis pelas características recessivas que vêm prevalecendo na economia mundial.

Segundo esse autor, noventa e cinco por cento de todo o capital que circula diariamente no sistema financeiro internacional, o que equivaleria a um montante maior do que os PIBs combinados de México, Brasil e Argentina, são puramente especulativos. São capitais que ficam depositados por períodos não maiores do que sete dias, isto é, um período absolutamente incompatível com a possibilidade de investimentos de capital em algum processo produtivo que gere crescimento econômico e bem estar social.

Boron (2004) afirma que esse capitalismo desencoraja investimentos nos setores produtivos, porque mesmo os capitalistas com maior pretensão de investir na produção de bens descobrem que é difícil resistir à tentação de alocar uma parte maior de seus estoques de capital na especulação de curto prazo, que se for bem sucedida, garantirá taxas de rentabilidade impensáveis no setor industrial. Isso acaba gerando desinvestimento nas atividades produtivas, recessão prolongada na economia, altas taxas de desemprego (devido ao fato de que nas operações especulativas não é necessário contratar muitos trabalhadores, nem construir fábricas ou preparar campos), um empobrecimento geral da população, crises fiscais (porque este é um mecanismo de acumulação que pode fugir dos controles de capitais, enfraquecendo a base de financiamento do Estado), e tudo isso teria um impacto muito

---

[105] "*It is obvious that today's imperialism isn't the same as before. The 'gunboat diplomacy' of Theodore Roosevelt is today substituted by a much more lethal weapon: the army of economists and 'experts' of the IMF, the WB and the WTO. Foreign indebtedness and the conditions set by the multilateral banks controlled by imperialism are much more efficient instruments of domination than those employed in the past*" (BORON, 2004).

[106] Transnacionais apenas por operarem no mercado mundial, pois a origem de seu sistema de poder é americana, assim como existem empresas de outros países.

negativo para o meio ambiente e para o crescimento econômico.

Boron (2004) afirma que a globalização não pôs fim ao imperialismo, nem fez com que se transformasse em seu oposto. O que teria feito seria acentuar as características que tradicionalmente compõe essa fase do capitalismo, na base do aprofundamento da injustiça e da desigualdade tanto nas nações como no sistema internacional.

Os mecanismos tradicionais do imperialismo continuam operando: a extorsão de recursos naturais e de riqueza, a transferência do excedente da periferia para os centros do capital, o papel do capitalismo financeiro proliferou-se extraordinariamente, a concentração monopolista alcançou níveis sem precedentes e, sobretudo, persistem as instituições que, no passado, quando se disse que o imperialismo estava em seu auge, tornaram possível a ditadura do capital sobre os povos e os países da periferia. Boron (2004) faz referência ao FMI, ao Banco Mundial, ao BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) e a OMC, instituições que, longe de representar a comunidade internacional, seriam os dóceis instrumentos das classes dominantes no nível mundial e principalmente do imperialismo de Estados Unidos

> El imperialismo de hoy no es el mismo de hace treinta años. Ha cambiado, y en algunos aspectos el cambio ha sido muy importante. Pero no se ha transformado en su contrario, como nos propone la mistificación neoliberal, dando lugar a una economía "global" donde todos somos "interdependientes". Sigue existiendo y oprimiendo a pueblos y naciones, y sembrando a su paso dolor, destrucción y muerte. Pese a los cambios conserva su identidad y estructura, y sigue desempeñando su función histórica en la lógica de la acumulación mundial del capital (BORON, 2002).

Para Boron (2002), os atributos fundamentais assinalados pelos autores clássicos seguem vigentes, na medida em que o imperialismo não é uma característica secundária em uma política perseguida por alguns Estados, mas é uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo. Esta etapa seria marcada, hoje de forma mais clara que no passado, pela concentração da exportação de capitais e pela divisão do mundo em distintas “esferas de influência”.

A aceleração do processo de mundialização, que aconteceu no último quarto do século passado, a quilômetros de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, não fez outra coisa a não ser potencializar extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção dos distintos países na economia mundial.

Enquanto isso, destaca Boron (2002): um punhado de nações do capitalismo desenvolvido reforçam sua capacidade de controlar, ao menos parcialmente, os processos produtivos em escala mundial, devido à financeirização da economia internacional e à crescente circulação de mercadorias e serviços, a grande maioria dos países aprofundaram sua dependência externa, ampliando o hiato que os separa das metrópoles.

O processo pelo qual passa a economia mundial, que se pretende chamar de globalização, acaba por consolidar a dominação imperialista e aprofundar a submissão dos capitais da periferia, que, ao contrário do que assinala Boron para os países centrais, ficam cada vez mais incapazes de exercer o mínimo de controle sobre os próprios processos econômicos domésticos[107]. Como afirma Costa (2000), "*nunca em sua história chegou a uma dinâmica em que a órbita financeira superasse de forma tão abrangente a produção, hegemonizando as relações econômicas internacionais e disciplinando a alocação de recursos até mesmo na esfera produtiva*".

> A natureza mais de fundo da globalização está ligada a uma nova fase do imperialismo, onde o grande capital busca reconfigurar novamente o mundo à sua maneira, tanto no plano econômico-financeiro, quanto no político, social, cultural e militar - num processo semelhante ao que ocorreu no final do século passado com a formação e posterior fusão dos monopólios bancários e industriais. No bojo desta ofensiva não só busca consolidar as corporações transnacionais como destacamentos avançados do sistema, como também pretende abolir direitos e garantias históricos conquistados pelos trabalhadores no último século e meio, numa espécie de vingança de classe estratégica (COSTA, 2000).

Ao analisar os anos pós 1970, em que o capitalismo tenta desmanchar as estruturas criadas no período conhecido como *Welfare State*, Costa (2000) levanta duas conclusões. A primeira delas seria que nenhuma conquista está garantida no capitalismo. "*Ao contrário do que acreditavam os colaboradores de classe ou os ingênuos, o capital não se civilizou após a segunda guerra mundial*". Segundo esse autor, teria ocorrido o contrário, a partir da conjuntura defensiva do movimento operário o capital reforça suas tendências de opressão e exploração, o que de acordo com Costa demonstra que os clássicos tinham razão ao afirmar que o capital, enquanto tal, não perde a sua essência exploradora.

A segunda conclusão, apontada por Costa (2000), é a de que, apesar dos duros golpes e derrotas, o capitalismo não teria se transformado numa opção consensual para a humanidade, nem teria destruído a perspectiva de uma sociedade sem exploração. Isso seria demonstrado pelas resistências da classe operária que se constroem e se apresentam pelo mundo, em particular na América Latina[108].

Outros autores que também apresentam contribuições importantes acerca da manifestação e das características do imperialismo na contemporaneidade são Petras e Veltmeyer (2002). Para estes autores (PETRAS & VELTMEYER, 2002:112-113), construiu-

---

[107] Em um texto posterior Boron (2004) afirma que: "*this continuity of the fundamental parameters of imperialism can ill be disguised by a change of name, calling what previously was imperialism 'empire'*".

[108] "*Em alguns momentos se expressa por meio do voto, como na Venezuela, outras mediante a insurreição popular, como no Equador, em outras através da luta armada, como na Colômbia, ou ainda por meio da luta direta das massas, como o Movimento dos Sem Terra no Brasil ou os movimentos camponeses e indígenas de vários países da América Latina*" (COSTA, 2000).

se uma linguagem política e um discurso teórico para dissimular a atuação do imperialismo, especialmente dos Estados Unidos.

Os bancos e as companhias multinacionais, que se apoderam das empresas produtivas, adquirem ativos, dominam os mercados e conseguem lucros graças à mão-de-obra barata. Isso em um processo em que essas empresas não são encaradas como agentes do imperialismo, mas são conhecidas, agora, como facilitadoras da globalização, da integração e independência crescente da economia mundial. A transferência de rendimentos do trabalho para o capital e sua intensificação são encarados como mecanismos de adaptação interna às exigências da economia mundial.

Esses autores ressaltam que, nesse processo, a compra e apropriação de ativos públicos estatais recebe o nome de "privatização". A eliminação de restrições aos investimentos estrangeiros, a liberalização dos mercados e a desregulamentação da empresa privada (todas estas políticas com o objetivo de elevar a taxa de lucro do capital) são consideradas como formas de "ajuste estrutural". A prescrição imperialista de políticas macroeconômicas é descrita como "estabilização".

Petras e Veltmeyer (2002:113) afirmam que a imposição de estruturas econômicas orientadas para a atração de capital estrangeiro, o apoio aos investidores e o aumento do controle sobre as forças militares e a política utilizam como pretextos campanhas contra as drogas, aparecem com a denominação de políticas de "mercado livre" ou "favoráveis ao mercado". A acomodação da organização popular do "terceiro setor" aos interesses e políticas do Estado imperialista é qualificada como "boa governança" ou "fortalecimento da sociedade civil", sendo entendida como um fator importante para o "processo de desenvolvimento econômico".

A emergência, a importância que é dada para a "sociedade civil" é um aspecto que assume papel de destaque para a caracterização da realidade imperialista de hoje. Esta é uma "categoria" que não é consensual nem definida com clareza e tem como característica confundir e levar à interpretação de que a sociedade atual não é mais dividida em classes[109].

> Al referirse a la "sociedad civil", los defensores de las organizaciones no gubernamentales oscurecen la profunda división de clases, la explotación y la lucha clasistas que polarizan la "sociedad civil" contemporánea. Aunque analíticamente inútil y engañoso, el concepto de "sociedad civil" facilita la colaboración de las organizaciones y las permite orientar a sus proyectos y seguidores hacia relaciones subordinadas a los intereses de las grandes empresas a la cabeza de las economías neoliberais. Por añadidura, no es raro que la retórica de la "sociedad civil" de los directivos de organizaciones no gubernamentales sea una estratagema para atacar a programas públicos generales y a

[109] Devido ao escopo deste trabalho, esse tema não será aprofundado.

> instituciones estatales que proporcionan servicios sociales (PETRAS & VELTMEYER, 2002:194).

O que Petras e Veltmeyer (2002:117) chamam de nova ordem imperial teria as seguintes características: ***i.*** grandes pagamentos a longo prazo de juros da dívida; ***ii.*** consideráveis transferências de benefícios obtidos das inversões diretas e através dos investimentos em carteiras; ***iii.*** aquisições e apropriações de empresas públicas e de firmas nacionais lucrativas, assim como investimentos diretos em exploração de mão-de-obra barata, recursos energéticos, manufaturas e serviços de trabalhadores mal pagos; ***iv.*** recebimento de direitos de uma ampla gama de produtos, patentes de bens culturais, e; ***v.*** balança comercial favorável baseada no predomínio das empresas e bancos estadunidenses na região, e através da "familiaridade" com o mercado tradicional e das relações construídas historicamente.

Ao observar o que chamam de Novo Imperialismo, Petras e Veltmeyer (2002:214) destacam que ele não se apresenta, em sua forma, como "neocolonial". Para eles, o que estaria ocorrendo seria um controle executivo direto exercido sobre os funcionários (trabalhadores) latino-americanos. Este "novo imperialismo" pretende fortalecer sua posição global mediante uma exploração mais intensa das economias periféricas. Processo que conta, também, com mecanismos ideológicos.

> En el proceso, ha establecido dos nuevos vehículos para contener la agitación: una ideología de la "globalización" y la red de ONGs no lucrativas. La ideología induce engañosamente a los intelectuales a someterse a la "ola inevitable del futuro", en tanto que la red organizativa les proporciona los medios de desmantelar el Estado nacional de bienestar (PETRAS & VELTMEYER, 2002:214).

Dando continuidade à interpretação da contemporaneidade, pode-se também considerar Harvey (2005) e o seu conceito de "acumulação por despossessão". Em sua análise, Harvey (2005) destaca o papel das crises de superprodução, características do capitalismo, que se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem, sem que pareça haver algum modo em que possam combinar-se, de forma rentável, para realizar alguma tarefa socialmente útil. Dessa forma, na medida em que não produzem desvalorizações sistemáticas (inclusive destruição) de capital e força de trabalho devem encontrar formas de absorver estes excedentes. Para o autor, expansão geográfica e a reorganização espacial seriam opções possíveis, que, entretanto, teriam como complicadores a grande necessidade de investimentos de longo prazo em infra-estruturas físicas e sociais.

A partir do entendimento de que desde os anos 1970 o capitalismo global experimenta um problema crônico e durador de super-acumulação, Harvey (2005) destaca que, como assinala Peter Gowan, "*fue través de la orquestación de tal volatilidad que Estados Unidos (EUA) buscó preservar su posición hegemónica en el capitalismo global*". Observa que essa

volatilidade do capitalismo internacional durante esses anos operou uma série de ajustes espaço-temporais que fracassaram em afrontar os problemas da super-acumulação, mesmo no médio prazo.

Como conseqüência deste processo, a recente ofensiva do imperialismo americano respaldada na força militar seria um reflexo da debilitação de sua hegemonia frente as sérias ameaças de recessão e desvalorização generalizadas neste país, o que contrasta com os diversos ataques de desvalorização que já haviam atingido outros lugares (nos anos 1980 e princípio dos 1990 a América Latina, e as crises ainda mais sérias que consumiram o Leste e Sudeste asiático em 1997 e que, logo, atingiram a Rússia e parte da América Latina).

> "(…) la incapacidad de acumular a través de la reproducción ampliada sobre una base sustentable ha sido acompañada por crecientes intentos de cumular mediante la desposesión. Esta, según mi conclusión, es la marca de lo que algunos llaman "el nuevo imperialismo" (HARVEY, 2005).

Partindo de uma perspectiva parecida, Amin destaca os aspectos de senilidade do imperialismo de hoje. Esse autor (AMIN, 2001) afirma que as tendências do capitalismo se articulam em torno da acentuação do que ele chama de os "cinco monopólios" que caracterizariam a mundialização que polarizaria o imperialismo contemporâneo, tais monopólios seriam: ***i.*** o monopólio das novas tecnologias; ***ii.*** do controle dos fluxos financeiros em escala mundial; ***iii.*** o controle de acesso aos recursos naturais do planeta; ***iv.*** o controle dos meios de comunicação, e; ***v.*** o monopólio das armas de destruição em massa.

Para esse autor, a implementação destes monopólios se dá pela ação conjunta complementar, mas também conflituosa do grande capital das multinacionais industriais e financeiras e dos Estados que se encontram a serviço destas empresas. Tomados no conjunto, esses monopólios definem novas formas do que Samir Amin chama de "lei do valor mundializada", permitindo a centralização dos lucros provenientes da exploração dos trabalhadores em benefício do grande capital, exploração que seria diferenciada, fundada na segmentação do mercado de trabalho.

Nessa nova etapa de desenvolvimento, a lei do valor mundializada não permitiria uma dinamização através da industrialização das periferias dinâmicas, pois funda uma nova divisão internacional desigual do trabalho, na qual as atividades de produção localizadas nas periferias subalternizadas funcionam como subsidiárias do grande capital.

Para Amin (2002), a contemporaneidade capitalista é marcada pelo "*caráter senil do capitalismo e a necessidade de gerir o Mercado Mundial com uma violência inédita e cada vez maior – devido à característica senil do imperialismo coletivo*". O autor destaca que o desemprego estaria se alastrando, sem que o trabalho direto seja deslocado para um trabalho

indireto, mas para o desemprego, ou seja, o capitalismo, como um sistema em expansão (da exploração), expande-se de forma que seja aí que a capacidade de produção se desenvolva.

Amim (2002) aponta esta como sendo a primeira característica da senilidade do imperialismo. A expansão capitalista através do desemprego. A segunda marca de senilidade seria, para esse autor, o fato dos EUA serem o único país que vive à custa da exploração dos demais, "*o centro de tudo – os EUA – não exporta capitais, só importa. É o único país do mundo que vive muito acima de suas capacidades – o que leva à definição de parasita, de um indivíduo senil –, que vive graças à pensão que recebe do trabalho dos outros*[110]".

A terceira característica do imperialismo se daria no nível ideológico. Para Amin (2002), este terceiro aspecto seria o abandono de uma cultura universal em prol da adoção dos valores e da cultura burguesa norte-americana. A quarta característica seria o abandono de uma referência universalista, de modo que o que o capitalismo estaria tentando fazer seria simplesmente subalternizar a indústria por meio de uma política não qualificada, pois o discurso é legitimador de uma abertura à concorrência, de proteção do monopólio pelo reforço da propriedade intelectual e industrial.

> E é assim, pela subalternização completa das indústrias da periferia. Portanto, quanto mais morta for a região, mais marginalizada, isto é, não tem mais a função de se integrar, não tem mais utilidade para o sistema de exploração capitalista, o que significa que o sistema capitalista não pode mais atender – nem falo das necessidades, mas da expectativa – a enorme massa de pessoas. É por esse motivo que passaram a usar, cada vez mais, os meios violentos. Mas essa também é uma característica de senilidade do sistema, que passa a produzir, seguindo sua lógica interna, de forma massificada, relativizando, isto é, tendo uma hegemonia política suficiente para as coisas se reproduzam por si mesmas e, assim, prolifera cada vez mais a violência (AMIN, 2002).

A economia mundial, o sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo, em continuidade às análises marxistas do princípio do século passado e aos desenvolvimentos destas teorias feitos especialmente pelos pesquisadores latino-americanos, que trataram do tema da dependência, apresenta-se, hoje, de forma ainda mais dura através da exacerbação da tendência à putrefação anunciada por Lênin, manifestando-se, hoje, como Imperialismo Senil. Senil porque coloca a prova à máxima "socialismo ou barbárie", pois intensifica a natureza do capitalismo em sua fase imperialista.

O conceito apresentado e desenvolvido neste capítulo está em sintonia com as análises clássicas do imperialismo e também da teoria da dependência. Este entendimento dá continuidade à interpretação do início do século passado, na medida em que percebe a manifestação atual do sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção como a

---

[110] "*Como há um imperialismo coletivo , os outros parceiros o alimentam – caso dos europeus e dos japoneses. Com essa sistemática, cada país paga para manter esse cadáver ambulante*" (AMIN, 2002).

continuidade do processo que se inicia naquela época. Destacam-se a ampliação da superexploração e da destruição da força de trabalho, juntamente com a ampliação dos elementos “descobertos” pela teoria da dependência.

A título de considerações finais

A partir das análises que precedem estas considerações, foi possível recuperar importantes elementos teóricos e também apreender algumas das características materiais de economia capitalista mundial na forma que esta se apresenta agora no século XXI.

Buscou-se a contraposição das teses dominantes que afirmam que a atualidade seria uma nova etapa no capitalismo, a globalização, que seria marcada por uma evolução suprema, sem precedentes, com características totalmente novas, e que se expressaria através da expansão das oportunidades, da dissolução das diferenças, das nacionalidades, da negação da etapa imperialista. O levantamento dos dados levou à conclusão de que a economia internacional, ao contrário do sugerido, era de muitas maneiras mais aberta no período pré-1914 do que tem sido, em qualquer momento, desde aquela época, inclusive a partir da década de 70. Outros elementos, como os fluxos de capital, tanto entre as próprias economias rapidamente industrializadas quanto entre estas e seus diversos territórios coloniais, eram mais significativos em relação aos níveis do PIB antes da Primeira Guerra Mundial do que provavelmente são hoje. Teve-se uma economia internacional extraordinariamente desenvolvida, aberta e integrada no início do século XX, o que faz com que o período atual, sob este aspecto, não seja novidade.

E, além disso, o que se pode perceber através dos dados levantados é que ao contrário da panacéia propagandeada pelas instituições multilaterais, a economia capitalista mundial é marcada, hoje, por aprofundamento da própria lógica do capitalismo, que não é diferente da que imperava no princípio do século passado. Dessa forma, aponta-se que a globalização que imperaria hoje poderia ser entendida como a globalização das tendências já imanentes ao próprio capitalismo, o que faz com que as mudanças cíclicas do capital acabem acontecendo como meios que este encontra para defender a sua taxa de rentabilidade.

A hipótese levantada empiricamente e que foi perseguida também teoricamente ao longo deste trabalho foi a de que não há uma mudança radical na estrutura e na lógica dominante da economia mundial. Vive-se, hoje, uma continuidade, na verdade, um aprofundamento, da era imperialista.

Uma das características do capitalismo e que se apresenta de forma marcante na contemporaneidade é que, para se manter, para se reproduzir, para contrariar sua crise de deterioração da lucratividade, esse sistema, baseado na propriedade privada dos meios de

produção, apresenta como alternativa a própria destruição da força de trabalho, principal força produtiva da humanidade. De forma que, longe de ser uma homogeneização das oportunidades entre os indivíduos, longe de ser uma sociedade que desfaz a diferença entre as classes, o capitalismo continua tendo sua dinâmica marcada pelo antagonismo entre as classes sociais, seja através do aumento incessante da superexploração do trabalho na periferia (e de sua exportação para o centro capitalista), ou da destruição real e direta dos povos através das guerras que chamam de "humanitárias". Para contrariar a dificuldade de realização e os constrangimentos da produção "real" de riqueza, o capital se "expande" de forma fictícia, o que resolve o problema da superacumulação na aparência e o agrava na essência.

As respostas que o sistema capitalista vem tentando dar para a sua crise, que se alastra desde os anos 1970, manifestam-se através da ampliação do caráter parasitário desse sistema. O livre-comércio se mostra como uma ampliação das fontes de expropriação de riqueza dos países do centro sobre os da periferia (como é o caso do NAFTA) ou uma forma de facilitar a desagregação dos Estados Nacionais e, dessa forma, facilitar a desconstrução das conquistas históricas dos trabalhadores (como é o caso da UE), facilitando, assim, a expropriação de mais riqueza sobre a classe trabalhadora dos próprios países desenvolvidos. Outro fator que reforça de forma decisiva a ampliação dessa lógica é justamente o que se chamou de financeirização do capital, ou expansão fictícia. O que antes era uma tendência predominante nos centros imperiais vem se tornando uma realidade generalizada, causando desindustrialização e favorecimento de uma acumulação financeira em detrimento à ampliação do capital produtivo, que, contraditoriamente, é justamente o que dá a possibilidade para o capital de se reproduzir em escala ampliada.

Algumas das tendências clássicas do imperialismo operam de forma ainda mais clara que no princípio do século XX. A concentração da produção e do capital atinge novos patamares com o advento das corporações multinacionais (ou transnacionais, mas que na verdade tem bastante definidas suas bases nacionais e a vinculação com um dos centros imperialistas) e da criação dos fundos de investimento e pensões. Opera-se uma nova forma de fusão, na qual as empresas "produtivas" acabam tendo boa parte de sua gestão determinada pela lógica financeira, o que tem como conseqüência as tendências de queda da taxa de investimento e de desindustrialização.

A oligarquia financeira que já era dominante aquela época, hoje, através da propagação da lógica financeira e da concentração de capitais permitida pela criação desses fundos, atinge patamares ainda mais significativos, de forma que se pode perceber claramente

que as próprias políticas “sugeridas” pelas instituições “multilaterais” ou pelos centros imperialistas são justamente as políticas que beneficiam essa camada específica da burguesia.

A exportação de capitais atinge novas perspectivas, na medida em que a dominação e a apropriação do excedente global se dão na atualidade por meio da acentuação dos mecanismos que garantem a transferência da mais-valia produzida em todo o globo, em especial na periferia, que é apropriada via mecanismos financeiros (através da especulação, dos pagamentos de royalties, dividendos, juros e lucros, dentre outras formas “inventadas” pelo imperialismo) no centro do capitalismo e de forma substancial nos Estados Unidos.

Na nova fase, a parte da produção física imperialista se transfere para a periferia. Exporta-se a produção para países como a Índia e a China, de forma que esses movimentos fazem, hoje, parte do processo mais geral de ampliação da superexploração do trabalho, na medida em que a transferência de produção para esses países implica em aumento do desemprego de uma força de trabalho que tem seu valor (historicamente construído) mais alto, em favor de trabalhadores mais “facilmente” superexplorados. Trabalhadores que, por já terem sua força de trabalho determinada historicamente em um patamar menos elevado, são submetidos a uma situação especialmente perversa devido à necessidade de redução ainda maior deste valor.

Dois outros elementos, o domínio do mundo pelas associações monopolistas e a partilha territorial do globo entre as principais potências imperialistas acabam se combinando. Isso ocorre na medida em que o domínio do globo (não necessariamente territorial da forma clássica) se dá, preferencialmente, através destas associações monopolistas, que se apóiam em seus Estados sedes e através do domínio não explícito empreendido pelas áreas de livre-comércio e instituições multilaterais.

A disputa se dá entre as diferentes empresas, sediadas, quase que em sua totalidade, praticamente naqueles mesmos países que já eram apontados no texto de Lênin como sendo os países centrais do capitalismo. Mas a divisão territorial do globo vem ocorrendo, também, através da conquista direta, que caracterizou o período colonial, mas agora sobre o pretexto de estar-se empreendendo “guerras humanitárias”, que se apresentam como formas de garantir ao imperialismo mais poderoso fontes de recursos naturais.

A agregação teórica feita pela teoria da dependência à teoria do imperialismo, que é a apreensão teórica do mecanismo de funcionamento das periferias, que tem como resultado um processo de acumulação, na qual parte da riqueza realizada internamente a esses países só se realiza fora deles. De forma que, em função desse mecanismo, para que possa haver uma expansão do capitalismo em termos nacionais, opera-se nesses países um processo de

superexploração da força de trabalho, permitindo que, mesmo tendo parte de seu excedente apropriado externamente, ainda possa restar excedente para garantir a reprodução ampliada do capital. Esta compreensão já agregava à teoria clássica do imperialismo o entendimento de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, longe de serem antagônicos ou fases que se sucederiam, são complementares e se apresentam no capitalismo com a obrigação de coexistência, de forma que a acumulação "travada" da periferia favoreceria a acumulação "virtuosa" do centro.

Essa funcionalidade se torna ainda mais importante para a compreensão da forma como se manifesta o sistema capitalista na sua etapa denominada como imperialismo senil, pois se esse mecanismo já tinha funcionalidade para o centro do capital, ele atinge patamares ainda maiores. Ocorre que parte da produção de mais-valia, que é responsável pela dinâmica do centro capitalista e que alimenta os mercados financeiros, está sendo produzida justamente na periferia, de forma que aumenta a importância do processo de expropriação dessa mais-valia das periferias. O que se dá agora, também (e de forma fundamental), através do pagamento de juros das dívidas externas impagáveis desses países, o que se soma ao grande índice de controle das empresas "nacionais" por capitais estrangeiros, em especial após às ondas de desregulamentação e abertura (anos 1980 e 1990), o que aumenta a transferência de mais-valia produzida internamente a esses países e expropriada para os centros imperialistas. Outro aspecto importante é que a necessidade da superexploração da força de trabalho se generaliza, não é mais exclusiva da periferia, esta "necessidade" foi exportada para o centro do capitalismo.

Essa é a cara do imperialismo que é senil, nele, a existência da própria humanidade vem sendo questionada. Longe de ser a representação de uma "era de diamante", já que o período do *Welfare State* foi chamado de "era de ouro", a contemporaneidade, se olhada com mais cuidado sem as "lentes turvas" impostas pelo capital financeiro, é a expressão mais intensa de todas as tendências destrutivas do capitalismo. Longe de deixarem de ser importantes, as teorias do imperialismo e da dependência adquirem importância renovada. A tarefa daqueles que se propõe desenvolver a teoria marxista tem como capítulo especial a releitura das contribuições dos clássicos do imperialismo e da dependência e a observação do aprofundamento daquelas tendências, o que é abordado, por exemplo, na definição de Imperialismo Senil.

Deve-se contribuir para desmistificação da realidade na academia e na luta de classes concreta. A apreensão teórica não pode ser separada dessa luta. O movimento das massas também sofre as pressões impostas pelo imperialismo, grupos ditos de esquerda muitas vezes

defendem políticas e alternativas dentro do próprio capitalismo como se esse sistema tivesse se firmado como única alternativa possível. Mostrar que a forma de expressão do capitalismo na atualidade, que alguns chamam de neoliberalismo, não é outra coisa senão o próprio capitalismo, significa desmistificar a possibilidade atual de um sistema capitalista não neoliberal. A contribuição deste trabalho se dá sob a perspectiva de que a modificação da lógica e das conseqüências deste sistema teria de ocorrer através da sua própria negação, ou seja, de uma luta anticapitalista que, para se tornar anticapitalista, seria primeiramente antiimperialista, de forma que questionasse os próprios fundamentos e a própria sustentação desse sistema.

Bibliografia

AIZENMAN, Joshua; PINTO, Brian; RADZIWILL, Artur. "Sources of Financing Domestic Capital - is Foreign Saving a Viable Option for Developing Countries?" In: *Working Papers Series nº 1007*. Santa Cruz: Department of Economics, University of California, 2004. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context =ucscecon>

AMARAL, Marisa Silva. "Dependência e superexploração do trabalho na América Latina em tempos neoliberais". In: *Anais IV Colóquio Marx e Engels*. Campinas: CEMARX, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/ comunica%E7%F5es/GT3/gt3m1c5.pdf>

_____. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

AMIN, Samir. "Capitalismo, imperialismo, mundialización". In: SEOANE, José & TADDEI, Emilio (orgs.). *Resistencias mundiales (De Seattle a Porto Alegre)*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/seattle/presentacion.pdf >

_____. "A senilidade do capitalismo: entrevista ao economista egípcio Samir Amin por Pedro de Oliveira". *Resistir.info*, 2002. Disponível em: <http://resistir.info/samir/s_amin.html>

ANTUNES, Ricardo. O*s Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARRIGUI, Giovanni. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Contraponto Editorial, 1996.

BALANCO, Paulo. "As transformações do capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização". In: *Anais IV Encontro Nacional de Economia Política*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999. Disponível em: <http://www.mesteco.ufba.br/scripts/paulobalanco/arquivos/39.doc>

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa & MILANI, Ana Maria. "Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo". In: *Anais IX Encontro Nacional de Economia Política.* Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas>

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BENJAMIN, César & RIBEIRO, Rômulo Tavares. "A Alca, o livre comércio e o futuro da América do Sul". In: *Projeto de Análise de Conjuntura Brasileira – Laboratório de Políticas públicas da UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2004/05/279202.shtml>

BHAGWATI, Jagdish. "The Capital Myth". In: *Foregin Affairs nº 77*. Palm Coast, FL: Concil of Foreign Relations, 1998, p. 07-12.

BIS. *Consolidated Banking Statistics*. Bank for International Settlements, 2004.

BLOCH, Gérard. *Marxismo e Anarquismo* (Transcrição de palestra promovida no Circulo de Estudos Marxistas em 29 de novembro de 1968). São Paulo: Kairós, 1981. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/en/blue/2003/03/249751.shtml>

BLOMSTRÖM, Magnus & HETTNE, Bjorn. *La teoría del desarrollo en transición*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

BONTURI, Marcos & FUKASAKU, Kiichiro. "Globalisation and Intra-Firm Trade: an empirical note". In: *OECD Economic Studies nº 20*. Paris: OECD, 1993, p. 145-59.

BORON, Atilio A. "Prólogo". In: BORON, Atilio A. *Imperio e Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ imperio/prolog1.rtf>

_____. "Hegemony and imperialism in the international system". In: BORON, Atilio A. *New worldwide hegemony. Alternatives for change and social movements*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegeing/Boron.pdf >

BUKHARIN, Nikolai Ivanivitch. *A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAPUTO, Orlando & PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales*. Santiago: Cuadernos de Estudios Socio Económicos, Universidad de Chile, 1970.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Formas, Conteúdo e Causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise”. In: *Leituras de Economia Política, nº 5*. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. “Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica”. In: XAVIER, Clésio Lourenço (org.). *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia: EdUFU, 2004a, p. 283-320.

_____. “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos*. São Paulo: Sociedade Latino-America de Economistas Políticos, 2004b.

_____. “Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington”. In: *Anais XI Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. “Contra a ofensiva neoliberal, a hipocrisia e a impotência”. In: *Interface*, Vitória, nº 2, 1996, p. 7-16.

_____. “Precisões teóricas sobre o dinheiro e o capital especulativo parasitário”. In: *Anais IV Encontro Nacional de Economia Política*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/Carcanholo2.htm>

_____. “A categoria marxista de trabalho produtivo”. In: *Anais XII Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2007.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio & NAKATANI, Paulo. “O capital especulativo parasitario - uma precisao teorica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. In: *ENSAIOS FEE*, nº 20. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/Carcanholo1.htm>

_____. “Capitalismo Especulativo e Alternativas para América Latina”. In: *Anais XI Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. “Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI”. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SÁ, Fernando, BRUCKMAN, Mônica (orgs.). Globalização: dimensões e alternativas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

CEPAL. *La cepal y el análisis del desarrollo latinoamericano*. Santiago: Comisión Económica para America Latina, 1968.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

_____. "Mundialização: o capital financeiro no comando". In: *Revista Outubro*, n° 05, 2001. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>

_____. "Los Estados-rentistas dominantes en un sistema capitalista mundial tendencialmente en contracción". In: *CongresoMarx Internacional.* Nanterre: revista Actuel Marx, 1998. Disponível em: <http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=438>

CISE, Pierre. "Sobre o 'neoliberalismo'". In: *A Verdade: revista teórica da 4ª Internacional*, São Paulo: Edições O TRABALHO, nº 47, 2006.

COSTA, Edmilson. *Para onde vai o capitalismo? Notas sobre a globalização neoliberal e nova fase do imperialismo*. Montevideo: Encontro das Revistas Marxistas, 2000. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/Paraondevai.htm>

DEL ROIO, Marcos. "O capital além do imperialismo". In: LUCAS, Fabio & BELUZZO, Luiz Gonzaga (orgs.). *A guerra do Brasil: a reconquista do Estado brasileiro*. São Paulo: Texto Novo, 2000. Disponível em: <http://www.mhd.org/artigos/delroio_imperialismo.html>

_____. "Uma Nota Sobre a Teoria do Imperialismo (1902-1916)". In: *Anais IV Colóquio Marx e Engels*. Campinas: CEMARX, 2005.

DOS SANTOS, Theotônio. "The structure of dependence". In: *The American Economic Review*. May, 1970.

_____. *Imperialismo y Dependencia*. Ciudad del México: Ediciones Era, 1978.

_____. "Resenhas: A teoria do sistema-mundo." In: *Teoria e Debate*. Fundação Perseu Abramo, 31 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2147>

_____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 26.

DOUJON, Jean-Pierre. *Histoire des faits économiques et sociaux. Une analyse por les modes de production*. Presses Universitaries de Grenoble, 1990

DUMENIL, Gérard. & LEVY, Dominique. O Imperialismo na Era Neoliberal. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Ed. Revan, nº 18, 2004.

DUNNING, John H. *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Wokingham: Addison-Wesley, 1993.

EDISON, Hali J.; LEVINE, Ross; RICCI, Luca; SLOK, Torsten. "International Financial Integration and Economic Growth". In: *NBER Working Paper nº 9164*. National Bureau of Economic Research, 2002. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9164.pdf>

EDWARDS, Sebastian. "Capital Mobility and Economic Performance: Are Emerging Economies Different". In: *NBER Working Paper nº 8076*. National Bureau of Economic Research, 2001. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w8076.pdf>

EMMANUEL, Arghiri. "A troca desigual". In: PALLOIX, Christian; BETTELHEIM, Charles; AMIN, Samir; EMMANUEL, Arghiri; GERCHUNOFF, Pablo. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981.

FEIS, Herbert. *Europe, The World's Banker 1870-1914*. New York: Norton, 1930.

FRANK, André Gunder. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. Ciudad del México: Siglo XXI, 1970. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/Frank/index.htm>

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina.* Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1976.

_____. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento : repensando a teoria da dependência.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press, 1992.

GDF. *Global Development Finance.* World Bank, 2006.

GIDDENS, Anthony- Runaway. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Prees, 1990.

_____. *World: How Globalization is reshaping our Lives*. London: Routledge, 2000.

GLUCKSTEIN, Daniel. *O Imperialismo Senil.* São Paulo: O TRABALHO, 1995.

_____. *Lucha de clases y mundialización.* Lisboa: POSI, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOURINCHAS, Pierre-Olivier & JEANNE, Olivier. "The Elusive Gains from International Financial Integration". In: *IMF Working Paper* nº 04/74. International Monetary Fund, 2004. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0474.pdf>

GREGORY, Paul R. *Russian National Income, 1885-1913*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HARVEY, David. The Condition of Postmodernity. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

_____. "El 'nuevo' imperialismo: acumulación por desposesión". In: PANITCH, Leo & LAYES, Colin (orgs.). *El nuevo desafío imperial*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/social/social.html>

HIRST, Paul. "Globalização: mito ou realidade?". In: FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta Skinner de; NORONHA, José Carvalho de (orgs.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HORSMAN, Mathew & MARSHALL, Andrew. *After the Nation State*. Londres: Harper Collins, 1994.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996.

IMF. *Portfolio Investment: Coordinated Portfolio Invesment Survey Data Results*. International Monetary Fund, 2003. Disponível em:www.imf.org/external/np/sta/pi.

KEYNES, John Maynard. *The Economic Consequences of the Peace*. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/15776/15776-h/15776-h.htm>

_____. *International Financial Statistics*. International Monetary Fund, 2004.

JONES, Matthew T. & OBSTFELD, Maurice. "Saving, Investment, and Gold: a Reassessment of Historical Current Account Data". In: *NBER Working Paper nº 6103*. National Bureau of Economic Research, 1997. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w6103.v5.pdf?new_window=1>

LÊNIN, Vladímir Ilitch. "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo". In: *Obras Escolhidas em seis tomos de V. I. Lénine*. Lisboa: Edições Progresso, 1984. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/>

_____. "Prefácio de A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico". In: BUKHARIN, Nikolai Ivanivitch. *A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

LORILLU, Olivier. *Deuda del sur, deuda estadounidense. ¿Cuál es la realidad?* Comité para la Anulación de la Deuda del Tercer Mundo (CADTM), 13 de septiembre de 2006. Disponível em: <http://www.cadtm.org/article.php3?id_article=2048>

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

_____. "A acumulação do Capital ou O que os Epígonos Fizeram da Teoria Marxista – Uma Anticrítia". In: LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy, 1820-1990*. Paris: OECD, 1995.

_____. *The World Economy: a millennial perspective.* Paris: OECD, 2001.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. México: Serie popular Era, 1973. (Tradução da Editora do MST - Versão Preliminar -, 2005).

MARX, Karl. “A Dominação Britânica na Índia”. In: New York Daily Tribune, 25 de Junho de 1853. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>

_____. *Elementos Fundamentales para la crítica de la Economía Política – Grundrisse*. México: Siglo Veitiuno Editores, 1978.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 5 vol.,1996.

MARX, Karl & ENGELS, Frederic. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Comissão de Formação de O Trabalho, seção brasileira da 4ª Internacional, 1998.

_____. “A Ideologia Alemã”. In: *Obras Escolhidas em três tomos*. Editorial Avante!, 1924. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/index.htm>

MÉSZÁROS, István. “A crise estrutural do capital”. In: *Revista Outubro*, n° 04, 2000. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf>

MOWLANA, Hamid. “The Comunications Paradox”. In: *The Bulletin of Atomic Scientists*. July, 1995.

MITCHELL, Brian. *International Historical Statistics: Europe 1750-1988.* New York: Stockton Press, 1992.

_____. *International Historical Statistics: The Americas 1750-1988*. New York: Stockton Press, 1993.

_____. *International Historical Statistics: Africa, Asia & Oceania*. New York: Stockton Press, 1995.

MORAES NETO, Benedito. “Socialismo e forças produtivas: notas para o entendimento do novo”. In: GALVÃO, Andréia; GUTIERREZ, Andriei; LAZAGNA, Ângela; BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; MARTUSCELLI, Danilo; FERRONE, Fernando; DE CASTRO, Flávio; FARIAS, Francisco; AMORIN, Henrique; MENDES, Luziano; ZARPELON, Sandra (orgs.). *Marxismo e socialismo no século 21*. São Paulo: Xamã Editora, 2005.

NAKATANI, Paulo. “A Crise Atual do Sistema Capitalista Mundial”. In: *Anais VII Encontro Nacional de Economia Política*, Curitiba: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2002.

OBSTFELD, Maurice & TAYLOR, Alan. M. “Globalization and Capital Markets”. In: BORDO, Michael D.; TAYLOR, Alan M.; and WILLIAMSON, Jeffrey G. (orgs.). *Globalization in Historical Perspective*. Chicago: National Bureau of Economic Research, 2003, p. 121-187.

OHMAE, Kenichi. *The Borderless World.* Nova York: Collins, 1990.

_____. “The Rise of the Regional State”. In: *Foregin Affairs nº 72.* Palm Coast, FL: Concil of Foreign Relations, 1993, p. 78-87.

ONU. “Transnational coroporations and integrated international production”. In: *World investment report 1993.* Nova York: Nações Unidas, 1993.

PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. *El imperialismo en el siglo XXI: La globalización desenmascarada*. Madrid: Editorial Popular, 2002.

PISTONE, Sérgio. “Imperialismo”. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política.* 4 ed. Tradução de Carmen C. Varrialle *et al*. Brasília, DF: Editora UnB, 1983. v. 1, p. 611-621

PRADO, Luiz Carlos Delorme. “Globalização: notas sobre um conceito controverso”. In: *Seminário Desenvolvimento no Século XXI*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/17.pdf>

PREBISCH, Raul. *The economic Development of Latin America and its Problems*. Nova York, 1950.

PROBLEMES ECONOMIQUES. “Le système finacier international”. In: *Problèmes économiques n° 2.541-2.542*. 1997, pp. 22-23.

ROBERTS, Richards. *Por Dentro das Finanças Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RODRIK, Dani. “Who Needs Capital-Account Convertibility?” In: *Princeton Studies in International Finance*. Princeton: Princeton University Press, 1998. Disponível em: <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/essay.pdf>

SCHULARICK, Moritz. A Tale of Two "Globalizations": capital flows from rich to poor in two eras of global finance". In: *International Journal of Finance & Economics*. Oct 2006.Vol.11, nº 4. Chichester: RePEc, 2006. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/0509/0509001.pdf>

SHIRAKAWA, Masaaki, OKINA, Kunio; SHIRATSUKA, Shigenori. "Financial Market Globalization: Present and Future". In: *Monetary and Economic Studies*. Bank of Japan, December, 1999. Disponível em: <http://www.imes.boj.or.jp/japanese/all99/me17-3-1.pdf>

SOUZA, Sabrina de Cássia Mariano de & CARDEAL, André Morato Dias. "Para uma Crítica ao Pensamento Único". In: *Anais XI Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2006.

TOBIN, James. "Financial Globalization". In: *World Development vol. 28 issue 6.* World Bank, 2000.

TOUSSAINT, Eric. *Las transferencias de la periferia hacia el centro, del trabajo hacia el capital*. Comité para la Anulación de la Deuda del Tercer Mundo (CADTM), 7 de noviembre de 2003. Disponível em: <http://www.cadtm.org/article.php3?id_article=160>

_____. *La bolsa o la vida: Las finanzas contra los pueblos*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/touss/touss.html>

_____. "Las transferencias del sur hacia el norte". In: TOUSSAINT, Eric (org.). La bolsa o la vida: Las finanzas contra los pueblos. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004b. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/touss/cap8.rtf>

_____. *Deuda: nuevos retos*. Comité para la Anulación de la Deuda del Tercer Mundo (CADTM), 17 de octubre de 2005. Disponível em: <http://www.cadtm.org/article.php3?id_article=1673>

TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. 1936. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/09/03_programadetransicao/index.htm>

TSE-TUNG, Mao. "Analisis de las clases de la sociedad china". In: *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*, Tomo I. Pekin: Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1968. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Mao(SP)/AC26s.html>

_____. “Sobre la nueva democracia”. In: *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*, Tomo II. Pekin: Ediciones En Lenguas Extranjeras, 1968b. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mao/ND40s.html>

TURNER, Philip. “Capital Flows in the 1980s: A survey of Major Trends”. In: *BIS Economic Papers nº 30*. Geneva: Bank for International Settlements, 1991.

TWOMEY, Michael J. *A Century of Foreign Investment in the Third World*. London: Routledge, 2000.

VERMELHO. “460 mil combatem a resistência no Iraque”. In: *Portal Vermelho*. 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=23805>

WALERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*. London: Verso Edition, 1983.

WDI. *World Development Indicators*. World Bank, 2004.

_____. *World Development Indicators*. World Bank, 2006.

WID. *World Investment Directory*. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2004. Disponível em: <http://www.unctad.org>

WILKINS, Mira. *The History of Foreign Investment in the United States to 1914*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

WIR. *World Investment Report*. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2006. Disponível em: <http://www.unctad.org/wir>

WOODRUFF, William. *The Impact of Western Man*. London: Macmillan, 1966.